

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

AMADA DE CÁSSIA CAMPOS REIS

***HISTÓRIA E MEMÓRIA DA
EDUCAÇÃO EM OEIRAS - PIAUÍ***

**TERESINA – PIAUÍ
2006**

AMADA DE CÁSSIA CAMPOS REIS

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
EM OEIRAS - PIAUÍ**

**Dissertação apresentada como exigência parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação, ao
Programa de Pós-Graduação em Educação do
Centro de Ciências da Educação da Universidade
Federal do Piauí.**

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro

**TERESINA – PIAUÍ
2006**

AMADA DE CÁSSIA CAMPOS REIS

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM OEIRAS – PIAUÍ

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

APROVADA EM: _____ de _____ de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – Orientadora
Universidade Federal do Piauí– UFPI

Prof^ª. Dra. Miridan Britto Knox Falci
Universidade Severino Sombra – USS – Rio de Janeiro

Prof^ª Dra. Maria da Glória Carvalho Moura
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Dedico, não apenas este trabalho, mas todas as minhas conquistas:

Aos meus pais, Ditinho Reis e Aldenora Campos, que pelo amor permitiram a minha existência.

Aos meus filhos, Edmo, Edmar Segundo, Amanda e Último como exemplo de luta e determinação. Jamais desistam de seus sonhos.

Às minhas tias, Nininha (Amália Campos) e tia Mirista (Auristella Campos), pelo carinho maternal que me dispensam.

À Galdino, pela compreensão de minha ausência ocasionada pela necessidade de dedicar-me aos estudos.

Amo todos vocês!

AGRADECIMENTOS

Em um trabalho de pesquisa não se pode prescindir da ajuda de alguém, mesmo que este alguém não perceba o quanto é importante para nossa investigação. A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho, nossa eterna gratidão, e de forma especial:

ao Divino Espírito Santo, por ter iluminado minha inteligência e conduzido minhas mãos ao escrever esta dissertação;

à professora Maria do Amparo Borges Ferro, que de forma competente me orientou na busca do saber e pacientemente me guiou apontando trilhas para o alcance do objetivo desta investigação;

à minha família, porto seguro onde posso me apoiar e de forma particular ao meu irmão Carlos Rubem, batalhador incansável pela preservação da identidade histórica de Oeiras, pelo fornecimento de valiosas fontes de pesquisa;

ao meu amigo Gutemberg, pelo aperfeiçoamento da ortografia;

à Gardênia, Celina e Soraya pela amizade sincera e por acreditarem em mim;

ao corpo docente do Programa de Pós-graduação da UFPI pela partilha do saber e aos funcionários desta instituição pela forma atenciosa de me atender quando os solicitei;

aos colegas da décima turma do mestrado, pelos momentos vividos nesta trajetória de minha vida, guardarei na lembrança cada um de vocês;

aos funcionários do Arquivo Público do Piauí e da escola “Costa Alvarenga” pelo fornecimento de documentos preciosos para a realização desta pesquisa;

à Academia das Ciências de Lisboa, por ter atendido à nossa solicitação enviando-me cópias de documentos importantes do acadêmico Dr Pedro Francisco da Costa Alvarenga;

aos entrevistados por terem compartilhado comigo suas memórias.

à Karliete, pela colaboração nas transcrições das entrevistas.

à Amanda e ao Galdino, pela paciência de escutar tantas vezes a leitura deste trabalho e emitir suas sugestões.

[...] trago Oeiras tatuada na minha própria alma. Os símbolos maiores e menores desta cidade estão pulsando dentro do meu próprio coração, como sopro de vida a me ligar, cada vez mais, ao fascínio e aos mistérios de nossa terra.

Juarez Tapety

Amo a terra natal não porque ela é grande,
mas, sim, porque é a minha terra.

Seneca

RESUMO

Esta dissertação apresenta resultados de pesquisa realizada com o objetivo de reconstituir aspectos da história e memória da educação de Oeiras (PI). Faz uma retrospectiva histórica da cidade e de sua realidade educacional situada no limite temporal que se estende desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XX, focando a análise no período de 1830 até 1950, que corresponde ao momento em que o ensino público na província do Piauí e particularmente em Oeiras começou a dar sinais tímidos de avanços até a fase caracterizada pela consolidação do ensino público após criação do primeiro grupo escolar. É um trabalho historiográfico de caráter exploratório com abordagem de natureza qualitativa. Está fundamentado teórico-metodologicamente na Nova História Cultural, nas idéias de autores como Jacques Le Goff (2003), Roger Chartier (1990), Peter Burke (1991 / 2004), Maurice Halbwachs (1990), Paul Thompson (1992), Michel de Certeau (2003), e outros, como também na produção de diversos historiadores brasileiros, piauienses e oeirenses. Somadas às fontes bibliográficas, foram utilizadas fontes documentais e iconográficas, oficiais e não oficiais, localizadas nos arquivos públicos e particulares, além de depoimentos orais, coletados por meio de entrevistas não estruturadas e história de vida. Pode-se extrair deste trabalho que o processo educacional da cidade de Oeiras experimentou avanços e retrocessos e se arrastou de forma lenta por mais de dois séculos mantendo o modelo de escolas isoladas, sofrendo a descontinuidade dos projetos políticos aliada à falta de prioridade e baixa valorização da educação, até a configuração do modelo de grupos escolares, início de um período em que o ensino se consolida passando a acontecer de forma mais organizada e sistematizada.

Palavras-chave: Educação. História. Memória. Oeiras.

ABSTRACT

This composition is resulted of research carried with the objective of reconstitute aspects of the history and memory of education of Oeiras (PI). Its makes a historical retrospect of city and its education reality that include since middle of century XVIII until the first half of century XX, Emphasize The period of 1930, in this moment the public education in the province of the Piauí and particularly in Oeiras started to give signals shy of advances, up to 1950, period characterized for the consideration of public education after creation of the first school group. It is a historical exploration work with contents of qualitative nature. It is based theoretical methodological authors as Jacques le Goff (2003), Roger Chartier (1990), Paul Thampson (1992), Michel de Certeau (2003), and other, beyond of the production of Several Brazilian, Piauienses and Oeirenses Historians. Added the bibliographical sources, were used documentary and iconographical, official and not official in the public and particularly achieves beyond verbal depositions, collected by means of interviews not structuralized and verbal history of life.

Word-key: Education. History. Memory. Oeiras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Capítulo I

Figura 01	Ruínas da Casa da Torre de Garcia D’Avila.....	26
Figura 02	Imagem primitiva de Nossa Senhora da Vitória – Oeiras (PI). Século XVII.....	28
Figura 03	Imagem de Nossa Senhora da Vitória – Oeiras (PI). Século XIX.....	28
Figura 04	Igreja N. S. da Vitória – Oeiras (PI).....	29
Figura 05	Igreja N. S. da Vitória – Oeiras (PI).....	29
Figura 06	Retrato do rei Pedro II de Portugal.....	30
Figura 07	Retrato do rei João V de Portugal.....	30
Figura 08	Retrato do rei José I de Portugal.....	30
Figura 09	Sebastião José de Carvalho e Melo.....	30
Figura 10	Mapa da Vila de Oeiras do Piauí. Século XVIII.....	32
Figura 11	Planta da Cidade de Oeiras da Capitania de São José do Piauí – 1809.....	33
Figura 12	Vaqueiro.....	34
Figura 13	Produtos derivados do couro do boi.....	35
Figura 14	João José da Cunha Fidié.....	39
Figura 15	Casa da Pólvora – Oeiras (PI).....	41
Figura 16	Casa da Pólvora – Oeiras (PI).....	41
Figura 17	Manoel de Sousa Martins.....	44
Figura 18	Cadeia Pública de Oeiras – “Cadeia Velha” – 1839.....	46
Figura 19	Conselheiro Dr. José Antonio Saraiva.....	52
Figura 20	Prefeitura Municipal.....	56
Figura 21	Mercado Público.....	56
Figura 22	Complexo urbanístico: Café Oeiras/Associação Comercial/Praça da Bandeira e Passeio Leônidas Melo.....	56
Figura 23	Posto de Puericultura.....	56
Figura 24	Inauguração da Luz Elétrica – Oeiras – 07/10/1937.....	57
Figura 25	Jornal “A Chibata” – Oeiras – 1849.....	61
Figura 26	Banda de Música “Vitória” – Oeiras (PI) – [191-?]......	64
Figura 27	Banda de Música “Arrebenta Rochedo” – Oeiras (PI) – [193-?]......	65
Figura 28	Benedito Antônio de Freitas – Burane.....	66
Figura 29	Possidônio Nunes de Queiroz.....	67
Figura 30	Orquestra “Renascença” – Oeiras (PI) – [193-]......	68
Figura 31	D. Expedito Lopes – 1º Bispo de Oeiras – 949.....	70
Figura 32	Imagem de Bom Jesus dos Passos – Oeiras (PI).....	72

Capítulo II

Figura 33	Padre Marcos de Araújo Costa.....	85
Figura 34	Ruínas da casa da fazenda Boa Esperança.....	85
Figura 35	Lei Provincial nº 75, de 20/09/1837, Art. 1º.....	87
Figura 36	Joseph Lancaster.....	88
Figura 37	Lei Provincial nº 86, de 20/09/1838.....	91
Figura 38	Lei Provincial nº 1, de 29/05/1835.....	92
Figura 39	Artigo 10º da Lei Provincial nº 75, de 20/09/1837.....	95

Figura 40	Palmatória com furos.....	96
Figura 41	Palmatória sem furos	96
Figura 42	Lei Provincial nº 85, de 17/09/1838.....	98
Figura 43	Mapa do ensino primário da Província do Piauí no ano de 1846.....	102
Figura 44	Mapa dos alunos que freqüentaram as aulas na Escola Boa Esperança do Padre Marcos, em 1846.....	104
Figura 45	Mapa das aulas particulares de Oeiras em 1850.....	106
Figura 46	Zacarias de Góis e Vasconcelos.....	111
Figura 47	Cadeia Pública de Oeiras – “Cadeia Velha” – 1839.....	112
Figura 48	Mapa dos alunos que freqüentaram as aulas de latim de oeiras no ano de 1846.....	113
Figura 49	Relação dos professores do Liceu em Oeiras, suas cadeiras, data de nomeação e ordenados.....	118
Figura 50	Mapa demonstrativo da situação do Estabelecimento de Educando Artífices. Oeiras, 1850.....	122
Figura 51	Mapa das despesas feitas com o Estabelecimento dos Educandos Artífices, de 1849 até 1850.....	124
Figura 52	Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices, em 16/08/1853.....	126
Figura 53	Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices, em 23/08/1853.....	127

Capítulo III

Figura 54	Comunicação de gozo de licença feita pelo professor de Latim de Oeiras, Antonio João Batista Ferreira. Ofício de 22/04/1854.....	130
Figura 55	Mapa do Ensino Secundário do Piauí, 1853.....	131
Figura 56	Amália do Espírito Santo Campos.....	163
Figura 57	Maria de Macedo Reis	164
Figura 58	João da Silva Matos	165
Figura 59	Benedito Lopes Reis	166
Figura 60	Capa da Cartilha Analytica de 1923	168
Figura 61	Capa 90ª edição do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho, de 1934	169
Figura 62	Página 86 do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho	170
Figura 63	Página 87 do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho	170
Figura 64	Página 88 do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho	170
Figura 65	Página 89 do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho	170
Figura 66	Panfleto de campanhas educativas de cuidados com a saúde – 1945	180
Figura 67	Panfleto de campanhas educativas de cuidados com a saúde – 1945	180

Capítulo IV

Figura 68	Modelo de ficha de acompanhamento diário dos alunos – 1910	188
Figura 69	Modelo de Boletim – 1910	189
Figura 70	Sede provisória do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929	191
Figura 71	Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929	192
Figura 72	Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929	192
Figura 73	Edifício que serviu de modelo para a construção do Grupo Escolar Costa Alvarenga	194

Figura 74	Prédio do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1938	194
Figura 75	Prédio do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 2004	194
Figura 76	Pedro Francisco da Costa Alvarenga	195
Figura 77	Professora Eva das Neves Feitosa	201
Figura 78	Professora Elizabeth de Carvalho Sá	202
Figura 79	Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho	203
Figura 80	Eva das Neves Feitosa e seus alunos – 193-	205
Figura 81	Raimunda César Rego e suas alunas – 193-	206
Figura 82	Penas e estojo de vidro para guardar penas e coloca tinta	208
Figura 83	Capa do livro “Corações de Crianças”	211
Figura 84	Contra-capas do livro “Corações de Crianças”	211
Figura 85	Ilustração contida no livro “Corações de Crianças”	212
Figura 86	Ilustração contida no livro “Corações de Crianças”	212
Figura 87	Eva das Neves Feitosa	218
Figura 88	Francisca Romana de Sá Martins	218
Figura 89	Corpo docente do Grupo Escolar Costa Alvarenga em sua fase inicial com o inspetor de ensino	219
Figura 90	Apresentação de ginástica pelos alunos do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1937	225

Anexo

Figura 91	Ofício do Dr Pedro Francisco da Costa Alvarenga à academia Real das Ciências de Lisboa, em 1858	261
Figura 92	Amália de Espírito Santo Campos	262
Figura 93	Professora Maria de Macedo Reis e seu aluno Carlos Rubem Campos Reis.....	273
Figura 94	João da Silva Matos.....	279
Figura 95	Benedito Lopes Reis.....	283

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO I

Quadro 01	Relação dos intendentes de Oeiras (PI) - 1889 a 1930.....	53
Quadro 02	Relação dos prefeitos de Oeiras (PI) – 1930 a 1950	54
Quadro 03	Relação dos vigários de Oeiras – 1697 a 1950.....	69

Capítulo II

Quadro 04	Ensino primário e secundário da Província do Piauí no ano de 1845.....	101
Quadro 05	Ensino primário e secundário da Província do Piauí, 1850.....	105
Quadro 06	Ensino primário e secundário da Província do Piauí, 1851.....	109
Quadro 07	Quantidade de alunos que freqüentaram a aula de Latim na cidade de Oeiras, no ano de 1850.....	118

Capítulo III

Quadro 08	Cadeiras de instrução primária e secundária da Província do Piauí – 1854.....	133
Quadro 09	Classificação dos professores de instrução primária da Província do Piauí, sua lotação, ordenados e gratificações, em 1859.....	134
Quadro 10	Conteúdos adotados nas escolas de instrução pública primária da Província do Piauí. 1861.....	135
Quadro 11	Escolas Públicas Primária da Província do Piauí – 1881.....	144
Quadro 12	Conteúdos adotados nas escolas de instrução pública primária da Província do Piauí. 1883.....	145
Quadro 13	Professores de Oeiras no período provincial.....	149
Quadro 14	Quadro estatístico das escolas públicas de instrução primária da província do Piauí – 1889.....	151
Quadro 15	Professores de escolas isoladas públicas da cidade de Oeiras.....	161
Quadro 16	Professores de escolas isoladas particulares da cidade de Oeiras	174
Quadro 17	Lista de material enviado à escola Domingos Afonso Mafrense (Oeiras), pela Diretoria da Instrução Pública do estado do Piauí – 1938	178
Quadro 18	Alunos da 1ª turma da escola “Domingos Afonso Mafrense” – Oeiras – 1939	179

Capítulo IV

Quadro 19	Relação de alguns estados brasileiros com o respectivo ano de criação de seu primeiro grupo escolar	182
Quadro 20	Relação dos grupos escolares criados no Piauí de 1922 até 1930	184
Quadro 21	Relação das alunas da escola pública do sexo feminino – 31 jan. 1929 – Profª Francisca Romana de Sá Martins	198
Quadro 22	Matrícula do Grupo Escolar Costa Alvarenga nos anos: 1929-1930-1931-1932-1933-1934-1935-1936-1937-1938-1947-1948	199
Quadro 23	Quadro docente do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929-1946	204

Apêndice

Quadro 24	Relação dos governos da Capitania do Piauí sediados em Oeiras – 1759 a 1822	250
Quadro 25	Relação dos governos da Província do Piauí sediados em Oeiras – 1823 a 1852	251
Quadro 26	Jornais de Oeiras – 1832 a 1950	252
Quadro 27	Escritores oeirenses – 1832 A 1950.....	253
Quadro 28	Lista de material escolar remetido ao Grupo Escolar Costa Alvarenga. 1932-1935	257

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	
RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CIDADE DE OEIRAS (PI)	25
1 OEIRAS: DE SUA ORÍGEM À TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL (1697 – 1852).	25
1.1 Terra-mãe do Piauí.....	25
1.2 A primeira capital do Piauí.....	29
1.3 Pecuária: a base da economia.....	33
1.4 A participação de Oeiras nas lutas da Independência.....	37
1.5 Manoel de Sousa Martins: um vaqueiro no comando da Província.....	44
1.6 Transferência da Capital.....	47
2 OEIRAS: APÓS A MUDANÇA DA CAPITAL (1852 – 1950).	53
2.1 Período de decadência.....	53
2.2 O ressurgimento de uma cidade.....	54
2.3 Tradição cultural.....	60
2.4 Capital da fé.....	69
2.5 Memórias de uma cidade.....	73
CAPÍTULO II	
EDUCAÇÃO EM OEIRAS: VASCULHANDO O PASSADO. (Das origens a 1852)	80
1 ESCOLAS ISOLADAS: SEUS AVANÇOS E RETROCESSOS.	80
1.1 O alvorecer das escolas isoladas.....	80
1.2 Tentativas de organização.....	86
1.3 Estruturação do ensino público.....	99
1.3.1 Liceu Provincial.....	110
1.3.2 Estabelecimento de Educandos Artífices.....	120
CAPÍTULO III	
EDUCAÇÃO DE OEIRAS APÓS TRANSFERÊNCIA DO LICEU E DO ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES. (1852-1928).	129
1 ERGUENDO-SE DAS CIZAS E ALÇANDO VÔO	129
1.1. Marasmo educacional.....	129
1.2. Prenúncio de mudanças.....	152
1.3. A sociedade em luta: a iniciativa popular em prol da educação oeirense.....	162
1.3.1 Participação da União Artística Operária Oeirense no ensino de Oeiras.....	175
CAPÍTULO IV	
CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM OEIRAS	181

1 SURGIMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES	181
1.1 Reorganizando a educação.....	181
2 GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA: ALIMENTANDO SONHOS E ESPERANÇAS.	189
2.1 A concretização de um desejo.....	190
2.2 O patrono da escola.....	195
2.3e a escola ganha vida.....	197
2.3.1 Comunidade escolar: pessoal discente, docente e administrativo.....	197
2.3.2 Material escolar.....	206
2.3.2.1 Corações de crianças: história e memória da educação em Oeiras nas páginas de um livro de leitura.....	208
2.3.3 O Grupo Escolar Costa Alvarenga e suas associações educativas auxiliares..	214
2.3.4 O cotidiano escolar.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS	232
APÊNDICES	249
APÊNDICE A – Governos da Capitania do Piauí sediados em Oeiras – 1759 a 1822	250
APÊNDICE B – Governos da Província do Piauí sediados em Oeiras – 1823 a 1852.....	251
APÊNDICE C – Relação os jornais que circularam em Oeiras até a primeira metade do século XX.....	252
APÊNDICE D – Escritores Oeirenses – 1832 a 1950.....	253
APÊNDICE E - Lista de material escolar remetido ao Grupo Escolar Costa Alvarenga - 1932-1935.....	257
ANEXOS	260
ANEXO A – Ofício à academia Real das Ciências de Lisboa, em 1858 expedido por Dr Pedro Francisco da Costa Alvarenga.....	261
ANEXO B – Depoimento de Amália do Espírito Santo Campos.....	262
ANEXO C – Depoimento de Maria de Macedo Reis.....	273
ANEXO D – Depoimento de João da Silva Matos.....	279
ANEXO E – Depoimento de Benedito Lopes Reis.....	283

INTRODUÇÃO

Como se processou a educação em Oeiras? Trago comigo este questionamento originado da minha vivência pessoal e profissional. Sou professora e também oeirense e estes fatores me motivaram a conhecer o passado educacional de Oeiras e assumir como incumbência a luta em defesa do patrimônio educacional de minha cidade. Em Oeiras iniciei meus estudos, formei-me professora e introduzi-me na arte de ensinar. O destino conduziu-me a Teresina, onde me graduei em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o ingresso no Curso de Mestrado, nesta mesma instituição, veio a oportunidade de buscar a resposta para minha inquietação e iniciar a reconstrução da riqueza educacional legada por nossos antepassados, contribuindo para a formação de uma memória cidadã, sensibilizando a todos da necessidade de valorização e preservação da nossa herança educacional.

Em Oeiras estão fixadas as raízes da História do Piauí. Terra cantada em verso e em prosa por poetas, escritores e historiadores exaltando seus encantos e magia, sua história nos mais variados aspectos, no entanto no que tange à educação ficou este campo carecendo de um tratamento mais específico. Porém esta lacuna não é peculiar somente à cidade de Oeiras, basta folharmos alguns livros de História para detectarmos que esta não tem dado ao tema *educação* uma atenção devida. Para Warde (2000, p. 94), “o movimento de aproximação da História da Educação ao campo da História deve-se mais à iniciativa dos que se situam na área da Educação”.

O campo de pesquisa em História da Educação no Brasil começou a ter contornos mais definidos com a criação, em 1937, do Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais – INEP, cujo objetivo maior era de organizar a documentação relativa à História da Educação no país e promover pesquisa na área. Das ações operadas por este instituto, destacam-se o lançamento da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, em 1944, e a criação, a partir de 1952, de centros de pesquisas em algumas capitais do país, que contribuíram com a divulgação das produções sobre educação e estímulo à pesquisa.

O Brasil passou então a escrever sua História da Educação, e esta produção abriu espaço para a introdução da disciplina História da Educação nos cursos de Pedagogia, em

1970, e, a partir desta década, com a criação dos cursos de pós-graduação, o campo de pesquisa nesta área consolidou-se.

Em 1985, o INEP reconfigurou-se institucionalmente mudando o seu foco de atuação e o fomento à pesquisa foi assumido pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Neste corolário surgiram as associações de pesquisadores como a de História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, em 1991, e a Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, em 1999, entre outras, que vêm realizando estudos e pesquisas sobre educação no Brasil, promovendo encontros, incentivando estudos interdisciplinares, divulgando produções e intercambiando experiências entre pesquisadores nacionais e internacionais.

Estes esforços têm contribuído para um aumento gradativo da historiografia educacional brasileira, atrelado à influência dos paradigmas marxista e da Nova História Cultural. Este último, por excelência, tem tido grande aceitação entre os historiadores educacionais, pois ao alargar o campo de pesquisa permitindo a inclusão de diferentes objetos, fontes e abordagens, abriu um leque de possibilidades para a escrita da história de nossa educação. Se a princípio esta produção se concentrava no eixo sudeste-sul e tomada como modelo para todo o país, hoje, já vemos iniciativas de outras regiões na busca de uma história da educação mais localizada.

No Piauí, apesar de alguns historiadores já terem incluído em suas obras algumas referências sobre a educação do Estado, este é um campo que está sendo desbravado. Estudos e produções acadêmicas nesta área vêm se desenvolvendo após a criação, pela Universidade Federal do Piauí, do Curso de Mestrado em Educação, em 1992, e do surgimento de núcleos de pesquisa, como o Núcleo de Educação, História e Memória – NEHME, imbuído na reconstrução da história da educação do Estado. Vem surgindo, a partir de então, estudos interessados em focalizar a educação em diversas cidades e é neste bojo que está incluído este trabalho pioneiro sobre a educação de Oeiras.

Os avanços que a cada dia vêm se observando na historiografia brasileira e piauiense ocorrem à medida que se vai superando a concepção positivista de documentos. Se para os seguidores da história rankiana, C. V. Langlois e Charles Seignobos (apud THOMPSON, 1992, p. 79), “o historiador trabalha com documentos. (...) Não há substituto para os documentos: se não há documentos, não há história” o fundador do movimento annalista, Lucien Febvre (apud GLÉNISSON, 1977, p. 138), por sua vez, diz que:

História faz-se com documentos escritos certamente. Quando eles existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, no caso da inexistência

destes. Isto é, com tudo quanto o engenheiro do historiador puder permitir-se utilizar para fabricar o seu mel na falta das flores habituais.

A raiz intelectual do paradigma da Nova História Cultural, que tem impulsionado nosso progresso historiográfico educacional, está na forma inovadora de fazer história surgida na França, em 1929, com o movimento dos *Annales*, que segundo Peter Burke (1991), veio contribuir para a expansão do campo da História, produzindo uma revolução na historiografia, fazendo com que esta jamais fosse a mesma. Este modelo especial de historiografia, como afirma Chartier (1990, p. 16-17) procura “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”.

Esta nova tendência historiográfica, segundo Lopes e Galvão (2001), tem desviado a rota dos investigadores da área de educação da legislação indo em direção à cultura e ao cotidiano escolar, ouvindo as vozes dos professores e alunos e outros sujeitos que marginalizados permaneceram anônimos, abafados pelos pensamentos dos grandes intelectuais, saindo da macro-história para uma história mais localizada.

Este trabalho está ancorado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Nova História Cultural e tem como finalidade apresentar os resultados de pesquisa realizada com o objetivo de recompor aspectos da história e memória da educação de Oeiras (PI). O limite temporal se estende desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XX, focando a análise no período de 1830 até 1950, que corresponde ao momento em que o ensino público na província do Piauí e particularmente em Oeiras começou a dar sinais tímidos de avanços até a fase caracterizada pela consolidação do ensino público após criação do primeiro grupo escolar.

O embasamento teórico segue os caminhos traçados principalmente pelas idéias de pensadores annalistas como Jacques Le Goff (2003), Roger Chartier (1990), Peter Burke (1991 / 2004), Maurice Halbwachs (1990), Paul Thompson (1992), Michel de Certeau (2003) e outros; além de se inspirar em trabalhos de escritores clássicos da História da Educação brasileira, entre eles, Almeida (2000), Moacyr (1939), Azevedo (1976), Nagle (1974), Tobias (1986), Ribeiro (1992), Souza (2004); em produções historiográficas locais de autores como Nunes (1972 / 1975 / 1981), Costa (1974), Mott (1985), Melo (1997 / 1995), Chaves (1998), Santana (1964), Ferro (1996 / 1999 / 2000), Lopes (2001 / 2006), Carvalho Júnior (1980 / 1992), Britto (1976 / 1977), Falci (2000/2001), Soares Filho (1992) e outros autores cujos trabalhos abordam temáticas pertinentes a este estudo.

Ao iniciar o trabalho de pesquisa deparei-me com a dificuldade de localizar fontes específicas sobre a educação em Oeiras em épocas passadas, causando-me angústia e inquietação ao constatar que a rara documentação existente na cidade sobrevive em situação precária nos espaços públicos ou com particulares como objeto de valor estimativo sem a segurança e cuidados necessários que evitem a ameaça de sua integridade, obstaculizando o desenvolvimento de pesquisas neste campo.

As fraquezas de políticas de preservação do patrimônio educacional e a falta de consciência da importância de se manter viva a memória da educação para a construção de uma identidade institucional escolar de Oeiras, fez com que parte da história de sua educação fosse transformada em combustível, ardendo nas chamas das fogueiras ateadas por pessoas insensíveis ao valor do passado, ou fosse parar em depósitos úmidos de merenda escolar como um banquete servido aos famintos ácaros consumidores de memória. Interrompendo a gula desses comensais, foram ainda salvos alguns documentos como livro de correspondências, livros de matrícula, livros de ponto, livros de chamada, livro de estatística, livro de termo de compromisso, folhas de pagamento, atas, e outros documentos avulsos de valor histórico, datados de 1929 até a década de cinquenta.

As dificuldades de localização de fontes relativas à história da educação, devido ao descaso com sua preservação, constitui um dos grandes dilemas dos pesquisadores nesta área. Ester Buffa (2002, p. 26), conhecida pesquisadora brasileira que tem se dedicado ao estudo de instituições educativas, afirma que “todos os que têm alguma experiência com pesquisa em arquivos conhecem as precárias condições em que eles se encontram. Caixas com documentos importantes misturam-se a restos de cortinas, cadeiras quebradas e muitos ácaros”.

A idéia deturpada de progresso contrapondo-se ao passado como algo a ser banido, vem esvaziando dos arquivos escolares velhos documentos, testemunhos de uma história vivida. Para Clarice Nunes (2003, p. 141):

Nossos documentos escolares têm sido inúmeras vezes vistos como amontoado desconexo do qual precisamos nos desvencilhar, e o fazemos arbitrariamente, justificado pela falta de espaço e o acúmulo de papel, no fundo o que falta inúmeras vezes é a consciência do valor histórico dos documentos produzidos institucionalmente, é a permissão ao direito à memória, que acompanha o direito à cidade e à cidadania.

É urgente que trabalhos de natureza semelhante a este que busca encontrar os fios do passado educacional de uma cidade, aqui em particular o de Oeiras, e tecer sua trama, sejam realizados por outros pesquisadores locais e de outras regiões, utilizando os vestígios

que ainda nos restam, “porque há de facto uma história da educação ameaçada” (MAGALHÃES, 1999, p. 76).

Prosseguindo com o trabalho de garimpagem das fontes, foi no Arquivo Público do Estado do Piauí que encontrei alguns documentos sobre a educação de Oeiras diluídos nas falas e mensagens dos presidentes e governadores, nos relatórios dos diretores da instrução pública, nas leis e regulamentos do ensino público, nas nomeações e substituições de professores, nos mapas, tabelas e quadros, nos pedidos de licença e atestados médicos, na sua maioria manuscritos que necessitavam de uma decodificação e transcrição para o português corrente para melhor compreensão de seus conteúdos, sem falar que foi preciso montar verdadeiros quebra-cabeças para recompor documentos que se encontram aos pedaços, uma demonstração de descaso de políticas de preservação destas fontes e de respeito para com a preservação de nossa memória.

Além destas fontes documentais oficiais sob a guarda do Estado, outras foram rastreadas e encontradas com particulares, “pessoas-memória”, que consciente ou inconscientemente salvaguardam da destruição total objetos que fizeram parte da cultura material escolar de Oeiras como penas, tinteiros, livros, cadernos, certificados e diplomas, além de fotografias, já gastos e amarelados pelo tempo, mas guardados com carinho.

As fontes imagéticas não foram utilizadas neste trabalho para servirem de adornos, mas como apoios de um texto escrito, e como próprios textos a serem lidos e interpretados. São testemunhos da existência de uma realidade, de um tempo imobilizado e perenizado, em que determinados fatos e objetos, num determinado lugar, em um determinado momento, se oferecem para serem examinados e analisados, mas que só encontrarão sentido em outras referências que dêem conta de seu contexto. No desenrolar da pesquisa as fotografias também serviram como instrumentos desencadeadores da memória e desinibidores das falas daqueles que nelas se encontravam e que ajudaram na leitura e compreensão das mesmas, elucidando determinados acontecimentos importantes daquela comunidade. Segundo Mauad (2004, p. 22), “as imagens nos contam histórias, atualizam memórias, inventam vivências, imaginando a história”.

Apoiado no pensamento de Le Goff (2003), a fotografia é aqui considerada um documento/monumento, ao tempo que se constitui como produto material produzido por uma sociedade e também símbolo de perpetuação da memória coletiva. Para Mauad (2004, p.22) não se deve jamais esquecer que “todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo”.

Para enriquecimento deste trabalho foi utilizado como recurso metodológico as fontes orais obtendo informações junto a uma amostra de 11 sujeitos, entre professores e alunos, que estiveram envolvidos diretamente com a educação de Oeiras, dando a palavra a quem se viu tolhido de expressar suas experiências, fazendo vir à tona o que estava depositado no fundo da memória.

A história oral, segundo Bom Meíhy (1998), veio servir aos anônimos como abrigo de suas vozes, dando sentido às suas experiências vividas, fazendo com que estes se sintam sujeitos sociais, legítimos fazedores de História. Desta forma, a História, na opinião de Thompson (1992, p. 22), vem se tornando mais democrática, e a história oral passa a ser vista como meio de transformar tanto o conteúdo como a finalidade da história, “pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.

Em epígrafe de Ferreira Gullar, citado por Viera, Peixoto e Khours (2003, p. 12), na abertura do segundo capítulo do seu livro “A pesquisa em História”, nos mostra a necessidade do alargamento dos temas em história e da inclusão de sujeitos marginalizados afirmando que a história dos homens “não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbio, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina”. Desta forma, Gullar busca o uso da metáfora para valorizar os novos sujeitos da História Cultural, comparando-os à “matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma tradição à vida e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz”.

O Monsenhor Chaves (1998), historiador piauiense, em “Apontamentos biográficos e outros”, coloca entre o elenco dos que participaram como autores da História do Piauí, os vaqueiros e roceiros, por entender que nossa história deve também “partir do povo, partir do pobre, é dar um instrumento de interpretação às forças de libertação e conscientização atualmente vivas no Brasil, e ao povo uma consciência histórica” (p. 634), e faz um apelo àqueles que desejarem enveredar pelo caminho da historiografia deste Estado:

Precisamos escrever a história do Piauí a partir do povo, a partir do pobre. A que temos é a história da classe dominante, a classe que produz os documentos e organiza os arquivos. Dela são os heróis, os grandes, os libertadores que de fato a ninguém libertaram, mas mantiveram o povo na sujeição aos seus “modelos” que garantem a perpetuidade de seu *status* (CHAVES, 1998, p. 634).

E atendendo ao chamamento do Monsenhor Chaves foram eleitos como sujeitos desta pesquisa, os professores e os alunos, priorizando aqueles de idade mais avançada, verdadeiros protagonistas da educação em Oeiras, muitas vezes marginalizados e silenciados, que pela falta de oportunidade de compartilhar suas vivências guardavam em sua memória ricos relatos do seu tempo de escola.

Como instrumento de coleta das informações prestadas utilizei no desenvolvimento da pesquisa a entrevista não estruturada individual e em profundidade por ser, segundo Minayo (1994, p. 59), aquela que melhor “possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante”, além de permitir ao entrevistado “desenvolver suas opiniões de maneira que ele estimar conveniente” (RICHARDSON, 1999, p. 210), assumindo como entrevistador o papel de orientador e estimulador. Foi também utilizada a entrevista coletiva em que os entrevistados reunidos em uma sessão, espontaneamente discorreram sobre temas relacionados à educação e costumes daquela sociedade, posicionando-me como moderador.

Os dados coletados foram cuidadosamente confrontados, organizados, classificados, analisados e transformados nesta dissertação de mestrado que está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “Retrospectiva histórica da cidade de Oeiras (PI)”, apresenta uma visão panorâmica da história da cidade de Oeiras em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, desde os seus primórdios até a primeira metade do século XX, para melhor compreensão de como se processou a educação na cidade durante o período escolhido como limite temporal deste trabalho.

O segundo capítulo, “Educação em Oeiras: vasculhando o passado”, trata da educação em Oeiras quando esta era a capital da Província do Piauí. Mostra o surgimento das escolas isoladas, as tentativas de organização destas escolas e as iniciativas tomadas no sentido de estruturar o ensino com a criação do Liceu Provincial e do Estabelecimento de Educandos Artífices.

O terceiro capítulo tem como título “Educação de Oeiras após transferência do Liceu e do Estabelecimento de Educandos Artífices”. Mostra a situação em que ficou a educação de Oeiras após a mudança do Liceu e do Estabelecimento de Educandos Artífices para Teresina, por ocasião da transferência da capital. Sem a posse destas duas escolas, que apresentavam um certo grau de organização e estruturação, o ensino em Oeiras perde vitalidade, permanecendo em um estado letárgico até as primeiras décadas do século XX, período no qual a educação oeirense retoma o crescimento rumo à sua consolidação.

O quarto capítulo, “Consolidação do ensino público de Oeiras”, aborda a transição do modelo de escolas isoladas para o modelo dos grupos escolares e a consolidação do ensino público com a criação do primeiro grupo escolar de Oeiras, Grupo Escolar Costa Alvarenga, além de percorrer a cultura escolar desta instituição através da memória de seus atores.

O processo de produção, acumulação e transmissão do conhecimento tem sido a mola propulsora da ciência e do progresso da humanidade. O conhecimento não nos é facultativo, ele nos é indispensável e seu fim não é meramente empírico, mas acima de tudo científico. É fundamental buscarmos as informações que estão guardadas em documentos e na memória das pessoas, de modo que possamos ter um registro formal de nossa história, que de outra forma estaria fadada ao esquecimento. Ciente de eventuais limites, pretendo com este trabalho colaborar para a construção do conhecimento sobre a História da Educação, fornecendo informações relevantes para o esboço do perfil histórico educacional de Oeiras, do Piauí e do Brasil.

CAPÍTULO I

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CIDADE DE OEIRAS (PI)

Este capítulo apresenta uma visão panorâmica da história da cidade de Oeiras em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, desde os seus primórdios até a primeira metade do século XX, para melhor compreensão de como se processou a educação nesta cidade durante este período escolhido como limite temporal deste trabalho.

1 OEIRAS: DE SUA ORÍGEN À TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL (1697 – 1852)

1.1 Terra-mãe do Piauí

“Tu foste sem dúvida o berço fadado do teu Piauí. E as glórias maiores do tempo passado colhemos aqui”.
José Expedito de Carvalho Rego

A estrofe do Hino de Oeiras¹, citada em epigrafe, mostra a importância histórica desta cidade sertaneja encravada no *coração* do Piauí. Sua história e a do próprio Estado se confundem.

O território piauiense antes de ser habitado já era conhecido desde meados do século XVI por expedições passageiras que adentravam pelo litoral ou que transitavam num vai e vem entre as capitanias do Maranhão, Ceará e Pernambuco. Tão logo foi descartada a esperança de encontrar ouro na região, as caravanas passaram ter como objetivo o aprisionamento e escravização dos índios. Destas bandeiras, a que foi chefiada por Domingos Jorge Velho chegou a se assentar por algum tempo em terras piauienses, nas vertentes dos rios Parnaíba e Piauí, retirando-se posteriormente com a missão de combater o Quilombo dos Palmares localizado na região entre Pernambuco e Alagoas (MARTINS, 2002, p. 21-23).

¹ Hino de Oeiras – letra: José Expedito de Carvalho Rego; música: Dionísio Rosa Reis.

Com a intenção de combater os índios Gurguéias que constantemente invadiam suas fazendas localizadas nas vizinhanças do sul do Piauí, em 1674, foi organizada uma expedição pelos importantes e poderosos fazendeiros baianos da Casa da Torre de Garcia D'Avila². Esta expedição era encabeçada por Francisco Dias de Ávila, Domingos Rodrigues de Carvalho, Francisco Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão³. Destes, somente Domingos Afonso prosseguiu sua aventura em companhia de seu irmão Julião Afonso⁴. Percebendo a vastidão de terra propícia à criação extensiva de gado resolveram aqui instalar suas fazendas. Não tardou receber sucessivas sesmarias, tornando-se um dos maiores latifundiários da História do Brasil. Foram nestas terras que a cidade de Oeiras nasceu e se desenvolveu.



Figura 01 – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila

Fonte: A CASA da Torre de Garcias D'Avila. Disponível em: <<http://www.casadatorre.org.br/>>.

Acesso em: 13 ago, 2005

Entre os historiadores há duas versões sobre a origem desta cidade. Para uns, e esta é a versão mais corrente, Oeiras se originou do desenvolvimento da fazenda Cabrobó, pertencente a Domingos Afonso, também conhecido por Mafrense, localizada no centro-sul do Piauí, à margem direita do riacho da Mocha e distante do rio Canindé apenas seis

² Casa da Torre de Garcia D'Avila – também denominada de Castelo da Torre de Garcia D'Avila , Castelo Garcia D'Avila, Castelo da Torre, Torre de Tatuapara, Solar da Torre, Solar de Tatuapara, , ou simplesmente Casa da Torre. O termo “Casa” refere-se à habitação, moradia e o termo “Torre” trata-se de outra construção, anexa ao Castelo. Tem um sentido de casa forte, castelo e figurativamente de raça, família. Propriedade particular dos “Avilas”. Tida como uma das primeiras grandes edificações portuguesas no Brasil, com arquitetura semelhante à de um castelo medieval. Sua construção teve início em 1551, por Garcia d'Ávila que chegou à Bahia em 1549, juntamente com Tomé de Sousa e se estabeleceu em Tatuapara, Mata de São João e concluída em 1624, pelos seus herdeiros. Sede do maior latifúndio do Brasil, suas terras se estendiam da Bahia ao Maranhão, ocupando cerca de 1/10 do território brasileiro de hoje. Partiram daqui muitas bandeiras na conquista e desbravamento do Nordeste. Abandonada em meados do século XIX, tombada pelo IPHAN, em 1938, hoje, restaurada, tornou-se ponto turístico pertencendo à Fundação Garcia D'Avila. (A CASA da Torre de Garcia D'Avila. Disponível em: <<http://www.casadatorre.org.br/>>. Acesso em: 13 ago, 2005.)

³ Domingos Afonso – português de Mafra, por esta razão apelidado de Mafrense. Filho de Julião Afonso e Jerônima Francisca. Era também cognominado de Domingos Afonso Sertão pela bravura de suas incursões sertanejas.

⁴ Julião Afonso – irmão de Domingo Afonso Sertão, que também movido pelo espírito aventureiro recebeu a alcunha de “Serra”, Julião Afonso Serra.

quilômetros; para outros, tudo começou a partir de um arraial de índios domésticos estabelecidos por Julião Afonso. “Mas, Julião era irmão de Mafrense e mesmo a história tomando sozinha o partido deste, não se pode negar que a conquista estava em casa” (CARVALHO JÚNIOR., 1992, P.15).

Aqui a Igreja se fez logo presente. O Pe. Miguel de Carvalho⁵, após ter visitado, a partir de 1694, o vasto sertão piauiense, apresenta ao Bispo de Pernambuco, Dom Francisco de Lima, a necessidade da criação de uma freguesia no centro sul do Piauí. Atendida a solicitação, foi criada, em 1696, a freguesia da Mocha sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória. Neste mesmo ano, retorna ao Piauí o Pe Miguel de Carvalho para sua instalação a mando do Bispo de Pernambuco. Em sua companhia veio o Pe Tomé de Carvalho para assumir o comando espiritual da freguesia, tornando-se o primeiro vigário, trazendo consigo a imagem da virgem padroeira.

O Pe. Miguel de Carvalho hospedou-se na fazenda Tranqueira do Sr Antônio Soares Touguia, e lá, em 11 de fevereiro de 1697, realizou uma reunião onde compareceram os moradores da vizinhança, exceto os representantes diretos da Casa da Torre, e juntos decidiram que seria o Brejo da Mocha o local mais apropriado para a edificação da Igreja Nossa Senhora da Vitória, justamente nas terras daqueles que não participaram do encontro. Em dezoito dias, foi erguida provisoriamente uma capela de taipa coberta de pindoba⁶ medindo vinte e quatro palmos de comprimento por doze de largura no centro de “um adro demarcado por pedras, lugar onde deveria ser feita nova igreja a qual deveria ter cem passos de comprimentos por sessenta de largura” (NUNES, 1981, p.11), e no dia 2 de março do mesmo ano, o templo da Virgem foi sagrado. A imagem primitiva de Nossa Senhora da Vitória⁷ (figura 02), a primeira imagem sacra do Piauí, de postura rígida e feições rústicas foi entronizada e reinou absoluta por longos anos, até ser substituída, no segundo quartel do século XIX, por outra (figura 03) dotada de maior leveza e graciosidade bem ao gosto do estilo barroco muito em voga no Brasil da época (CARVALHO JUNIOR, 1980, 162-163).

⁵ Padre Miguel de Carvalho – pertencia à Diocese de Pernambuco, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó. Recebeu o título de “Missionário Visitador”. Percorreu, durante quatro anos, a partir de 1694, o vasto território piauiense. Elaborou, em 1697, um relatório com o título “Descrição do Sertão do Piauí”, transcrito pelo Padre Cláudio Melo, que diz ser este documento o “primeiro estudo de geografia física e humana do Piauí” (1993, p. 9). Nele está incluído o perfil das terras onde foi instalada a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

⁶ Pindoba – espécie de palmeira de noz dura, rica em óleo.

⁷ Imagem primitiva de Nossa Senhora da Vitória – Chegou a Oeiras no fim do século XVII. Após ser substituída por outra, foi recolhida na sacristia e usada somente nas procissões por ocasião da festa da padroeira. Foi “adotada” (costume local) por particulares, e posteriormente, adquirida por compra pelo professor Leopoldo Portela Barbosa, na época Monsenhor, e hoje faz parte de sua coleção particular. (CARVALHO JUNIOR, 1980, p. 169).



Figura 02 – Imagem primitiva de Nossa Senhora da Vitória – Oeiras (PI). Século XVII.
Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. Teresina: COMEPI, n° 2, 1980. p. 163.



Figura 03 – Imagem atual de Nossa Senhora da Vitória – Oeiras (PI). Século XIX.
Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Por ordem régia, foi demarcado o território que passou a fazer parte do patrimônio da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Mocha. Esta decisão nada agradou aos vaqueiros da Casa da Torre, considerados os donos da terra, que reagiram com violência queimando o templo sagrado. “Certo dia, inesperadamente, alguns cavaleiros comandados por Domingos Afonso Serra, com tochas nas mãos e imitando os selvagens cercaram a igreja e, 4 ou 6 casas ali construídas e, sem outra razão que a maldade humana, lhes tocaram fogo” (MELO, 1997, p. 10).

Este episódio, porém, não desanimou o Pe. Tomé, que com ajuda de fazendeiros da região reergueu, no mesmo local, uma igreja de base sólida que veio ser o primeiro templo regular do Piauí. Esta igreja, mesmo em processo de construção, entra em funcionamento, sendo definitivamente inaugurada no ano de 1733. Ao tempo que se edificava a igreja, ao seu redor iam também sendo construídas algumas casas, iniciando um tímido povoamento.



Figura 04



Figura 05

Figuras 04 e 05 – Igreja N. S. da Vitória – Oeiras (PI) em dois momentos de sua história: no início do século XX e atualmente. Apesar das sucessivas reformas manteve suas linhas arquitetônicas básicas inalteradas.

Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

1.2 A primeira capital do Piauí

O rei de Portugal, D. João V, em 30 de junho de 1712, mandou através de uma Carta Régia, que o ouvidor-geral do Maranhão, Euzébio Capelly, fosse ao Piauí e criasse uma Vila no lugar onde estava a Igreja de Nossa Senhora da Vitória. A instalação desta vila, porém só ocorreu em 26 de dezembro de 1717, recebendo o nome de Vila da Mocha e “no ano seguinte era a Mocha, ainda vila, elevada à condição dignificante de capital [...] mesmo antes de ser cidade” (CARVALHO JÚNIOR, 1992, p. 23).

O Piauí pertenceu a princípio à jurisdição de Pernambuco até sua administração ser passada ao governo do Maranhão, em 1695, por ato régio de D. Pedro II de Portugal (figura 06), cujo cumprimento só ocorreu após vinte anos, em 1715. D. João V (figura 07) desejava que esta separação fosse feita e criou por alvará de 1718 a Capitania do Piauí, porém este alvará só foi executado quarenta anos depois, em 29 de junho de 1758, quando D. José I (figura 08), seu sucessor, nomeou o seu primeiro governador, o Coronel de Cavalaria, João Pereira Caldas, tornando independente a Capitania do Piauí do domínio maranhense. No entanto, a Capitania do Piauí só se desvinculou definitivamente do Maranhão, em 1811, quando adquire autonomia militar.



Figura – 06 – Retrato do rei Pedro II de Portugal – O Pacífico – Reinou entre 1683 e 1706



Figura – 07 – Retrato do rei João V de Portugal – O Magnânimo – Reinou entre 1706 e 1750.



Figura – 08 – Retrato do rei José I de Portugal – O Reformador – Reinou entre 1750 e 1777

Figuras 06, 07 e 08 – Reis de Portugal que decidiram sobre os destinos do Piauí e de Oeiras no início de sua organização política.

Fonte: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em:

Figura 06 <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:PedroIIPortugal.jpg>>

Figura 07 <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:JoaoVPortugal.jpg>>

Figura 08 <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:JoseIPortugal.jpg>>. Acesso em: 13 ago, 2005

João Pereira Caldas tomou posse em 20 de setembro de 1759, dando à Capitania o nome de São José do Piauí em consideração ao soberano português que o nomeara, D. José I. A Vila da Mocha por Carta Régia de 19 de janeiro de 1761 recebeu a categoria de cidade. Em 13 de novembro do mesmo ano, o governador impôs-lhe o nome de Oeiras em homenagem ao Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (figura 09), Primeiro-Ministro do Rei de Portugal daquela época.



Figura 09 – Sebastião José de Carvalho e Melo. Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. (13/05/1699 – 15/05/1782). Primeiro Ministro do Rei José I de Portugal (1750 – 1777).

Fonte: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Pombal.jpg>> Acesso em: 13 ago, 2005

Quando da instalação da Vila da Mocha, “mandou o governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, muitas famílias para a povoação e pouco tempo depois 300 degredados portugueses, para o desenvolvimento da sua população” (COSTA, 1974, v.1, p.82). João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania, ordena em 1762, que seja feito um censo da capital, que resultou no documento “Acento das casas próprias e de aluguel que ocupam os moradores da cidade de Oeiras”.

Cópia original do referido documento de arrolamento geral da população de Oeiras foi localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal) pela historiadora Mary Korash, professora de História em Michigan (EUA) e enviada para a também historiadora, Miridan Brito Falci, professora da UFRJ, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro, que após estudo urbanístico e populacional do mesmo, publicou seus resultados na Revista do Instituto Histórico de Oeiras, apresentando informações até então inéditas:

Em primeiro lugar, observemos a praça principal e a seu lado a Rua Direita – a mais importante: main street, que é ao mesmo tempo via de acesso e de partida, e que desemboca na grande praça. De um lado e de outro da praça desenvolve-se o primeiro aglomerado de casas, o primeiro adensamento populacional. Criam-se as condições econômicas. Na praça erguem-se os símbolos dos poderes – religioso, econômico e político.

‘A Igreja de Nossa Senhora da Vitória, Padroeira da Cidade, Matriz dela, tem o seu assento no extremo da Praça Principal; de ordinária grandeza, com duas capelas, dois altares, além do mor e duas sacristias, murada de adro no seu cemitério e cercada de pedra que descem para o corpo principal da referida Praça’

A Igreja Nossa Sra. da Vitória, símbolo do poder religioso e político, numa época em que Igreja e Estado caminhavam juntos, domina a praça e se posiciona em direção a pontos cardeais importantes. Como diz mestre Dagoberto: a praça domina a cidade. A igreja domina a praça.

Mas no meio da praça está o Pelourinho:

‘...obra de pedra com suas escadas no qual lugar foi posto de novo por ordem e mandato do Ilmo. Sr. Governador João Pereira Caldas, expedida aos camaristas para o dito efeito por estar de antes sentado em lugar menos próprio e que servia de embaraço.’

[...]

Em torno da praça adensa-se a vida urbana. Há 33 casas onde moram 114 pessoas, dentre elas: o governador, dois tabeliães, um intendente, um sargento-mor, um vigário, um capitão-mor e um mercador. Ali estão setenta homens e quarenta e quatro mulheres. Dentre os 70 homens, 23 eram escravos, enquanto 45 eram livres, um era agregado e um era ‘moço índio’. Das 44 mulheres, 26 eram escravas, 15 eram livres e três eram “moças” índias (FALCI, 2000/2001, p. 170-171).

Prosseguindo a análise do documento, a prof^a Miridan esclareceu que na Praça da Matriz, deveria existir mais de 114 pessoas, pois não havia discriminação do número de pessoas que habitavam as duas casas do governador. Quase todas as casas distribuídas neste espaço eram de propriedade das Irmandades de Nossa Sra da Vitória, de Santa Ana, das

Almas, do Santíssimo Sacramento e de São João Nepomuceno. Estes imóveis eram alugados, inclusive a casa do próprio governador, e os aluguéis eram pagos a estas instituições. Da praça partiam sete ruas que se entrecruzavam com outras formando o centro da cidade. À medida que as casas se aproximavam da praça, maior era o valor do terreno e o poder dos que nela residiam.

Nesta época, Oeiras possuía três bairros: o Bairro do Rosário, onde se encontrava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, então em construção; o Bairro do Deserto, contava com apenas uma casa, a do tenente coronel João de Rego Castelo Branco onde residia com a mulher, cinco filhos e oito escravos e o Bairro do Caquende; e as seguintes ruas: Rua das Pataratas, Rua Direita, Rua do Paço, Rua da Poeira, Rua do Jorge, Rua do Príncipe, Rua Nova das Flores, Rua Nova da Bica, Rua do Hospital, sendo as três primeiras as mais importantes:

A Rua das Pataratas começava na praça e terminava no riacho Mocha. Nela morava o ouvidor geral da Capitania, Luis José Duarte Freire, e a sua família, o tenente José Falcão, vários moradores, “homens de negócios” e o frei Jacinto de Santo Antônio, religioso franciscano. Com 12 moradas de casas, ali viviam 23 homens e 4 mulheres. Na rua do Paço, existiam 5 moradas de casas, onde viviam 8 homens e 3 mulheres. Na Rua Direita existiam 7 moradas de casas com 10 homens e 11 mulheres, e nela moravam o juiz ordinário Manoel da Costa Muniz e o alferes Manoel Vicente Costa (FALCI, 2000/2001, p.172).

Provavelmente com base neste documento, pois não especifica a fonte de suas estatísticas, Pereira da Costa (1974, v.1, p.155) nos diz que a Capitania do Piauí possuía no ano de 1762, 12.746 habitantes, sendo que Oeiras possuía “no distrito da cidade 270 fogos⁸, com 1.120 habitantes, sendo 655 livres e 465 escravos; e no resto da freguesia, 324 fogos, 169 fazendas de gado, com 2.495 habitantes, sendo 1.411 livres e 1.084 escravos”.



⁸ Fogos - casas de habitação; lares, residências.

Figura 10 – Mapa da Vila de Oeiras do Piauí. Século XVIII.⁹

Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. Teresina: Halley, n° 14, 1995/97. Capa.

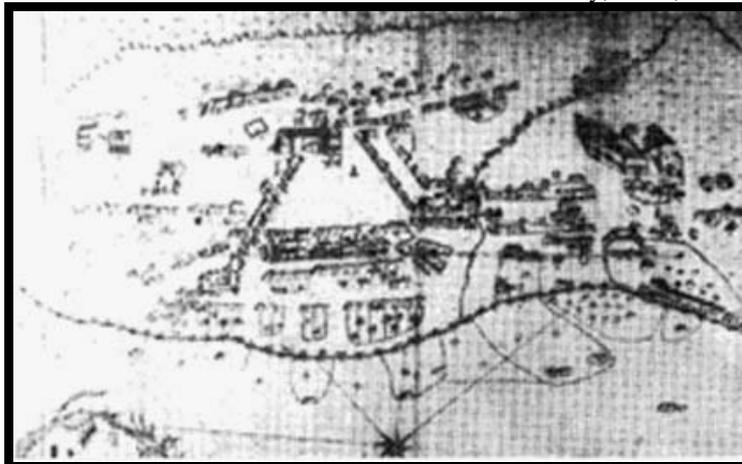


Figura 11 – Planta da Cidade de Oeiras da Capitania de São José do Piauí – 1809.¹⁰

Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n° 02, 1980. Capa.

As figuras 10 e 11 apresentam os dois primeiros mapas da cidade de Oeiras, preciosas fontes que mostram os seus contornos urbanos iniciais no século XVIII e princípio do século XIX, possibilitando uma melhor visualização, leitura e interpretação da organização do espaço daquela cidade no passado.

1.3 Pecuária: a base da economia

A economia oeirense foi impulsionada pela pecuária desde sua origem, assim como, em geral, foi a própria economia do Piauí. Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião Afonso Serra, levados pelo espírito aventureiro, tocaram seus rebanhos criando os primeiros currais em terras que lhes foram concedidas como sesmarias em sociedade com a Casa da Torre. Foram instaladas muitas fazendas de gado, inclusive a de Cabrobó que, supostamente, deu origem à cidade de Oeiras, fazendo da pecuária a sua base econômica. Ao falecer, na Bahia, em 1711, Mafrense deixou em testamento para os padres jesuítas cerca de 39 fazendas e 50 sítios.

De característica extensiva e com baixo nível de investimento, a criação de gado pouco exigia a interferência do trabalho humano, o importante era escolher um local próximo a um curso d'água e o resto era por conta da própria natureza. Segundo o professor Santana (1964, p.24), “pouco se mudava na superfície da terra, conservando-se quase tudo no seu

⁹ Vila de Oeiras do Piauí – Desenho aquarelado sobre papel. Século XVIII. Mais antiga planta de Oeiras localizada até então.

¹⁰ Planta da Cidade de Oeiras da Capitania de São José do Piauí – feito por José Pedro César de Meneses a mando do governador Carlos César Burlamaqui, em 1809. Encontra-se sob a guarda do Ministério do Exército, em Brasília.

primeiro estado. ‘Levantada uma casa, coberta pela maior parte de palha, feito uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de Terras e estabelecida uma fazenda’.”.

Domingos Afonso Mafrense foi o grande sesmeiro desta região, porém este pouco permaneceu por aqui, ficando suas terras entregues aos posseiros e arrendatários. Estes fazendeiros, na sua grande maioria, dada à sua posição social, moravam nas cidades ou nas vilas, ficando os cuidados da fazenda sob a responsabilidade do vaqueiro que recebia como pagamento pelos seus trabalhos, uma em cada quatro crias¹¹ nascidas na fazenda. Porém, no início da colonização, fazendeiros e vaqueiros mantinham uma estreita relação de convivência, “lutavam juntos, padeciam juntos. E juntos saíam montados, de sol a sol, para o trabalho penoso de alimentar as boiadas” (PORTO, 1974, p. 144).



Figura 12 - Vaqueiro
Fonte: Foto de Henry Daniel.

O vaqueiro era figura símbolo de arrojo e de coragem do sertão piauiense. Para enfrentar a caatinga¹² espinhosa na busca do gado desgarrado, trajava-se com uma armadura de couro curtido da cor de ferrugem: o “gibão”, uma espécie de paletó atirado sobre os ombros; o “guarda-peito”, pedaço de pele que como o próprio nome sugere protegia-lhe o peito; as “perneiras”, duas pernas de calça muito justas e amarradas na cintura; as

¹¹ Crias – filhotes de vaca, bezerros, animais que ainda mamam.

¹² Caatinga – tipo de vegetação característico do Nordeste brasileiro, formado por pequenas árvores retorcidas, comumente espinhosas, que perdem as folhas no curso da longa estação seca.

“alpargatas”, sandália rústica presas aos pés pela espora; as “luvas”, um pedaço de couro que resguardava apenas o dorso da mão deixando a palma e os dedos livres; e um “chapéu” de copa baixa e abas curtas na cabeça para abrigar-lhe do sol inclemente.

O gado era o princípio e fim de toda atividade desenvolvida na fazenda. Além de ser utilizado como animal de tração para puxar carroças fornecia o couro com o qual eram feitas as vestimentas dos vaqueiros, os arreamentos necessários à montaria dos cavalos e outros objetos e mobílias da casa como surrões, alforjes, mochilas para água, tamboretas, camas, malas, portas, janelas – esta época ficou conhecida pelo nome de “civilização do couro”. Era do curral que também provinha a alimentação: a carne, o leite, a coalhada, o requeijão, a manteiga.



Figura 13 – Produtos derivados do couro do boi

Fonte: Universidade Estadual de Feira de Santana: Museu Casa do Sertão. Disponível em: <<http://www.uefs.br/sertao/sala3.html>>. Acesso em 19 set, 2005.

Os rebanhos eram criados à sua própria sorte sem os cuidados tecnológicos necessários já conhecidos na época, resultando no aparecimento de uma espécie de gado de pequeno porte e resistente às diversidades climáticas da região, conhecida pelo nome de “gado-pé-duro”. Dois séculos depois de instaladas as primeiras fazendas de gado, esta falta de assistência persistia, o que pode ser constatada na fala do Presidente da Província (1883-1884), Emídio Adolfo Vitório da Costa (apud NUNES, 1975, v.4, p. 305), “a criação de gado

acha-se ainda hoje na província tal qual no estado primitivo: sem a conveniente seleção, o indispensável cruzamento de raças e nenhuma prática de zootecnia e veterinária”.

As fazendas que circundavam Oeiras mantinham um comércio com algumas cidades do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas. Nas últimas décadas do século XVIII, há um declínio do comércio de gado ocasionado pelo surgimento de outros centros comerciais, pela queda da produção aurífera de Minas Gerais, pelas secas prolongadas. Na virada deste século, a situação econômica piauiense reverte sua posição, do sul para o norte. Levando em consideração a análise da arrecadação do tributo sobre o gado, afirma Felipe Mendes (1995, p.64):

Em 1791, Oeiras, Jerumenha, Parnaguá e Valença [sul piauiense] respondiam por 58% do total, enquanto Campo Maior e Marvão (Castelo) [norte piauiense] representavam 42%. No período 1809/1814, os quatro municípios do sul caíram para 54%, enquanto Campo Maior, Marvão e ainda Piracuruca e Parnaíba cresciam a participação para 46%.

Oeiras, centro iniciador da pecuária, mantinha sua participação em 27% da arrecadação, o que mostra sua condição de apenas capital política e administrativa da então Capitania, diferentemente das funções econômicas que exerciam as capitais brasileiras, desde os tempos da Colônia, porque a pecuária, por definição, espalhava-se por quase todo o território.

A pecuária começou a perder ritmo de crescimento a partir da última metade do século XVIII, entrando em franco declínio com o início do novo século, acentuando ainda mais a pobreza e o isolamento do Piauí.

A economia agrícola era pouco expressiva, uma vez que as terras eram destinadas ao fornecimento de pastos para os bois criados soltos. Praticavam uma agricultura de subsistência com emprego de técnicas bem rudimentares, cultivando em pequenas propriedades denominadas sítios alguns produtos como algodão, milho, arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, esta última, para o abastecimento de pequenos engenhos artesanais que produziam rapadura, cachaça e açúcar mascavo em quantidade que não chegava a suprir a demanda. Muitas vezes era necessário socorrer-se de produtos agrícolas vindos de outras regiões. A este respeito diz Dom João de Amorim Pereira (apud COSTA, 1974, v. 1, p. 204), governador da capitania, em ofício ao Ministro de Ultramar, datado de 8 de abril de 1798:

Em primeiro lugar o território da capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação de seus habitantes; pois todos os gêneros que se consomem nesta cidade vêm daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que carregam 5 arrobas, e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com que sejam mais caros do que em Portugal.

Segundo Tanya Brandão (1995, p.65), Oeiras foi escolhida para ser sede do governo da Capitania por ser o maior núcleo populacional do Piauí e mesmo sendo o centro das decisões políticas e administrativas chegou ao final do século XVIII sem a aparência de um centro urbano. Luis Mott (1985) cita um relato em que o ouvidor Antônio Maria de Moraes Durão fez uma crítica a respeito do atraso em que se encontrava a cidade de Oeiras em 1772:

Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada e demais coisa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome.(MOTT, 1985, p.24).

O desenvolvimento de Oeiras ocorria de forma muito lenta, a vida urbana só começou a se esboçar a partir do século XIX com o surgimento das atividades econômicas e prestação de serviço. Pereira da Costa (1974, v. 1, p.83), após analisar um quadro estatístico sobre os estabelecimentos comerciais e oficinas da cidade, diz que

em 1819, Oeiras já apresentava um aspecto de desenvolvimento e grandeza bem sofríveis”, e cita que nesta época existia naquela cidade “31 casa comerciais de fazendas, ferragens e molhados, 14 sapateiros, 7 alfaiates, 7 carapinas¹³, 4 ourives, 3 ferreiros, 3 mestres pedreiros, 2 marceneiros, 1 livreiro e 1 seringueiro, contando-se nas suas respectivas oficinas um pessoal de 53 aprendizes.

1.4 A participação de Oeiras nas lutas da Independência

No Piauí de outrora, as informações dos fatos que ocorriam pelo Brasil afora chegavam com grande demora e até mesmo os que aconteciam no interior da Capitania só atingiam sua Capital, Oeiras muito tardiamente devido à sua posição geográfica, às deficientes vias de comunicação, ao precário serviço de correios e a inexistência de uma imprensa. Tudo isso deixava o Piauí desatualizado das notícias que circulavam no Brasil e no mundo.

A partir da segunda metade do século XVIII, no cenário internacional, o capitalismo comercial é gradativamente substituído pelo industrial. Ocorrem as revoluções Industrial, Americana e Francesa, ameaçando o Antigo Regime e minando o sistema colonial instigando o desejo de independência das colônias latino-americanas. No Brasil, muitas

¹³ Carapinas – carpinteiros.

rebeliões como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), para citar apenas estas, desafiavam o poder de Portugal e caminhavam rumo à independência do Brasil.

Portugal por não ter cumprido o Bloqueio Continental (1806), determinado por Napoleão Bonaparte foi ameaçado de invasão. A família real portuguesa, fugindo do exército napoleônico, chegou ao Brasil, em 1808, acompanhada de mais de quinze mil pessoas. Com a vinda da Corte portuguesa, o Brasil foi elevado à categoria de reino e todo domínio português passou a ser chamado de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. D. João, príncipe regente, operou várias mudanças que direta ou indiretamente contribuíram para o processo de independência. Portugal se reestabaleceu e D. João já coroado rei com o nome de D. João VI retornou com parte da família real e grande soma em dinheiro dos cofres públicos deixando aqui no Brasil, o Príncipe D. Pedro administrando o caos político e econômico que se estabelecera na colônia.

A Corte de Lisboa estava insatisfeita com a política de D. Pedro e pretendendo retornar o Brasil à condição de colônia ordenou o seu regresso a Portugal. O Príncipe, porém desobedeceu a Corte e ficou no Brasil. Era 9 de janeiro de 1822 quando esta decisão foi tomada por D. Pedro e esse dia ficou conhecido como “Dia do Fico”, devido a tão conhecida frase por ele pronunciada: “Como é para o bem do povo e felicidade geral da Nação, estou pronto, diga ao povo que fico”. As pressões vindas de ambos os lados, dos portugueses e dos brasileiros, fizeram com que D. Pedro, no dia 7 de setembro de 1822, proclamasse a Independência do Brasil separando-o definitivamente de Portugal. Após a proclamação da Independência do Brasil, D. Pedro tornou-se o primeiro imperador do Brasil com o título de D. Pedro I. Este fato repercutiu em todas as Províncias¹⁴ de Norte a Sul do país.

Portugal já sentia que a Independência do Brasil era coisa certa, apenas uma questão de tempo, e preocupado em perder de todo esse imenso território que era sua fonte de riqueza, tratou de montar um plano para ficar com a parte Norte do país unindo as Províncias do Pará, Maranhão e Piauí criando o Estado do Maranhão, que seria transformado em Colônia. Escolheu de forma estratégica ocupar o Piauí, pois este “se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Também o Piauí era o celeiro fornecedor de carne para essas Províncias” (CHAVES, 1998, p. 266).

¹⁴ Províncias – nome pelo qual passaram a ser chamadas as Capitânicas, a partir de 1821.

A coroa portuguesa precisava manter o Piauí bem guarnecido, aqui estava um valioso patrimônio do reino – as fazendas de gado confiscadas dos jesuítas na época em que o Marquês de Pombal era o todo-poderoso ministro de Portugal, além de ser uma porta de entrada fácil, por terra e por mar, das idéias separatistas para a região Norte. As primeiras medidas tomadas pela Corte portuguesa para evitar e reprimir qualquer movimento a favor da Independência nesta região do país foi enviar para o Piauí armas e munições e indicar um homem de sua inteira confiança para Governador das Armas do Piauí, um brilhante e experiente estrategista que já havia participado das lutas napoleônicas: o Major João José da Cunha Fidié¹⁵ que chegou a Oeiras no dia 06 de agosto de 1822, assumindo imediatamente a sua função.

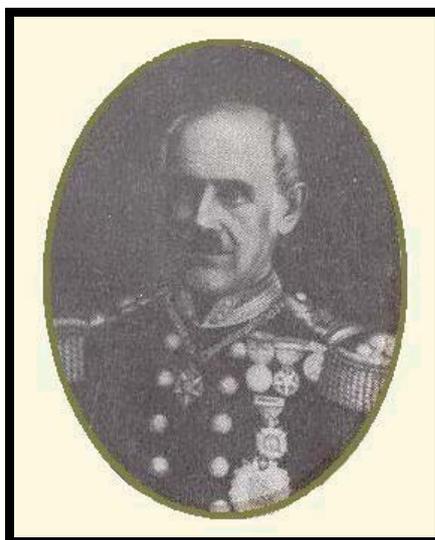


Figura 14 – João José da Cunha Fidié

Fonte: EXERCITO português: galeria de comandantes. Disponível em:

<http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/ueo/CM/Cor%20João%20José%20da%20Cunha%20Fidié-1837-1848.jpg>

Os piauienses de Parnaíba encabeçados pelo Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva e pelo Cel. Simplício Dias da Silva, simpatizantes das idéias separatistas, logo que tomaram conhecimento do Grito do Ipiranga, mobilizaram a população em favor dos ideais do Príncipe D. Pedro e em 19 de outubro de 1822, levantaram a bandeira da Independência.

¹⁵ João José da Cunha Fidié – militar português, Tenente-General reformado, comendador da ordem de Avis, diretor do Real Colégio Militar, etc, assentou praça como cadete em janeiro de 1809, tomou parte na guerra combatendo contra a invasão de Portugal pelos franceses e espanhóis. Afilhado de D. João VI, a quem prestava incondicional obediência, foi enviado para o Piauí para a missão especial de servir de obstáculo às idéias nacionalistas de independência. Além de bravo oficial era também um homem culto, entre seus escritos está a obra “Vária fortuna de um soldado português”, que é uma memória pessoal onde descreve sua passagem pelo Piauí.

Nesta ocasião, o Piauí era governado por uma Junta eleita a 7 de abril de 1821 composta pelo Vigário Geral Matias Pereira da Costa, presidente; Cap. Francisco de Sousa Mendes, secretário; e outros membros: Sargento-Mor José Antônio Ferreira, Cap. Miguel Pereira de Araújo, Sargento-Mor Caetano Vaz Portela. Esta Junta havia recebido ordens de D. Pedro para promover eleições para a Constituinte do Brasil. Todavia este ofício foi engavetado e “mantido em silêncio mediante a decisão do soberano Congresso, e de El Rei, visto os juramentos a que estamos ligados” (NUNES, 1975, vol 2, p. 35).

Embora tenha sido Parnaíba a primeira a se manifestar a favor da Independência, Oeiras não ficara alheia aos acontecimentos, também tinha adeptos do movimento separatista, no entanto,

prudentes, cautelosos, não se arriscaram a uma propaganda aberta. Não se expunha, que isso não convinha. Não era certamente, o medo do sacrifício pessoal. Mas, isto sim, o de um sacrifício improdutivo, inglório. Morrer por uma causa, na hora exata, é ato de sublime abnegação. Imolar-se fora de tempo pode ser loucura. (QUEIRÒZ, 1980, p. 75).

Os parnaibanos comunicaram e convidaram os campo-maiorenses a abraçarem a causa. Estes que também haviam recebido o decreto de D. Pedro para que fizessem as eleições para a Constituinte do Brasil ficam indecisos e comunicaram os acontecimentos à Junta de Oeiras pedindo informações e dando ciência do ocorrido em Parnaíba.

Ao tomar conhecimento do que se passava no Norte da Província, Fidié percebeu que sua hora havia chegado, e no dia 13 de novembro de 1822, deixou em Oeiras o rastro de poeira de sua comitiva militar e seguiu rumo a Parnaíba, aterrorizando os locais por onde passava e espalhando fama de sua valentia. Entra em Campo Maior no dia 24 de novembro, onde ficou alguns dias para descanso da tropa. Prosseguiu sua jornada, passando por Piracuruca em 12 de dezembro, sem nada para quebrar a monotonia da marcha.

Fidié aproximou-se de Parnaíba. Apavorados com sua iminente invasão, os líderes dos independentes já tinham abandonado a vila indo se refugiar e pedir auxílio na vizinha Província do Ceará. Entrando em Parnaíba, no dia 18 de dezembro, Fidié não encontrou resistência.

Antes de tomar alojamento, formou a soldadesca na Praça da Matriz e dirigiu-se à Câmara, da qual exigiu, naquela mesma hora, a renovação do juramento de fidelidade a D. João VI. Depois assistiu a um Te-Deum na Matriz de N. Senhora da Graça. Em seguida determinou que se fizessem manifestações públicas de regozijo e que fossem vitorizados o Rei de Portugal e as Cortes de Lisboa (CHAVES, 1998, p. 282)

Ao sair de Oeiras, Fidié deixou o campo aberto para que os adeptos da liberdade entrassem em ação. Os defensores da Independência já não temiam a Junta de Governo e as notícias corriam soltas insuflando os ânimos contra os portugueses. A Casa da Pólvora¹⁶ foi invadida no dia 13 de dezembro, ao pino do meio-dia¹⁷, por seis homens encapuzados que além de tomarem as armas da guarda portuguesa que lá se encontrava, deram-lhe uma surra de chibata. A Junta tentou reagir fazendo reuniões, apontando suspeitos, efetuando prisões, mas a essa altura nada poderia conter a idéia emancipacionista do povo oeirense.

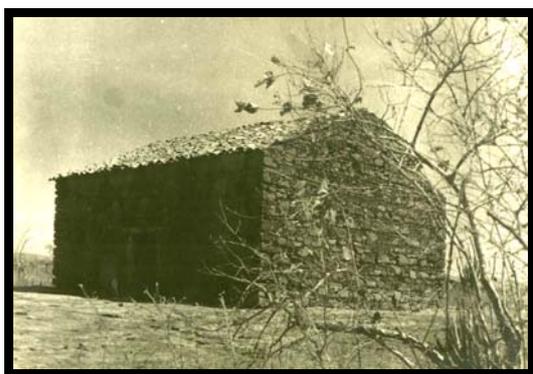


Figura 15 – Casa da Pólvora – Oeiras (PI)

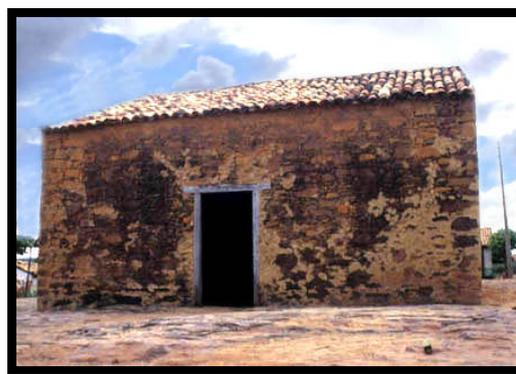


Figura 16 – Casa da Pólvora – Oeiras (PI)

Figuras 15 e 16 – Apresenta a Casa da Pólvora em ângulos diferentes mostrando suas dimensões.
Fonte: arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

A 11 de janeiro chegou a Oeiras um ofício do General Labatut¹⁸, que já estava na Bahia, comunicando o ato de D. Pedro e convidando o Piauí a aderir à causa da Independência do Brasil. A Junta, porém, manteve-se fiel ao El Rei. Este ofício deixou a Junta temerosa e os independentes mais confiantes.

Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba e Brigadeiro honorário do Exército Brasileiro, oportunamente percebendo que este era o momento de tirar proveito da situação assumiu o comando das operações e passou a preparar a conspiração. No dia 23 de janeiro de 1823, à noitinha, convocou todos os conjurados para uma reunião em sua casa onde maquinaram a tomada da cidade. Os patriotas a postos acompanhados de jagunços, vaqueiros e agregados, todos armados, pois temiam uma represália, aguardavam o momento exato para executar a operação.

¹⁶ Casa da Pólvora – monumento militar construído de pedra composto de uma única sala utilizada como local para fabrico de pólvora e peças de artilharia nas lutas pela Independência do Brasil. Está localizado no Bairro Rosário e foi restaurado em 1972 pelo Instituto Histórico de Oeiras.

¹⁷ Pino do meio-dia – expressão regional que corresponde ao horário do dia em que o sol ocupa seu ponto mais alto, e tudo fica às claras.

¹⁸ General Labatut - *General do Exército Imperial e Pacificador da Bahia*

Concertados os planos, saíram os seus executores, já de madrugada, para os locais onde deveriam atuar. O ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins e o Major Francisco Manoel de Araújo deveriam rebelar o Regimento de Cavalaria nº 1, que estava sob o comando de dois oficiais contrários ao movimento da independência. Ao ten.-cel. Manoel Pinheiro de Miranda Osório e ao Capitão José de Sousa Martins fora confiada a tarefa de assaltarem o quartel de Linha e o dominarem. O Cel. Inácio Francisco de Araújo Costa deveria cercar a residência do Cap. Agostinho Pires e prendê-lo. O mesmo deveria fazer o Alferes José Martins Sousa com relação ao Alferes Damaso Pinto da Veiga. O Major Clementino de Sousa Martins tomaria a Casa da Pólvora e conservá-la-ia em segurança. Os Majores Bernardo Antônio Saraiva e Honorato José de Moraes Rego, oficiais rebelados do Regime de Cavalaria nº 2, deveriam conservar nas ruas o Regimento e dar apoio onde se fizesse preciso. Tudo foi pronta e silenciosamente executado entre 2 e 4 horas do dia 24. Quando o povo saiu à rua, pela manhã foi para responder aos vivas que Manoel e Joaquim de Sousa Martins ergueram à Independência e ao Imperador diante da tropa formada na praça da Matriz (CHAVES, 1998, p. 286).

Em seguida, a Câmara foi convocada extraordinariamente para os acertos finais. O Brigadeiro Manuel de Sousa Martins presidiu a reunião e leu a proclamação e o ofício enviados pelo General Labatut. Em seguida a Junta de Governo foi dissolvida, e uma nova Junta foi eleita e empossada, tendo como Presidente o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins; Secretário, Manoel Pinheiro de Miranda Osório; e Membros: Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego. Estava consumada a Independência no Piauí.

A nova Junta de Governo, no dia seguinte à proclamação da Independência, expediu ofícios para Valença, Jerumenha, Parnaguá, Marvão, Campo Maior e Parnaíba, mandando que estas Vilas aderissem imediatamente à Independência. A Fidié foi enviado um ofício ordenando que o mesmo se retirasse da Província e entregasse o comando das armas ao Cap. Manoel Pimenta de Sampaio. A Junta também tomou providências no sentido de fortalecer as divisas do Piauí com o Maranhão, visto que esta Província permanecia fiel a Portugal constituindo-se numa ameaça à nova ordem estabelecida no Piauí.

Era intenção de Fidié após dominar o movimento em Parnaíba, entrar no Ceará, mas ao tomar conhecimento dos fatos ocorridos em Oeiras, mudou sua rota e marchou para a capital. Sua caminhada, porém foi encurtada pelos patriotas piauienses e cearenses, em Campo Maior.

Sabendo que Fidié, comandando cerca de 1.600 homens militarmente treinados, se aproximava de Campo Maior, os independentes, que somavam perto de 3.000 combatentes, na sua grande maioria vaqueiros, roceiros, homens simples do povo munidos de valentia e coragem, reuniram-se para barrar sua passagem, posicionando-se no leito seco do rio Jenipapo, nas proximidades da vila. Segundo Monsenhor Chaves (1998, p. 307), “não há na

história da Independência do Brasil uma página mais épica, mais emocionante do que a que escreveram, com sangue e bravura, aqueles homens, no dia 13 de março de 1823, nas margens do Jenipapo”.

Foram cinco horas seguidas de luta debaixo de um sol escaldante. Houve muitas baixas dos dois lados. Os patriotas perderam cerca de 700 homens entre mortos, feridos e prisioneiros; do lado de Fidié não se sabe a quantidade certa, pois este não enumerou as perdas de sua parte. Os independentes lutaram destemidamente, mas perderam a batalha devido à superioridade bélica da tropa portuguesa.

Fidié dispunha de bom armamento, inclusive 11 peças de campanha e de cavalaria, [...]. Os independentes ou brasileiros dispunham de armamento precário: duas velhas peças de campanha, que ao atirarem, se tornaram imprestáveis, de antigas pederneiras, de espingardas, clavinas e pistolas mal calibradas, de punhais, chuços, lanças, arcos de barris e jucá (BRITTO, 1976, p. 47).

Embora tendo vencido a batalha, Fidié não levou a melhor. Descansou suas tropas em Campo Maior, levantou acampamento no dia 15 de novembro, mas receoso resolveu não marchar mais sobre Oeiras. Desviou seu caminho e seguiu para Estanhado, hoje cidade de União. Atravessou o rio Parnaíba e foi para Caxias no Maranhão. Os independentes, piauienses, cearenses e pernambucanos irmanados, foram em seu encalço e aplicaram-lhe um cerco. Fidié resistiu por três meses rendendo-se em 27 de julho de 1823. A capitulação foi assinada três dias depois, encerrando a participação do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil. Fidié foi preso, enviado para Oeiras e recolhido como prisioneiro de guerra, por mais de dois meses, no Quartel de 1ª linha da Capital, para depois ser conduzido a cavalo rumo a Bahia, sob forte guarda, e de lá, por mar até o Rio de Janeiro, não tardando a ser libertado sem julgamento, provavelmente por D. Pedro I, e enviado para Portugal.

No movimento de Independência ocorrido no Piauí, Oeiras teve uma participação ativa e decisiva. Sem precipitação e agindo com inteligência aguardou o momento certo para se manifestar – dia 24 de janeiro de 1823. Sua prudência foi explicada na voz de Wilson Brandão em conferência pronunciada na sessão solene realizada pelo Instituto Histórico de Oeiras, no dia 24 de janeiro de 1980, por ocasião do 157º aniversário da adesão do Piauí à Independência do Brasil e publicada na revista do referido Instituto:

É preciso, realmente, meus amigos, que não nos esqueçamos de que Oeiras era a Capital da Província. E, se havia João Candido no Norte, sozinho quase, sob o ponto de vista intelectual, Oeiras tinha a estrutura de Capital, de cidade líder da Província e onde se reuniam os seus maiores valores. Apenas talvez impossibilitados, ou pelo menos impedidos de uma manifestação mais clara, de seus intentos e de seus propósitos, porque aqui estava a permanente vigilância do governo, impossibilitando

assim a revelação dos desejos que tinha o povo de Oeiras de seguir ao Príncipe D. Pedro, já vitorioso na sua proclamação de 7 de setembro.

[...]

A proclamação de 24 de janeiro não é apenas um ato de quem assaltou o governo, de quem fez uma reunião de vereadores, de quem esteve na Câmara, de quem gritou liberdade e independência nas ruas e praças de Oeiras. Não, ali estava o resultado de um trabalho constante da inteligência e do sentimento de Oeiras, [...]. Eis porque podemos afirmar, e o fazemos com a nossa convicção de historiador, que a independência em Oeiras se fez com a mesma qualificação, no mesmo nível com que foi tentada debalde em São João da Parnaíba em 19 de outubro de 1822 (BRANDÃO, 1980, p. 28-32).

Acalmado os ânimos era preciso reestruturar a Província. Os gastos feitos na luta da Independência e a seca que atingira a região nesta época abalaram os cofres públicos da Província. O Piauí necessitava urgentemente se normalizar. As tropas desnecessárias foram desmobilizadas, os aliados voltaram aos seus Estados e o povo retomou seus afazeres.

1.5 Manoel de Sousa Martins: um vaqueiro no comando da Província

Manoel de Sousa Martins, que tinha sido eleito presidente da Junta Governativa, em 24 de janeiro de 1823, passou a ser presidente provisório, em 20 de setembro de 1824, efetivando-se no cargo em 1 de maio de 1825 e permanecendo nele por quase 20 anos, até 30 de dezembro de 1843, quando assumiu o governo da Província José Idelfonso de Sousa Ramos. Enquanto Manoel de Sousa Martins esteve no comando da Província, foi interrompido em dois curtos momentos, de 9 de dezembro de 1828 a 13 de fevereiro de 1829, período em que foi substituído por Inácio de Araújo Costa, e de 15 de fevereiro de 1829 a 17 de fevereiro de 1831, quando passou a presidência a João José Guimarães e Silva.



Figura 17 – Manoel de Sousa Martins

Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras, nº 08, 1986

Manoel de Sousa Martins, oeirense nascido em 8 de dezembro de 1767, na fazenda Vermelha, em terras que hoje pertencem ao município de Jaicós, e filho primogênito de Manoel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Santana, tornou-se uma personagem singular na História do Piauí.

Muito jovem, com apenas 16 anos de idade, tornou-se arrimo de família por ocasião da morte de seu pai. Pouco dado às letras, mal sabia ler, contar e algum rudimento de latim aprendido com seu tio, o Sargento-mor Marcos Francisco de Araújo Costa, pai do notável Padre Marcos de Araújo Costa¹⁹. Apesar de ter recebido pouca instrução, era um homem muito inteligente e sagaz, logo se tornou um fazendeiro rico e um influente político, ocupando cargos de vereador a governador da Província do Piauí.

Tomou parte das lutas da Independência proclamando, em Oeiras, no dia 24 de janeiro de 1822, a adesão do Piauí e reconhecendo o Governo Imperial. Enfrentou os balaios²⁰ e defendeu a ordem pública combatendo com rigidez qualquer rebeldia. Sua posição autoritária lhe rendeu muitos inimigos que insatisfeitos o acusavam de atos criminosos, de favoritismo familiar, de enriquecimento ilícito, chegando até mesmo a sofrer um atentado contra sua vida.

Porém, sua presença não foi marcada apenas pelas lutas das quais participou. Como Presidente da Província, além de outras ações, se posicionou a favor de que o delta do Parnaíba pertencesse ao Piauí; foi contra o Ceará apoderar-se de terras piauienses; realizou, em 1826 e 1831, o recenseamento da Província; determinou eleições para vereador e juízes de paz; organizou o Conselho Geral da Província; decretou a criação da Vila de Jaicós, em 22 de junho de 1838; atendeu à Câmara quando esta solicitou a construção de Hospital de Caridade, autorizando a execução do projeto; abriu estradas; determinou, a construção de um prédio de

¹⁹ Padre Marcos de Araújo Costa – nasceu em 1789, onde hoje é a cidade de Paulistana. Era filho de Marcos Francisco de Araújo Costa e Maria Rodrigues de Santana. Foi iniciado nas letras pelo seu próprio pai. Seguiu a vocação religiosa. Era admirado por sua inteligência e benevolência. Estabeleceu-se na fazenda Boa Esperança, no município de Jaicós, adaptando, em 1820, a casa-grande em um colégio de internato em que instrua e educava gratuitamente a juventude piauiense, numa época em que nenhuma escola existia no Piauí. Morreu com 61 anos de idade, no dia 4 de novembro de 1850. Sua biografia conta no Dicionário de Educadores no Brasil. Confira em FERRO, Maria do Amparo Borges. Pe. Marcos de Araújo. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de educadores brasileiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep, 1999. p. 390-392.

²⁰ Balaios – integrantes do movimento conhecido pelo nome de Balaiada, revolta civil que atingiu o Maranhão, Piauí e Ceará, de 1838 a 1841. O nome Balaiada é derivado de Balaio, alcunha de Manuel dos Anjos Ferreira, um dos chefes do movimento. Consulte maiores esclarecimento sobre o assunto em DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. 2. ed. Teresina: Halley, 2002.

dois andares que passou abrigar, no andar térreo a Cadeia e no andar superior a Casa da Câmara²¹; imprimiu e fez circular, de 1839 a 1841, na Capital, o jornal “O Telégrafo”.

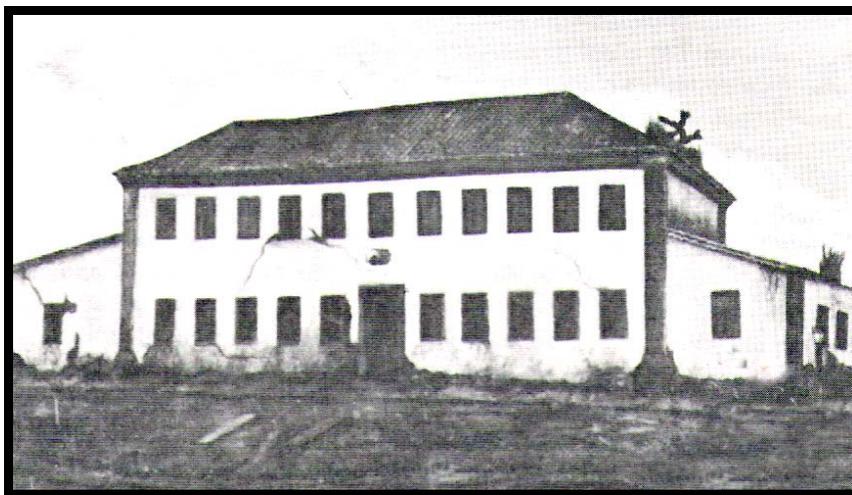


Figura 18 – Cadeia Pública de Oeiras – “Cadeia Velha” - 1839
Fonte: CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. **Passeio a Oeiras**. 4. ed. Recife: Apipucos, 1992, p. 27.

O jornal “O Telégrafo”, segundo Pereira da Costa (1974, v.2, p. 418-419,), era um pequeno periódico que media dezoito centímetros de altura por doze centímetros de largura, cujo exemplar de nº 1 foi lançado, em Oeiras, numa quinta-feira, dia 21 de novembro de 1839. Era impresso na Tipografia Provincial e circulava duas vezes por semana, às segundas e quintas-feiras. Suas assinaturas poderiam ser feitas na loja do Sr. Teixeira, localizada na rua do Fogo, ao custo de 2 mil réis por trimestre ou 800 réis mensal, sendo que a venda avulsa custava 100 réis podendo ser adquiridas na loja citada, como também na loja do Sr. Paiva, na rua da Botica. Este periódico tinha o patrocínio do Presidente da Província e sua finalidade era:

manter a opinião pública a favor de seu governo, na luta contra a Balaiada, combatendo os boatos que vexavam a população. Era, ainda, um jornal oficial, mas também noticioso. [...] O intuito do governo era acalmar as famílias, desmentindo notícias alarmantes e dando maior publicidade aos atos de bravura das forças legais (REGO, 1989, p.14).

Manoel de Sousa Martins iniciou muito jovem sua carreira militar como soldado, passando a furriel²² depois alferes²³, coronel, reformando-se no posto de brigadeiro. Pediu, ao

²¹ Prédio da Cadeia e Câmara – teve sua construção iniciada em 1833 pelo engenheiro Pedro Cronenberg, e concluída em 1839. Hoje, não faz mais parte do conjunto arquitetônico da cidade de Oeiras, em seu lugar foi construído o Passeio Leônidas Melo.

²² Furriel – graduação militar superior a cabo e inferior a sargento graduação militar superior a cabo e inferior a sargento. HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRACO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ministro da Guerra sua promoção a marechal-de-campo, não sendo atendido na sua solicitação. Acumulou muitos títulos e homenagens:

recebeu o hábito de Cristo (1811), de cuja Ordem foi depois Cavaleiro e Comendador (1830), Oficial (1823) e dignitário (1824) da Imperial Ordem do Cruzeiro. Teve o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Barão (decreto de 4-4-1925) e Visconde, com grandeza, da Parnaíba (decreto de 18-7 e carta de 26-7-1841). (BASTOS, 1994, p. 589).

O Visconde da Parnaíba morreu em Oeiras a 20 de fevereiro de 1856 aos 89 anos de idade e foi sepultado na capela-mor da Igreja Nossa Senhora da Vitória. Hoje, é homenageado como patrono do Instituto Histórico de Oeiras e como nome de uma escola pública estadual em Oeiras – Unidade Escolar “Visconde da Parnaíba”.

Oeiras foi centro do Governo do Piauí até o ano de 1852, quando o então Presidente da Província, Conselheiro José Antônio Saraiva transferiu a sede da Província para Teresina.

1.6 Transferência da Capital

Antes mesmo do Conselheiro Saraiva efetivar a transferência, o desejo de mudança da capital de Oeiras para outro local era alimentado por muitos que lhe antecederam. Se para o Pe Miguel de Carvalho a escolha deste lugar era ideal para instalar a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, como ponto estratégico irradiador da fé católica, para outros, analisando sob o ponto de vista político, administrativo e econômico, a capital estava mal posicionada.

João da Maia Gama, governador do Maranhão, ainda no ano de 1728, ao visitar a Capitania do Piauí passou pela barra do Poti e observou que o local tinha terras férteis banhadas pelos rios Parnaíba e Poti que ofereciam grande variedades de peixes para a alimentação e possibilidade de navegação. Chegando à Vila da Mocha, após reconhecimento do lugar percebeu logo suas precariedades e profeticamente declarou o governador maranhense (apud MELO, 1995, p. 115-116): “depois de sair duas vezes a cavalo... e ver os arredores da dita vila, todos os agrestes e sem terras e sem madeiras, e falta total de peixes, lhe propus, não a extinção da dita vila mas a criação de uma outra na beira do Parnaíba, onde faz barra o rio Poti”. Transcorrido 124 anos, a profecia de Maia da Gama foi cumprida.

²³ Alferes – Patente de oficial inferior a tenente. No exército brasileiro, o nome foi substituído pelo de 2.º tenente. MICHAELIS: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

Muitas pessoas influentes politicamente aspiravam tirar de Oeiras a categoria de Capital do Piauí, uns cogitavam sua transferência para a vila da Parnaíba, outros defendiam como local ideal a foz de rio Mulato, onde hoje é a cidade de Amarante, e uma terceira corrente torcia para que a sede se fixasse na confluência do rio Poti com o rio Parnaíba.

Para Odilon Nunes (1975, v. 4, p. 109), “a primeira autoridade que se manifestou a favor da mudança da capital para a vila da Parnaíba, foi o segundo Governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro”, que dirigiu a Capitania nos anos de 1769 a 1775, entretanto, Pereira da Costa (1974, v. 1, p. 195), diz ter sido o governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, em 1792, quem primeiro aventou a idéia da mudança da capital para as margens do rio Parnaíba, chegando mesmo a propô-la ao rei de Portugal.

Um dos grandes defensores da idéia de ser a vila da Parnaíba o melhor local para onde deveria ser transferida a capital foi o governador do Piauí, D. João do Amorim Pereira. Pereira da Costa (1974, v. 1, p. 204), cita alguns motivos alegados por este governador, em 8 de abril de 1798, ao enviar um ofício ao ministro de Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando a mudança da capital de Oeiras, e dentre eles destacavam-se a aridez do terreno que impossibilitava uma produção agrícola capaz de suprir as necessidades de seus habitantes somada às dificuldades de comunicação e transporte que inibia o comércio desta produção. Isto levou o Monsenhor Chaves (1998, p. 429) a concluir que

foi a agricultura que levou D. João do Amorim a pensar na mudança da capital e a propô-la ao Conselho Ultramarino. Oeiras, naquele sertão bravio, sem meios de comunicação, nunca propiciaria ao Piauí qualquer esperança de desenvolvimento. De fato, por onde escoar-se nossa produção? Ali estava, bem perto a estrada líquida, que era o Parnaíba, inaproveitada. Ela levava diretamente ao litoral. Por que não mudar a capital para a margem do rio? Além disso, não possuíamos ainda uma alfândega que facilitasse nosso comércio diretamente com Portugal.

Apesar de achar procedente a proposta de D. João do Amorim, a Coroa portuguesa não autorizou sua efetivação para evitar as despesas que acarretaria o traslado da capital de Oeiras para a vila da Parnaíba. Porém, isto não desanimou os defensores desta idéia, que não perdiam oportunidade em mostrar as vantagens que Parnaíba poderia trazer para o desenvolvimento do Piauí, caso se tornasse sede do governo.

Oeiras reagiu mostrando que sua posição central era mais conveniente ao atendimento das vilas bastando para isto que os administradores se empenhassem na construção de estradas, pontes e outras melhorias que certamente facilitariam a comunicação e ativação do comércio, como também, incentivar a produção agrícola com o aproveitamento

dos vales férteis do rio Canindé e do riacho da Mocha. Além do mais, permanecendo Oeiras como capital não haveria a necessidade de construção de prédios para a instalação da máquina administrativa, uma vez que as repartições já estavam acomodadas em seus devidos lugares e o dinheiro que seria gasto na instalação de uma nova capital poderia ser empregado na solução dos problemas locais já conhecidos.

A mudança da capital tornou-se um tema constante, Parnaíba não perdia as esperanças de ser um dia a sede do governo e Oeiras não esmorecia da luta de continuar sendo a cabeça da Capitania. Esta disputa arrastou-se por muitos anos.

Por requerimento de 22 de julho de 1812, os moradores da Parnaíba se dirigem ao príncipe Regente, pedindo 'a graça de que seja mudada para a mesma vila'. Interessavam-se tanto os parnaibanos pela escolha de sua vila, que chegaram a propor 'construir à custa das próprias rendas o palácio do governo, para evitar despesas à fazenda real'" (SILVA, 1994, p. 15).

Várias autoridades deram seus pareceres a respeito da solicitação feita pelos parnaibanos, inclusive o ex-governador do Piauí, Carlos César Burlamaqui, que em 1813, categoricamente respondeu que Oeiras não deveria ser a sede da Capitania e sim a vila da Parnaíba. O tempo passava e muitos documentos foram se acumulando. Estes escritos foram remetidos para análise do governador em exercício, coronel Baltazar de Sousa Botelho (apud COSTA, 1974, v. 2. p. 233-234), que não se colocou de forma clara e decisiva, emitindo, em 1816, o seguinte posicionamento:

A sede do governo em Oeiras utiliza, em razão de ficar no centro da capitania, onde o recurso se torna igualmente cômodo para todos os povos, estar à testa das importantes fazendas do real fisco para melhor administração delas, e ter excelente água; quanto, porém, à mudança da residência dos governadores para a vila da Parnaíba, devo dizer que é ela o único porto de mar que há nesta capitania, para onde parece de razão que se deve encaminhar a maior parte das forças a bem da defesa da mesma capitania, e que neste porto a importação e a exportação interessam muito as rendas reais...

Advieram outros governos e esta questão sempre vinha à tona. A Independência foi conquistada e Oeiras continuou como capital da Província. Somente após a saída do Visconde da Parnaíba, em 30 de dezembro de 1843, é que a Assembléia Legislativa, respaldada na Constituição Imperial que lhe conferia poderes de deliberar sobre a transferência da sede do governo, através da Lei Provincial nº 174 / 1844, decidiu sobre a mudança da capital para a embocadura do rio Mulato com o Parnaíba. Neste local seria construída uma cidade que receberia o nome de Regeneração e se tornaria a nova capital do

Piauí. Mais uma vez as forças políticas dos oeirenses impediram o atendimento da resolução e tudo continuava como era antes.

Oeiras parece não ter causado boa impressão a Tomás Joaquim Pereira Valente, o Conde do Rio Pardo, que governou a Província numa curta temporada de nove meses, de 9 de setembro de 1844 a 28 de junho de 1845. Não teve forças para levar a efeito a mudança da capital, mas manifestou seu desagrado do local através do seguinte soneto citado por Queiroz (1985, p. 88):

[Soneto do Conde do Rio Pardo]

Oeiras do Piauí, a capital,
Em estéril terreno edificada
E de montes agrestes rodeada,
Nada agradável tem o local.

Noite e dia o calor é infernal;
Água boa; sofrível a coalhada;
Muitas vezes a carne é enfezada.
O médico e a botica nada val.

Só é bom o relógio da matriz!
Só é grande a barriga do caminha!
E digno de um museu certo nariz...

Por meu mal cá me trouxe a sorte minha;
E aqui, pra não ser tão infeliz,
Amigos encontrei mais do que tinha.

Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu o governo em 28 de julho de 1845, e já sentindo, como os seus anteriores, a pressão dos poderosos locais, não executou a transferência da capital, mesmo achando que Oeiras não apresentava um perfil para tal categoria. Impugnou a transferência e na sua fala de abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 1º de agosto de 1845, expôs seus motivos dizendo que o novo local indicado para a futura sede da Província

he completamente deserto, o foi escolhido somente pelas suppostas vantagens da situação. Com dizer isso, tenho dado a razão porque não foi aquella lei executada por meu antecessor, não ha de ser por mim, nem também, segundo todas as probabilidades, pelos meus Successores. Construir todos os Edifícios necessários ao serviço publico, erguer de repente huma Cidade inteira, he empresa possível a hum homem de gênio, que disponha de innumeraveis braços e de huma riqueza immensa, mas he huma perfeita chimera para o Governo Constitucional de huma Província pobre (PIAUHY, RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1845).

Zacarias de Góis e Vasconcelos deixou o governo do Piauí em 7 de setembro de 1847 e por um período de exatos três anos, os quatro governadores da província que lhes

sucederam não concretizaram a transferência da Capital, porém o desejo de mudança continuava vivo. Pereira da Costa (1974, v. 2, p. 456), informa que em 1849, a Lei Provincial de 23 de agosto, determinava que fosse efetuada a mudança da capital para a Nova Vila do Poti logo que esta apresentasse acomodações necessárias ao seu funcionamento, porém a resolução nº 225, de 5 de agosto do ano seguinte revogou o que havia sido decretado sobre o assunto. Mais uma vez, os coronéis oeirenses mostravam sua influência protelando a troca da capital, e a cada dia, as vilas do Norte se irmanavam na defesa de ter a capital próxima às margens do Parnaíba.

Tomou posse como governador da Província, em 7 de setembro de 1850, o jovem baiano de 27 anos, Dr. José Antonio Saraiva imbuído do propósito maior de fazer acontecer a mudança da capital. Logo nos seus primeiros dias de governo, depois de familiarizar-se com a situação, enviou ofício ao Ministro do Império informando sua ida à Vila do Poti, para reconhecimento do local onde se instalaria a nova capital e pedindo a colaboração do Governo Imperial para esta sua empreitada. Mas Saraiva tem pressa e “não iria esperar o impulso do Governo Imperial, nem tão pouco estaria disposto a preparar terreno para que seus sucessores ganhassem a gratidão da Província; ele mesmo conquistaria esse galardão, com idealismo de sua mocidade e sem ajuda do governo Imperial” (NUNES, 1975, v. 4, p. 97).

Saraiva e sua comitiva, sem autorização do Governo Imperial, partiu para a Vila do Poti no dia 22 de outubro de 1850. Passando por São Gonçalo, entra em contato com o mestre-de-obras João Isidório da Silva França que mais tarde executaria as obras de edificação da futura capital. A partir deste ponto, segue viagem pelo rio Parnaíba conhecendo “in loco” as peculiaridades das regiões ribeirinhas. Ao chegar à vila do Poti, Saraiva trata logo de autorizar o traslado da vila para um lugar mais seguro, livre de inundações, porém próximo do anterior conhecido pelo nome de “Chapada do Corisco”. Tomadas as providências necessárias e seguro do apoio dos moradores da vila, Saraiva retornou a Oeiras ciente dos obstáculos a serem superados. Oeirenses influentes se articulavam e influenciavam os deputados para se posicionarem contra qualquer tentativa de mudança.

Em sua fala na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa em 3 de julho de 1851, Saraiva expõe as vantagens da escolha da Vila Nova do Poti para sediar o Governo da Província, apontando para sua condição de local salubre, as facilidades comerciais e de comunicação, a possibilidade de maior desenvolvimento da agricultura e, por fim, a oportunidade da província conhecer o progresso. Esta tentativa de convencimento foi em vão, os deputados continuavam irredutíveis e rejeitaram o projeto de lei que mudava a capital.

Saraiva, porém manteve firme seu propósito e passou a se preparar para sair vitorioso quando da renovação da Assembléia em 1852.

Saraiva mais uma vez, em 15 de setembro de 1851, retornou à Vila do Poti para pessoalmente inteirar-se dos avanços das obras. Em 20 de outubro, a solenidade de transferência da Vila do Poti para a Vila Nova do Poti foi efetivada. De volta a Oeiras determina que as eleições para a escolha dos deputados fossem realizadas no dia 15 de janeiro de 1852.

A Assembléia Legislativa foi renovada e desta vez Saraiva obteve aprovação da resolução nº 315, publicada a 21 de julho de 1852. Esta resolução apresenta 16 artigos, os dois primeiros dizem respectivamente: “A villa nova do Poty fica desde já elevada a cathegoria de Cidade com a denominação – Teresina” e “Para essa cidade será transferida a sede do Governo da Província com todos os estabelecimentos, e repartições públicas, ficando authorisada a Presidência a levar a effeito a transferência, logo que julgar conveniente, e que existão alli as accomodações necessárias”.

Estava autorizada a mudança da capital e Saraiva não perdeu tempo para levá-la a efeito. No dia 06 de agosto deixou definitivamente Oeiras, chegando a Vila Nova do Poti no dia 13 e no dia 16 de agosto de 1852 oficiava às autoridades da Província e do País que a nova capital do Piauí a partir de então era Teresina. Esta denominação foi uma homenagem à Imperatriz Teresa Cristina. Saraiva conclui seu governo em 12 de março de 1853 deixando em Teresina a semente do progresso e levando Oeiras a viver, a partir de então, um longo período de decadência.



Figura 19 – Conselheiro Dr. José Antonio Saraiva

Fonte: PROJETO vip. Disponível em < <http://paginas.terra.com.br/educacao/projetovip/saraiva1.jpg> >

Acesso em: 16 jun, 2005.

Oeiras, enquanto capital do Piauí, sediou vários governos, por dois períodos da História do Brasil. No período Colonial, somaram 15 os Governadores e Juntas Governativas

que comandaram de Oeiras os destinos da Capitania e no período Imperial, entre Juntas Governativas, Conselho de Governo e Presidentes da Província totalizaram 16 governos. Nos apêndices A e B, encontram-se os quadros com a relação dos Governos do Piauí sediados em Oeiras quando esta cidade era o centro político da Capitania e da Província, de 1759 até 1852.

02 OEIRAS: APÓS A MUDANÇA DA CAPITAL (1852 – 1950)

2.1 Período de decadência

A perda do status de capital mudou a feição de Oeiras e mexeu com a auto-estima de seus habitantes que inconformados ensaiaram uma reação armada, mas já sem a força de antes, não é levada avante sendo contida pelos mais sensatos. Para a nova capital foi levado todo o aparato político-administrativo, ficando a antiga urbe mergulhada na desolação, entrando em um estado de apatia e decadência econômica por longos anos e assim viveu prostrada nesta letargia sem pressa de acordar para o mundo.

De acordo com Soares Filho (1992, p. 13-14), a administração da cidade era de responsabilidade do Senado da Câmara dirigido pelo juiz ordinário que exercia as funções de dirigente municipal e chefe do legislativo, e basicamente foi esta a forma de administrar as políticas urbanística e econômica do município até o final do período Imperial. Em 1889 veio a República e com ela um novo modelo administrativo – as intendências. No início, o intendente como dirigente do Conselho de Intendência acumulava as funções legislativa e executiva, mas a partir de 1892 sua função passa a ser exclusivamente executiva, ficando o poder legislativo a cargo dos conselheiros. Somente depois de 1930 é que surge a figura do prefeito municipal como responsável pela administração da cidade.

Nos quadros abaixo (01 e 02) constam respectivamente os nomes dos intendentes e prefeitos que dirigiram os destinos da cidade de Oeiras após a proclamação da República até o ano de 1950.

ANO	INTENDENTES DE OEIRAS	ANO	INTENDENTES DE OEIRAS
1889 / 1992	Salustiano de Holanda Bezerra Campos	1913 / 1916	Raimundo Nogueira de Sá
1893 / 1896	Norberto Rodrigues de Carvalho	1917 / 1920	Euclides Clementino de Sousa Martins
1897 / 1900	Selemérico Newton de Carvalho	1921 / 1924	Cândido Ferreira de Sousa Martins
1901 / 1904	Aristides José Ferreira	1925 / 1928	Cândido Ferreira de Sousa Martins
1905 / 1908	Raimundo Nogueira de Sá	1929 / 1930	Cândido Ferreira de Sousa Martins
1909 / 1912	Alano Beleza		

Quadro 01 – Relação dos intendentes de Oeiras (PI) - 1889 A 1930.

Fonte: SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Junior, 1992

ANO	PREFEITOS DE OEIRAS	ANO	PREFEITOS DE OEIRAS
1930 / 1933	José Martins de Sá	1946	José Ribeiro de Araújo (maio/set)
1933 / 1935	João Ferraz	1946 / 1947	José Nogueira Tapety (set/dez)
1935 / 1936	João Ribeiro de Carvalho	1947	João Ribeiro de Carvalho (maio/dez)
1936 / 1937	Augusto da Rocha Neto	1948	Elpídio Maciel de Sá (jan/maio)
1937 / 1945	Orlando Barbosa de Carvalho	1948-1950	Augusto Rocha Neto
1945 / 1946	Miguel Pereira Dias de Oliveira		

Quadro 02 – Relação dos prefeitos de Oeiras (PI) – 1930 a 1950.
 Fonte: SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Junior, 1992.

2.2 O ressurgimento de uma cidade

A década de 30 do século passado foi um marco na História do Brasil: fim da Primeira República e o início de um período de transformações, em que ocorreram importantes mudanças na sociedade brasileira. Presenciou-se o avanço do processo de urbanização, o progresso da indústria, transformação cultural e educacional, crescimento da classe operária e maior agitação na vida política do país. Neste contexto também está incluído o Piauí e conseqüentemente Oeiras, embora não tenham apresentado mudanças profundas, de forma geral, já despontavam para um processo de modernização.

Data de 1930 a fase de renovação da histórica Oeiras. A descrença em um futuro melhor, que se apoderara do povo, esvanecera-se ante o idealismo dos que prepararam o advento da arrancada de outubro daquele ano. As idéias novas operaram o milagre de arrancar-nos da alma a quase convicção de que um doloroso fatalismo nos condenara à apatia a que nos entregávamos (QUEIROZ, 1999, p. 156).

Em sua trajetória Oeiras passou por várias fases: viveu momentos de relevo na História do Piauí, da conquista de suas terras, no final do século XVII, aos longos anos de apogeu como capital; experimentou a amarga tristeza de perder o prestígio de ser o centro político-administrativo, em 1852, entrando em ostracismo; e acordou para o ressurgimento,

após 1930, saindo da inércia em que esteve submersa desde que perdeu o título de capital para Teresina.²⁴

Em 11 de outubro de 1930 assumiu o cargo para o qual fora nomeado, o primeiro prefeito de Oeiras, o Sr. José Martins de Sá. Após constatação da precária situação orçamentária do município, Zé Sá, como era conhecido por todos, tomou a atitude de diminuir o salário dos funcionários, inclusive o seu, que ficou reduzido a 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), metade do valor que recebia um intendente. Como os municípios na época não recebiam ajuda do Governo Estadual, tratou de regularizar a cobrança de impostos aplicando o montante da arrecadação no desenvolvimento da cidade, como a construção de um prédio moderno para funcionamento da Prefeitura Municipal e ações de infra-estrutura como a construção de duas caixas d'água para atender a população com água potável.

Os prefeitos que sucederam Zé Sá prosseguiram com o projeto de modernização da cidade iniciado por ele, e aos poucos a velha urbe foi despertando para o futuro, não vivendo apenas das glórias do passado, mas também sem se distanciar dele, mantendo viva sua identidade de cidade histórica.

Foi a partir da década de trinta, dos anos mil e novecentos que Oeiras se levantou e sacudiu a poeira arrancando para o progresso tentando recuperar o tempo em que se entregou à apatia desde que deixou de ser capital. Governantes de idéias novas e avançadas se dedicaram à reconstrução da cidade realizando obras públicas, revigorando-lhe e dando-lhe um novo perfil. Dentre as realizações ocorridas a partir deste período até meados do século passado, destacam-se: a reforma do Mercado Público Municipal, que muito contribuiu para incentivar o comércio local; a chegada da energia elétrica na cidade possibilitando o aceleração do progresso; novos prédios que embelezaram a paisagem urbana, como o espaço cultural compreendido pelo Cine Teatro Oeiras, Café Oeiras, Associação de Comércio, Indústria e Agricultura Oeirense; Passeio Leônidas Melo e Praça da Bandeira; construção do Parque Infantil localizado na Praça das Vitórias; criação de escolas municipais, estradas e calçamentos; edificação do Posto de Puericultura e do Matadouro Municipal; restauração do adro da Igreja Matriz de N. S. da Vitória; início da construção do Ginásio Municipal Oeirense e muitos outros feitos.

²⁴ Esta periodização da História de Oeiras está baseada no artigo do historiador local, Possidônio Nunes de Queiroz, feito especialmente para o Almanaque do Cariri, em julho de 1951 e publicado na Revista do Instituto Histórico de Oeiras, nº 16, 1999.



Figura 20 – Prefeitura Municipal



Figura 21 – Mercado Público



Figura 22 – Complexo urbanístico: Café Oeiras/Associação Comercial/Praça da Bandeira e Passeio Leônidas Melo



Figura 23 – Posto de Puericultura

Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Um dos melhoramentos urbanísticos de impacto na cidade de Oeiras foi a instalação do serviço de distribuição de energia elétrica. Aguardada por todos, a luz foi inaugurada e festejada com grande júbilo. Este fato aconteceu em 7 de setembro de 1937, dia que também se comemorava a Independência do Brasil. A cidade inteira estava em festa, todos queriam participar das solenidades de inauguração, somando-se às autoridades governamentais, eclesiásticas e convidados ilustres. Houve sessão solene de inauguração na Câmara Municipal, discursos, bênção da Igreja, manifestação popular na Praça das Vitórias e baile ao som da banda “Arrebenta Rochedo”. A expressão de contentamento ficou registrada no discurso proferido por Costa Machado (1998, p. 43):

[...] Capital do estado até 1852, que depois teve sua ‘Idade Média’ num como estacionamento de longos anos. Oeiras aqui está. Aqui estamos nós, - endomingadas as almas, empavesados os corações, aberto os diques à alegria sem par, soltas as velas à imaginação exaltada, sentindo a grandeza toda do nosso passado, sentindo se animarem todas as nossas possibilidades presentes, sentindo o esplendor do nosso futuro, entre embriagadoras expansões, cânticos de júbilos, fanfarras de prazer!

[...]

Aqui estamos para dizer bem alto que iluminando Oeiras queremos apagar uma dívida ao passado, pois é a memória de nossos maiores que homenageamos, daqueles que, na medida de seus esforços, tudo fizeram em nosso proveito,

descobrimo, conquistando, cultivando, defendendo estas terras. Legando-nos uma história cheia de intrepidez, civismo e dignidade, preparando o Piauí para a prosperidade presente; e concitar ao mesmo tempo a mocidade atual e, de logo, também a mocidade vindoura a prosseguirem a mesma obra em prol do porvir, para que sejam sempre dignas do orgulho de descender dos heróis do litoral e do sertão desta Pátria idolatrada.

Este evento está marcado na lembrança daqueles que tiveram a oportunidade de vivenciá-lo, e com um olhar distante como que passando em sua mente um videoteipe, assim relata Amadeu Reis (2005):

Eu tinha 11 anos, mas me lembro muito bem da inauguração da luz elétrica, tenho até uma fotografia tirada neste dia, foi a maior festa que teve aqui dentro de Oeiras, festa do povo. A gente vivia na escuridão, este foi um grande feito do prefeito Rochinha, era como se chamava Augusto Rocha Neto. Foram muitos acontecimentos neste dia, assisti à sessão solene na Prefeitura que teve como oradores Dr Machado, Possidônio Queiroz, o Prefeito Rochinha e muitos oradores. Teve também bailes, o da Prefeitura foi tocado pela banda Arrebenta Rochedo. Vieram muitos líderes políticos das cidades vizinhas, a cidade estava cheia.²⁵



Figura 24 – Inauguração da Luz Elétrica – Oeiras – 07/10/1937
Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

A figura 24 pode ser analisada segundo os níveis pictóricos sugeridos por Panofsky (1939, apud Burke, 2004, p. 45), partindo da identificação dos objetos nela contidos, passando pelo seu sentido estrito e extrapolando na busca de significados subjacentes, sendo este último nível o que mais interessa aos historiadores culturais. Esta imagem aos olhos de

²⁵ Entrevista concedida por Amadeu de Macedo Reis, em 19 de setembro, 2005.

um observador desavisado não passa de um aglomerado de pessoas a se espremerem em um beco estreito numa época e num lugar qualquer. Para compreender uma fotografia é necessário uma aproximação maior com a mesma. A figura em análise trata de uma imagem fotográfica que atesta a existência de um evento – a inauguração da luz na cidade de Oeiras, em 7 de setembro de 1937, captada pelas lentes de um fotógrafo do estúdio Foto Íris estrategicamente posicionado provavelmente com a finalidade de mostrar a magnificência deste acontecimento para a cidade.

Segundo Roland Barthes (1984, 48-85-89), várias são as possibilidades de leitura de uma fotografia, pois as imagens podem estimular os observadores de diferentes formas. A relação fotografia-observador opera por dois caminhos, o das fotografias em direção ao observador e deste em direção às fotografias; no primeiro caso, as imagens estimulam o observador e este procura “encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas”, no segundo caso, o observador extrapola os limites da fotografia, “é o que acrescento à foto e o que todavia já está nela [...] uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver”.

Ultrapassando o enquadramento da fotografia em comento, levando em consideração seu contexto sociocultural, ela revela a satisfação e euforia de um povo que por longo tempo experimentou o dissabor de ver sua cidade no contrapasso do progresso. Representa uma cidade em transformação, um momento de conquista, de vitória e de esperança de melhores dias. Foi um dia especial, um dia de festa e merecia ser comemorado no melhor estilo, homens e mulheres em trajes domingueiros da época, aguardavam o final dos discursos para adentrarem na usina e ver de perto as engrenagens da modernidade.

Esta fotografia faz emergir o passado trazendo-o para o presente estimulando as lembranças dos que participaram deste êxtase coletivo. Ao vê-la, Amadeu Reis (2005) fez aflorar na memória os momentos vividos neste dia:

Sou este aqui encarapitado na janela da velha usina ouvindo os discursos das autoridades. Era só um garoto, mas estive presente e acompanhei tudo de perto, fui até mesmo receber a caldeira na estrada de Floriano, todos esperavam com ansiedade. Quando olho para essa fotografia vem na minha lembrança um passado que nunca esqueci e uma saudade danada deste tempo. Foi uma grande festa, todos se produziram da melhor forma, a maioria dos homens, como mostra a fotografia, usava paletó e chapéu que eram os trajes para dias especiais como este e as mulheres suas melhores roupas. Quando a luz acendeu fiquei muito admirado com este avanço tecnológico, nunca tinha visto luz assim.

A figura 24 é de grande importância histórica para Oeiras, para uma “história vista de baixo”, registra o flagrante de uma manifestação popular, evidencia uma prática social, um desejo coletivo, um sentimento de pertencimento que nos remete a um melhor entendimento de sua cultura.

A velha usina elétrica, a primeira da cidade de Oeiras, tinha motor movido a lenha e foi montada por um alemão conhecido na cidade simplesmente pelo nome de Guilherme num prédio localizado na Rua Cônego João. Seus cuidados ficavam a cargo do electricista João Borges que havia trabalhado na fábrica de manteiga de Campinas – PI, e de seus auxiliares Aldo, João Matos, Otacílio Leite, mestre Manoel, João Velho. Esta usina funcionou até o início dos anos sessenta, quando seu motor foi substituído por outro a óleo diesel. Segundo Miguel Reis (2005), era assim que a antiga usina funcionava:

A usina começou funcionando das 6 horas da tarde até 11 horas da noite, depois passou para 12 horas e quando aumentou muito o consumo a máquina não tinha mais força pra trabalhar e ia até 9 horas. A usina dava um sinal às 15 para as 9 horas, era um apito alto que se escutava de longe, e as moças que estavam na praça se dissipavam todas e iam para suas casas. A usina marcava o tempo e a gente cumpria.²⁶

A palavra luz simbolicamente nos remete à idéia de progresso e civilização. A luz elétrica contribuiu para mudar a face de Oeiras abrindo caminho para a transformação, não somente no que diz respeito ao embelezamento e modernização urbana (com o surgimento de praças com fontes luminosas como fogos de artifícios silenciosos para encantamento de todos e do cinema onde muitos, pela primeira vez, em sua tela puderam ver o mar e outras paisagens longínquas), como também tornando a cidade mais dinâmica e atraente alterando os hábitos de seus moradores.

Tudo melhorou depois da luz, a cidade ficou mais agitada, a diversão aumentou e os bailes tornaram-se mais freqüentes. As moças andavam mais chiques, usavam até chapéus e as mais ricas mandavam fazer roupas por modistas de Teresina ou mesmo de Fortaleza. Fiz muitos vestidos e passei a costurar também à noite, antes com a lamparina não dava, era muito ruim. A luz também fez estreitar os laços de amizade entre as pessoas. Com as noites iluminadas, as visitas em casa de amigos se amiudaram. Na casa de meu pai, Joel Campos, era uma roda enorme que se formava na porta. As cadeiras eram colocadas cedo e à noitinha começavam chegar os amigos. Xé Sá era o primeiro que aparecia e depois Dr. Pedro Sá, José Tapety, meu padrinho Raul Rego, Zé Sá, João Ferraz, Seu Menandro, Seu Israel e muito mais gente para conversar e tomar o cafezinho de Bembém, minha mãe (AURISTELA CAMPOS, 2005)²⁷.

²⁶ Entrevista concedida por Miguel de Macedo, em 19 de setembro, 2005.

²⁷ Entrevista concedida por Auristella Nogueira Campos, em 20 de setembro, 2005.

A modernidade que Oeiras passou a experimentar após os anos 30 do século passado não fez esta perder seu status de cidade histórica, mantendo firme suas tradições culturais e religiosas, conservando sua identidade, destacando-se neste aspecto, de outras cidades do Estado.

2.3 Tradição cultural

Tendo perdido a condição de centro político da Província, Oeiras ia aos poucos se adaptando a uma nova configuração social, mas mantendo firme sua tradição cultural. A atmosfera sedutora da cidade de Oeiras tocava a sensibilidade de seus filhos. Ter alma de artista parecia ser uma sina. Rara era a família que não possuía entre seus membros alguém que se destacasse no campo da arte nas suas variadas manifestações.

Oeiras foi a cidade que viu nascer o primeiro jornal produzido no Piauí, “O Piauiense”, de caráter oficial, publicado em 1832, fazendo desta Província a 15ª a possuir imprensa no Brasil. A partir daí, numa demonstração de inquietação intelectual, surgiram outros jornais muitas vezes com publicações simultâneas. No apêndice C, encontra-se o quadro em que estão relacionados todos os jornais que circularam em Oeiras até a primeira metade do século XX, data limite desta pesquisa.

A figura 25 estampada na página seguinte mostra um raríssimo exemplar do número 1 do jornal “A Chibata”. Este periódico, impresso pela tipografia Saquarema, em Oeiras, circulou pela primeira vez em 12 de outubro de 1849 e era distribuído gratuitamente. O jornal “A Chibata” estampa como subtítulo a expressão: “periódico crítico e satyrico”, que remete à sua função de “defender” a sociedade, sendo os olhos e a voz da “verdade” combatendo os discursos propagados pelo jornal “O Fuzo Doido”, periódico joco-sério de cunho político impresso na tipografia Liberal, de Oeiras, que iniciou sua circulação em 6 de outubro de 1849. A duração do jornal “A Chibata” foi atrelada à perpetuação do Fuzo, o que é esclarecido no número um deste periódico: “Sahirá em quanto existir o Fuzo Doudo”. A contestação às notícias veiculadas pelo jornal satirizado é afirmada na legenda em versos da mesma edição: “Das chibatadas que der / Ninguém tema, nem se espante / Que meu fim é dar no Fuzo / Para não ser tão tratante”.

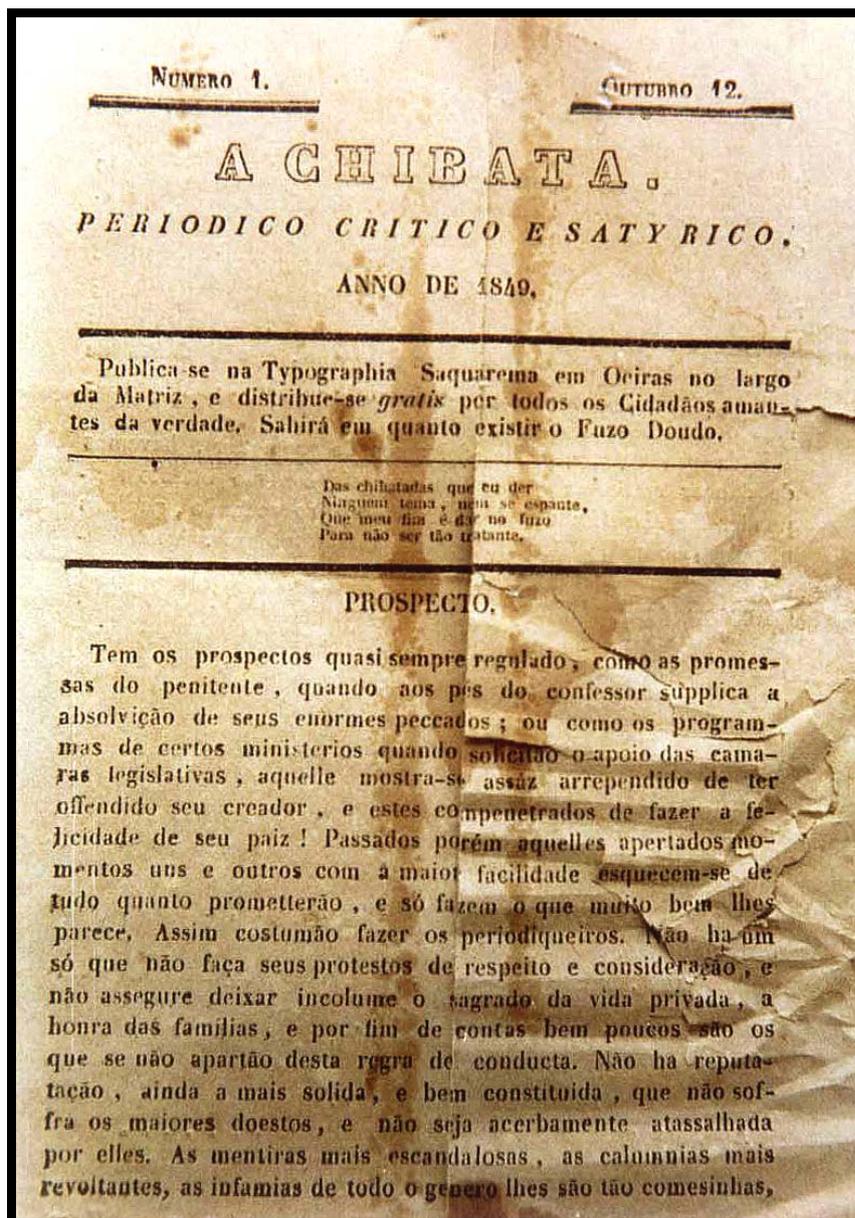


Figura 25 – Jornal “A Chibata” – Oeiras – 1849
 Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

A disputa política através da imprensa, entre os pretensos detentores da veracidade, era uma prática comum desde o surgimento da imprensa no Brasil, no período Imperial, permanecendo até meados do século passado. Lavinha Madeira Ribeiro ao prefaciар o livro de Rêgo (2001, p. 23), diz que:

Durante o período imperial, a imprensa atingiu um nível de grande reconhecimento devida a sua nobilitação como instrumento necessário da prática política, atuando contra e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, formações e manifestações, dentro do espaço da discursividade política nacional. [...] No Piauí, este perfil político da imprensa foi hegemônico até meados da década de 40, já no século XX.

Os jornais defendiam os pontos de vista de seus proprietários e redatores como sendo a verdade, e negavam as idéias que chocavam com seus interesses, publicadas nos periódicos opositores. Sobre as verdades defendidas nos jornais podemos nos embasar nas palavras do lingüista Fiorim (2001 p.16):

Tendo adquirido um saber a partir de uma certa perspectiva, cada um dos sujeitos atribui a seu conhecimento a marca da certeza e confere ao outro a qualificação de equívoco, ou seja, cada um dos sujeitos considera seu saber com saber e o outro como não saber. Isso leva a polêmica, a uma confrontação, em que cada um pretende impor ao outro o seu ponto de vista, em que cada um tenciona fazer o outro desqualificar o saber que havia adquirido anteriormente e aceitar o ponto de vista alheio como verdade.

A imprensa em Oeiras serviu de palco para divulgação das ações governamentais, bem como para as manifestações dos saberes de políticos e intelectuais, como meio de conquistarem status social. Magalhães (1998, p. 82), afirma que “a atividade jornalística, ainda que não satisfatória do ponto de vista financeiro, atraía os jovens intelectuais, principalmente bacharéis recém-formados, em razão do prestígio e o reconhecimento social que conferia a seus militantes”.

Muitos oeirenses se notabilizaram na literatura, não apenas como veículo de informação e conhecimento, mas também traduzindo em prosas e versos sentimentos telúricos sem medo do desnudamento e com orgulho de revelarem-se ao mundo e aos homens o amor por sua terra natal²⁸. Dos escritores oeirenses constantes no apêndice D, destaca-se aqui, aqueles que se immortalizaram tornando-se patronos e ocupantes de cadeiras da Academia Piauiense de Letras: Licurgo José Henrique de Paiva, patrono da cadeira nº 10; Cônego Leopoldo Damasceno, patrono da cadeira 21; Clodoaldo Severo Conrado de Freitas, 1º ocupante da cadeira nº 1; Benedito Francisco Nogueira Tapety, 1º ocupante da cadeira nº 15; José Vidal De Freitas, 2º ocupante da cadeira 28; Antônio Bugyja De Sousa Britto, 3º ocupante da cadeira nº 12; Alvina Fernandes Gameiro, 4º ocupante da cadeira nº 14; Petrarca Rocha de Sá, 3º ocupante da cadeira nº 06; José Expedito de Carvalho Rego, 3º ocupante da cadeira nº 2; Orlando Geraldo Rego de Carvalho (O G . Rego de Carvalho), ocupante atual da cadeira nº 06; Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, ocupante atual da cadeira nº 25.

Além da tradição literária, Oeiras se impôs como terra de músicos. Ter gosto musical era sinal de requinte, civilidade e destaque social. A música estava sempre presente

²⁸ Maiores informações a respeito dos escritores oeirenses e piauienses de forma geral são encontradas em ADRIÃO NETO. **Dicionário biográfico**: escritores piauienses de todos os tempos. Teresina: Halley, 1995.

nas festividades cívicas, religiosas e familiares. No início do século passado, a sociedade oeirense encontrava na música os raros momentos de lazer e intercâmbio cultural.

Neste período, Oeiras foi acometida por um surto musical, havia duas bandas de música que disputavam entre si suas aptidões e prestígio: A banda “Triunfo” e a banda “Vitória”. A primeira pertencia ao Sr. Jeremias Rodrigues dos Santos, que era o maestro e também integrante da banda juntamente com seus filhos Benedito, Sebastião, e Jeremias Filho, além de Velho Frade, Mestre Velho e Ditinho. Seus membros pertenciam ao partido do governo; e a segunda, a banda “Vitória”, era de propriedade do Cel Rodolpho de Moraes Rego e dela faziam parte João Hermes Monteiro Bugyja, seu maestro, e os músicos Benedito Pinho, Sebastião Cardoso, João Cassiano, José Rodrigues, Cabo Elias, João Diogo, Benedito Carmo, e outros. Seus músicos faziam oposição ao governo (MARTINS, 1983, p. 33).

Em um diário do Cel. Rodolfo Rego (apud REGO, 1982, p. 104), estão escritas informações valiosas sobre a formação da banda de música “Vitória”:

Dei de presente para Oeiras uma banda de música que tem o nome de Banda de Música Victória. Fiz presente à música desta cidade dos seguintes instrumentos:

1 Bombo de tarracha

1 Hélicon

1 Xaxa phone

1 Xaxe em mi bemol

Um conto de Reis (1.000.000) e mais fardamento pardo na importância de 264.500.

Para a Música tenho gasto Um conto de Reis (1000.000) e de 15 de Fevereiro de 1901 tenho dado 10.000, dez mil reis por mez para pagamento do Mestre Bugyja. Dei mais 30.000 (trinta mil rs) para compra de 4 instrumentos em picos, 26 de Abril de 1901. Dei mais para a música 10.000 para Raimundo Bonito e 10.000 para Luis Carmo.

Os componentes destas duas bandas pertenciam a partidos políticos diferentes comandados pelo Sr. Alano Beleza e pelo Sr. Ivo Carvalho, havendo assim uma rixa entre elas. A política era ferrenha e os ânimos se acirravam principalmente em épocas de campanha política e um fato incivil e grosseiro envolvendo estas bandas maculou o sentido de união que a música encerra, por ser universal. Expõe Carvalho (1980, p. 115) que:

Um dia, porém, uma das bandas achou de ir onde a outra se achava. Provavelmente o encontro, tal o local escolhido, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi obra demoníaca. Ao se defrontarem as duas equipes, nem mesmo o recinto sagrado veio à tona. Então, viu-se aqueles delicados instrumentos, feitos para transmitir a maviosidade da música, transformados em instrumentos de castigo. Confusão geral... gritos, correrias, desmaios, um verdadeiro pandemônio! Serenados os ânimos, verificou-se que o espetáculo – porque na realidade espetáculo fora... e deprimente – havia sido muito mais grotesco que sangrento, com muito mais gritaria que pancadaria.

Do triste episódio restou uma lição: a de que por mais inconciliáveis que sejam as divergências políticas, especialmente em cidades pequenas, como a nossa, em que todos constituem como que uma só família, devemos tudo fazer pela vitória ou...

triunfo da causa por que nos batemos, mas de tal maneira que, finda a refrega, possamos de novo nos dar as mãos.



Figura 26 – Banda de Música “Vitória” – Oeiras (PI) – [191-?]
 Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. n. 05, p.38, 1986.

Grande era a ebulição musical em Oeiras, também nos anos trinta e quarenta, bastava reunir alguns músicos e aí estava criada uma banda ou um conjunto. Era costume dos músicos desta época como André Holanda, Joaquim Copeiro, João de Sá Martins, os irmãos Ademar, Raimundo (Batata), Divino e Levi Carmo, além de outros, agrupar-se e juntos tocarem para deleite pessoal ou para animar eventos sociais.

Duas outras bandas de música surgiram nesta época e fizeram muito sucesso: a banda “Arrebenta Rochedo” e a banda “Santa Cecília”. A primeira foi uma iniciativa dos apaixonados pela música como Benedito Feitosa, Clovis Freitas, Zeca Amorim, Antônio Diogo, João Leal, Benedito Barbosa, os irmãos Carmo e João Burane. A banda “Santa Cecília” pertencia à Prefeitura Municipal e teve como membros, entre outros, João Andrade, Francisco Barros, Zezito Barros, Joaquim Copeiro, Raimundo Cassiano, Indé Cassiano, Zé da Guia, Raimundo Dodô.



Figura 27 – Banda de Música “Arrebenta Rochedo” – Oeiras (PI) – [193-?]

Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Não se pode falar sobre música em Oeiras sem tocar nos nomes de Burane e Possidônio Queiroz. Benedito Amônico de Freitas era popularmente conhecido pelo nome de Burane, nasceu no dia 04 de maio 1886. Autodidata de uma extrema sensibilidade destacou-se em vários ramos da arte. Nas artes cênicas, organizou e foi personagem de dramas apresentados na “Casa da Sociedade” prédio onde hoje funciona a Câmara dos Vereadores. Na pintura nos legou obras de harmoniosa composição como o quadro “Descimento da Cruz”. Como escultor talhou em madeira imagens sacras de fino acabamento. Foi, porém a música a arte com quem tinha mais intimidade, tocava acordeão, bandolim, violão, violoncelo, harmônica e órgão. Juntamente com Possidônio Queiroz organizou na década de 30 a orquestra “Renascença”. Burane faleceu em 21 de novembro de 1957 com 71 anos. Seu perfil foi traçado em versos pelo seu primo José Vidal de Freitas (apud FREITAS, 2001, p.18):

BURANE: O POLIESTETA

A cidade de Oeiras tem por sorte
Gerar filhos geniais
Com rica estese, mão segura e forte,
Gloriosa luz que não se apaga mais

Entre outros, distinguiu-se Benedito
Amônico de Freitas
O Burane, tão hábil e expedito,

Politeísta, das linhas mais perfeitas.
 Das musas, só Euterpe o embeveceu,
 Porém o que fez tão bem,
 Idealizando música do céu
 Ouví-lo melodiar como ninguém.

Foi pintor, escultor, imaginário,
 Mágico do buril,
 Moldador, desenhista extraordinário,
 Litógrafo, excelendo a mais mil.

É justo que se cante aquele artista
 De tão terna memória,
 Que Oeiras é por eles que conquista
 O excelso nome que lhe herdou a história.



Figura 28 – Benedito Antônio de Freitas - Burane
 Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. n. 05, p. 35.,1983.

Possidônio Nunes de Queiroz, assim como Burane deixou um grande legado cultural. Nascido em 17 de maio de 1904, Possidônio foi fascinado pela música desde pequeno, recebeu alguns ensinamentos do maestro Jeremias Rodrigues e do flautista João Rego. No entanto, era considerado um autodidata, foi a sua força de vontade e o amor imensurável pela divina arte que o fez um grande músico, um virtuose da flauta.



Figura 29 – Possidônio Nunes de Queiroz

Fonte: MEMÓRIA piauiense: Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação Elias Tajra, p.23, abril, 1995.

Possidônio Queiroz organizou a orquestra “Renascença”, fez serenatas, participou de saraus e compôs valsas de notáveis melodias: “Valsa nº 09 ou Pagã”, “Valsa da Sagração”, “Grande Valsa em Sib”, “Grande Valsa em dó”, “Lilásia”, “Valsa do Poeta”, “Cecy Carmo”, “Para Alice”, “Valsa Serenata”, “Pensando em Ti”, “Horas de Melancolia”; chorinhos: “Choro-fantasia”, “ Amorim na zona”, “As caçadas de Amorim”; marchinha: “Olha o flautim”; e hinos: “Hino comemorativo aos 40 anos da Diocese de Oeiras” e “ Hino à Matriz de Oeiras nos seus 250 anos”. Muitas de suas composições foram devoradas pelos cupins, outras foram resgatadas e arranjadas pelo maestro Emmanuel Coêlho Maciel. Possidônio faleceu no dia 1º de janeiro de 1996, aos 93 anos de idade.

Na opinião do maestro Emmanuel (1995, p 23-29), Possidônio produziu “uma obra musical que, embora pequena, é extremamente importante para o Estado do Piauí (...) uma obra de ótima qualidade, a nível (sic) dos grandes mestres de valsas da Europa, dando a cada uma um sotaque brasileiro de ternura e encantamento”. Os sons doces e melódiosos de sua flauta ainda ecoam nos ouvidos daqueles que com saudade recordam. Para Conceição Tapety Silva, as vibrações sonoras de sua flauta continuam a se propagar, o tempo não foi capaz de emudecê-las permanecendo audíveis em suas lembranças:

“Eu devia ter uns 10 anos de idade quando as serenatas de Possidônio Queiroz me despertaram para apreciar a beleza do som de sua flauta. Os moradores acordavam, a cidade acordava. No entanto, silêncio total. No ar apenas o som da flauta de

Possidônio. Lembro-me bem: os sons vinham de longe, suaves, plangentes, harmoniosos (SILVA, 1994, p. 10)

A mulher oeirense, no início do século passado começou a participar com mais frequência da vida social, a janela deixou de ser o limite entre sua casa e a rua e a igreja o espaço de suas aparições em público, embora os locais freqüentados muitas vezes ainda fossem definidos pelo homem – seus pais, maridos ou irmãos. A música passou a ser um complemento da educação feminina que veio contribuir para sua emergência social marcando sua participação nas reuniões sociais em casas de família, nas seções cívicas, além das festividades religiosas. Distintas senhoras se ocupavam como professoras de música das moçoilas da cidade, chegando a formar grupos musicais como a bandinha “A Voz do Coração” organizada nos anos trinta por Dona Araci Carvalho, mãe do notável escritor O.G. Rego de Carvalho. Outras exímias musicistas como Filó Carvalho, Maria Queiroz, Liquinha Lopes, Petinha Amorim, Eva Feitosa, Francisquinha Martins muito contribuíram despertando e divulgando a música em Oeiras. Os Instrumentos preferidos pelas mulheres eram o violino, banjo e bandolim.



Figura 30 – Orquestra “Renascença” – Oeiras (PI) – [193-]²⁹
 Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. n. 05, p. 35.,1983.

²⁹ Componentes da Orquestra “Renascença” que aparecem na figura 30, da direita para a esquerda, em pé: Possidônio Queiroz, Raimundo Cassiano, Indé Cassiano, José Amorim, João Burane, Eva Feitosa, Aldemar Tabaqueiro e Antônio Diogo; sentados: Elisa Campos Ferreira, Petinha Amorim, Amália Reis, Maria Queiroz, Luiz Burane e Benedito Amônico de Freitas (Burane)

2.4 Capital da fé

Oeiras nasceu sob o símbolo da fé. A formação social da cidade foi fortemente influenciada pela igreja católica que deixou marcas profundas da vida de seu povo. A chama da religiosidade ateadada pelo 1º vigário Pe. Tomé de Carvalho, no início de sua colonização, final do século XVII, jamais se apagou, permanecendo acesa em cada detalhe das ações cotidianas de sua gente. Foi esta terra que o padre visitador Miguel de Carvalho escolheu para centro irradiador da fé católica deste imenso território conhecido como “Sertão de Dentro”. Aqui foi instalada uma freguesia e erguida uma igreja sob a proteção de N. S. da Vitória e “foi aqui em redor do teu culto que a cidade surgiu e cresceu”³⁰.

A direção espiritual da igreja de N. S. da Vitória, num período de 275 anos, compreendido desde o ano de instalação desta freguesia, em 1697, até 1950, datas estabelecidas como limites para esta pesquisa, recaiu sobre os seguintes vigários:

DATA	VIGÁRIOS DE OEIRAS
1697 – 1736	Thomé de Carvalho e Silva.
1737 – 1756	André da Silva.
1757 – 1766	Antônio Luiz Cantinho.
1767 – 1781	Dionísio José de Aguiar.
1782	Henrique José da Silva – encomendado. ³¹
1783 – 1785	Dionísio José de Aguiar.
1785 (dez) - 1787	Henrique José da Silva – encomendado.
1787 – 1790	Dionísio José de Aguiar.
1791 – 1794	Francisco Raymundo de Araújo – encomendado.
1794 (dez) – 1795	Francisco Ignácio de Lima Taveira.
1796 – 1810	Cosme Damião da Costa.
1811 – 1822	Mathias Pereira da Costa.
1822 (dez) – 1824	Joaquim José Monteiro de Carvalho e Oliveira.
1824 (out) - 1831	João da Rocha Vale.
1831 – 1839	Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago.
1840 – 1871	João de Sousa Martins.
1872 – 1906	José Dias de Freitas.
1907 – 1915	Aristheu do Rego Barros.
1916 (jan) – 1917 (mar)	Acyllino Baptista Portella Ferreira.
1917 (abr – ago)	Joaquim de Oliveira Lopes.
1917 (ago) – 1931	José Gomes da Silva.
1932 – 1950	Antônio Cardoso de Vasconcelos.

Quadro 03– Relação dos vigários de Oeiras – 1697 a 1950.

Fonte: CARVALHO JR. História episcopal do Piauí. Teresina, COMEPI, p.25, 1980.

³⁰ Estrofe do Hino à Matriz de Oeiras nos seus 250 anos. Letra de Dr. José Expedito de Carvalho Rego e música de Possidônio Nunes de Queiroz.

³¹ Encomendado – expressão usada para designar o pároco nomeado interinamente para uma freguesia.

Oeiras tornou-se diocese em 1948 e assumiu como primeiro bispo desta cidade, D. Francisco Expedito Lopes, que foi recebido solenemente pelo povo na tarde de 5 de janeiro de 1949, sendo empossado no dia seguinte. Este cearense, nascido em 8 de julho de 1914, no Sítio Jerusalém, na Serra da Meruoca, em Sobral, conquistou a simpatia, respeito e veneração dos oeirenses. Contava com apenas 35 anos quando assumiu essa liderança religiosa. Era um homem de aparência externa austera, mas simples e bondoso na opinião dos oeirenses.

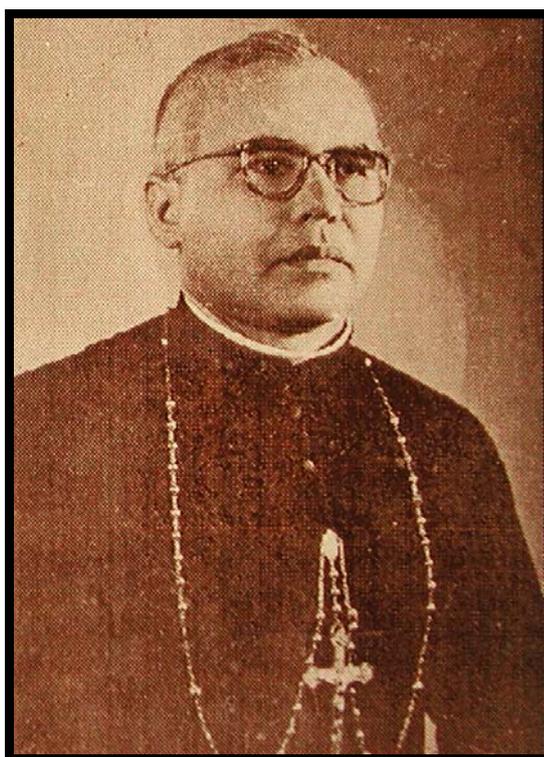


Figura 31 – D. Expedito Lopes – 1º Bispo de Oeiras – 1949.

Fonte: Santinho distribuído por ocasião 40º aniversário de morte de D.Expedito Lopes – Garanhuns - 1997.
Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Dom Expedito exerceu com competência o seu múnus eclesiástico, fundou a Associação de Senhoras de Caridade, executou reformas na Igreja Matriz, criou o pré-seminário de Oeiras preocupado em expandir as vocações sacerdotais, defendeu a causa da educação batalhando pela criação do Ginásio Municipal Oeirense, além de outras muitas ações que estimulavam a vida religiosa daquele povo. Foi durante o seu governo que, em 20 de outubro de 1953, a Imagem Peregrina de N. S. de Fátima visitou Oeiras e lá ficou por dois dias (QUEIROZ, 1984, p. 38-40).

Dom Expedito Lopes permaneceu em Oeiras durante 5 anos, tempo suficiente para conquistar o amor de todos. Foi transferido para Garanhuns-PE em 24 de agosto de 1954. Por ser homem sério e zeloso pelas coisas da igreja foi vítima de seu dever. Agindo em

conformidade com os ditames da Igreja suspendeu o Pe. Hosana de Siqueira e Silva e este inconformado, no dia 1º de julho de 1957, “se dirigiu ao Palácio Episcopal, onde chegou às 18 h 30, bateu na porta e Dom Expedito Lopes atendeu. Foi atingido por três tiros e caiu agonizando” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2001, p.3). Faleceu na madrugada do dia seguinte, às 2:15h, no hospital Dom Moura em Garanhuns.

Oeiras é uma cidade mariana, todas as suas três igrejas são dedicadas à Nossa Senhora: Igreja de Nossa Senhora da Vitória – primeiro templo religioso erguido no Piauí, construída com os esforços do Pe. Tomé de Carvalho ao longo de trinta e seis anos e inaugurada em 1733; Igreja de Nossa Senhora do Rosário – apresenta alguns traços do estilo jesuítico, há registro de que em 1762³² já se encontrava em construção; e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição – sua construção teve início no final do século XVIII e levou mais de dois séculos para ter o acabamento final, em 1942.

No calendário de eventos da cidade o destaque maior era (e ainda é) para as tradicionais festas religiosas da Semana Santa, do Divino Espírito Santo, da Padroeira Nossa Senhora da Vitória, de Nossa Senhora da Conceição e Natal. Nos espaços compreendidos entre estas, muitos outros santos milagrosos também eram festejados pelos seus devotos como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e São Gonçalo. Estas festas religiosas eram caracterizadas por um forte simbolismo representados pelas cores: o roxo usado no período da Semana Santa significando a dor e sofrimento de Jesus Cristo, o vermelho, a chama de amor do Divino Espírito Santo e o azul e branco, a paz celestial e a pureza transmitida por Nossa Senhora. As festas religiosas, além do aspecto litúrgico, têm um significado sociocultural, são momentos de reencontros de amigos, de arrematar “jóias” nos leilões nos adros das igrejas, assistir as congadas, apresentações teatrais e bandas de música após os cortejos das procissões e da celebração das missas.

A Semana Santa de Oeiras continua sendo a maior festa religiosa do Piauí, a que mais atrai romeiros. A data do início desta festividade se perdeu no tempo, provavelmente no início do século XIX, uma vez que “o andor [de Bom Jesus dos Passos], mandado fazer pelo Vigário, João de Sousa Martins, é de 1856” (CARVALHO JÚNIOR, 1992, p. 157). A Semana Santa é uma festa móvel que acontece quarenta dias após o carnaval. Em Oeiras, porém, ela inicia uma semana antes, numa quinta-feira, com a Procissão da Fugida de Bom Jesus, que sai silenciosamente da Igreja Matriz rumo à Igreja do Rosário.

³² Censo feito por ordem do primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas.



Figura 32 – Imagem de Bom Jesus dos Passos – Oeiras (PI)
 Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Na sexta-feira, à tarde, acontece a tradicional concorrida Procissão de Bom Jesus dos Passos. Esta procissão sai da Igreja do Rosário e percorre as ruas do centro histórico da cidade parando em cada passo e aí é ouvida a voz lamentosa de Maria Beú³³ e o Miserere³⁴. Na praça das Vitórias dá-se o encontro das imagens de Bom Jesus e Nossa Senhora das Dores, ouve-se o sermão e a procissão segue lentamente finalizando à noitinha no adro da Matriz.

Outros eventos também fazem parte da Semana Santa como o Domingo de Ramos, a Procissão dos Enfermos, a missa do Lava-pés e a Procissão do Fogaréu, esta com a participação apenas dos homens levando tochas, o Descimento da Cruz, a Procissão do Senhor Morto, ao som das matracas e dos acordes fúnebres da banda de música, e por fim a Procissão do Senhor Ressuscitado.

A sociedade oeirense foi estruturada sob a égide da fé, antes mesmo de se organizar política e administrativamente. A formação inicial dos grupos sociais organizados no Piauí era de natureza religiosa – as irmandades, e a primeira delas foi a Irmandade de Nossa Senhora da Vitória. Esta associação foi decisiva na instalação da freguesia e na

³³ Maria Beú – personagem da tradição bíblica denominada Verônica, aquela que enxugou a face ensangüentada de Jesus. Em Oeiras, este personagem é chamado popularmente de Maria Beú, uma corruptela da expressão latina “meus” pronunciada lenta e repetidamente no seu dolente canto durante a encenação da Semana Santa.

³⁴ Miserere – nome do canto que versa sobre o salmo 50/51 (de David), traduz um pedido de perdão profundo. Recebeu este nome por ser a primeira palavra latina pronunciada no canto.

edificação da igreja, financiando suas obras e assumindo o compromisso com sua conservação e paramentação. Outras confrarias foram sendo criadas ao longo dos anos, como a Irmandade dos Homens Pardos, Irmandade de Santa Ana, Irmandade das Almas, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade de São João Nepomuceno, Apostolado da Oração (1899), Confraria de São Vicente de Paula, Arquiconfraria do Sagrado Coração de Maria, Legionárias de Maria, estas quatro últimas, bastante atuantes no início do século XX e ainda se mantêm. Estas irmandades contribuíram, sobremaneira, para a manutenção da fé além de praticar caridade dando assistência social aos seus filiados e outros necessitados. (CARVALHO JÚNIOR, 1991/1992, p. 125; MOURA, 2000/2001, p. 16-17)

2.5 Memórias de uma cidade

Oeiras viveu um longo tempo de recolhimento com a mudança da capital e este fato não lhe foi de todo maléfico, fez com que a cidade conservasse sua identidade histórica. Os avanços aconteciam lentamente, de forma que a cidade não sofreu profundamente poder devastador do progresso, este não teve força para descaracterizá-la de todo. Não é difícil ver a Oeiras de ontem na Oeiras de hoje, muito de seus monumentos, de suas casas e de suas ruas, ainda que alguns sejam apenas vestígios, constituem-se em pistas que ativam a memória de seus antigos habitantes que os viram de perto e neles tiveram, moraram e transitaram. Segundo Halbwachs (1990, p. 126-127):

Para encontrar uma cidade antiga no labirinto das novas ruas que pouco a pouco circundaram e transformaram casas e monumentos, que ora descobriram os antigos quarteirões e encontraram lugar no prolongamento e no intervalo das construções de outrora, não se recua do presente ao passado seguindo em sentido inverso e de modo contínuo a série dos trabalhos, demolições, traçados das ruas, etc., que modificaram progressivamente o aspecto dessa cidade. Mas para reencontrar caminhos e monumentos antigos, conservados, aliás, ou desaparecidos, guiamo-nos pela planta geral da cidade antiga, transportamo-nos em pensamento até lá, o que é sempre possível àqueles que ali viveram, antes que se tivesse ampliado e reconstruído os velhos quarteirões, e para quem esses muros ainda de pé, essas fachadas de outro século, esses trechos de ruas guardam sua significação de outrora. Na cidade moderna em si mesma encontramos particularidades da cidade antiga, porque temos olhos e pensamentos somente para esta. Assim quando numa sociedade que se transformou subsistem vestígios de que existia antes, aqueles que a conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhes dão acesso a um outro tempo e a um outro passado. Poucas são as sociedades nas quais tenhamos vivido, seja em que tempo for que não subsistam, ou que pelo menos não tenham deixado algum traço de si mesmas nos grupos mais recentes onde estamos mergulhados: a subsistência desses traços basta para explicar a permanência e a continuidade do próprio tempo nesta sociedade antiga, e que nos seja possível, a qualquer momento, nela penetrar através do pensamento.

O filósofo Walter Benjamim (1983), acusa a modernidade de ter contribuído para a destruição de valores, enfraquecimento da memória empobrecendo as experiências transmissíveis. É bem verdade que as idéias de desenvolvimento, modernidade e progresso vêm, hoje, aos poucos tentando impregnar e deturpar a mente de alguns jovens oeirenses que se apegam ao novo repugnando o velho pela falta de conscientização do valor da memória. Tais ameaças precisam ser contidas, pois o esfacelamento da memória desvincula o homem de suas raízes, negar o passado é perder a própria identidade e essa quebra do elo entre o passado e o presente torna o homem vulnerável à manipulação e à dominação. Para Le Goff (2003, p. 471), “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. É através da preservação da memória que um povo alcança sua imortalidade.

Apesar dos apelos e agitação do mundo moderno atingir alguns oeirenses desavisados de que ter progresso não significa esquecer o passado, mas antes de tudo valorizá-lo, pois é nele que está sedimentada a base para o crescimento consciente de qualquer sociedade, o desejo de perenidade ainda não foi subtraído do povo de Oeiras. Nela, insiste sobreviver o velho no novo, o passado vem se mantendo no presente, as recordações não são apenas relatadas, mas vividas e sentidas com emoção, pois o próprio cenário da cidade favorece um clima de oeirinsidade.

Segundo Queiroz, (1986, p.23), “o culto ao passado é, por todos os povos evoluídos, veneradamente praticado. Não se pode, é absolutamente impossível, pensar-se em grandeza, em evolução humana, sem as lições, sem o exemplo dos nossos maiores, dos que viveram antes de nós”. As memórias de outrora eternizaram-se, pois tanto contadas como ouvidas, escritas ou lidas, permanecem vivas em cada igreja, em cada rua, em cada monumento e em cada manifestação religiosa, cívica e popular de Oeiras. Os relatos individuais de memórias aqui apresentados constituem pontos de vista de uma memória coletiva. São testemunhos de histórias vividas e compartilhadas que contribuem para um sentimento de pertencimento.

Bugyja Britto (1977), escritor oeirense, ao eternizar suas memórias em seu livro “Narrativas autobiográficas”, oportunizou o seu compartilhamento com as de outros que ao lê-las descubrem pontos comuns numa simbiose de lembranças e “somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída”. (HALBWACHS, 1990, p. 34). As memórias autobiográficas de Bugyja Brito vêm contribuir para a reconstrução de uma memória histórica da cidade de Oeiras:

Guardo de Oeiras as mais gratas recordações. Dois cemitérios, o da Ordem do Sacramento e o de São Benedito (este para quem não tinha posses para pagar o preço de uma sepultura ou não era associado da Ordem), as três Igrejas, tais sejam, do Rosário, da Conceição e da Vitória (sendo esta a Matriz), os largos, o matadouro, (no meu tempo chamava-se Curral do Açougue), a feira aos sábados, quando se juntavam vendedores e mercadores de todas as espécies, negociantes e compradores de todos os matizes, o riacho Mocha que corta a cidade, e o Rio Canindé mais distante do centro rumando para o oeste, os três velhos sobrados, a Cadeia Pública, o Paço da Câmara e, em concomitância com essas cousas descritas, esses dois aspectos ressumbrando doce poesia: a religiosidade dos habitantes investidos de ardente fé cristã, e os currais localizados nos *environs*, dando à legendária *urbs* uma paisagem pastoril (BRITTO, 1977, p. 135).

Nesse sentido, afirma Bosi (1994, p. 452), “podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligam a elas? [...] à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”. E ao relatar suas reminiscências, da rua de seu tempo de infância conservada na memória, Dr. José Expedito Rego, médico e escritor oeirense, não está sonhando, mas exercendo uma função social importante salvaguardando um tempo que já se foi:

Rua do Fogo foi lá que eu nasci. Não tinha calçamento. Só mesmo uns restos pelos pés das calçadas. Calçamento de pedra bico-de-jacaré. [...]. A casa de D. Lodônia enfeitava a rua. Era a casa mais bonita da Rua do Fogo. Pintura em mosaico, não era azulejo, era imitação. Um quadro amarelo, outro verde, outro azul, outro vermelho. [...]. Na Rua do Fogo era queimado o boi, no dia de São João. Cheguei a presenciar uma vez ou duas. As mães fechavam as portas e janelas com medo do fogo. Minha avó, Leonília Rego, dizia que em tempos passados tinha havido até morte nestes dias. O boi-bumbá entrava pela extremidade norte da rua cercado por seus defensores, rapazes armados de foguetes, coriscos, traques e busca pés. Outra turma, adversária, entrava em choque, para tomar o boi e queimá-lo, uma verdadeira guerra. Os coriscos eram os fogos mais perigosos, arremessados contra os defensores do boi de palha, que não podia escapar. Era sempre arrebato e queimado. Desse costume é que vinha o nome da Rua do Fogo (RÊGO, 1982, 23-24).

Na primeira década do século XX a meninada oeirense se divertia com brinquedos simples de sua própria criação ou de artesãos da cidade. As meninas, nos quintais de suas casa, brincavam de “casinha” imitando donas de casa zelosas como que em exercício preparatório para sua vida adulta; já os meninos se aventuravam pelas ruas, quintas e riachos em brincadeiras mais arriscadas, como prova de sua macheza.

Fui traquinas como são geralmente as crianças. Brinquei com os companheiros da minha idade e, como tal, empinei papagaios, usei o divertimento do pião e do papavento, tomei banho no Mocha, peguei passarinhos, armei mundéus para a apanha de preás, andei descalço pela Praça da Matriz (N. S. da Vitória) e ruas adjacentes, corri em cima de cavalos quando ia ao Carcará (BRITTO, 1977, p.99).

Havia na cidade um rebanho de ovinos. Era a montaria predileta, a única para a equitação da petizada. Montados em seus carneirinhos, iam os jovens até acima do

Canela, no local denominado Morrinhos [...] Era o limite. Dali, meia volta, e o retorno às ruas da velha urbe (QUEIROZ, 1986, p.26).

Lá pelos anos de 1850 já se falava de carnaval em Oeiras, pois era considerado feriado “os dois dias seguintes ao domingo do entrudo³⁵”, como consta na Resolução nº 287, de 10 de setembro de 1850, que estabelecia várias disposições acerca da instrução pública. Porém os relatos aqui apresentados são dos carnavais da primeira metade do século XX:

Um dia pelo Carnaval (deve ter sido do ano de 1913) apareceu em nossa casa um bloco carnavalesco, ou seja, um grupo de pessoas fantasiadas, armadas de cabacinhas de cera ou entrudo, como também se chamava. Era noite, lá pelas 20 horas, e nós todos de casa (sendo que eu estava dormindo) fomos surpreendidos pelo bloco que, quando se abriu a porta da rua, entrou de casa a dentro cantando e dançando. Amedrontado, procurei ficar perto de minha Mãe [...]. Todavia, das animações de cada carnaval, era o número do Zé Pereira, bloco composto de rapazes da sociedade local, de que o povo mais gostava; mascarados e montados à cavalo, eles saíam pelas ruas centrais a receber aplausos das moças e a jogar, nestas, cabacinhas de cera (BRITTO, 1977, p. 94).

Falando “um pouco de Oeiras”, o General Abimael Clementino Ferreira de Carvalho, descreve o carnaval desta cidade na década de trinta, em conferência proferida no dia 27 de janeiro de 1973, no salão da União Artística Operária Oeirense e publicada pela Revista do Instituto Histórico de Oeiras, nº 02:

E o “carnaval”?...Quem dos mais antigos aqui presentes não se lembra e possivelmente com alguma nostalgia do carnaval de outrora, em Oeiras, pelo menos até os primeiros anos da terceira década deste século? Havia o “entrudo”: “cabacinhas” de cera, “seringas” de tabocas... estas nem sempre contendo água de boa procedência. E, por fim, entravam em função latas e outras vasilhas. O “banho” era quase geral porque, exceção das pessoas de muita idade ou de certa austeridade, toda gente caía na folia. Às vezes havia desentendimento, mas no final... [...]. Tínhamos, também os “mascaras”; todos homens, porém alguns... em trajés femininos: “as damas”... Faziam eles as suas passeatas pelas ruas afora, ao rufo de caixas e tambores e ao som estridente de cornetas ou instrumentos semelhantes. Era uma festa... E o Zé Pereira, num estridor frenético de ensurdecer, a cidade toda percorria. À noite, então, ao som da música, lá estavam eles, os “cavaleiros” com suas “damas” nas danças, em casas de família. Dançavam, cantavam, bebiam, comiam, divertiam-se e distraíam a assistência, geralmente numerosa, porque a festa era de todos, ricos e pobres, grandes e pequenos: era o carnaval (CARVALHO, 1980, p. 116-117).

³⁵ Entrudo – genericamente significa carnaval e de forma mais específica refere-se a um tipo de brincadeira carnavalesca. Em Oeiras, segundo informações prestadas por Possidônio Queiroz no programa Memórias de Oeiras, levado ao ar em 03/03/1984 pela Rádio Primeira Capital e transcrito e publicado pela revista Viva Oeiras!, o entrudo era uma forma de diversão dos carnavais de outrora que consistia principalmente em jogar nos foliões *cabacinhas* – pequenas bolas feitas de cera contendo água perfumada que se rompiam ao menor contato. Na falta destas, eram também arremessados talco e água limpa, suja ou com anil diluído (MEMÓRIAS de Oeiras. **Viva Oeiras!**. Teresina: Nova Expansão, ano 1, n. 5, mar. 2006.).

As lembranças mais marcantes de Oeiras são as dos tradicionais festejos religiosos, são momentos de reflexão e devotamento que contagiavam seus habitantes: missas, novenas, promessas, procissões, hinos e cânticos de louvor, são experiências vividas com fervor, o que fazem a singularidade desta cidade, destacando-a no cenário religioso do Piauí.

As festas religiosas eram a plenitude do bem-estar para os católicos romanos, o enternecimento para a massa popular, um *modus* de elegância da alta sociedade, o encanto da gurizada que não tinha outra melhor atração. As festas não eram *hobbieis* porque eram mais do que isso; [...], quase toda população comungava com a ocorrência dos festejos locais do catolicismo. As novenas do mês de maio (31 novenas), a missa diária de 6 horas da manhã, as confissões e comunhões, a palavra do vigário após a missa das 9 horas aos domingos, que contava com o *set* social, os batizados, os casamentos, os enterros, as crismas quando chegava o Sr Bispo ao município que não o tinha, os atos da Semana Santa, que, em Oeiras, por exemplo, eram brilhantíssimos [...], tudo constituía motivo de alta religiosidade e de atração para os habitantes, na maioria imbuída de doce e sedutora fé cristã.

Lembro-me algo dos festejos da Semana Santa de 1914, quando eu tinha 7 anos; das ocorrências, duas ficaram fortemente gravadas em mim, são as que já fiz referência; as tocantes cenas do Lava-pés, quinta-feira, e a Procissão da Sexta-Feira da Paixão. [...].

A festa do Padroeira da Cidade, cuja santa é N.S. da Vitória, celebrada em agosto, foi outra solenidade que nunca me saiu da memória. Um dos itens impressionantes estava na imagem de N.S. da Vitória, durante o novenário, ser conduzida procissionalmente à casa do *encarregado da novena*, onde ela pernoitava. Cada dia ela pernoitava em residências diferentes, ou melhor, cada dia havia um encarregado à parte. Quando a imagem chegava numa residência estrugiam foguetes, rezava-se uma ladainha; aquela casa, naquela noite, sentia-se feliz e honrada por abrigar a Santa; esta chegava sob aclamações dos acompanhantes da viagem condutora do andor (BRITTO, 1977, p. 101-102).

Possidônio Queiroz, referindo-se à devoção dos oeirenses aos santos da Igreja católica, diz que

das festividades com que o povo religioso de nossa Oeiras cultivava os santos e heróis do Cristianismo era a de Santo Antônio de Pádua, insigne Taumaturgo da Igreja, uma das mais caras ao nosso sentimento e das mais ricas emoções espirituais. [...] há muitas décadas, se encarregava à celebração da festa a digna oeirense Dona Ana Govém Soído, pessoa da qual hoje já não se lembram. [...]. Outra, esta a Ana de Carvalho Loiola, Comadre Ana, como a cidade inteira a tratava carinhosamente [...] passou de alma e coração aberto a trabalhar entusiasmaticamente pelo culto do santo lisboeta, e sua festa se fazia com grande pompa e esplendor (QUEIROZ, 1993, p.83-84).

Em carta endereçada ao amigo Possidônio Queiroz, em 3 de maio de 1967, pouco meses antes de morrer, o Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos manifestou sua saudade das festividades religiosas, muitas delas por ele organizada quando vigário daquela paróquia:

Pelas passagens da festa do Espírito Santo e da comemoração da Paixão e Morte do Redentor, eis um tempo em que o meu espírito voa até essa velha metrópole, e chego a ouvir a música expressiva da marcha da procissão dos Passos. Ouço ainda a voz

dolente da Maria Beú cantando: “Ó vós todos que por aqui passais, atendei e vede se há dor semelhante à minha dor” (VASCONCELOS, 1988, p. 43).

As festas religiosas, momentos de rara agitação na pacata Oeiras, fizeram marcas na memória do menino José Expedito Rego que ao relatar suas lembranças conta que

toda procissão importante passava pela Rua do Fogo. A de Bom Jesus dos Passos, descendo o Rosário, à frente o estandarte purpurino, com as letras graúdas S. P. Q. R. [...]. A imagem do Bom Jesus era coisa mais triste do mundo, vestido de roxo, carregando a enorme cruz de madeira, ajoelhada sobre a perna esquerda, a direita um pouco à frente, meio levantada. Maria Beú cantava junto ao Passo que ficava perto de minha casa, eu subia na janela para ver melhor. [...]. Fogaréu, Senhor Morto, Corpo de Deus, a custódia de sete quilos de ouro nas mãos do Padre Cardoso. Padre não, cônego! O cônego era importante, como um senador romano. Todo santo era festejado e tinha procissão. As três Nossas Senhoras, da Vitória, do Rosário e da Conceição. São Benedito, São Sebastião, Santo Antônio. Esta última animada por Comadre Ana Lapichim, que enchia o cortejo de anjinhos, coroinhas, bandeiras e flores em profusão (RÊGO, 1982, p. 23).

Entre Oeiras, seus filhos e por quem a toma como sua existe um forte relacionamento passional sem chegar ao cúmulo do bairrismo ou da promiscuidade. É algo profundo porque é forte e sincero. Recordá-la é um exercício de memória prazeroso por aqueles que lá viveram ou estiveram. Não é esquecida jamais, mesmo longe a distância não tem poder de destruir o desejo do reencontro e qualquer momento é oportuno para enaltecê-la. “Oeirense distante, pela localização geográfica, sou um filho presente, enfileirando-me com os demais para cantar e contar a história da Terra-Mãe” (PORTELA, 1999, p. 66).

O Cônego Cardoso foi uma dessas pessoas que tomou Oeiras como sua. Lá chegou em 1932, afeiçoou-se dela e por lá viveu e dedicou vinte anos de sua vida sacerdotal. Em 1951, passou a morar em Teresina, no entanto nunca pediu transferência da diocese de Oeiras, a ela pertencendo até sua morte. A cidade sentiu a falta do velho sacerdote, saudade também compartilhada e manifestada por ele:

[...] o tempo é improfícuo para me esquecer desta velha e saudosa terra, dos amigos que nela deixei, [...]. Vinte anos de boa e saudosa convivência, repito, o tempo jamais poderá destruir uma recordação tão gostosa.

Chego a exclamar como o poeta: “Meu Deus, como é tamanha esta saudade. Este sentimento tão nobre que outro poeta chama: “Asa de dor do pensamento”

[...]

Já houve quem dissesse que recordar é viver, eu digo é viver duas vezes. Recordar é viver uma página do passado que eu chamo página de saudade. Sinto já cair sobre os meus ombros o peso formidável de quase 80 anos. Os vinte anos que aí passei lembram-me a minha mocidade, quando em burro ou a cavalo, percorria o vasto território dessa gloriosa Paróquia de N. S. da Vitória (VASCONCELOS, 1988, p. 43-44).

Oeiras é uma cidade que atrai os turistas principalmente pelos seus requisitos históricos e religiosos. Ao se despedir dela não escondem o desejo de um breve reencontro. É o que se pode constatar nos depoimentos da historiadora Claudete Dias e da escritora Maria Francisca Azevedo:

[...] Oeiras encanta o visitante! E ainda mais quando este visitante é um pesquisador, um historiador, estudante ou interessado na história do Piauí! E deixa uma sensação de querer voltar durante a Semana Santa, para assistir à procissão do fogaréu, tradição mantida acesa por uma população e autoridades empenhadas em preservar a história de Oeiras, que é a história do Piauí desde os tempos coloniais! Diferente da maioria das cidades piauienses, em Oeiras o visitante percebe a consciência histórica de seus cidadãos (DIAS, 1999, p. 23-24).

OEIRAS! És tu MUSA do Piauí, viste nascer uma plêiade de intelectuais, emplacaste sucesso, a glória de ser a primeira capital do Piauí. De pedra sobre pedra construístes as histórias: regional, política, administrativa, cultural, educacional, social, religiosa e lendária. Parabéns, Oeiras. Bom te conhecer, quero te ver mais (AZEVEDO, 1995/97, p. 171).

Este capítulo preparou o cenário onde se desenrolarão as cenas dos próximos capítulos que versarão de forma particular sobre os aspectos educacionais da cidade de Oeiras.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO EM OEIRAS: VASCULHANDO O PASSADO

Este capítulo trata da educação em Oeiras quando esta era a capital da Província do Piauí. Mostra o surgimento das escolas isoladas, as tentativas de organização destas escolas e as iniciativas tomadas no sentido de estruturar o ensino com a criação do Liceu Provincial e do Estabelecimento de Educandos Artífices.

1 ESCOLAS ISOLADAS: SEUS AVANÇOS E RETROCESSOS

1.1 O alvorecer das escolas isoladas

Na terra de Mafrense, alguns anos se passaram desde o início de sua colonização sem que houvesse alguma manifestação educacional formal. A implantação de escolas em Oeiras, e por extensão em todo o Piauí, se deu por meio de um processo lento experimentando avanços e retrocessos. O Piauí passou por muitos anos pela circunstância de ser subordinado ora à Capitania de Pernambuco, ora à Capitania do Maranhão. Esta condição de Capitania subalterna aliada a outros fatores como a baixa densidade populacional, um ensino desvinculado da realidade, o desinteresse da população, na sua maioria constituída por pessoas simples como vaqueiros e homens do campo, foram, segundo Amparo Ferro (1996, p. 58), os principais entraves para o desenvolvimento da educação formal no Piauí, além da dificuldade de se encontrar pessoas com conhecimentos mínimos para o exercício da profissão de professor e da falta de estímulo salarial. Esta é uma realidade educacional própria do Piauí, que apresenta o aspecto de peculiaridade indicada por Chartier (1990)¹.

Os jesuítas, que em outras regiões do Brasil desempenharam importante papel na educação colonial, “no Piauí se apresentam mais como curraleiros que educadores

¹ “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

propriamente” (NUNES, 1975, v. 4, p. 275). Chegaram ao Piauí muito tardiamente, levados pelo interesse em administrar as fazendas de gado que lhes foram legadas por Mafrense em testamento, em 1711. Mesmo tendo sido omissos ao ensino de primeiras letras, os jesuítas tentaram criar, em 1749, na Vila da Mocha, depois cidade de Oeiras, o Seminário do Rio Parnaíba, com a intenção de formar sacerdotes. Este seminário, que também era chamado de Seminário da Sambaíba não chegou a funcionar, sendo transferido para Aldeias Altas, hoje cidade de Caxias, na vizinha Capitania do Maranhão (FERRO, 1996, p. 58).

As primeiras escolas de instrução primária do Piauí, de que se tem notícia, foram criadas na Vila da Mocha, em 3 de maio de 1757. Eram duas escolas destinadas a atender crianças agrupadas conforme o gênero, dirigindo a estes grupos uma educação diferenciada: “[...] uma para meninos, na qual deveriam aprender a doutrina cristã, ler escrever e contar; e outra para meninas, na qual se lhes deveria ensinar, além da doutrina cristã, a ler, escrever e contar, cozer, fiar, fazer rendas etc.” (COSTA, 1974, v.1, p. 126).

Porém, estas escolas não obtiveram êxito. Mas com o desenvolvimento da cidade, os governantes e representantes da terra sentiram de perto a necessidade de criação de escolas. Muitas solicitações foram feitas para a instalação das mesmas, além de denúncias sobre o estado de abandono em que se achava a educação no Piauí, mas a Coroa portuguesa permanecia indiferente aos apelos da distante e nascente Capitania.

O descaso da Coroa para com a educação no Piauí causou dificuldades ao primeiro governador, João Pereira Caldas. Quando este procurou organizar seu quadro administrativo percebeu que a Capitania era carente de pessoas esclarecidas para ocuparem os cargos. Este governador publicou edital de concorrência para os postos de tenente-coronel a furriel, no entanto ficou surpreso ao constatar que nenhuma inscrição havia sido feita e comunicou ao rei que se sentiu constrangido “ao convidar a estes brutos para se candidatarem aos postos que S. Maj. os quer honrar” (apud. NUNES, 1975, v. 1, p. 106). Este mesmo governador em correspondência dirigida ao Capitão-General do Pará apresentou a relação dos nomes indicados por ele para ocuparem os postos de capitão para baixo no Regimento de Cavalaria por ele organizado e diz que “as pessoas neles propostas são sem dúvida, as mais capazes que achei para os sobreditos postos, mas não as que desejava para eles, pois só são próprias para vaqueiros, que é o exercício ordinário destes sertanejos” (apud NUNES, 1972, p. 36).

A precária situação educacional do Piauí persistia e em 1795, informa Nunes (1975, v. 1, p. 135), que a Junta Governativa, achando ser a ausência de escolas o fator preponderante para a situação de rusticidade e ignorância dos habitantes desta Capitania,

solicitou em vão que fosse criada em Oeiras uma cadeira de primeiras letras, pois em todo vasto território piauiense não havia uma só escola.

E assim, o Piauí chegou ao século XIX sem escolas públicas para atender a necessidade de educação de seu povo, até mesmo em Oeiras, sua capital. Ter acesso à educação nesta época era privilégio de uma minoria, somente das famílias abastadas que tinham condições de contratar pessoas para introduzirem seus filhos no mundo das letras e dos números. Estas aulas eram ministradas na casa do próprio professor ou na residência de quem o contratava. Poucos eram aqueles que enviavam seus filhos homens para estudarem em regiões mais adiantadas do Brasil, principalmente na Bahia, Maranhão e Pernambuco, e mais raramente ainda eram os que complementavam os estudos na Europa.

Preocupado com a situação de não haver em Oeiras uma só escola pública de primeiras letras, bem como em toda a Capitania, em 6 de agosto de 1805, o governador Luiz Antônio de Sarmiento Maia (apud. COSTA, 1974, v. 1, p. 200), suplicou ao rei a criação de escolas e o informou que no Piauí “vivia quase tudo sepultado em total ignorância, não tendo a mocidade quem a estimulasse”.

A Corte, porém, não se sensibilizou com o pedido do governador, permanecendo esta situação de descaso por mais de dez anos. Foi somente em 1815, através da Resolução de 4 de setembro, que foi criada, em Oeiras, uma cadeira de primeiras letras, bem como nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior oferecendo um ordenado de 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis) anuais para o professor de Oeiras, por ser a capital, e de 60\$000 (sessenta mil réis) anuais para os professores das vilas já mencionadas. Segundo informa Pereira da Costa (1974, v. 2, p. 240), esta resolução “não teve imediata execução, e mesmo decorreram-se anos sem que a tivesse”, porém, para Odilon Nunes (1975, v. 2, p. 28), estas escolas “chegaram a funcionar, mas por pouco tempo”. O certo é que a dificuldade maior para funcionamento destas escolas foi a falta de atrativo salarial, pois as pessoas que tinham a intenção de lecionar logo desistiam ao tomar conhecimento da baixa remuneração oferecida.

Oeiras permanecia sem escolas públicas, realidade compartilhada por toda a Capitania. O governador Baltasar de Sousa Botelho e Vasconcelos dirigiu, em 1º de abril de 1818, um ofício ao rei expondo a situação em que se encontrava a instrução pública e apontando a necessidade de criar em Oeiras uma cadeira de Latim. Atendendo a esse reclamo, uma resolução real mandou criar a referida cadeira e atribuiu para os vencimentos do professor a quantia de 300\$000 anuais.

Mesmo tendo aumentado os salários esta cadeira de Latim permaneceu vaga por quatro anos até que a Junta Governativa tomasse a atitude de, em 15 de janeiro de 1822,

nomear provisoriamente José Lobo Fróis como professor, aguardando que providências a este respeito fossem tomadas por Sua Majestade. Na carta de nomeação, a Junta Governativa (apud. COSTA, v. 2, p. 245-246), apresentou a justificativa de seu ato e esclareceu os procedimentos tomados para a contratação do referido professor:

Atendendo esta Junta do Governo que dá falta de semelhante cadeira têm aqui resultado tão graves danos ao serviço público, que as mais das vezes se não encontram pessoas hábeis para ocupar os empregos; acrescentando mais que ora não há nessa cidade, nem mesmo em toda a província, uma só aula de instrução pública, qualquer que ela seja; e considerando outrossim que é muito tênue aquele ordenado de 300\$000 para a decente subsistência de um professor nessa província central, onde todos os gêneros de importação se vendem a muito alto preço pelas dificuldades do transporte; depois de se haver posto a concurso a referida cadeira, e ter-se o suplicante, único candidato, que compareceu, mostrado habilitado por exame, a que se procedeu por dois examinadores para isso nomeados, com assistência de um magistrado de letras, além de apresentar um título régio, e documentos com que prova ter ocupado outro igual emprego na Vila Nova da Rainha da província da Bahia, onde se mostra livre de culpas por meio de folha corrida; e sendo ouvido o reverendo vigário-geral forense, como primeira autoridade eclesiástica da província, com cujo parecer a Junta do Governo se conformou; por todos estes respeitos: há por bem nomear, como por esta nomeia ao sobredito José Lobo Fróis para servir provisoriamente por tempo de um ano, se entretanto este governo não mandar o contrário, o emprego de professor de gramática latina desta cidade com o ordenado de 400\$000, pagos pelos cofres da renda pública desta província, na forma da reais ordens a semelhante respeito.

A Junta Governativa, atenta ao lastimável estado de abandono em que se encontrava a educação no Piauí, dirigiu um ofício, em 25 de fevereiro de 1822, ao Ministro de Ultramar pedindo providências para o caso, comunicando a nomeação em caráter provisório do professor de Latim da cidade de Oeiras, não com o ordenado 300\$000 conforme a resolução real, mas de 400\$000, e, concluindo, rogando ao rei a aprovação de seu ato, além do aumento de ordenado dos professores a fim de que as escolas criadas fossem providas por pessoas capazes de desempenhar o cargo (COSTA, 1974, p. 260).

Reforçando os pedidos feitos até então, o deputado Padre Domingo da Conceição (apud. COSTA, 1974, v. 2, p. 263), em sessão de 02 de setembro de 1822, na tribuna do congresso de Lisboa, se posicionou a favor do ensino público do Piauí e proferiu o seguinte discurso:

Setenta mil portugueses, cidadãos pacíficos do Piauí, são setenta mil cegos que desejam a luz da instrução pública, para que têm concorrido, com seus irmãos, de ambos os hemisférios, pagando o subsídio literário, desde a sua origem, e a apenas conhecem três escolas de primeiras letras, na distância de sessenta léguas cada uma, estas incertas, e quase sempre vagas, por não haver na província quem queira submeter-se ao peso da educação da mocidade, pela triste quantia de sessenta mil réis anuais, quando a um feitor de escravos, tendo cama e mesa se arbitra no país a quantia de 200\$000 anualmente

Prosseguindo seu discurso, o Pe. Domingos da Conceição propôs que fossem criadas sete escolas de primeiras letras distribuídas em Oeiras e nas vilas de Parnaçuá, Valença, Jerumenha, Marvão, Campo Maior e Parnaíba; aulas de gramática latina em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba; uma cadeira de Filosofia Racional em Oeiras e outra de Trigonometria Retilínea em Parnaíba (COSTA, 1974, v.2, p.264).

Se até aquele momento a coroa portuguesa pouco fizera pela educação no Piauí, com o envolvimento da Capitania nos movimentos separatistas em favor da Independência do Brasil a situação tornou-se ainda mais difícil. O envolvimento do Piauí neste movimento fez com que as questões educacionais fossem preteridas. Segundo Pereira da Costa (1974, v.2, p.360), o ensino público no Piauí, no ano de 1824, estava resumido às cadeiras de Latim de Oeiras e Parnaíba, e às escolas primárias de Oeiras, Campo Maior e Valença.

Diante deste quadro desalentador da educação no Piauí, merece destaque a iniciativa particular do Padre Marcos de Araújo Costa, que durante um período de trinta anos, de 1820 até 1850, manteve em sua fazenda Boa Esperança, localizada em terras hoje pertencentes ao município de Jaicós, mas originalmente ligadas a Oeiras, uma escola de mesmo nome, na qual atendia gratuitamente em regime de internato alguns jovens piauienses sequiosos de saber. Este colégio, segundo Amparo Ferro (1996, p. 63), pode “ser considerado como a primeira escola a existir de fato e o Padre é considerado por muitos dos seus coestaduanos como o primeiro mestre-escola do Piauí”.

O Pe. Marcos de Araújo Costa foi uma figura de relevo na educação do Piauí. Sua bondade e inteligência causavam admiração a todos que o conheciam. O cientista inglês George Gardner (apud FREITAS, 1947, p. 73), deixou registrado em seu livro “Viagens ao interior do Brasil” suas impressões sobre ele quando esteve visitando o Piauí, em 1839:

É o padre Marcos de Araújo Costa bem conhecido em todo o norte do Brasil, não só por sua inteligência e saber, como por seu excelente caráter moral e benévola disposição, qualidades que vi amplamente confirmados durante os oito dias que em sua fazenda me hospedei. Se todos os sacerdotes do país tivessem metade de sua cultura bem como de sua atividade e zelo pela difusão do ensino, a condição do Brasil se tornaria bem diferente do que é e do que receio continue a ser por longo tempo, dada a presente situação.

Como os meios de educação só estão ao alcance de muito pouca gente neste vasto país de tão escassa população, tem este velho mantido por anos o hábito de sustentar e educar em sua casa, livre de despesas, vinte meninos, até que adquiriram sofrível conhecimento de Latim, filosofia e matemática. Ele próprio é um erudito possuidor de vasta biblioteca de clássicos e filósofos; ...Entre seus livros encontrei quase todas as obras de Lineu, as de Brotero, e uma de Vandelli, muito rara, sobre as plantas de Portugal e do Brasil, obra que acabou por me oferecer de presente.

O trabalho do Padre Marcos em benefício da educação mereceu destaque no discurso do Presidente da Província, Zacarias de Góis e Vasconcelos, proferido durante a abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 11 de julho de 1846:

O ensino particular pode dizer-se que he nenhum, pois só de primeiras letras há algumas escolas a cargo de mestres particulares, com pequeno número de alumnos. Aparece, toda-via como notável excepção d'esta regra o ensino do Revm^o Padre Marcos d'Araujo Costa em sua Fazenda – Boa Esperança. – Vós sabeis, Senhores, que de longo tempo tem esse ancião respeitável formado em sua casa huma espécie de Collegio, no qual ensina a grande numero de moços não só primeiras letras, se não Latim, Francez, Rhetorica, Philosophia, e Theologia, sem receber gratificação alguma dos seos alumnos, e o que mais he, sustentando os a sua custa ainda quando são filhos de pessoas abastadas. O mapa n^o 7^o mostra que ali há presentemente 24 moços a estudar. O raro desinteresse, com que assim se presta o Revm^o Padre Marcos a illustração de huma parte da mocidade de sua Província, e geralmente a tudo que he de utilidade publica, torna-o benemerito da não comum estima que, que lhe consagrão os seos concidadãos, maior recompensa o que aspira e que tem recebido. Cheio de jubilo, Senhores, aproveito a ocasião solemne, em que fallo em presença da Província representada por seos delegados, para dar publicamente aquelle Cidadão os louvores, que merece por tão assignalados serviços. (PIAUHY, RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1846)

Ao traçar o perfil biográfico do Pe. Marcos, o Monsenhor Chaves (1998, p. 438), não poupou elogios a este benfeitor da educação da juventude piauiense:

O colégio do Padre Marcos honrou o Piauí, não só pela ousadia do empreendimento, naquela época e naquelas brenhas, como também pela capacidade intelectual e pedagógica do grande mestre, que o dirigiu até sua morte. Morreram os dois no mesmo dia, o Padre e o colégio. Gerações de piauienses foram ali buscar conhecimentos seguros para poderem ingressar, alguns deles, nos estudos superiores fora do Piauí. Os que não tiveram este privilégio, e foram a maioria, transformaram-se, por sua capacitação intelectual ali adquirida, em líderes das comunidades onde viveram e atuaram.

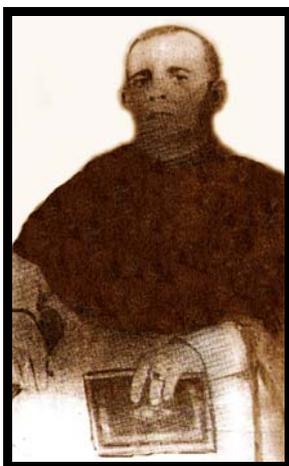


Figura 33 – Padre Marcos



Figura 34 – Ruínas da casa da fazenda Boa Esperança, residência do Padre Marcos e onde funcionou onde sua escola de mesmo nome.

Fonte: FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: EDUFPI, p. 64-65, 1996.

1.2 Tentativas de organização

Após proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro, Imperador do Brasil, outorgou a constituição de 1824 que estabelecia em seu Art. 179, item 32, os princípios da gratuidade do ensino e universalidade da instrução pública. Convém lembrar que o Brasil em quase todo Período Imperial manteve o regime de escravidão, portanto, quando a Constituição Imperial determinava que a instrução primária fosse gratuita e estendida a todos os cidadãos, esta “clientela já se reduzia aos filhos dos ‘homens livres’” (RIBEIRO, 1992, p. 46), numa demonstração de uma educação elitizada.

O item 32 do Art. 179 da Constituição Imperial foi regulamentado pela Lei de 15 de outubro de 1827, tornando-se um marco na educação brasileira, servindo como referência para o estabelecimento e organização do ensino público em todas as províncias do Império brasileiro. Segundo Azevedo (1976, p. 72) esta lei foi “a única que em mais de um século se promulgou sobre o assunto para todo país”, até 1946.

Além de inovar no processo de disseminação do ensino, determinando em seu Art. 1º a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do país, esta Lei Geral do Ensino também tratava, nos seus dezessete artigos, de outros aspectos da instrução pública, dentre eles: marcava a remuneração dos professores e sua equivalência salarial para ambos os sexos, estabelecia conteúdos distintos para meninos e meninas, determinava a adoção do método mútuo e exames para admissão de professores.

Atendendo aos ditames da lei, em todas as províncias brasileiras inicia-se um processo de criação de escolas. Tito Filho (1975, p.16) destacou como um dos fatos importantes do presidente da Província do Piauí, João José Guimarães e Silva (15/02/1829 a 17/02/1831), a “criação de escolas em Oeiras”. Este governador, por força da Lei de 15 de outubro de 1827, em seu breve mandato, criou escolas não apenas na capital da província, mas também em outras localidades, fazendo com que o ensino público começasse a tomar corpo. Em 15 de julho de 1829, baixou uma portaria criando, em Oeiras, duas escolas de ensino mútuo, e em Jaicós, São Gonçalo, Poti, Campo Maior, Barras, Jerumenha, Valença e Parnaguá, escolas pelo método simples. Três dias depois, criou uma cadeira de Latim em Oeiras, bem como nas vilas de Parnaíba e Campo Maior, além de escolas de primeiras letras, em Parnaíba, Piracuruca, Marvão e Piranhas² (COSTA, 1974, v.2, p.375).

² Piranhas – localidade mais tarde denominada de Príncipe Imperial, hoje, cidade de Crateús (CE). Pertencendo inicialmente ao Piauí, o território onde está situada a cidade de Crateús, foi permutado por uma pequena faixa do litoral cearense.

Foi a partir da segunda década do século XIX, com o Brasil já independente de Portugal, que o ensino público na província do Piauí e particularmente em Oeiras começou a dar sinais tímidos de avanços, pelo menos no que diz respeito à criação de escolas, embora a situação continuasse a ser preocupante. Aumentaram os números de escolas e também a dificuldade de encontrar professores habilitados para regê-las. A Lei de 15 de outubro de 1827 exigia exames públicos para seleção de professores mais dignos. Na sociedade oeirense da época, poucos eram os letrados e não raros eram os professores que assumiam seus postos sem os requisitos necessários para o bom desempenho de suas funções. As escolas da Província eram providas por

inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do magistério – como que a instrução corria à revelia, árida e improfícua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que aceitavam, ou não eram habilitados, ou mal cumpriam com seus deveres (ALENCASTRE, 1981, p. 90).

Comprometendo ainda mais a qualidade do ensino, era costume entre os professores nomeados, se fazerem substituir, por conta própria, por pessoas menos hábeis ainda. A Lei Provincial nº 75, de 20 de setembro de 1837, combateu esta atitude determinando, em seu Art. 1º, que os professores “são obrigados a assistir pessoalmente às lições diárias de seus Alunos, não podendo ser substituídos sem licença do Governo Provincial na Cidade, e dos Prefeitos nas Villas”, conforme mostra a figura 35 a seguir:

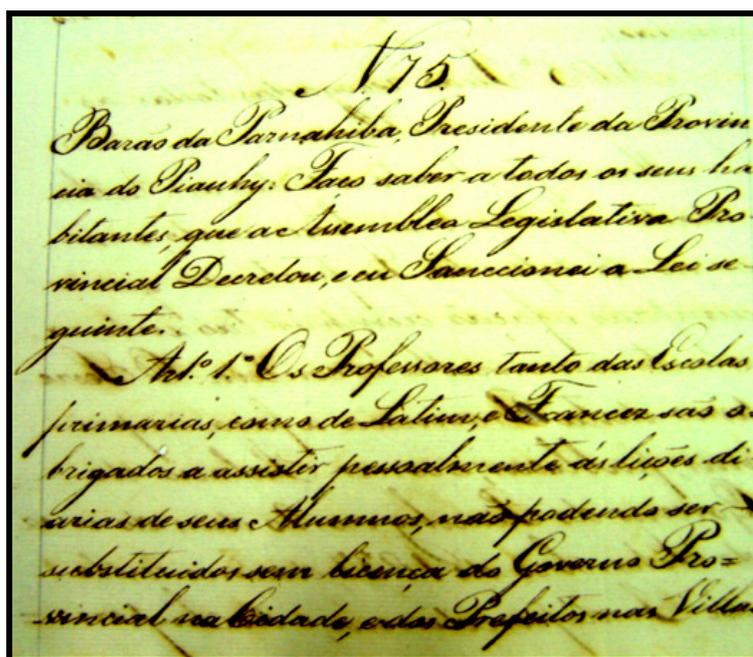


Figura 35 – Lei Provincial nº 75, de 20/09/1837, Art. 1º. Trata da presença obrigatória dos professores nas aulas. Fonte: 1º livro de registro das “Leys, e Rsoluçoens da Asmbllea Legislativa da Província: Palácio do Governo em Oeiras do Piauy. Termo de abertura: 29 de maio de 1835. Arquivo Publico do Piauí.

Quanto à remuneração dos professores de primeiras letras, a Lei Geral do Ensino mandava que os presidentes, em Conselho, taxassem seu valor entre 200\$000 a 500\$000 anuais, dependendo das circunstâncias e carestias dos lugares. Historicamente, a Província do Piauí teve a fixação dos salários dos professores como um grande problema da política educacional, pois a baixa remuneração oferecida aos professores era um dos motivos da constante vacância nas escolas. Esta lei veio contribuir no sentido de tentar regularizar, mesmo que de maneira formal, os salários dos professores na Província.

A Lei do ensino de 1827 tratava também do estabelecimento do currículo mínimo, determinando conteúdos diferenciados para meninos e meninas. Sem nenhuma sustentação pedagógica e de forma preconceituosa propunha que os mestres ensinassem aos meninos a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, práticas de quebrados, decimais, proporção, noções gerais de geometria prática, gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica; enquanto que as mestras, no ensino às meninas, deveriam excluir as noções de geometria limitando o ensino da matemática apenas às suas quatro operações fundamentais, além de introduzir as prendas domésticas. Estes conteúdos deveriam ser ensinados através do método mútuo.

O método de ensino mútuo ou monitorial, segundo Ferreira (2004), foi introduzido na Inglaterra pelo pastor anglicano Andrew Bell que o havia aplicado, em 1789, em Madras na Índia, numa escola para filhos de soldados britânicos; porém foi Joseph Lancaster, professor de uma escola para crianças pobres de Londres que, em 1798, fez as necessárias adaptações e o utilizou com sucesso em sua escola tornando-o popular. A partir de então o método mútuo ficou mais conhecido pelo nome de método de Lancaster.



Figura 36 – Joseph Lancaster

Fonte: REVISTA TEMA LIVRE, Niterói, ano 3, n. 09, set. 2004. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/lancaster09.html>. Acesso em 25 jun. 2005.

No Brasil, este método tornou-se oficial por determinação da Lei de 15 de outubro de 1827, numa tentativa de levar a instrução primária a um grande número de pessoas sem a necessidade de muitos mestres. Por este método,

cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), mestre da turma, por menos ignorante, ou se o quiserem, por mais habilitados. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos (AZEVEDO, 1976, p.72).

Porém, a adoção desse método pelas escolas brasileiras teve vida curta, não logrando o êxito esperado. As causas do insucesso do método de Lancaster no Brasil, apontadas por Almeida (2000, p. 59), “eram inerentes à situação social do Brasil neste tempo, tais como a falta de pessoal, a incúria dos pais etc”, além de “não ter um edifício conveniente para a aplicação do sistema”.

O Presidente da Província do Piauí, Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, (apud. BRITO, 1996, p. 20-21), sentindo dificuldades no cumprimento da Portaria Imperial de 22 de agosto de 1825, que determinava a utilização do método mútuo nas escolas provinciais, encaminhou uma correspondência ao Ministro dos Negócios do Império dando-lhe ciência da situação nos seguintes termos:

Pela Imperial portaria de vinte e dois de agosto deste anno, recebida a doze do presente mez, fico na intelligencia de que Sua Magestade o Imperador, Reconhecendo a grande utilidade que resulta a seus fiéis súbditos do Estabelecimento de Escolas Públicas de Primeiras Letras pelo methodo Lencastriano que achando-se geralmente admittido em todas as nações civilisadas tem a experiência mostrado serem muito própria para imprimirem na Mocidade os primeiros conhecimentos: Manda por essa Secretaria dos Negócios do Império que eu promova quanto me for possível, a instrução a estabelecimento das referidas escolas de cujos benefícios hajão de aproveitar-se os habitantes desta província. Sobre o que cumpre-me participar a Vossa Excelência para fazer chegar ao conhecimento de Sua Magestade Imperial que nesta Província não ha indivíduo que seja instruído no methodo Lencastriano, que o possa ensinar e por isso me vejo impossibilitado de promover o estabelecimento das referidas escolas; e o Mesmo Augusto Senhor Faria um grande beneficio a esta Província se a Ella Houvesse de Mandar pessoa que tendo os conhecimentos precisos podesse ensinar pelo indicado methodo

Não há comprovação de que a Corte Imperial tenha mandado algum instrutor especialista para treinar os mestres piauienses no método lancasteriano, nem tão pouco que algum professor tenha se dirigido a outros locais mais adiantados para receber instruções como determinava a Lei Geral do ensino de 15 de outubro de 1827, no seu Art. 5, às custas de

seus ordenados, pois não simpatizando com o método mútuo estes professores não se dispunham a investir na sua qualificação.

No ano de 1830, existiam no Piauí 14 escolas de instrução primária, estando providas com professores vitalícios apenas três, duas em Oeiras e uma em Jaicós. Passado quatro anos, permanecia a mesma quantidade de cadeiras primárias, e somente sete contavam com professores. Destas, apenas as duas de Oeiras adotavam o método de Lancaster; as cinco distribuídas em outras localidades da província adotavam o método simples, o que vem demonstrar que o método de Lancaster não era muito aceito pelos professores, principalmente por lhes ser estranho e lhes faltar o conhecimento e domínio em sua aplicação.

O método simples ou individual era o mais utilizado nas escolas do Piauí, à revelia da lei de 15 de outubro de 1827. Através deste método o professor, numa mesma classe, atendia alunos em estágios diferentes ensinando-os individualmente de acordo com o ritmo de cada um. Sua preferência se dava pelo fato de já ser uma prática comum bastante conhecida dos professores, mesmo tendo o inconveniente de causar indisciplina, exigir maior esforço e dedicação dos professores e demandar mais tempo com o atendimento individual. Por outro lado este método proporcionava um estreito relacionamento entre professor e aluno.

A prioridade de adoção deste método pelos professores pode ser constatada quando da abertura do Conselho, em 1835, Manoel de Sousa Martins (apud. COSTA, 1974, v. 2, p. 392), falou aos presentes que os alunos

vão recebendo a conveniente instrução, e o progressivo adiantamento, segundo suas capacidades, se bem que o método lancastriano não tenha podido obter os melhores sufrágios, ou pelo efeito lento que produz, ou talvez por defeitos no seu prático desenvolvimento. No Piauí, não o julgam preferível

Eram criadas cadeiras de ensino mútuo, porém não apareciam concorrentes, mesmo sendo oferecido um salário de 400\$000 (quatrocentos mil réis) anuais para os professores que adotassem este método e 300\$000 (trezentos mil réis) anuais aos que optassem pelo método simples. O presidente da Província, numa tentativa de facilitar o provimento das cadeiras que se achavam vagas, tomou a decisão, por meio da Resolução nº 2 de 29 de maio de 1835, de adotar provisoriamente o método simples.

As escolas de primeiras letras de Oeiras que não vinham apresentando resultados satisfatórios com a aplicação do método de Lancaster foram, pela resolução de 30 de julho de 1836, convertidas para o método simples, autorizando seus professores receber um ordenado de “quatrocentos mil réis, annuaes, dando-se-lhe a casa que servia de Aula de ensino mútuo”.

As dificuldades de executar a Lei Imperial de 1827 quanto à determinação da adoção do método de Lancaster, levou a aprovação da Lei Provincial nº 86, de 20 de setembro de 1838 (figura 37).

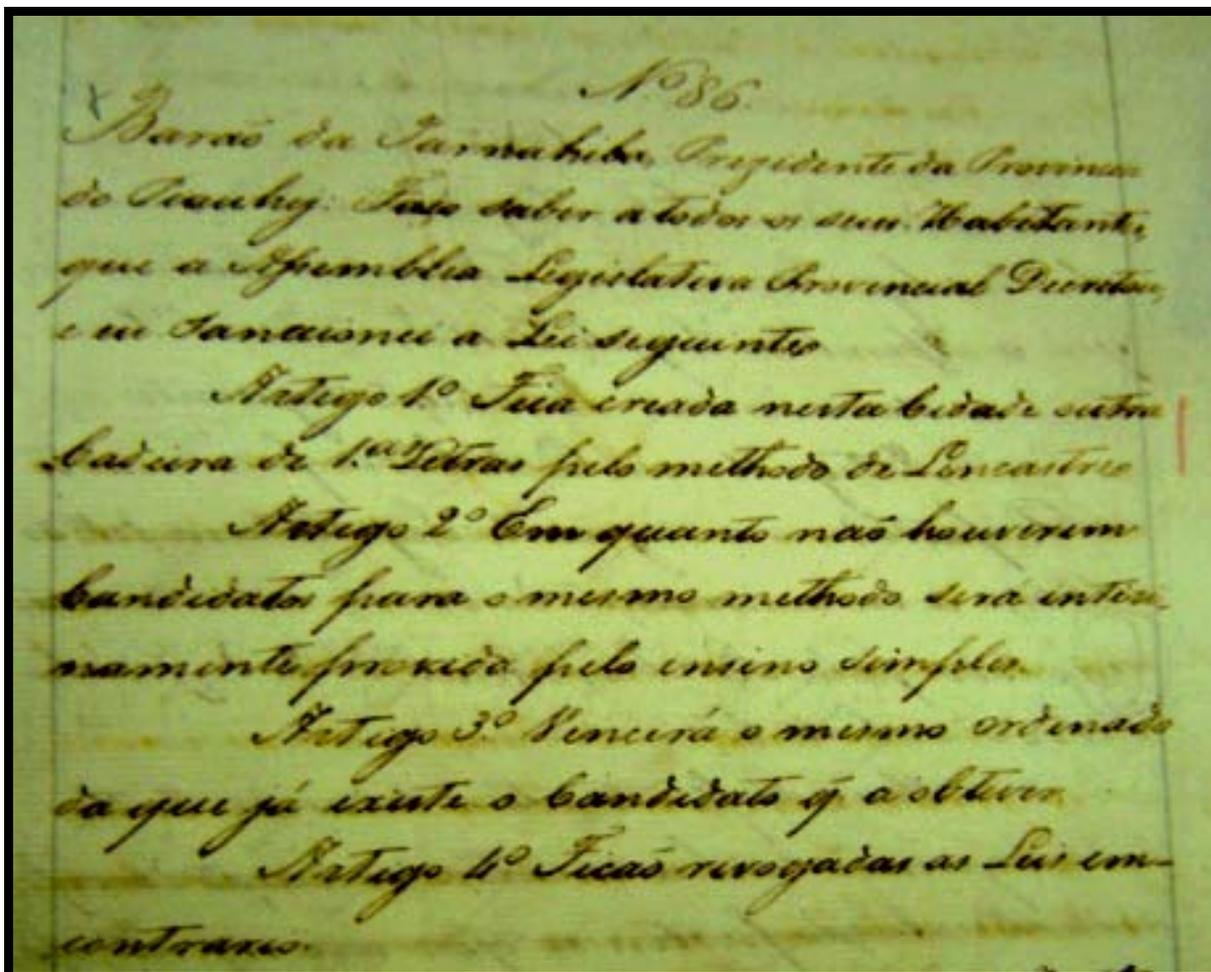


Figura 37 – Lei Provincial nº 86, de 20 de setembro de 1838.

Fonte: 1º livro de registro das “Leys, e Resoluções da Assembléa Legislativa da Província: Palácio do Governo em Oeiras do Piauí. Arquivo Publico do Piauí.

Observa-se no conteúdo desta Lei, exposto na figura 37, que para não contrariar a Lei Geral do ensino, as cadeiras de primeiras letras embora fossem criadas pelo método de Lancaster seus provimentos eram autorizados, provisoriamente, pelo método simples. E assim, por longo tempo, o ensino do Piauí viveu na interinidade.

Nesta época, a instrução secundária no Piauí estava reduzida às aulas avulsas de latim em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba, com funcionamento precário e inconstante, por falta de professores habilitados ou de alunos interessados. Em 1832, foram criadas em Oeiras, as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, de Geometria, de Retórica e de Francês. O provimento da cadeira de Retórica foi requerido pelo padre José Joaquim Ferreira de Melo e a

cadeira de Francês pelo Dr. Francisco de Sousa Martins. Optando o primeiro por assumir, em Campo Maior, a cadeira de Latim que se achava vaga e o segundo por tomar posse do cargo de deputado para o qual fora eleito, ficaram as cadeiras de nível secundário da cidade de Oeiras, criadas em 1832, sem professores (NUNES, 1975, v. 2, p. 50).

Havia um controle rigoroso na adoção dos compêndios escolares, estes eram decretados por lei pela Assembléia Legislativa Provincial com sanção do Presidente da Província. Porém difícil era sua aquisição por serem importados da Europa. A primeira lei emanada pelo recém criado poder legislativo da Província do Piauí³ diz respeito à adoção de compêndios a serem utilizados nas cadeiras de instrução secundária. Para as aulas de Filosofia, por exemplo, obrigava a Lei Provincial nº 1, de 29 de maio de 1835, cujo teor está exposto na figura 38, o uso dos “compêndios de Lógica, Methaphsica e Ethica de Mr. Edme Ponelle, traduzidos em Português pelo Doutor João Candido de Deos e Silva”, um dos patriotas da Independência no Piauí.

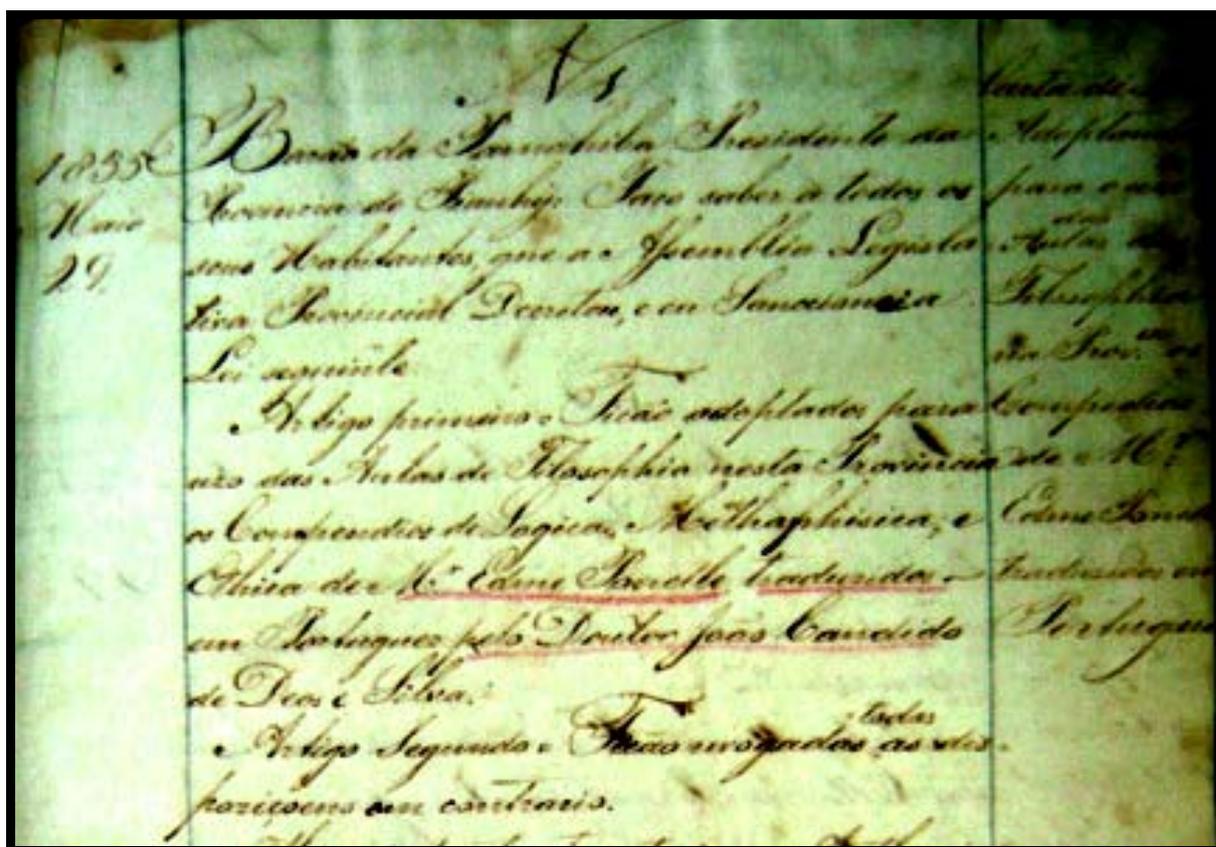


Figura 38 – Lei Provincial nº 1, de 29 maio de 1835. Determina a adoção dos compêndios de Mr. Edme Ponelle para as aulas de Filosofia.

Fonte: 1º livro de registro das “Leys, e Rsoluçoens da Assembléa Legislativa da Província: Palácio do Governo em Oeiras do Piauihy. Termo de abertura: 29 de maio de 1835. Arquivo Publico do Piauí.

³ A Assembléia Legislativa Provincial do Piauí foi instalada em 4 de maio de 1835.

Com a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831, o Brasil passou a ser governado por regências (trina e una), até a maioria de D. Pedro II, em 1840. Foi no Período Regencial, com a intenção de dar maior autonomia às províncias, que a Constituição Imperial foi alterada pelo Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, substituindo os Conselhos de Governo pelas assembléias Legislativas Provinciais e dando aos presidentes das Províncias maior poder, inclusive a responsabilidade pelo ensino primário e secundário. Se politicamente as modificações estabelecidas pelo Ato Adicional eram desejáveis, o mesmo não se pode dizer com relação ao campo educacional que “passou ao extremismo de uma descentralização desagregadora da unidade nacional e pulverizadora do ensino brasileiro” (TOBIAS, 1986, p.156).

Como resultado, o sistema de ensino foi desmembrado em dois: federal e provincial, o que dificultou a formação de um sistema nacional de ensino público. Azevedo (1976, p. 75), não poupa críticas ao Ato Adicional de 1834, responsabilizando-o pela inorganização e desarticulação do ensino por todo século XIX:

A descentralização do ensino fundamental, instituída pelo Ato Adicional e mantida pela República quanto ao ensino primário, atingindo um dos essenciais da estrutura do sistema escolar, não permitiu durante um século, edificar, sobre base sólida e larga da educação comum, a superestrutura do ensino superior, nem reduzir a distância intelectual entre as camadas sociais inferiores e as elites do país [...] Nem as províncias, sob cuja alçada ficaram apenas o ensino primário e secundário, podiam completar os seus sistemas e erguê-los ao nível das escolas superiores.

O Piauí saiu prejudicado com as decisões estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834, pois sendo uma província de poucos recursos viu-se obrigada a arcar sozinho com as despesas da instrução pública, privando-se dos avanços educacionais a exemplo de outras províncias com melhores situações econômicas.

Muitos jovens do Piauí, pela inoperância do ensino secundário, eram forçados a encerrar muito cedo sua carreira estudantil. A primeira providência a este respeito foi tomada pelo Conselho do Governo, através da resolução de 31 de janeiro de 1834, que se dispôs a custear as despesas de alunos que quisessem continuar seus estudos literários e científicos em cidades que possuíssem colégios e academias (COSTA, 1974, v.2, p.391).

Posteriormente, com a instalação da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 4 de maio de 1835, várias leis foram decretadas abordando questões educacionais, como a Lei provincial de nº 74 de 1837 que tratava do envio de estudantes e funcionários públicos como pensionistas da província para cursar o ensino superior nas outras províncias que possuíssem escolas superiores promovidas e regulamentadas pela Coroa Imperial. Esta

medida era a única saída a ser tomada no momento, pois “os interesses da administração pública ressentiam-se notadamente da falta de magistrados, engenheiros, médicos, trabalhadores profissionais” (NUNES, 1975, v.4, p.47).

Beneficiou-se desta lei, dentre muitos, o oeirense José Sérgio Ferreira, que partiu como pensionista para o Rio de Janeiro, em 1839, para cursar medicina, diplomando-se em 1846. Retornou a Oeiras dois anos depois de formado, onde exerceu sua profissão de médico, além de assumir outros cargos públicos, inclusive o de professor de aritmética e geometria do Liceu.

As obrigações dos professores das escolas de primeiras letras e das aulas avulsas do ensino secundário nas escolas de Oeiras e de toda Província do Piauí foram regulamentadas pela Lei Provincial nº 75, sancionada pelo presidente da província, Manoel de Sousa Martins, em 20 de setembro de 1837. Na falta de outras evidências que pudessem enriquecer este trabalho, foi através da análise desta lei, que aspectos importantes do funcionamento destas escolas foram reconstituídos e aqui apresentados, pois como diz Jim Sharpe (1992, p. 43), “quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir as experiências das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição”.

Segundo esta lei, as escolas primárias deveriam obedecer aos horários diários das aulas de 8 às 11 horas da manhã e de 2 às 5 da tarde, e as cadeiras secundárias, de 8 à 10 horas da manhã e das 3 às 5 horas da tarde. Não havendo aulas aos domingos, dias santos, feriados e nas quartas-feiras para as aulas maiores. As férias eram de um mês, de 8 de dezembro a 8 de janeiro, para o ensino primário e dois meses para o secundário, de 8 de dezembro a 8 de fevereiro.

As matrículas dos alunos eram gratuitas e feitas pelos professores em livros rubricados pelos presidentes das respectivas comarcas, onde constava o dia, mês e ano em que foram efetivadas, além da idade, naturalidade, filiação dos alunos e o dia e motivo de sua saída. Em livros próprios os professores marcavam as faltas diárias dos alunos e os programas por eles desenvolvidos.

Os Art. 9º e 10º da Lei Provincial nº 75/1837 tratavam das medidas disciplinares em conformidade com o Art. 179, item 19 da Constituição Imperial, que diz: “desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”. Segundo estes artigos, os professores eram proibidos de colocar os alunos para fora das aulas qualquer que fosse o motivo; utilizar a palmatória de forma rigorosa, porém não impedia seu uso

moderado; castigar os alunos com instrumentos considerados desprezíveis, como azorrague⁴ ou chicote, utilizados, na época, para castigar escravos e açoitar animais; e também atingi-los moralmente com palavras indecentes causando-lhes injúrias, como comprova fragmento desta lei exposto na figura 39. As faltas leves deveriam ser comunicadas aos pais ou responsáveis e as graves levadas ao conhecimento do Juiz de Paz competente que examinaria o fato encaminhando se necessário ao Presidente da Província na cidade, e nas vilas ao prefeito para as providências cabíveis, ficando o professor obrigado a recebê-los de volta após o cumprimento devido da punição que o caso exigiu.

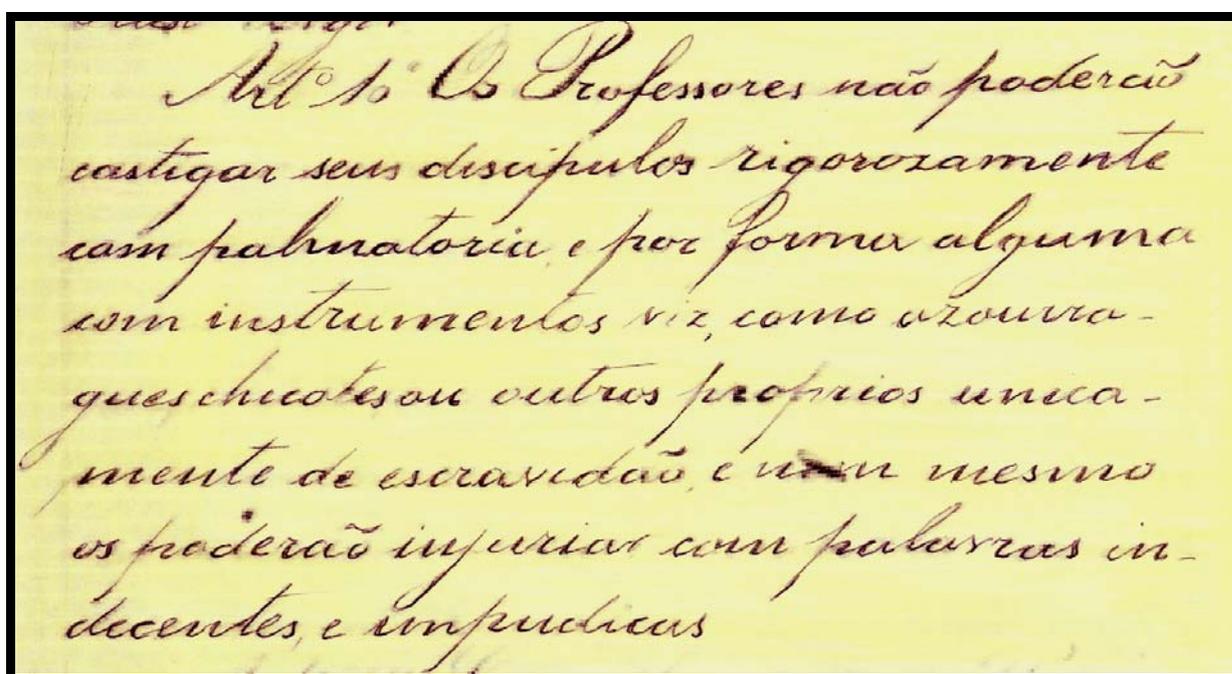


Figura 39 – Artigo 10º da Lei Provincial nº 75, de 20 de setembro de 1837. Trata dos castigos nas escolas. Fonte – 1º livro de registro das “Leys, e Resoluções da Assembléa Legislativa da Província: Palácio do Governo em Oeiras do Piauí. Termo de abertura: 29 de maio de 1835. Arquivo Publico do Piauí.

A palmatória, instrumento disciplinar muito utilizado nas escolas, era constituída por uma peça de madeira circular com ou sem furos no centro e inserida num cabo, com a qual os alunos recebiam “bolos” nas mãos. Sendo uma prática muito comum nas famílias desta época, não era de se estranhar que fosse também aceita nas escolas. Para Souza (2004, p. 94):

O castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal; a palmatória, no

⁴ Azorrague – tipo de chicote formado por várias peças de cordas ou correias trançadas e presas num cabo de madeira.

imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias. Era uma forma de impor uma disciplina rígida, e para o professor, a maneira mais rudimentar, e também a mais espetacular e fácil, de colocar sua autoridade em prática.



Figura 40 – Palmatória com furos. Desenho de Edmo Campos (2006).
Fonte: Arquivo Particular de Amada de Cássia Campos Reis



Figura 41 – Palmatória sem furos.
Fonte: Arquivo Particular de Maria do Amparo Borges Ferro.

O Brasil Imperial era um país oficialmente católico, determinado pelo art. 5º da Carta Lei de 1824 e o ensino religioso passou legalmente a fazer parte do currículo das escolas. A obrigatoriedade deste ensino nas escolas da Província tinha o objetivo de contribuir para a formação moral aos educandos e ganhou um artigo especial na Lei Provincial nº 75/1837. Conforme o Artº 11º, os professores de primeiras letras eram obrigados reservarem as quintas-feiras e os sábados para explicarem a doutrina cristã aos seus discípulos.

Ser professor no Piauí nessa época não era tarefa fácil. Os professores eram constantemente indicados pelas autoridades em seus relatórios como responsáveis pelo atraso

em que se encontrava o ensino na Província. Evidenciavam freqüentemente a falta de habilidade dos professores para o exercício de sua função, porém este perfil era moldado pelas precárias condições de trabalho. Além da baixa remuneração recebida, tinham de lidar com a ausência de espaços físicos apropriados e a carência de material básico de ensino.

Em Oeiras, a maioria das repartições públicas funcionava em casas alugadas e as destinadas às escolas, que também serviam de moradia para o professor, eram das mais simples e impróprias para o funcionamento de uma escola por serem escassamente iluminadas e pouco arejadas, mal cabendo na sala principal uma grande mesa de madeira rodeada de bancos toscos onde sentavam desconfortavelmente os alunos, além do inconveniente de tirar a privacidade da vida familiar do professor e de certa forma envolver os alunos em assuntos alheios, desviando sua atenção para o que não lhes dizia respeito, prejudicando sua concentração nos estudos.

Grande era a carência de material escolar para o desenvolvimento das aulas no século XIX, não só no Piauí, mas no país de uma forma geral. Acerca da circulação de livros no ambiente escolar Galvão e Batista (2004) informam que os mesmos eram muito raros, praticamente inexistentes até a primeira metade do século XIX. Para a prática da leitura eram comumente usados textos manuscritos a exemplo dos documentos de cartório e cartas, também eram utilizados como manuais de leitura a Constituição do Império (como sugere a lei geral do ensino de 15 de outubro de 1827 em seu artigo 6º), além do Código Criminal e a Bíblia. A carência de livros se estendia a vários setores da sociedade, pois sua aquisição era difícil e poucos eram os lugares que possibilitavam seu acesso, as bibliotecas e livrarias eram restritas e existiam somente nos centros urbanos mais populosos. Apesar do Brasil começar a produzir material impresso em 1808 com a implantação da imprensa régia, os livros de leitura específicos para o ensino primário só começam a circular no país depois da segunda metade do século XIX e mesmo assim alguns eram impressos na Europa.

As escolas por estas bandas do Império reclamavam da necessidade de material. O desenvolvimento das aulas dependia da criatividade e improvisação do professor. Se os livros eram raros nas províncias mais adiantadas, dadas as dificuldades de aquisição por serem geralmente impressos ou importados da Europa, em Oeiras eram objetos de luxo e privilégio de uma pequena minoria, pois além de caros eram praticamente inacessíveis, obtê-los exigia o esforço de vencer os obstáculos de comunicação que praticamente isolava a província, sem contar que poucos eram os homens de letras nesta época e menos ainda eram os que se interessavam em tê-los.

O amparo do governo era simplório e discriminador como se pode constatar na Resolução nº 84, de 17 de setembro de 1838, na figura 42, em que o Presidente da Província manda entregar anualmente ao seu professor, para que este distribuísse com os “meninos” mais carentes os seguintes materiais: “seis resmas de papel almasso [sic], quatro dúzias de lápis, quinhentas penas, cinco aparelhos de tinta”.

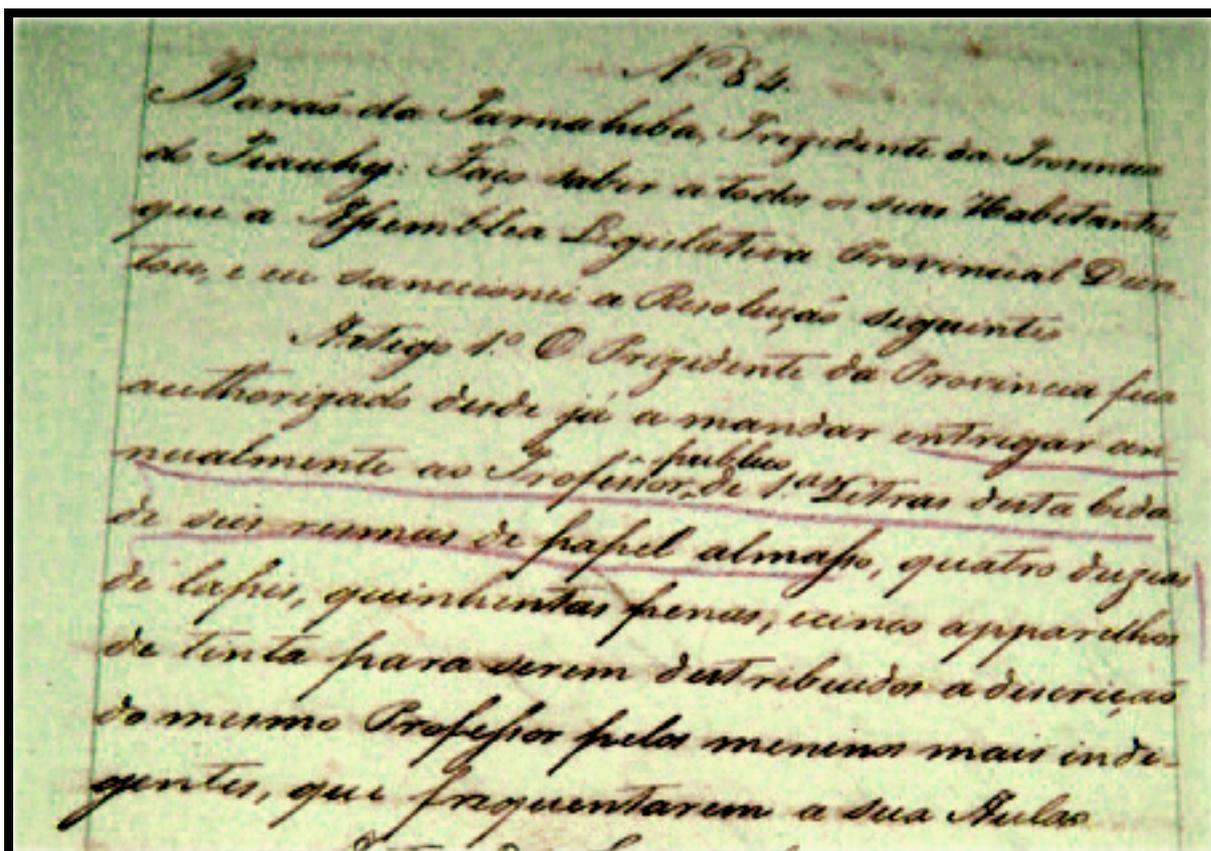


Figura 42 – Lei Provincial nº 85, de 17 de setembro de 1838. Autoriza entrega de material escolar ao professor público de 1^{as} letras da cidade de Oeiras.

Fonte – 1º livro de registro das “Leys, e Resoluções da Assembléa Legislativa da Província: Palácio do Governo em Oeiras do Piauí. Termo de abertura: 29 de maio de 1835. Arquivo Publico do Piauí.

Na longa gestão de quase vinte anos, de 1823 a 1843, com pequenas interrupções, de Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, o Piauí viveu dias de intensa agitação política. Mal acabara de participar das lutas pela Independência e experimentando um período de adaptação ao novo regime provincial, viu-se então envolvido na revolta da Balaiada, que durou de 1839 até 1841. A educação de Oeiras que começava a apresentar uma certa organização foi abalada pelo envolvimento da Província na revolução dos “balaies”. Este movimento contribuiu para minguar suas finanças, ficando sem recursos para suprir as necessidades mais urgentes que o serviço público exigia e a educação, mais uma vez, por não ser vista como prioridade, ficou relegada ao segundo plano. Toda atenção e recursos eram

destinados ao combate da guerrilha “não podendo esperar dentro desse quadro que a Província pudesse despender recursos com a educação do povo. Ademais, os poucos professores que serviam nas escolas existentes foram envolvidos nas lutas, abandonando suas escolas” (BRITO, 1996, p. 22). Os três presidentes que imediatamente sucederam o Visconde da Parnaíba pouco puderam fazer em favor da instrução pública da Província.

1.3 Estruturação do ensino público

A educação no Piauí, e de forma específica em Oeiras, recebeu uma atenção especial no governo de Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, que ao assumir sua função, em 28 de julho de 1845, elegeu o ensino público como uma de suas prioridades. Ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de agosto do mesmo ano, e relatou a situação em que se encontrava a Província, apelando aos deputados que vissem as questões educacionais com maior “solicitude e consideração”.

Em sua fala dirigida aos deputados, Zacarias de Góis dizia existir na Província “21 cadeiras de 1^{as} letras, 18 para o sexo masculino, e 3 para o sexo feminino”. No entanto, poucas se encontravam em atividades e as que funcionavam apresentavam uma “frequência irregularíssima”, como era o caso da escola de primeiras letras do sexo masculino de Oeiras, que dos 65 alunos matriculados “no espaço de 6 meses decorridos de Janeiro a Junho só 3 meninos não faltarão, todos os outros porém derão de 3 e meio a 84 faltas.” As três escolas do sexo feminino da Província estavam sem professoras. A de Oeiras que vagou no final de 1º semestre de 1845, por motivo de falecimento de sua professora, contava com uma matrícula de 34 alunas que não freqüentavam as aulas com constância.

Neste seu relatório, dizia também haver, até meados de 1845, três cadeiras de Latim em atividade, compondo o ensino secundário no Piauí: na cidade de Oeiras e nas vilas de Príncipe Imperial e Parnaguá. Zacarias de Góis sugeriu que fossem extintas as cadeiras das duas vilas e que se criasse um curso de Humanidades em Oeiras, com a finalidade de preparar os jovens que desejassem seguir estudos superiores fora da Província. Criticou a adoção de livros através de disposição legislativa colocando-se a favor da revogação da Lei Provincial nº 1, de 29 de maio de 1835, que adotava os compêndios de Filosofia de Mr. Edme Ponelle, pois a escolha dos livros deveria ser reservada aos professores e inspetores.

Atendendo aos arrazoados do Presidente da Província, a Assembléia Legislativa decretou a Lei nº 198 que foi sancionada por ele, em 4 de outubro de 1845, disciplinando o ensino público, tanto primário como secundário, proporcionando-lhe maior uniformidade

estrutural e administrativa. Destacava-se nesta lei a extinção das cadeiras isoladas de Latim espalhadas pela Província, concentrando em Oeiras o ensino secundário com a fundação do Liceu Provincial; a determinação como matérias de estudo para o ensino primário as mesmas já prescritas na Lei geral de 15 de outubro de 1827⁵; o estabelecimento do calendário escolar; a adoção do método simultâneo; a determinação dos direitos e deveres dos professores; a forma de provimento das cadeiras e a obrigatoriedade do ensino.

O método simultâneo substituiu os métodos simples ou individual e mútuo ou de Lancaster. Através deste método a ação pedagógica era focada no professor que deveria separar seus alunos em grupos menores conforme o grau de desenvolvimento de cada um. Este método tinha a vantagem de assegurar aos alunos a aquisição de um conhecimento de melhor nível, pois os grupos homogêneos de alunos eram atendidos diretamente pelo professor e não por monitores como no método mútuo, além de apresentar maior racionalização do tempo em comparação com o método individual, porque o atendimento era dado de uma só vez a vários alunos.

Uma alternativa para tentar solucionar o problema do baixo número de frequência e do alto índice de evasão escolar foi determinar a obrigatoriedade do ensino. Pela Lei 198, aos pais eram imposta a obrigação de mandar seus filhos de 7 anos até 10 anos se meninas e até 14 anos se meninos, a freqüentarem as escolas de instrução primária e delas não retirarem sem a aprovação dos mesmos nos exames finais, sob pena de serem multados em 10\$000 (dez mil réis anuais) por cada um. (Art. nº 43 e 44). Esta medida, segundo Brito (1996, p. 27), era “inócua e inexequível, pois os recursos humanos e financeiros disponíveis não ofereciam condições para a instalação e manutenção de uma rede escolar capaz de atender a toda a população nas faixas etárias mencionadas”.

Zacarias de Góis, em 11 de julho de 1846, na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial, apresentou em seu relatório o mapa de nº 6, reproduzido na página seguinte, conforme o original, contendo o número de escolas primárias e secundárias existentes no Piauí, seus professores e a quantidade de alunos que freqüentaram-na no período correspondente aos seis primeiros meses de sua administração.

Conforme este mapa e a fala do presidente, nem todas as 21 escolas estavam funcionando, das 18 cadeiras “destinadas ao sexo masculino estão 7 providas vitaliciamente, 5

⁵ Escolas do sexo masculino: “ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana”. Escolas do sexo feminino: mesmas matérias, “com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica”. (LEI GERAL de 15/10/1827, art. 6 e 12)

vagas e 6 com provimento interino”, totalizando 398 alunos. As três cadeiras do sexo feminino apresentavam um total de 39 alunas, e apesar de estarem todas providas, apenas duas, a de Oeiras e Campo Maior apresentaram matrícula, pois a de Parnaíba só entrou em atividade, em 10 de janeiro do ano seguinte. As escolas primárias de Oeiras concluíram o ano letivo de 1845 com 113 alunos no total, sendo 95 do sexo masculino, a cargo do professor Patrício Ferreira Lima e 18 do sexo feminino, ministrada pela professora D. Raimunda Rosa de Sousa. O ensino secundário restringia-se às aulas de Latim, lecionada pelo professor Antonio João Baptista Ferreira, exibindo uma frequência reduzida de apenas 14 alunos.

ENSINO	SEXOS	LUGARES	NOME DOS PROFESSORES	Nº DE ALUNOS DO ENSINO SECCUNDARIO	Nº DE ALUNOS DO ENSINO PRIMARIO	Nº DE ALUNAS DO ENSINO PRIMARIO	PROVIMENTOS
Latim	Masculino	Cidade de Oeiras	Antonio João Baptista Ferreira	14			Effectivo
1^{as} Letras	“	“	Patrício Ferreira Lima		95		Interino
“	“	“ da Parnahiba	(1) Antonio Narciso Xavier Tôres		23		Effectivo
“	“	Villa de Peracuruca	Fernando Pereira Bacellar		25		“
“	“	“ de Barras	(2) José Marques d’Oliveiras		15		“
“	“	“ de Campo maior	José Alves Barbosa		69		“
“	“	“ de Valença	Rainaldo Pereira d’Abreo Bacellar		39		“
“	“	“ de Jaicós	Francisco Antonio Piauhilino		18		Interino
“	“	“ do Puty	Vaga				Effectivo
“	“	“ de São Gonçalo	Vaga				
“	“	“ de Marvão	(3) Francº Luiz Perª de Cavº e S				
“	“	“ de Príncipe Imperial	Fancisco Thomas da Silva		28		“
“	“	“ de Jeromenha	Candido José Hermeto Mousinho		39		“
“	“	“ de Parnaguá	Francisco de Salles Falcão		16		Interino
“	“	Freguesia do Sr. Bom Jesus	Delfino José Barbosa		10		Effectivo
“	“	“ de S Raimundo Nonato	João Paulo da Silveira		21		Interino
“	“	Povoação de Batalha	Vaga				“
“	“	“ de Matões	Vaga				
“	“	“ de Estanhado	(4) Manoel Vicente de Lavor Paes				
				14	398	39	
“	Feminino	Cidade de Oeiras	D. Raimunda Rosa de Sousa			18	Effectª pela Lei Provª nº 198
“	“	“ de Parnahiba	D. Maria da Concª Cardª Braga				“
“	“	“ de Campo maior	(5) D. Maria Ferreira do Nascimento			21	“

Quadro 04 – Ensino primário e secundário da Província do Piauí no ano de 1845.

FONTE: Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina, Relatório do Presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis, na abertura da Assembléia Provincial, no dia 1º/08/1845.

Ao ocupar pela última vez a tribuna da Assembléa Legislativa Provincial, em 06 de julho de 1847, Zacarias de Góis apresentou o mapa nº 8, retratado abaixo:

N.º 8.						
MAPPA do ensino primario da Provincia do Piauhý no anno de 1846.						
ENSINO.	SEXOS.	LUGARES.	NOMES DOS PROFESSORES.	N.º de Alumn.º	N.º de Alumn.º	PROVIMENTOS.
1.º Letras.	Masculino	Cidade de Oeiras.	José Alvares Moreira Junior.	87		Interino.
"	"	" Parnahiba.	Antonio Narcizo Xavier Torres.	35		Effectivo.
"	"	Villa de Peracuruca.	Fernando Pereira Bacellar.	33	10	"
"	"	" das Barras.	José Marques d'Oliveira. (1)	16		"
"	"	" de Campo maior.	José Alves Barbosa. (2)			"
"	"	" de Valença.	Joaquim Borges Carneiro.	22		"
"	"	" de Jaicoz.	Francisco Antonio Piauhilino.	13	2	"
"	"	" do Puty.	Patricio José Monteiro. (3)			"
"	"	" S. Gonçalo.	Francisco Luiz Per.º de Carv.º e S.º (4)			"
"	"	" de Marvão.	Padre Francisco Serafim de Assiz (5)			"
"	"	" de P. Imperial.	Francisco Thomaz da Silva.	19		"
"	"	" de Jeromenha.	Candido José Hermeto Mouz.º (6)			Interino.
"	"	" de Parnaguá.	Vaga.			"
"	"	Freguezia do Sr. Bom Jezus.	Delfino José Barboza.	18		Effectivo.
"	"	" S. Raimundo Nonnato.	João Paulo da Silveira. (7)			"
"	"	Povoação da Batalha.	Antonio Rodrigues de Miranda.	25		Interido
"	"	" de Matões.	Jozé Prumeiro da Costa. (8)			"
"	"	" Estanhado.	Vaga.			"
"	Feminino	Cidade de Oeiras.	Raimunda Rosa de Sousa.		23	Effect.º pela Lei n.º 198.
"	"	" da Parnahiba.	Maria da Conceição Cardoso Braga.		19	"
"	"	Villa de Campo maior.	Maria Ferreira do Nascimento. (9)			"
"	"	" das Barras.	Vaga.			"
"	"	" Principe Imperial.	Vaga.			"
"	"	" de Marvão.	Vaga.			"
				268	54	

OBSERVAÇÕES.

(1) Regulou-se o n.º de alumnos desta escola pelo mappa do mez de Janeiro deste anno, visto não ter sido remetido o do anno passado.

(2, 3, 4, 5, 6, 7, e 9) Destas escolas não vierão este anno os respectivos mapps.

(8) Desta escola não se recebeu o mappa por ter sido o respectivo Professor provido em Janeiro deste anno.

Secretaria do Governo da Provincia do Piauhý 30 de Junho de 1846.

Baldoino José Coetho,
Secretario do Governo.

Figura 43 – Mapa do ensino primário da Província do Piauí no ano de 1846

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis na abertura da Assembléa Provincial, no dia 06/07/1847. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

Com base neste mapa disse Zacarias de Góis que das “24 cadeiras, que são o número total das existentes na Província, há cinco vagas, e providas interinamente quatro”. Expôs no seu discurso as dificuldades de provimento das mesmas, dizendo que “as cadeiras vagas, e as providas interinamente, eu as tenho posto em concurso como determina a lei, mas quase sem fructo, porque ou não apparece oppositor, ou, se apparece, não tem as precisas habilitações”. Para Zacarias de Góis, vários fatores contribuíam para impedirem o desenvolvimento do ensino na província e apontou no seu discurso aos parlamentares:

ser a primeira causa do atraso da instrução primaria a grande falta, que sente-se, de indivíduos capazes de ser mestres Á muitos exames de oppositores à cadeiras tenho

assistido, durante a minha administração, e raro he o pretendente que me há parecido nas circumstancias de incumbir-se do magistério. Opositores apparecem, tão estranhos às regras da grammatica portugueza, e da arithimetica, e com tantos vícios e imperfeições na leitura, que bem poderião, sem offensa, recaminhar-se à escola. Nem se diga que semelhante falta procede de serem os ordenados (350\$rs.) mesquinhos, e não convidarem pessoas hábeis à servir, pois eu creio que, ainda que hum pouco maiores fossem, nem por isso farião apparecer muitos sugeitos de capacidade, condigna ao importante mister de instruir a mocidade, sendo verdade que os não há realmente se não mui raros. O certo he que a necessidade obriga a Presidência a confiar muitas cadeiras de professores mediano, na falta de outros melhores, e que assim, salvo honrosas excepções, não podem os mestres actuaes comunicar aos seus discipulos a precisa illustração; pois que elles mesmos a não possuem. Também influe grandemente no atraso, que deploramos, a circumstancia de ser muito rara a população da Província, e estar espalhada por huma immensa extensão de território (PIAUHY, RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1847).

Pode-se observar na figura 43 que, no final de 1846, Oeiras possuía duas cadeiras de 1^{as} letras: uma do sexo masculino com 87 alunos, regida pelo professor José Alves Moreira Junior, e outra do sexo feminino com 23 alunas, orientada pela professora Raimunda Rosa de Sousa. Comparando o mapa de nº 8, de 1846, da figura 42, com o de nº 6, de 1845, representado anteriormente pelo gráfico 03, nota-se que houve um decréscimo de oito alunos e um acréscimo de cinco alunas nas escolas primárias de Oeiras. No cômputo geral do mapa nº 8, o número de alunos das escolas primárias do Piauí, no final de 1846, era de 268, número inferior ao de 1845 que foi de 398. Esta diminuição se deu pelo fato de não ter sido somados os dados das escolas das vilas de Campo Maior, Poty, São Gonçalo, Marvão e Jerumenha, da Freguesia de São Raimundo Nonato e do Povoado de Matões, por não terem os professores apresentados os resultados em tempo hábil para a confecção deste mapa.

Zacarias de Góis informou, em seu relatório de 6 de julho de 1847, que o ensino particular da Província do Piauí estava concentrado, no final de 1846, em Oeiras, com “duas pequenas escolas particulares de primeiras letras, aos cuidados de 2 empregados públicos, dependem as horas vagas em instruir meninos: huma teve em 1846 vinte alumnos, a outra doze”; em Parnaíba, com “huma aula de primeiras letras freqüentada o anno passado por 24 meninos”; e na fazenda Boa Esperança, onde o Pe. Marcos recebia alunos nos mais variados níveis de ensino. Neste ano, atendeu em sua escola 24 alunos: 6 na aula de primeiras letras, 11 na de Latim, 3 na de Retórica, 3 na de Filosofia e Francês e 1 na de Teologia Dogmática, conforme mostra o mapa retratado na figura a seguir:

N.º 7.º

Mapa dos alumnos que particularmente estudião este anno com
Padre Marcos de Araujo Costa em sua Faculdade Boa Esperança do Ter-
mo da Villa de Jacobs.

MATERIAS QUE SE ENSINA'O.	N.º DOS ALUMNOS
1.ª Letraes.	3
Letim.	11
Rhetorica.	2
Filosofia e Francez.	2
Theologia Dogmatica.	1
	19

Secretaria do Governo da Provincia do Piahy 1.º de Julho de 1846.

Balthuzo José Coelho
Secretario do Governo

Figura 44 – Mapa dos alunos que freqüentaram as aulas na Escola Boa Esperança do Padre Marcos, em 1846.
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Piahy, Zacarias de Góes na abertura da Assembléa Provincial, no dia 06/07/1847. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

Zacarias de Góis ao concluir seu governo, em 7 de setembro de 1847, fixou as bases para a estruturação do ensino primário e secundário na Província, convergiu para Oeiras o ensino secundário criando o Liceu e lançou a idéia da criação de uma escola de cunho profissionalizante, o Estabelecimento de Educandos Artífices que se concretizou no governo seguinte. A educação pública elementar da Província, no período de 1847 até 1850 transcorreu sem grandes alterações, os três sucessores imediatos de Zacarias de Góis procuraram dar cumprimento à nova ordem estabelecida pela Lei 198/1845.

Em 1850, o ensino público primário de Oeiras era constituído por duas escolas, uma do sexo masculino com 41 alunos e outra do sexo feminino com 30 alunos. Lecionava na escola de meninos o professor José Alves Moreira Junior, que havia tomado posse interinamente do cargo em 12 de setembro de 1846, tornando-se professor vitalício em 18 de outubro de 1847; e na de meninas a professora vitalícia Raimunda Rosa de Sousa contratada desde 22 de agosto de 1845, ambos com vencimentos de 400\$000 (quatrocentos mil réis).

O gráfico a seguir, construído com base no mapa original apresentado pelo Presidente da Província, Ignácio Francisco Silveira da Mota, à Assembléa Legislativa em 1º de julho de 1850, além de apresentar os dados referentes ao ensino da cidade de Oeiras, mostra uma visão geral da situação do ensino público da Província do Piauí naquele ano.

ENSINO	SEXOS	LUGARES	NOME DOS PROFESSORES	ALUNOS	ALUNAS	PROVIMENTOS
Latim	Masculino	Cidade de Oeiras	Antonio João Baptista Ferreira	28		Vitalício
Francês	“	“ “	Vaga			
Inglês	“	“ “	Antônio Joaquim de Siqueira	7		Interino
Filosofia	“	“ “	Dr. Carlos de Sousa Martins	6		Vitalício
Geometria	“	“ “	Dr. José Sérgio Ferreira	3		“
Geografia	“	“ “	Dr. Símplicio de Sousa Mendes	4		“
Retórica	“	“ “	Joaquim Borges Carneiro	3		“
1 ^{as} Letras	“	Cidade de Oeiras	José Alves Moreira Junior	41		“
“	“	“ da Parnahiba	Vaga			
“	“	“ de Valença	Joaquim Ferreira da Costa	30		“
“	“	“ de Jaicós	Francisco Antonio Piauhilino	21		“
“	“	“ do Poty	Antonio Narciso Xavier Torres	34		“
“	“	“ de São Gonçalo	João Vicente Pereira	30		“
“	“	“ de Jerumenha	Vaga	49		“
“	“	“ de Campo maior	José Alves Barbosa	61		“
“	“	“ das Barras	Francisco Luiz Per ^a de Carvalho e Silva	15		“
“	“	Vila de Piracuruca	Fernando Pereira Bacellar	33		“
“	“	“ de Parnaguá	Carlos Irineu da França	18		“
“	“	“ de Príncipe Imperial	Francisco Thomas da Silva	19		“
“	“	“ de Marvão	Vaga	20		“
“	“	Freguesia do Sr. Bom Jesus	João Ferreira Paiva	10		“
“	“	“ de S Raimundo Nonato	João Paulo da Silveira	18		“
“	“	“ de Estanhado	Francisco Alves do Nascimento	15		“
“	“	Povoação de Batalha	Antônio Rodrigues de Miranda	20		Interino, nomeado pelo Diretor
“	“	“ de Matões	José Promeiro da Costa	20		Vitalício
“	Feminino	Cidade de Oeiras	D. Raimunda Rosa de Sousa		30	“
“	“	“ de Parnahiba	D. Maria da Conceição Cardozo Braga		19	“
“	“	Vila de São Gonçalo	D. Ifigênia Maria d’Azevedo		15	Interino
“	“	“ de Jerumenha	D. Maria de Assumpção Lavor Carneiro		10	“
“	“	“ de Campo maior	D. Maria Ferreira do Nascimento		27	Vitalício
“	“	“ das Barras	D. Caetana Vasconcellos Maltez		10	“
“	“	“ de Príncipe Imperial	D. Maria Quitéria Gonçalves Sobr ^a Lima		10	Interino
“	“	“ de Marvão	D. Marianna Felícia de Jesus Assis		12	“
TOTAL DE ALUNOS DO LICEU				51		
TOTAL DE ALUNOS DE 1^{AS} LETRAS				454		
TOTAL DE ALUNAS DE 1^{AS} LETRAS					133	
TOTAL DE ALUNOS			SEXO MASCULINO	505		
TOTAL DE ALUNOS			SEXO FEMININO		133	
TOTAL GERAL				638		

Quadro 05– Ensino primário e secundário da Província do Piauí, 1850.

Fonte: Mapa anexo ao relatório do Presidente da Província, Ignácio Francisco Silveira da Mota, à Assembléia Legislativa em 1 de julho de 1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

Ao assumir o governo da Província, em 7 de setembro de 1850, José Antônio Saraiva, logo imprimiu uma nova organização didática ao ensino público, através da Resolução nº 287, publicada a 10 de setembro do mesmo ano. Trazia como inovação a institucionalização da cadeira de Língua Pátria do Liceu, que deveria ser provida de imediato, sem a necessidade dos exames exigidos para as demais, e tinha caráter obrigatório, sendo que nenhum aluno, um ano após seu provimento, poderia ser admitido em qualquer aula do Liceu sem ter sido nela aprovado; aos feriados já existentes foram acrescentados os dois dias seguintes ao domingo de carnaval e incentivou o ensino particular.

Era permitido qualquer indivíduo abrir escolas particulares, desde que fosse autorizada uma licença do Diretor da Instrução, após comprovação de moralidade e aptidão do requerente e análise da conveniência de seu plano. Estas escolas eram estimuladas pelo governo com uma gratificação anual de 20\$000 (vinte mil réis) por cada aluno atendido, até um total de 20, e 10\$000 (dez mil réis) pelos que excedesse esse número. Ao receber o governo, em 1850, Saraiva já encontrou funcionando em Oeiras três escolas particulares de ensino elementar regidas pelos professores José Joaquim Avellino, Luiz Xavier de Araújo e Luiz Antônio Gonçalves, cada uma respectivamente com 12, 16 e 18 alunos, conforme mostra o mapa abaixo, que também traz a quantidade de 40 alunos atendidos na Escola Boa Esperança, do Padre Marcos de Araújo Costa, no seu último ano de funcionamento, interrompido com a morte de seu idealizador:

AULAS PARTICULARES.				
Primeiras letras, e diferentes preparatórios.				
	Masculino	Fazenda da Boa Esperança	O Ex. Padre Marcos d'Araujo Costa.	
1. ^{as} Letras	"	Cidade de Oeiras		40
"	"		José Joaquim Avellino.	12
"	"		Luiz Xavier de Araujo.	16
"	"		Luiz Antonio Gonçalves.	18

Secretaria do Governo da Província do Piahy 11 de Junho de 1850.

Baldoino José Coelho,
Secretario do Governo.

Figura 45 – Mapa das aulas particulares de Oeiras em 1850.

Fonte: Relatório do presidente da Província do Piahy, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piahy, em 01/07/1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

Foi criado, em 1850, na capital Oeiras e toda sua comarca, o cargo de diretor e vice-diretor da instrução pública, nomeado pelo Presidente da Província e escolhido dentre os lentes formados e vitalícios do Liceu. Ao diretor cabia, entre outras atribuições, fiscalizar o ensino primário e secundário dentro da capital e enviar anualmente ao Presidente da Província um relatório informando-lhe a situação das escolas e condutas dos professores. Cabia-lhe a escolha e nomeação de um vice-diretor, um censor e um substituto nos demais termos da comarca para lhe auxiliarem. Estes tinham como obrigações visitar as escolas dos seus municípios e relatar ao diretor o seu estado. Na demais comarcas da Província o cargo de diretor era exercido pelo Juiz de Direito.

Quanto à avaliação final dos alunos, a Resolução nº 287/1850, em seu Capítulo 6º, determinava que esta deveria ser feita através de exames na presença de uma banca presidida pelo diretor da instrução. Nas escolas de instrução primária, os exames versavam sobre todas as matérias da cadeira e no caso das escolas de instrução secundária, era tirada a sorte do “ponto”⁶, sendo que os alunos a serem examinados em Latim e Geometria lhes eram concedidos meia hora para estudarem os “pontos”. Os ritos de um exame podem ser assim reconstituídos em conformidade com os artigos 32º e 33º dessa resolução.

Em local e horário previamente acertados, e permitida a presença de expectadores, o examinado apresentava suas argumentações perante a banca de três examinadores. Concluído o exame, todos se retiravam e cada um dos examinadores lançava em uma urna os conceitos “A” se julgasse o aluno aprovado, ou “R” se reprovado. Recolhida a votação, o Diretor dava início à sua apuração e decidia seu resultado observando a seguinte regra: para três “A”, o aluno seria considerado aprovado plenamente; para dois “A” e um “R”, aprovado simpliciter; e se dois ou três “R”, reprovado.

Os resultados eram registrados em livros e assinados por todos os examinadores que compuseram a banca, e conforme o resultado obtido seria expedido gratuitamente um certificado ao examinado. Qualquer pessoa, mesmo alunos de escolas particulares, poderiam ser examinados na forma dessa lei, bastando para isso solicitar o exame através de um requerimento.

As escolas tinham o intento de moldar alunos obedientes, ordeiros e responsáveis pelo cumprimento de seus deveres e para tanto, as relações pedagógicas ocorriam num clima de autoritarismo com forte vigilância disciplinar. No regulamento das aulas, a Resolução nº 287/1850, permitia os “castigos físicos moderados”, apenas para as aulas de instrução

⁶ Ponto – tema, matéria ou assunto escolhido para avaliar os conhecimentos dos alunos nos exames.

primária e para as cadeiras de Língua Nacional e de Latim do Liceu, no entanto acredita-se que esta prática, tão comum nas escolas deste período, se estendesse às demais cadeiras, pois a disciplina em sala de aula deveria ser mantida e não era raro o professor recorrer a estratégias disciplinares como a utilização da palmatória, genuflexão sobre o milho, orelhas de burro e reprimendas morais sobre a inconveniência de comportamento de seus alunos, que iam da falta de boas maneiras e costumes, de asseio consigo e com o material escolar, aos erros nas lições, na escrita e nas argüições.

Para a criação e funcionamento de escolas primárias, a Resolução 287/1850, exigia uma frequência mínima de 15 alunos ou 10 alunas. Caso o professor ou professora que num período de seis meses seguidos ou intercalados não conseguissem que suas aulas fossem freqüentadas por este número de alunos ou alunas, seria este demitido de sua função, como também aquele professor que por vinte dias consecutivos não comparecessem as aulas.

Na fala com a qual Saraiva abriu a sessão ordinária da Assembléia Legislativa em 3 de julho de 1851, dizia que “disseminar escolas por todas as partes do território da Província, é satisfazer a primeira condição dos governos livres, - o progresso da razão pública”. O número de escolas, e conseqüentemente de alunos, aumentou, como pode ser constatado no quadro 05 da pagina a seguir. Porém, para ele, apenas criar escolas não era o suficiente, uma vez que muitas delas permaneciam sem mestres competentes para regê-las. Neste ponto Saraiva manifestou aos deputados provinciais a preocupação com a formação do professor chegando a expressar o desejo de verem os mestres mais habilitados:

Reconheço que não podemos ter uma eschola normal, ainda mesmo imperfeita, como as que possuem algumas províncias. As nossas rendas não nos permitem fazer quanto desejaríamos n’esse ramo do serviço público: mas eu accredito, que podereis no mesmo Licêo d’esta cidade, dar uma instrução maior á aquelles que se quizerem dedicar ao Magistério. O Professor do Piauhy poderia no Licêo aprender a grammática philosophica da língoa portugueza, ler e analisar os nossos clássicos; poderia estudar arithimética e geometria em suas applicações mais uzuais, como desenho linear; e se o julgásseis conveniente, poderia ter noções de geographia e saber alguma cousas da história do seu Paíz e da sua Religião. [...]. Em minha opinião um circulo maior de conhecimento nos habilita mais para compreender o objecto de nossa especialidade, e dando um tracto melhor aos homens, torna a sua communicação mais proveitosa aqueles com quem vive e a cuja educação se dedica (PIAUHY, Fala do presidente da Província..., 1851)

ENSINO	SEXOS	LUGARES	NOME DOS PROFESSORES	ALUNOS	ALUNAS	PROVIMENTOS
Latim	Masculino	Cidade de Oeiras	Antonio João Baptista Ferreira	30		Efetivo
Francês	“	“	José Joaquim Avelino	7		
Inglês	“	“	Antônio Joaquim de Siqueira	7		Interino
Filosofia	“	“	Dr. Carlos de Sousa Martins	6		Efetivo
Geometria	“	“	Dr. José Sérgio Ferreira	3		“
Geografia	“	“	Dr. Símplicio de Sousa Mendes	4		“
Retórica	“	“	Vaga			
Língua Nacional	“	“	José Martins Pereira d’Alencastre	27		“
1^{as} Letras	“	Cidade de Oeiras	José Alves Moreira Junior	46		“
“	“	“ da Parnahiba	Claudino Augusto de Carvalho	30		
“	“	Vila de Valença	Joaquim Ferreira da Costa	32		“
“	“	“ de Jaicós	Francisco Antonio Piauhilino	23		“
“	“	“ do Poty	Joaquim Borges Carneiro	32		“
“	“	“ de São Gonçalo	João Vicente Pereira	60		“
“	“	“ de Jerumenha	Antônio Narciso Xaveier Torres	38		“
“	“	“ de Campo maior	José Alves Barbosa	63		“
“	“	“ das Barras	Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva	20		“
“	“	“ de Piracuruca	Fernando Pereira Bacellar	67		“
“	“	“ de Parnaguá	Carlos Irineu da França	26		“
“	“	“ de Príncipe Imperial	Francisco Thomas da Silva	46		“
“	“	“ de Marvão	Francisco Nunes de Sousa Junior	3		Interino
“	“	“ de S Raimundo Nonato	João Paulo da Silveira	22		Efetivo
“	“	Freguesia do Sr. Bom Jesus	João Ferreira Paiva	37		“
“	“	Povoação do Estanhado	Francisco Alves do Nascimento	27		“
“	“	Povoação dos Picos	Padre Joaquim Jusselino Viriato Formiga	10		
“	“	“ de Matões	José Promeiro da Costa	37		“
“	“	“ de Batalha	Antônio Rodrigues de Miranda	20		Interino, pelo Diretor
“	“	“ do Pelo Sinal	Vaga			
“	Feminino	Cidade de Oeiras	D. Raimunda Rosa de Sousa		33	Efetivo
“	“	“ de Parnahiba	D. Maria da Conceição Cardozo Braga		20	“
“	“	Vila de São Gonçalo	D. Ifigênia Maria d’Azevedo		12	“
“	“	“ de Campo maior	D. Maria Ferreira do Nascimento		30	“
“	“	“ das Barras	D. Caetana Vasconcellos Maltez		10	“
“	“	“ de Parnaguá	Vaga			
“	“	“ de Jerumenha	Vaga			
“	“	“ do Poty	D. Maria Leopoldina Adelaide Silva			Interina
TOTAL DE ALUNOS DO LICEU				84		
TOTAL DE ALUNOS DE 1^{AS} LETRAS				639		
TOTAL DE ALUNAS DE 1^{AS} LETRAS					105	
TOTAL DE ALUNOS			SEXO MASCULINO	723		
			SEXO FEMININO		105	
TOTAL GERAL				828		

Quadro 06 – Ensino primário e secundário da Província do Piauí, 1851.

Fonte: Mapa anexo ao relatório do Presidente da Província, José Antônio Saraiva, à Assembléia Legislativa em 3 de julho de 1851. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

De acordo com os dados apresentados no quadro 05, as escolas públicas de Oeiras, no ano de 1851, contavam com um total geral de 163 alunos. Deste total 84

freqüentavam as aulas do Liceu, distribuídos nas seguintes cadeiras: 30 em Latim, 7 em Francês, 7 em Inglês, 3 em Geometria, 6 em Filosofia, 4 em Geografia e 27 em Língua Nacional; os 79 restantes eram matriculados nas aulas de primeiras letras, sendo 46 na do sexo masculino e 33 na do sexo feminino. Comparando estes dados com os apresentados no quadro 04, constata-se um aumento total de 41 alunos: 33 no Liceu, 5 na aula de primeiras letras do sexo masculino e 3 na aula de primeiras letras do sexo feminino. Levando em consideração todas as escolas da província, o aumento foi na ordem de 190 alunos. Isto ocorreu devido à política educacional do governo de ampliar a rede de escolas da província.

O período compreendido de 1845 a 1852 foi fecundo para a educação de Oeiras e também do Piauí, comparando com os anos anteriores. Muitas escolas foram criadas por toda parte da província, o ensino tornou-se obrigatório, gratificações foram concedidas aos professores estimulando mais o seu zelo, as fiscalizações foram aumentadas, o ensino particular incentivado e introduzido o modelo de escola profissionalizante.

Oeiras, por ser a capital e estar no cerne de todas decisões, tirou proveito desse momento, mas por pouco tempo. Ao transferir a capital para Teresina, Saraiva desmantelou a estrutura educacional existente, levando para Teresina o que de mais organizado tinha nesta área: o Liceu e o Estabelecimento de Educandos Artífices, juntamente com professores e alunos, deixando enfraquecida a educação da velha urbe.

Apesar deste trabalho não ser um estudo específico sobre instituições educacionais, abre-se aqui um parêntese para a inserção destas duas instituições, o Liceu e o Estabelecimento de Educandos Artífices, pois de acordo com Décio Gatti Jr (2002, p. 4), “as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo a história da educação brasileira”, neste caso, também para a história da educação do Piauí e especificamente, de Oeiras.

1.3.1 Liceu Provincial

Zacarias de Góis e Vasconcelos, baiano, da cidade de Valença, foi investido no cargo de Presidente da Província do Piauí em 28 de julho de 1845, com apenas 30 anos. Apesar da pouca idade sobrava-lhe competência, coragem e tino administrativo. Centrou suas ações governamentais principalmente na área da educação, saúde, combate ao crime e edificações públicas. Formado em direito e com experiência no magistério, tratou, logo ao assumir o governo, de fazer uma reforma na instrução pública da província.

Encontrou, compondo o ensino secundário, sete cadeiras de Latim, com apenas três em atividade: na cidade de Oeiras e nas vilas de Príncipe Imperial e Parnaguá. As aulas eram pouco freqüentadas e os alunos não apresentavam o progresso esperado, além de o ensino secundário resumir-se às lições de latinidade, o que limitava a preparação dos alunos para enfrentarem os exames nas escolas superiores do Império. Zacarias de Góis, preocupado com tal situação, resolveu imprimir uma nova organização ao ensino secundário da província extinguindo todas as cadeiras das vilas, ao sancionar a Lei 198, de 4 de outubro de 1845, e concentrando o ensino secundário em Oeiras com a fundação do Liceu Provincial.

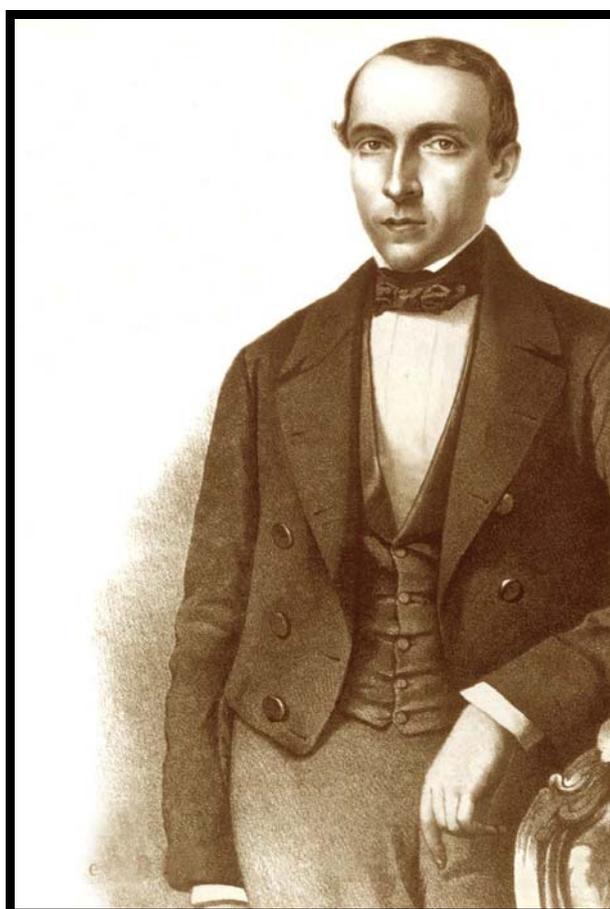


Figura 46 – Zacarias de Góis e Vasconcelos, Presidente da Província do Piauí (28-07-1845 a 28-07-1847), fundador do Liceu Provincial do Piauí.

Fonte: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Oeiras não possuía, na época da criação do Liceu, prédio público disponível para sediá-lo; as aulas eram ministradas na casa dos próprios professores. Zacarias de Góis cogitou a restauração e adaptação da Cadeia Velha para local de sua instalação, iniciando até mesmo as obras que, no entanto, não chegaram a se efetivar. Foi Saraiva que, em 1850, alugou uma casa para o funcionamento do Liceu, agrupando em um só lugar as cadeiras que se achavam

providas, como ele mesmo declarou em sua fala na abertura do ano legislativo, em 3 de julho de 1851:

Para que não continuasse a instrução secundaria em tal abandono, aluguei a casa de D. Mariana Angélica de Menezes Castelo-branco na rua do Hospital, por 14\$000 rs. mensaes, mandei prontifica-la por conta dos mesmos alugueis, comprei a mobília indispensável, e para alli passei todas as aulas, que se achão regularmente trabalhando desde o dia 18 de outubro do anno passado [...] (PIAUHY, FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1851)



Figura 47 – Cadeia Pública de Oeiras – “Cadeia Velha” – 1839. Prédio cogitado por Zacarias de Góis para ser a 1ª sede do liceu, fato que não se concretizou.

Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. Teresina: Halley, nº 14, 1995/97. Capa.

No currículo inicial do Liceu constavam as cadeiras de Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral. No entanto, por falta de professores habilitados para assumirem as cadeiras criadas, o Liceu entrou em atividades apenas com a cadeira de Latim, que, aliás, já funcionava anteriormente.

No ano de 1846, o subsequente ao da sua criação, freqüentavam o Liceu, 24 alunos que assistiam às aulas de Latim ministradas pelo professor Antônio João Batista Ferreira, conforme mostra o mapa nº 9 da figura 48, apresentado por Zacarias de Góis aos deputados provinciais na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa para o ano de 1847.

N.º 9.

MAPPA dos alumnos que frequentarão a Aula de Latim desta Cidade no anno de 1846.

N.º	NOMES.	FILIAÇÕES.	IDADES.	NATURALD.	DIA DE MATRICULA.	LICAO.	OBSERVAÇÕES.
1	Trajano Tavares da Silva.	Francisco Tavares da Silva.	19 annos.	Oeiras	27 d' Agosto de 1840.	Todos os Livros.	Pouco talento.
2	Casimiro Tavares da Silva.	Idem.	18	"	8 de Fevereiro de 1841.	Idem.	Alguns talentos porem he bastante de- ficiente.
3	Francisco Portella.	João Antonio Vaz Portella.	15	"	24 d' Abril de 1843.	Idem.	Alguns talentos.
4	Odorico Antonio da Rosa.	Felix Antonio da Rosa.	14	"	17 de Junho de 1844.	Virgilio, e Cicero de Epistolas.	Mostra bons desejos porem tem pouca capacidade.
5	Manoel Ferreira de Carvalho.	Francisco Ferreira de Carvalho.	19	"	17 de Junho de 1844.		Sabio em 12 de Junho por molestia.
6	Jeremias José da Silva Mello.	Balduino José Pereira.	11	"	12 de Agosto de 1845.	Eutropio, e Phaedro.	Mostra bastante capacidade.
7	Francilino de Sousa Nogueira.	Raimundo Cactano Nogueira.	16	"	18 de Novembro de 1845.	Arte.	Mostra capacidade porem sua conducta deboxada não lhe permite estudar, e nem he tido nesta aula no agrado de ninguém.
8	Francisco José Ignacio Madeira.	José Ignacio de Jesus Madeira.	18	"	17 de Junho de 1844.	Arte.	Pouco se applica.
9	João Ignacio de Jesus Madeira.	Idem.	13	"	27 de Agosto de 1845.	Arte.	Nada estuda por isso ignora sua capacid.
10	José Carlos Marrão de Cast. Branco.	Lourenco Ant. Marrão de C. Branco.	14	"	29 de Agosto de 1845.	Phaedro, e Eutropio.	Passou para traducção em 10 de Outubro.
11	Honorato Ferreira Cabral.	Miguel Ferreira Cabral.	15	Caxias.	8 de Janeiro de 1846.	Arte.	Pouco talentos.
12	José Manoel de Freitas.	Gonçalo Manoel de Freitas.	16	Jeronyma.	26 de Janeiro de 1846.	Arte.	Ha 3 mezes que foi para Jeronyma.
13	João Soares da Silva.	Vicente Soares da Silva.	16	Oeiras.	Idem	Idem	Passou a traduzir em Novembro.
14	Francisco Marques de Carvalho.	João Ignacio de Carvalho.	11	"	Idem	Idem	Idem.
15	Palmerio Francisco Caminha Fontes.	José Francisco Fontes.	18	"	9 de Fevereiro de 1844.	Phaedro, e Eutropio.	Não tem grande capacidade porem bons desejos.
16	Coriolano Cezar Barlamaque.	Tiberio Cezar Barlamaque.	13	"	26 de Janeiro de 1846.	Arte.	Nenhuma capacidade.
17	Liondas Cezar Barlamaque.	Idem.	11	"	Idem	Idem	Alguns talentos.
18	Candido Alves de Carvalho.	José Manoel Alves.	15	"	11 de Agosto de 1845.	Arte.	Não dá esperanças de aprender porque falta muito.
19	Eneas de Sousa Brandão.	Raimundo Marcelino Brandão.	13	"	4 de Maio de 1846.	Arte.	Tem muito pouca comprehensão.
20	Polidoro Cezar Barlamaque.	Tiberio Cezar Barlamaque.	10	"	18 de Maio de 1846.	Idem	Alguns talentos.
21	Odorico José de Carvalho.	Professor Dr. Simplicio de S. Mendes.	14	"	11 de Julho de 1846.	Arte.	Mostra talento mas não se applica.
22	Coriolano José Baptista.	José Gabriel Baptista.	13	"	4 de Agosto de 1846.	Arte.	Tem pouca capacidade.
23	Odorico José da Costa.	Joaquim José da Costa.	15	"	15 de Setembro de 1846.	Virgilio, e Cicero de Epistolas.	Pouca capacidade.
24	Francisco Martins da Fonseca.	Manoel Martins da Fonseca.	16	"	9 de Outubro de 1846.	Phaedro, e Eutropio.	Mostra alguma capacidade.

Oeiras 4 de Julho de 1847.
Antonio João Baptista Ferreira,
Professor Publico de Latim.

Figura 48 - Mapa dos alunos que frequentaram as aulas de latim de Oeiras no ano de 1846.

Fonte: Relatório apresentado por Zacarias de Góis aos deputados provinciais em 1847. Casa Anísio, Arquivo Público de Teresina.

Este mapa mostra a relação nominal dos alunos e nele nota-se que a cadeira de Latim era formada por uma classe heterogênea quanto à idade de seus alunos, que variava dos 10 aos 19 anos, concentrando um maior número na faixa etária dos 13 aos 16 anos. Com exceção de dois alunos, um de Caxias e outro de Jerumenha, todos eram de Oeiras, o que demonstra a falta de interesse de outras localidades de enviarem seus filhos para cursarem o ensino secundário, provavelmente pelas grandes distâncias que as separavam da capital e pela falta de acomodações para os alunos. O rendimento escolar, conforme o parecer do professor, feito na coluna de observações, mostra uma aprendizagem insignificante, visto ser um ensino que a maioria da população julgava de pouca importância e utilidade. Na coluna de filiação aparece apenas o nome dos pais dos alunos, porém não é de causar estranheza para a sociedade da época que relegava à mulher um plano obscuro de submissão e restrito ao ambiente familiar.

Aos professores do Liceu cabiam as escolhas dos compêndios, porém tinham que aguardar a aprovação dos mesmos pelo Presidente da Província, após análise de suas conveniências. Empregavam no desenvolvimento de suas aulas, o método simultâneo ou misto, uma combinação do método mútuo com o simples, através do qual o professor atendia diretamente grupos de alunos formados de acordo com o grau de desenvolvimento de cada um. Este método foi sugerido por Zacarias de Góis, que se dirigindo aos deputados na reunião ordinária da Assembléia Provincial, em 1º de agosto de 1845, declarou:

Não posso considerar grande mal para a Província a privação do ensino mutuo quando vejo que esse methodo de instruir a mocidade, outrora tão gabado, vai hoje perdendo a estima dos homens illustrados e juizes competentes nesta questão. Para não abusar de vossa paciência, deixo de allegar muitas considerações em abono de minha asserção, citando somente as seguintes palavras de hum escriptor: - O ensino mutuo, que offerece o espetáculo de classes innumeraveis dirigidas por hum só mestre com o auxilio de pequenos monitores tirados d'entre os discípulos, não dá educação propriamente dita, mas instrução, e esta tão superficial, e de certo modo tão material, que verdadeiramente não he cultura do espirito.-

Ponderai ainda, Senhores, que na Hollanda, e na Allemanha, paizes clássicos em matéria de educação da mocidade, está em desuso o ensino mutuo; e disei me se parece bem que nos mostremos sentidos pela falta de bom methodo, que as Nações cultas abandonão. (PIAUHY, RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1845)

Zacarias de Góis findou seu governo, em 7 de setembro de 1847, sem concretizar o sonho de ver o Liceu funcionando plenamente. No período de sua administração apenas as aulas de Latim seguiram seu curso normalmente, ele ainda chegou a contratar professor para a cadeira de Francês, mas esta só entrou em atividade no governo seguinte. Se Zacarias de Góis, pelas circunstâncias reais da Província não conseguiu de todo executar a Lei 198 por ele

sancionada, sua intenção foi louvável, pois conseguiu plantar a semente da normatização e estruturação do ensino primário e secundário no Piauí.

As cadeiras do Liceu iam sendo providas conforme fossem surgindo pessoas habilitadas interessadas em assumi-las. Algumas destas cadeiras foram ocupadas por ex-estudantes pensionistas da província que, amparados pela Lei Provincial de nº 74 de 1837, iam continuar seus estudos nas escolas de ensino superior promovidas e regulamentadas pela Coroa Imperial. Este é o caso do professor da cadeira de geometria, Dr. José Sérvio Ferreira, já citado anteriormente, que partiu para o Rio de Janeiro, em 1839, para cursar medicina às custas da província, diplomando-se em 1846 e ao retornar a Oeiras, exerceu sua profissão de médico e também o cargo de professor do Liceu.

No ano de 1848, além das aulas de Latim, que eram regidas desde o início de sua criação pelo professor Antonio João Baptista Ferreira, e da cadeira de Francês, que já havia sido provida no ano anterior, pelo bacharel Cândido José Casado Lima, entraram em funcionamento as cadeiras de História e Geografia, tendo como professor o Dr. Cândido Gil Castelo Branco, e a de Filosofia, com Dr. Carlos de Sousa Martins. Em 1849, foram ocupadas as cadeiras de Geometria por Dr. José Sérvio Ferreira, a de Inglês por Antônio Joaquim de Siqueira e a de Geografia por Dr. Simplício de Sousa Mendes que substituiu o lente anterior. Em 1850, foram providas as cadeiras de Retórica e de Língua Nacional, a primeira, que se achava vaga, por Joaquim Borges Carneiro, e a segunda, introduzida no currículo nesse ano, por José Martins Pereira de Alencastre. Quando já estabelecido em sua sede provisória, em 18 de outubro de 1850, até 1852, surgiu a figura do diretor e o Liceu passou a ser dirigido por Dr. Simplício de Sousa Mendes, seguido por Dr. José Sérvio Ferreira.⁷

Dominique Julia (2001, p. 15-17), propõe que os historiadores investiguem sobre o funcionamento interno das escolas, fazendo “flechas com qualquer madeira”, a fim de “recontextualizar as fontes das quais podemos dispor”, pois segundo ele, as pegadas das práticas culturais são facilmente apagadas, não deixando traços. Este autor exemplifica que se pode reconstruir as práticas escolares através de textos normativos, quando o mesmo, por meio do *Ratio Studiorum*, estudou as práticas dos colégios jesuíticos. Partindo deste pressuposto e utilizando como fonte disponível a Resolução nº 287, publicada a 10 de setembro de 1850, que estabelecia várias disposições acerca da Instrução Pública do Piauí, foi analisado, traçado e aqui relatado o funcionamento do Liceu Provincial, quando este ainda era estabelecido em Oeiras.

⁷ Informações obtidas em documentos variados como relatórios dos presidentes da Província, mapas estatísticos, etc.

O provimento das cadeiras do Liceu se dava mediante aprovação em concurso cujos editais eram publicados em toda a Província, três meses antes dos exames. Exceção feita com a cadeira de Língua Nacional que era provida sem a necessidade de exames prévios. Os exames eram realizados na presença do diretor ou vice-diretor da Instrução Pública da Capital e de mais dois examinadores indicados pelo Presidente da Província. Após arguição de toda matéria feita pelo pretendente da cadeira, cada examinador, sem combinação prévia, dava, por escrito, o seu parecer quanto ao mérito, aptidão, moralidade e superioridade de cada um dos examinados e enviava ao Presidente que depois de apreciar as informações recebidas decidia sobre a aprovação e nomeação do candidato em caráter interino ou vitalício. O candidato escolhido tinha um prazo de 15 dias, a contar do dia do exame, para apresentar seus títulos ao Diretor da Instrução Pública e ser investido no cargo. No caso de perda dos prazos ou falta de candidatos, estando as cadeiras livres, estas poderiam ser ocupadas interinamente, independentemente de exames, por indicação do Presidente da Província ou pelo Diretor da Instrução Pública; porém estas cadeiras ficavam em concurso aguardando sua provisão definitiva.

O tempo escolar do Liceu era previsto neste regulamento. Suas aulas tinham início no dia 16 de janeiro e se estendia até 14 de dezembro, intercalado por dois meses de férias. Durante o ano letivo não havia aulas aos domingos, nas quintas-feiras e nos dias considerados feriados: os dois dias seguintes ao domingo de carnaval, véspera de Domingo de Ramos, na Semana Santa e feriados nacionais. As cadeiras, de acordo com a congregação dos professores, eram distribuídas nos turnos da manhã e tarde de modo a permitir que o aluno cursasse mais de uma delas.

A matrícula dos alunos era feita antes do início do período letivo e findava dia 15 de janeiro, tendo os alunos um prazo até o final do mês citado para se apresentarem às aulas, ou até o final de fevereiro, com autorização do diretor da instituição. Esta regra não se aplicava aos professores de línguas que podiam receber seus alunos a qualquer tempo. Ficava a cargo de cada professor fazer a matrícula de seus alunos, lançando em livros próprios a data de sua efetivação, o nome dos alunos, sua filiação e naturalidade, além de anotar o nível de instrução no ato da matrícula, o progresso adquirido ao longo do ano, o procedimento moral de cada um, como também a causa de sua saída. Estes dados eram traduzidos em mapas e enviados em anexo ao relatório do diretor para ciência do Presidente da Província que os apresentava, anualmente, na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial.

No Liceu, as relações pedagógicas eram revestidas de autoritarismo. O professor para formar o caráter de seus alunos, tornando-os obedientes aos valores vigentes, e manter a

disciplina em sala não se esquivava em recorrer aos castigos físicos. Estes castigos eram previstos na Resolução nº 287/1850, com a recomendação de serem “moderados” e aplicados apenas aos alunos que freqüentavam as cadeiras de Latim e Língua Nacional, porém este tipo de punição por ser usada comumente no âmbito escolar e familiar da época, é de se supor que as demais cadeiras do Liceu lançassem mão deste instrumento de controle.

A verificação da aprendizagem era realizada através dos exames finais e refletia a capacidade do aluno em reter na memória os conhecimentos acumulados durante o ano. Os exames eram feitos na presença de uma banca composta por dois examinadores e presidida pelo diretor da instituição. Era um momento de muita tensão, a sorte do “ponto” era tirada minutos antes da apresentação e após conclusão da arguição crescia a angústia da espera do resultado que era obtido pela votação dos membros da banca.

Do quadro docente do Liceu, determinava a Resolução nº 287/1850, que fossem escolhidos dois lentes formados e vitalícios para exercerem, na Capital da Província, a função de diretor e vice-diretor da Instrução Pública. Ao diretor da Instrução Pública da Capital, que era indicado pelo Presidente da Província, recaia-lhe, entre outras atribuições, a de fiscalizar o ensino primário e secundário dentro da capital e enviar anualmente ao Presidente da Província um relatório informando-lhe a situação das escolas e conduta dos professores. Cabia-lhe a escolha para a nomeação de um vice-diretor, um censor e um substituto nos demais termos da comarca para o auxiliarem. Estes ajudantes tinham como obrigações visitar as escolas dos seus municípios e relatar ao diretor a sua situação. Na demais comarcas da Província o cargo de diretor era exercido pelo Juiz de Direito.

Os lentes do Liceu recebiam, em 1850, uma remuneração de 600\$000 (seiscentos mil réis) com exceção dos de Língua Francesa e Inglesa que tinham ordenados de 500\$000 (quinhentos mil réis). Tais os ordenados estão expressos no mapa nº 8, reproduzido na figura 49, apresentado pelo Presidente da Província, Ignácio Francisco Silveira da Mota, à Assembléia Legislativa, em 1º de julho de 1850. Este mapa além de registrar os salários anuais dos professores traz a relação nominal dos mesmos, as disciplinas que lecionavam e as datas de suas nomeações. O Presidente Saraiva logo que assumiu o governo da Província, em setembro de 1850 alterou o ordenado do professor de Latim que passou a receber, a partir daquele mês, quantia de 840\$000 (oitocentos mil réis) e atribuiu ao professor da recém-criada cadeira de Língua Nacional, um vencimento de 500\$000 (quinhentos mil réis), os professores das demais disciplinas permaneceram com os ordenados que vinham recebendo anteriormente.

N.º 8.

Mapa dos Professores da Instrução primaria e secundaria da Província do Piauí, com declaração das datas de suas nomeações, e interrupções que recebem.

Lugares	Ensinos	Nomes dos Professores	Datas das nomeações	Interrupções de exercicio no anno	Ordenado
Oeiras	Latim	Antonio Joao Baptista Ferreira	Interina a 7 de Outubro de 1850. Vitalicia a 19 de Janeiro de 1855.		600\$000
"	Francez	Vaga			500\$000
"	Inglez	Antonio Joaquim de Siqueira	Interina a 26 de Setembro de 1849		500\$000
"	Fylosophia	Dr. Carlos de Sousa Martins	Vitalicia a 9 de Março de 1848.		600\$000
"	Geometria	Dr. José Sertio Ferreira	Idem a 11 de Janeiro de 1849.		600\$000
"	Geographia	Dr. Simplicio de Sousa Mendes	Idem a 6 de Julho de 1849.		600\$000
"	Rhetorica	Joaquim Borges Carneiro	Idem a 5 de Junho de 1850.		600\$000
"	1.ª Letras	José Alves Moreira Junior	Interina a 12 de Setembro de 1846. Interina a 12 de Setembro de 1846. Vitalicia a 16 de Outubro de 1847.		400\$000

Figura 49 – Relação dos professores do Liceu em Oeiras, suas cadeiras, data de nomeação e ordenados.

Fonte: Mapa nº 8 anexo ao relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1950. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Arquivo Público do Piauí.

Freqüentavam o Liceu nas diferentes cadeiras oferecidas, no ano de 1850, um total de 51 alunos assim distribuídos: 28 em Latim, 7 em Inglês, 6 em Filosofia, 3 em Geometria, 4 em Geografia, 3 em Retórica, como demonstra o quadro abaixo onde foram lançados os dados contidos no mapa nº 7, apresentado pelo Presidente da Província, Ignácio Francisco Silveira da Mota, à Assembléia Legislativa, em 1º de julho de 1850:

ENSINO	SEXO	LUGAR	PROFESSOR	Nº ALUNOS	PROVIMENTO
Latim	Masculino	Oeiras	Antonio João Batista Ferreira	28	Vitalício
Francês	„	„	Vaga		
Inglês	„	„	Antonio Joaquim de Siqueira	07	Interino
Filosofia	„	„	Dr. Carlos de Sousa Martins	06	Vitalício
Geometria	„	„	Dr. José Sertio Ferreira	03	„
Geografia	„	„	Dr. Simplicio de Sousa Mendes	04	„
Retórica	„	„	Joaquim Borges Carneiro	03	„
TOTAL				51	

QUADRO 07 – Quantidade de alunos que freqüentaram a aula de Latim na cidade de Oeiras, no ano de 1850
Fonte: Mapa nº 8 anexo ao relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1950. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Arquivo Público do Piauí.

As aulas do Liceu tinham freqüência muito baixa e irregular. Numa tentativa de mudar esse quadro, Saraiva ao assumir o Governo da Província pediu que as Câmaras

Municipais sensibilizassem aos pais da importância de enviarem seus filhos para assistirem as aulas no Liceu. No entanto, o desinteresse foi maior e as aulas permaneceram com uma quantidade diminuta de alunos. Simplício Mendes, quando diretor do estabelecimento, chegou a sugerir a substituição da cadeira de Inglês pela de Artes (pintura, desenho ou música vocal e instrumental), supondo ser mais útil e de maior agrado dos alunos, ocasionando uma maior procura e conseqüentemente aumento da freqüência. (NUNES, 1975, v. 4, p. 53-54). A situação era mesmo preocupante a ponto de Saraiva (apud MOACYR, 1939, p. 254), dizer que:

Nenhuma só aula (exceção feita à de latim e francês) contava mais de 3 discípulos que iam ouvir as lições quando bem lhes pareciam. Pode-se dizer que o Liceu existia apenas na legislação e que somente se sabia de sua existência quando seus empregados iam receber vencimentos.

Nesta sua fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de julho de 1851, Saraiva chegou a propor que o Liceu funcionasse em regime de internato, pois não havia em Oeiras uma só casa de educação onde os pais de outras localidades da província pudessem mandar seus filhos, sem ter que solicitar a algum amigo o favor de hospedá-los, preferindo mandá-los para escolas no Maranhão e na Bahia a fim de cursarem o ensino secundário. E preparando terreno para o que pretendia fazer no ano vindouro, neste mesmo discurso, manifestou a opinião de que:

O assento do Licêo n'esta Cidade, que o deve possuir, porque possui a sede do Governo, é o mal maior da instrução publica da Província. Pobre, e longe de todos os grandes centros de civilização, sem commercio, e sem industria, Oeiras carece de todas as condições para ser favorável ao progresso scientifico e litterario do Piauhy (PIAUHY, Fala do presidente da Província..., 1851)

Quando Saraiva fez de Teresina a nova Capital da Província, em 1852, autorizou a transferência do Liceu. O ensino secundário de Oeiras ficou abalado, pois apesar das carências e dificuldades de funcionamento esta era uma escola que apresentava uma certa estrutura e organização. Depois disso, a cidade experimentou longos anos de marasmo educacional.

Teresina, ainda em construção, quando recebeu o Liceu Piauiense, em 1852, não oferecia condições favoráveis para seu funcionamento, de modo que esta instituição voltou a sofrer os mesmos incômodos do início de sua criação. A princípio, sem prédios para alojá-lo, funcionou precariamente na residência dos professores, posteriormente passou a funcionar em prédios públicos mudando constantemente de endereço, chegou a ser extinto para logo depois ser reaberto, sofreu a angústia da inadequação entre os aspectos legais e reais, mas

sobreviveu. Recebeu várias denominações: originalmente Liceu Provincial, nome dado pelo seu fundador, Zacarias de Góis; logo depois, até por volta de 1940, passou a ser chamado de Liceu Piauiense; trocou temporariamente para o nome de Ginásio Oficial do Piauí; para depois ser substituído, em 1843, pelo nome de Colégio Estadual do Piauí; e por fim, num gesto de reconhecimento pelo empenho de seu idealizador, recebeu o nome de Colégio Zacarias de Góis, sugerido pelo seu diretor de então, Arimatéa Tito Filho, por ocasião do aniversário de 110 anos de sua fundação. (OLÍMPIO, 1993, p. 35-36). No entanto, preso na memória dos piauienses, todos insistem em chamá-lo de simplesmente Liceu.

1.3.2 Estabelecimento de Educandos Artífices

A Província do Piauí ressentia-se da falta de trabalhadores profissionais para tirá-lo da fraqueza econômica em que se achava imerso. Iniciativas de enviar para as províncias mais adiantadas estudantes como pensionistas para cursarem, preferencialmente, medicina, engenharia e direito, como também funcionários públicos para se qualificarem em suas áreas, já vinham sendo tomadas desde 1837; contudo, não bastava, e a demanda por serviços menos especializados, porém importantes e básicos, era evidente.

Ciente de tal necessidade, Zacarias de Góis e Vasconcelos idealizou a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices, que se concretizou no governo de Marco Antônio de Macedo, com a aprovação da Lei Provincial nº 220, de 24 de setembro de 1847, determinando o atendimento de meninos pobres e desvalidos até o número de 30.

Em pronunciamento à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 5 de julho de 1849, o Presidente Anselmo Francisco Peretti lamentou ainda não ter cumprido a Lei Provincial nº 220, que criara o Estabelecimento de Educandos Artífices por não haver em Oeiras edifícios com acomodações convenientes para instalá-lo, mas que providências já haviam sido tomadas no sentido de alugar a espaçosa casa do Sr. José Pedro Celestino para seu funcionamento, o que não tardou a acontecer, pois em 1º de dezembro de 1849, esta escola entra em atividade, acolhendo os educandos em regime de internato.

Este tipo de instituição educacional surgiu no Brasil na segunda metade do século XIX. Nove províncias do império criaram este tipo de estabelecimento em suas capitais. O primeiro foi criado em 1840 no Pará, seguido pelas províncias do Maranhão (1841), São Paulo (1844), Piauí (1847), Alagoas (1854), Ceará (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865). Todas estavam localizadas no Norte do Brasil (divisão regional da época) com exceção de São Paulo, e com o objetivo comum de proporcionar uma

formação moral aos desvalidos iniciando-lhes numa profissão adequada à sua classe (RIZZINI, 2004, p. 169-170).

O Estabelecimento de Educando Artífices da Província do Piauí espelhou-se no estabelecimento maranhense para a criação de seu regulamento interno com algumas adaptações locais. O primeiro regulamento expedido foi o de nº 12, de 19 de outubro de 1849, continha entre outros, os seguintes dispositivos, segundo interpretação de Moacyr (1939, p. 251):

O estabelecimento garante a instrução primária e princípios religiosos, o ensino de um ofício mecânico e o exercício militar necessário a um guarda nacional. As primeiras letras e os princípios religiosos serão ensinados pelo diretor do estabelecimento e os ofícios mecânicos aprendem dentro do instituto ou em oficinas particulares; a instrução militar é dada imediatamente pelo diretor e pedagogo dos educandos. A casa garante igualmente alimentos, vestimentas e tratamento nas moléstias

Os educandos ou menores aprendizes, como eram chamados os alunos internos deste estabelecimento, eram submetidos a um regime disciplinar de caserna, tendo em vista torná-los aptos ao exercício da guarda nacional, se necessário. A obediência às normas e à hierarquia era exigida com rigidez e aos infratores eram empregadas medidas punitivas que iam das advertências leves às punições mais severas. As normas regimentais do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí são minuciosas chegando a exigir dos aprendizes, como aponta, Celso Sukow da Fonseca (1986), citado por Irma Rizzini (2004, p. 235), “fazer continências quando encontrassem o Presidente da Província, o diretor do estabelecimento, o Comandante ou qualquer oficial da tropa”, além de “pegar em armas, em caso de toque a rebate” e servir de “sentinela à porta da Casa e ronda nas suas vizinhanças”.

A “Casa” ou “Colégio” de Educandos Artífices do Piauí, nomes pelos quais também era denominada esta instituição, iniciou suas atividades em 1º de dezembro de 1849, com o funcionamento de seis oficinas: carapina, marceneiro, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro, e nelas foram distribuídos os primeiros 15 órfãos a serem atendidos. No ano seguinte, o número de alunos aumentou em 10, conforme mostra o mapa da figura 49 e pronunciamento feito pelo Presidente Ignácio Francisco Silveira da Mota, em 1º de julho de 1850: “hoje se acha com 25, dos quaes 7 aprendem o ofício de marceneiro, 5 de carpinteiro, 4 de ferreiro, 6 de alfaiate, 2 de ourives, e 1 de çapateiro [sic]”. Posteriormente foram sendo criadas outras oficinas para atender a demanda sempre crescente. A procura pelas pessoas pobres por vagas neste estabelecimento se dava principalmente como forma de garantir meios de subsistência para seus filhos e uma profissão que pudesse garantir-lhes no futuro.

N.º 6.

Mapa dos Educandos Artífices existentes na casa, e abaixo declarados, com declarações e observações de seu estado.

Números.	NOMES.	Idades.	Lições.	Progressos.	Procedimento moral.	O que heem.	O que estere.	Observações.
1	Martinho Antonio Luiz da Paz.	12	Bóas	Muito	Bom	Escripto	Corcivo	Aprende o officio de Carpina.
2	Raimundo José de Barros.	15	Soffríveis	Algun	"	"	"	Idem de Marcineiro.
3	Joaquim Manoel de Sousa.	14	"	"	"	"	Bastardo	Idem idem
4	Honorato da Silva Araujo.	14	Bóas	Muito	"	"	"	Idem idem
5	Raimundo Frosio Baptista.	13	Soffríveis	Algun	"	"	"	Idem de Ourives.
6	João Lourenço Ferreira.	13	Más	Pouco	"	Syllabas	Bastardo	Idem de Marcineiro.
7	Cláudio de Sena Roza.	12	Soffríveis	Algun	"	Escripto	"	Idem idem. Aprende a Corneta de chave.
8	Luiz Pereira de Carvalho.	12	Más	Pouco	"	Syllabas	"	Idem de Ferrero.
9	Manoel Antonio de Pinho.	12	"	"	"	"	"	Idem idem.
10	Thomaz da Costa Villa Nova.	9	"	"	"	"	"	Idem idem. Aprende a Fífano.
11	José Constantino Esteves.	10	Soffríveis	Algun	"	Syllabas	Bastardo	Idem de Escabador.
12	Licínio Pontes Pinhyrino.	9	"	"	"	"	"	Idem de Carpina.
13	Joaquim Antonio da Paixão.	9	Más	Pouco	"	"	Cobre	Idem de Alfaiate.
14	Larentino Rodrigues de Sousa.	8	Soffríveis	Algun	"	"	"	Idem idem.
15	André Avelino de Carvalho.	8	"	"	"	"	"	Idem idem.
16	Joaquim Gonçalves Pereira.	13	"	"	"	Escripto	Bastardo	Idem de Marcineiro.
17	Manandro José Ferreira.	12	"	"	"	"	Cobre	Idem de Ferrero. Aprende a tambor.
18	Silvestre Martinho de Jesus.	7	"	"	"	Bam	"	Idem de Alfaiate.
19	Bernardino Manoel de Carvalho.	13	"	"	"	"	"	Idem idem.
20	Bernardino Pereira da Silva.	7	Más	Pouco	"	"	"	Idem de Sapeteiro.
21	Raimundo Gonçalves Pereira.	11	Soffríveis	Algun	"	Escripto	Cobre	Idem de Marcineiro.
22	João Gonçalves Pereira.	9	"	"	"	Syllabas	"	Idem de Ourives.
23	Raimundo José Valente.	10	"	"	"	"	"	Idem de Carpina. Aprende a tambor.
24	Adão Pedro d'Andrade.	11	"	"	"	"	Cobre	Idem de Alfaiate.
25	José Mendes de Sousa.	11	"	"	"	"	"	Idem de Carpina.

O Director.
Francisco José da Silva.

Casa dos Educandos Artífices em Oeiras 11 de Junho de 1850.

Figura 50 – Mapa demonstrativo da situação do Estabelecimento de Educando Artífices. Oeiras, 1850.
 Fonte: Relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1950. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí.

O mapa da figura 50, além da relação nominal dos alunos que freqüentavam as oficinas da Casa dos Educandos Artífices no ano de 1850, mostra que esta escola atendia meninos com idade variando de 7 a 15 anos. Pode-se concluir também que o regime de funcionamento era intenso de modo a manter os menores sempre ocupados, pois além dos exercícios militares, das orientações dos princípios religiosos e das aulas de música onde aprendiam corneta, pífano e tambor, como meios educacionais disciplinadores, moralizadores e civilizadores, o tempo era preenchido com aulas de primeiras letras e trabalho nas oficinas. Nas aulas de primeiras letras os alunos apresentavam um fraco rendimento, o ensino limitava-se aos rudimentos da leitura de alguns escritos e a soletração de palavras, e prática da escrita iniciando com a técnica de cobrir as letras avançando para a escrita livre utilizando os tipos de letras cursivo⁸ e bastardo⁹.

Prosseguindo a análise do mapa, pode-se perceber também que as oficinas que mais concentravam alunos eram as de marcenaria e de alfaiate, sendo que esta última era freqüentada pelos meninos de idade mais tenra, provavelmente por ser uma atividade menos complexa e exigir um desprendimento físico menor. Cabiam a estes “meninos trabalhadores” a produção do fardamento interno, para os educandos da casa, e externo, para suprir a necessidade da corporação militar, poupando despesas para a província. O trabalho dos educandos das demais oficinas também era explorado pela província e por particulares que encontravam ali uma mão-de-obra barata.

Em aditamento ao primeiro regulamento, foi publicado o de nº 16, de 23 de abril de 1852, que fixava várias disposições acrescentando novas normas para o funcionamento deste colégio. Este regulamento não limitava o número de oficinas, poderiam ser criadas tantas fossem convenientes e as mesmas seriam orientadas por mestres habilitados com a exigência de serem pessoas livres e cidadãos brasileiros. No impedimento destes, eram substituídos por um contra-mestre escolhido entre os educandos, aquele mais competente.

Ao diretor da Casa de Educandos Artífices competia, entre outros compromissos, a compra de materiais necessários às oficinas, escolhendo os mais baratos que fossem apresentados nas propostas, após processo de licitação; a organização e escrituração do estabelecimento dando o visto nos livros competentes; além de regularmente enviar relatórios

⁸ Cursivo – Forma de letra manuscrita, miúda e ligeira. (MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/michaelis/indexdic.htm?busca=cursivo&busca2=cursivo>>. Acesso em: 5 nov. 2005.)

⁹ Bastardo – caligrafia italiana, conhecida por este nome, por ser ilegítima a partir da latina (um desvio de traçado). Esta arte é feita com pena de ponta cortada e inclinação de 66°. Os traços cheios ascendentes são iguais aos traços cheios descendentes. Foi a caligrafia oficial na Itália, nos séculos III, IV e V. Ainda nos dias de hoje, esta arte é utilizada em lápides e textos artísticos. (CALIGRAFIAS.NET: história da caligrafia. Disponível em: <<http://www.caligrafias.com.br>>. Acesso em: 5 nov. 2005).

ao Presidente da Província dando-lhe ciência da situação em que se encontrava o educandário no que diz respeito ao aproveitamento dos educandos nas aulas de primeiras letras e nas oficinas, da atuação dos professores e do balancete.

Quanto à política financeira, esta escola foi criada para se auto-sustentar, mantendo-se com a arrecadação obtida com a venda da produção de suas oficinas. No final de cada mês, da sua receita eram retiradas as gratificações dos mestres no valor determinado pelo presidente da província e o que recebia arbitrariamente cada um dos educandos em conformidade com os dias de serviço prestados por eles. Se por alguma eventualidade as oficinas não apurassem o suficiente para a manutenção da escola, as despesas seriam cobertas pela Tesouraria da Província.

Os gastos efetuados com o Estabelecimento dos Educandos Artífices de Oeiras, desde o período de sua instalação, 1º de dezembro de 1849, até 18 de julho de 1850, foi da ordem de 2:826\$782, incluindo neste total o ordenado do diretor, alimentação dos educandos e serventes, roupa dos meninos, lavagem das mesmas, luz, aluguel e conserto da casa, e despesas diversas, conforme discriminação apresentada no mapa nº 10 da figura 51, que foi anexado ao relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1850.

N.º 10.

Conta da despesa feita com o Estabelecimento dos Educandos artífices desde sua instituição até hoje.

NATUREZA DA DESPEZA.	QUANTIAS PAGAS.
Ordenado ao Director dos Educandos.	349\$998
Comedoria aos Educandos.	994\$000
Roupas para os mesmos.	586\$140
Lavagem da roupa.	19\$440
Comedoria aos Serventes.	130\$758
Luz para a casa.	63\$840
Diversos generos de serventia, e concertos na casa.	563\$940
Aluguer da casa.	118\$666
Rs.	2:826\$782

Contadoria d'Administração de Fazenda da Província do Piauí 18 de Junho de 1850.

Ostavião José d'Amorim.
Serv. de Contador.

Figura 51 – Mapa das despesas feitas com o Estabelecimento dos Educandos Artífices, de 1849 até 1850. Fonte: Relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1950. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí.

Poderiam os educandos, conforme regulamento da casa, aprender ofícios em oficinas particulares. O presidente Saraiva, em sua fala dirigida aos deputados da província, em 3 de julho de 1851, manifestou-se contrário a este dispositivo legal, alertando os inconvenientes que poderiam sofrer a educação dos meninos, pois eles estariam sujeitos a se ocuparem de afazeres extras aos das oficinas, uma vez que não era possível inspecionar os mestres das oficinas particulares. Isto leva a concluir não ser rara a exploração destes pequenos órfãos em tarefas domésticas nas casas de seus mestres.

Nesta oportunidade, Saraiva também expressou a necessidade de alteração do regimento da Casa dos Educandos Artífices, propondo o ressarcimento das despesas feitas com os educandos, ficando estes obrigados a retirarem do valor recebido pelo seu trabalho a quantia gasta para sua manutenção, não permitindo sua saída antes que os mesmos indenizassem as despesas efetuadas. Para Saraiva, a finalidade desta instituição não deveria ser outra “senão adiantar a orfandade os gastos de sua educação, para havel-os depois pel-o producto de seu trabalho; e só por essa forma poderá o estabelecimento aproveitar um grande número de órfãos” e contratar mestres hábeis fora da província.

Outra medida que Saraiva achava vantajosa era ensinar com mais afinco a música vocal e instrumental aos educandos, pois isso poderia adicionar mais lucro ao estabelecimento, provavelmente pensando em formar uma banda que pudesse ser contratada para animar festas religiosas, cívicas e sociais.

O Estabelecimento de Educandos Artífices tão logo começou a apresentar resultados satisfatórios foi transferido para Teresina por ocasião da mudança da capital, levando consigo os seus educandos. Este ato de Saraiva, segundo Amparo Ferro (1996, p. 70), ocorreu por serem seus alunos “úteis nos trabalhos de construção e instalação dos vários serviços que se iniciavam em Teresina”.

Nem todos os alunos adaptaram-se ao novo ambiente para onde foram levados. O tratamento disciplinar rígido e humilhante, sem levar em consideração as necessidades afetivas próprias da idade dos educandos, e a saudade de sua terra natal alimentava a cada instante o desejo do retorno. Isto pode ter ocasionado a fuga empreendida pelos alunos Manoel Pereira de Carvalho e Balbino José Rodrigues, em 15 de agosto de 1853, que arrombaram o muro da escola e tomaram o rumo de Oeiras. Este fato foi comunicado ao Vice-Presidente Luiz Carlos de Paiva Teixeira pelo diretor do colégio, Francisco José da Silva, como comprova o ofício abaixo por ele expedido, transcrito do original:

Communico a V. Ex^a que hontem anoite evadirão-se deste estabelecimento, arrombando o muro, os educandos Manoel Pereira de Carvalho e Balbino José

Rodrigues que, sendo filhos de Oeiras, é de supor que se dirijão para ali; e devendo haver um exemplo, não só para eles como para os outros, eu requesito a V. Ex^a no caso de ser admissível, uma escolta de duas praças para os seguir e captural-os em caminho (ESTABELECIMENTO...OFÍCIO DO DIRETOR..., 1853a)

17 de Agosto 1853.

M. e Ex. S.

Communico a V. Ex. que hontem ansite escaparam-se deste estabelecimento, arrombando o muro, os educandos Manoel Teivira de Carvalhos e Balthazar Rodrigues que, sendo filhos de Oeiras, é de supor que se dirijão para ali; e devendo haver um exemplo, não só para elles como para os outros, eu requesito a V. Ex. no caso de ser admissível, uma escolta de duas praças para os seguir e captural-os em caminho.

Deos guarde a V. Ex. Casa dos Educandos na Cidade Thaurina 16 de agosto de 1853.

M. e Ex. S. D. Luiz Carlos de Paiva Teivira
Vice Presidente da Thaurina

O Director
Francisco José de Souza

Figura 52 – Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices comunicando ao Vice-Presidente da Província a fuga dos educandos da cidade de Oeiras, em 16 de agosto de 1853.
Fonte: Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí. Documento manuscrito avulso.

Os alunos fujões não obtiveram êxito em sua empreitada, foram capturados no dia 22 de agosto de 1853, na fazenda Condado. Ao saber da captura, o Diretor envia ofício ao presidente inteirando-lhe do fato:

Cumpre-me participar à V. Ex^a. que hontem pelas 5 ½ horas da tarde me forão entregues os Educandos Manoel Pereira de Carvalho, e Balbino José Rodrigues, que havião fugido deste estabelecimento na madrugada de 15 do Corrente, como Communiquei à V. Ex^a, sendo capturados na Fazenda – Condado – por huma escolta de soldados, l que vinham de S. Gonçalo para esta Cidade: e por que é esta a primeira vez que assim procede ditos Educandos não os julgos incorrigível, entretanto V. Ex^a mandará o que entender Conviniente (ESTABELECIMENTO...OFÍCIO DO DIRETOR..., 1853b)

M. e Co. J. C.

Cumpre-me participar à V. Ex^a. que hontem pelas 5 ½ horas da tarde me forão entregues os Educandos Manoel Pereira de Carvalho, e Balbino José Rodrigues, que havião fugido deste Estabelecim^{to}. na madrugada de 15 do Corrente, como Communiquei à V. Ex^a, sendo capturados na Fazenda-Condado - por huma escolta de soldados, que vinham de S. Gonçalo para esta Cidade: e por que é esta a primeira vez que assim procede ditos Educandos não os julgos incorrigível, entretanto V. Ex^a mandará o que entender Conviniente.

Deus Guarde a V. Ex^a

Casa dos Educandos Artíficos de Piauí em
Marajão 23 de Agosto de 1853

M. e Co. J. C. Luis Carlos de Paiva Falcão,
Vice Presidente da Provincia

O Diretor
Francisco José de Sá

Figura 53 – Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artíficos comunicando ao Vice-Presidente da Província a captura dos educandos da cidade de Oeiras, em 23 de agosto de 1853.

Fonte: Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí. Documento manuscrito avulso.

O presidente Saraiva, no decorrer de seu discurso proferido na sessão de abertura da Assembléia Legislativa, em 3 de julho de 1851, no que diz respeito à instrução pública da província, procurou sensibilizar os deputados recomendando-lhes a criação de uma escola para meninas pobres nos moldes do Estabelecimento de Educandos Artífices:

Só terão direito aos socorros públicos os órfão desvalidos? Quantas meninas, sem pai e mãe, não se arrancariam a miséria, e finalmente a prostituição, se ellas também fossem amparadas e socorridas? Eu não posso, Senhores, deixar de recommendar à vossa proteção as órfãs do Piauhy, pois que podereis até, cuidando da educação de algumas, habilitar boas mestras para as escholas do sexo feminino. A situação de uma órfã, que não vê diante de si, senão a maior miséria, ou aviltamento, é digna de vossa consideração. [...] e pois, Senhores, applicai alguma cousa em beneficio de vossas patricias, que tem direito à toda a vossa humanidade (PIAUHY, FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1851)

Os deputados ouviram os apelos do presidente Saraiva e a “Casa de Educandas” foi criada em Oeiras, através da Resolução Provincial nº 301, em 10 de setembro de 1851, com a finalidade de atender meninas pobres, até um número de 20. Esta escola teve vida curta, foi extinta pela Lei Provincial nº 369, publicada em 14 de agosto de 1854.

Foi com a criação do Colégio de Educandos Artífices que o ensino profissionalizante se instaurou no Piauí, com o interesse circunstancial de amparar órfãos e desvalidos, desenvolvendo uma política assistencialista ao tempo em que tentava suprir a demanda do mercado por mão-de-obra especializada para atender as exigências da sociedade da época, e a exemplo deste, surgiu a Casa de Educandas. Estas duas instituições juntamente com Liceu Provincial, tornaram evidente a coexistência de escolas destinadas a dois segmentos da sociedade: as escolas profissionalizantes, formadoras de mão-de-obra reservadas aos menos favorecidos, e o Liceu, destinado à elite, onde os jovens mais abastados se preparavam para posteriormente assumir os postos de comando.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO DE OEIRAS APÓS TRANSFERÊNCIA DO LICEU E DO ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES. (1852-1928)

Este capítulo mostra a situação em que ficou a educação de Oeiras após a mudança do Liceu e do Estabelecimento de Educandos Artífices para Teresina, por ocasião da transferência da capital. Sem a posse destas duas escolas, que apresentavam um certo grau de organização e estruturação, o ensino em Oeiras perdeu vitalidade, permanecendo em um estado letárgico até as primeiras décadas do século XX, período no qual a educação oeirense retomou o crescimento rumo à sua consolidação.

1 ERGUENDO-SE DAS CINZAS E ALÇANDO VÔO

1. 1 Marasmo educacional

A decisão do Conselheiro Saraiva de incluir o Liceu Provincial e a Escola de Educandos Artífices no rol das instituições transferidas para Teresina, quando esta se tornou a nova capital do Piauí, em 1852, causou estremecimento na educação de Oeiras, que entrou em decadência, tirando de muitos jovens a oportunidade de se prepararem adequadamente para os exames das escolas superiores do Império. Somente aqueles que tinham melhores condições financeiras iam se preparar no Liceu da nova capital ou em escolas de outras províncias vizinhas. Grande parte destes jovens, ao concluírem seus estudos, não retornava para Oeiras, pois lá não mais encontravam atrativos nem campo de trabalho promissor para desenvolver sua profissão; a cidade inteira agonizava sofrendo as conseqüências das perdas ocorridas com a mudança da capital.

O ensino secundário foi o mais abalado. O aluguel da casa onde funcionava o Liceu foi encerrado e as aulas voltaram a ser ministradas nas residências dos professores sem móveis e utensílios necessários, pois estes também foram enviados para Teresina. Na ocasião,

ficaram funcionando em Oeiras, de forma precária, as aulas isoladas de Latim e Geometria, regidas respectivamente pelos professores Antonio João Batista Ferreira e Dr. José Sêrvio Ferreira. A cadeira de Geometria se manteve por pouco tempo e a de Latim se arrastou até 1854, quando o professor titular se afastou para tratar de sua saúde, como comprova o ofício por ele expedido em 22 de abril de 1854, apresentado na figura 54 abaixo. Neste documento o professor comunicava ao Presidente da Província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, o gozo de licença, para logo depois pedir jubilação. Naquele ano, de acordo com José Martins Pereira de Alencastre (1981, p.91), professor do Liceu e conhecido pesquisador da história do Piauí, não funcionava em Oeiras uma só escola pública de nível secundário, existia somente uma aula particular de Latim freqüentada por 19 alunos. (Veja quadro 08 na página 133).

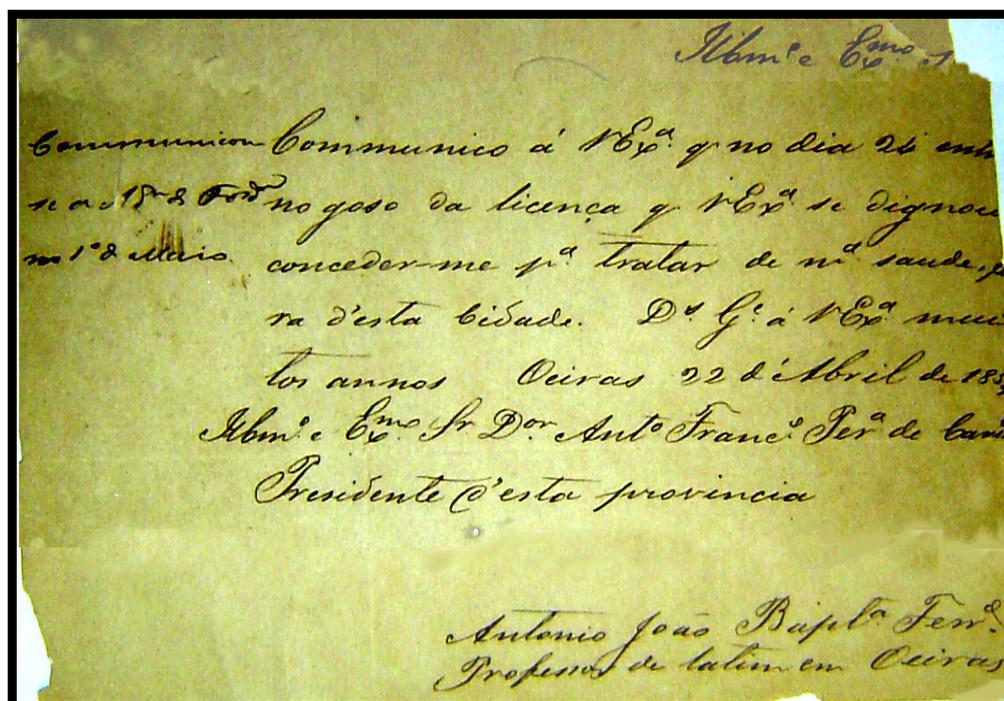


Figura 54 – Comunicação de gozo de licença feita pelo professor de Latim de Oeiras, Antonio João Batista Ferreira. Ofício de 22 de abril de 1854.

Fonte: Documento avulso encontrado na Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

O Vice-Presidente da Província em exercício, José Mariano Lustosa do Amaral, por meio da Resolução nº 485, de 13 de setembro de 1859, que reformava a instrução pública primária e secundária, em seus artigos 83 e 97, autorizou a continuação da cadeira de Latim de Oeiras e criou as cadeiras de Francês e Geografia, todas fazendo parte do Liceu, com seus lentes recebendo ordenados equivalentes aos de Teresina. Para as cadeiras de Francês e Geografia foi nomeado o Dr. Manoel Joaquim Rodrigues de Macedo, que permaneceu no cargo por pouco tempo, tendo de se afastar para assumir a função de Diretor Geral da

Instrução Pública. A vaga por ele deixada foi preenchida, em 25 de maio de 1861, por Newton César Burlamaqui. As aulas de Latim de Oeiras, em 1859, eram ministradas pelo Pe. José Dias de Freitas e freqüentadas por 20 alunos, conforme mostra a figura 55 contendo a fotografia do mapa original:

Mapa do ensino secundário da Província de Pernambuco, com declaração dos nomes dos Professores, e do numero de alumnos, que se frequentam.

<i>Classe</i>	<i>Logares</i>	<i>Nomes dos Professores</i>	<i>Alumnos</i>	<i>Observações</i>
1. ^o	Recife	Francisco de Paula	14	Erros com substituição
"	"	Antonio Baptista Lopes Cardozo	12	
"	"	Miguel Cavallio Castello Branco	5	Todos estes Cadetes pertencem ao Lyceu de
"	"	Idem		Capital
2. ^o	"	João Joaquim de Albuquerque	6	
"	"	Joaquim de Lima e Castro	11	
"	"	David Moreira Caldas	3	
"	Ceará	P. José Dias de Freitas	20	Solo de Latim
"	Valença	P. José Rufino Soares Palmares	5	"
"	Alagoas	P. Mattias Ribeiro Lima	5	"

Secretario da Província de Pernambuco de Junho de 1859.
João Manoel de Freitas
Sec. Instrução

Figura 55 – Mapa do Ensino Secundário do Piauí, 1859.

Fonte: Documento avulso encontrado na Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina

Quanto ao funcionamento das cadeiras de ensino secundário de Oeiras, o relatório do vice-diretor da Instrução Pública, José Joaquim Avelino, enviado ao Presidente da Província, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, em 27 de março de 1861, informa que as mesmas tinham uma matrícula de

18 alumnos, número também inferior ao que podia freqüentar aquellas aulas. A pouca freqüência de alumnos nestas aulas é [...] uma prova do esmorecimento e descuido que há na Província para a aquisição da instrucção, visto que os lentes funcionão regularmente e me parecem aptos para o desempenho de seu ministério, e nem outros mais habilitados existem na Província, que particularmente se dediquem ao ensino das matérias doutrinadas no Lyceu e cadeiras de instrucção secundária da Província; do que se pode deduzir, que a pouca freqüência não provém do pessoal, mas de outras causas que não escaparão a perspicácia de V. Exa (PIAUHY, RELATÓRIO..., 1861).

O Liceu cerrou suas portas no governo de Antônio de Brito Sousa Gaioso, por ação da Lei nº 511, de 1º de agosto de 1861, por ele promulgada, que extinguiu as cadeiras de Teresina e de Oeiras. O ensino secundário da Província passou à condição de aulas avulsas e as cadeiras deste nível foram, na Capital, reduzidas às de Latim, Francês, Aritmética e Geometria Plana, e em Oeiras, à de Latim, cujo professor ficou também responsável pelo ensino de Francês, recebendo por este trabalho uma gratificação de 240\$000 (MOACYR, 1939, p. 265).

O Liceu foi restaurado pela Lei nº 599, de 9 de outubro de 1867, e autorizado seu funcionamento somente em Teresina. Desta forma o ensino secundário de Oeiras não foi mais anexado ao Liceu, retomando o modelo de aulas avulsas. Manoel do Rego Barros de Sousa Leão, Presidente da Província, mandou suspender estas aulas, em 1871, por apresentarem uma freqüência diminuta de alunos, sendo restabelecidas somente em 1873. Em 1886, as cadeiras de Latim e Francês de Oeiras foram assumidas inicialmente por Ulysses Corrêa Lemos logo substituído pelo professor Dr. Aurélio de Lavor que permaneceu no cargo até seu falecimento em meados do ano de 1887. Dr. Marcos Rodrigues Madeira foi nomeado, em agosto daquele ano, o novo lente destas cadeiras. A partir de então, e se alongando por todo período provincial e início do período republicano, o ensino secundário foi minguando, chegando Oeiras, no início do século XX, sem escolas públicas deste nível, e esta situação permaneceu até 1952, ano em que foi criado o Ginásio Municipal de Oeiras.

Após a mudança da capital, as escolas primárias de Oeiras permaneceram, embora de forma acanhada, carecendo de materiais para um funcionamento regular e com freqüência reduzida e inconstante de alunos. Alencastre (1981, p.91), elaborou um mapa, reproduzido abaixo, mostrando a situação da instrução primária e secundária das comarcas e municípios da

Província do Piauí. De acordo com este mapa, as escolas de instrução primária da cidade de Oeiras, em 1854, apresentava uma matrícula de 47 alunos: 31 do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

PRÍNCIPE																																									
TERESINA		CAMPO MAIOR				PARNAÍBA				IMPERIAL				Oeiras		JAICÓS			PARNAGUÁ																						
Teresina (1)		S. Gonçalo		Jerumenha		Campo Maior		Barras (2)		União		Parnaíba (3)		Piracuruca		Matões		Pedro II Princ. Imperial (4)		Pelo-Sinal		Marvão		Oeiras (5)		Valença		Picos		Jaicós (6)		S. Raimundo Nonato		Parnaguá		Bom Jesus		Corrente			
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino						
39	40	48	18	36	21	51	20	22	10	32	0	30	16	40	12	32	0	23	0	20	10	11	10	10	0	31	16	18	0	17	0	20	10	18	0	20	15	30	0	36	0
Instrução Secundária										<p>(1) O pessoal da Casa do Educando são 47 órfãos, que aprendem no estabelecimento das primeiras letras, e os ofícios de marceneiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, compositor, e música. Há na capital escolas particulares freqüentadas por 48 alunos.</p> <p>(2) Há uma aula particular de Latim.</p> <p>(3) Freqüentaram uma escola particular de primeiras letras 15 discípulos.</p> <p>(4) Há duas escolas particulares, que foram freqüentadas por 36 meninos.</p> <p>(5) Há uma aula particular de latim, que foi freqüentada por 19 discípulos.</p> <p>(6) A aula particular de latim de Jaicós foi freqüentada por 16 alunos.</p>																															
Capital					Oeiras																																				
Liceu		Teresina			Oeiras																																				
Número de Aluno		17			0																																				

Quadro 08 – Cadeiras de instrução primária e secundária da Província do Piauí – 1854.

Fonte: ALENCASTRE, J. M. P. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**: ed. Teresina: COMEPI, 1981, p. 91. (grifo nosso)

A instrução primária da Província, após a reforma imposta pela Resolução nº 485/1859, ficou dividida em três classes: na primeira classe, seriam consideradas as cadeiras de ensino primário localizadas nas cidades¹, já as das vilas eram classificadas como de segunda classe e as das freguesias e demais lugares eram denominadas de terceira classe. Em consequência desta divisão, os professores também foram divididos em três classes, recebendo ordenados e gratificações diferenciadas, como demonstra o quadro 08 abaixo:

¹ As escolas de 1^{as} letras de Oeiras estavam incluídas no rol das de 1^a classe.

CLASSE	LOCAL	ORDENADO ANUAL	GRATIFICAÇÕES
1ª Classe	Cidades	720\$000 (setecentos e vinte mil réis)	60\$000 (sessenta mil réis) Para as cadeiras do sexo masculino com mais de quarenta alunos e do sexo feminino com mais de vinte alunas.
2ª Classe	Vilas	600\$000 (seiscentos mil réis)	60\$000 (sessenta mil réis) Para as cadeiras do sexo masculino com mais de vinte alunos e do sexo feminino com mais de dez alunas.
3ª Classe	Freguesias e outros lugares	480\$000 (quatrocentos e oitenta mil réis)	50\$000 (cinquenta mil réis) Para as cadeiras do sexo masculino com mais de quinze alunos e do sexo feminino com mais de oito alunas.

Quadro 09 – Classificação dos professores de instrução primária da Província do Piauí, sua lotação, ordenados e gratificações, em 1859.

Fonte: Resolução Provincial nº 485, de 13 de setembro de 1859, artigos 98, 106, 107 e 108. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

A Resolução nº 485/1859, em seus artigos 99, 100 e 101, determinava que em cada classe os conteúdos fossem ensinados distintamente. Os artigos desta resolução foram pormenorizados pelo regulamento interno das aulas de 1^{as} letras da Província do Piauí, de 23 de dezembro de 1861. De acordo com este regulamento, os professores e professoras de cada classe, tanto das cadeiras do sexo masculino como as do sexo feminino deveriam agrupar seus alunos e alunas em até cinco turmas levando em consideração o grau de adiantamento dos mesmos, e para cada turma destinar conteúdos específicos, como demonstra o quadro a seguir:

INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ		ANO – 1861
DIVISÃO DE CONTEÚDOS		
1ª CLASSE – CIDADES		
CADEIRAS DO SEXO MASCULINO		CADEIRAS DO SEXO FEMININO
1ª TURMA		1ª TURMA
Abc, sílabas, riscos, ligações, e exercícios práticos sobre a doutrina cristã.		Abc, sílabas, riscos, ligações, e exercícios práticos sobre a doutrina cristã.
2ª TURMA		2ª TURMA
Nomes, leitura soletrada, bastardo, exercícios práticos sobre a doutrina cristã e sobre números.		Nomes, leitura soletrada, bastardo, exercícios práticos sobre a doutrina e costuras simples.
3ª TURMA		3ª TURMA
Leitura corrente, bastardo, bastardinho, exercícios práticos sobre a doutrina cristã, aritmética até repartir.		Leitura corrente, bastardo, bastardinho, exercícios práticos sobre a doutrina explicada, exercícios práticos sobre números, até diminuir, costuras e marcas.
4ª TURMA		4ª TURMA
Leitura corrente dos compêndios estabelecidos, bastardinho, e cursivo, aritmética até decimais, e quebrados.		Leitura dos compêndios, bastardinho, e cursivo, as quatro operações em números inteiros, costuras, marcas e labirintos.

5ª TURMA	5ª TURMA
Gramática portuguesa, e análise, escrituração comercial, conclusão da doutrina explicada e da aritmética até proporções, com aplicações a regras de juros.	Princípios gerais de gramática, cursivo, conclusão da doutrina explicada, e contabilidade, bordados e trabalhos em lã.
2ª CLASSE – VILAS	
CADEIRAS DO SEXO MASCULINO	CADEIRAS DO SEXO FEMININO
1ª TURMA	1ª TURMA
Abc, sílabas, riscos, ligações, e exercícios práticos sobre a doutrina cristã.	Abc, sílabas, riscos, ligações, e exercícios práticos sobre a doutrina cristã.
2ª TURMA	2ª TURMA
Nomes, leitura soletada, bastardo, exercícios práticos sobre números e doutrina.	Nomes, leitura soletada, bastardo, exercícios sobre a doutrina, costuras simples.
3ª TURMA	3ª TURMA
Leitura corrente, bastardo, bastardinho, exercícios sobre a doutrina, e aritmética até diminuir.	Leitura corrente, bastardo, bastardinho, doutrina explicada, exercícios práticos sobre números, costuras e marcas.
4ª TURMA	4ª TURMA
Leitura dos compêndios, bastardinho e cursivo, aritmética até repartir, leitura dos evangelhos.	Leitura corrente dos compêndios estabelecidos, bastardinho e cursivo, aritmética até diminuir, costuras e marcas.
5ª TURMA	5ª TURMA
Princípios gerais de gramática, cursivo, e explicação da doutrina, aritmética até decimais e quebrados.	Princípios gerais de gramática, cursivo, conclusão da doutrina explicada, aritmética até repartir, bordados.
3ª CLASSE – FREGUESIAS E OUTROS LUGARES	
CADEIRAS DO SEXO MASCULINO	CADEIRAS DO SEXO FEMININO
1ª TURMA	1ª TURMA
Abc, sílabas, riscos, ligações, e exercícios práticos sobre a doutrina cristã.	Abc, sílabas, riscos, ligações, e exercícios práticos sobre a doutrina cristã.
2ª TURMA	2ª TURMA
Nomes, leitura soletada, bastardo, exercícios práticos sobre doutrina e sobre números.	Nomes, leitura soletada, bastardo, exercícios sobre a doutrina e números, princípios de costuras.
3ª TURMA	3ª TURMA
Leitura corrente, bastardo, bastardinho, exercícios práticos sobre a doutrina, aritmética até diminuir.	Leitura corrente, bastardo, bastardinho, exercícios sobre a doutrina, e aritmética até diminuir.
4ª TURMA	4ª TURMA
Leitura dos compêndios, bastardinho e cursivo, aritmética até multiplicar.	Leitura dos compêndios, bastardinho e cursivo, aritmética até multiplicar, doutrina cristã, e costura.
5ª TURMA	5ª TURMA
Leitura dos compêndios, bastardinho e cursivo, aritmética até repartir, e conclusão da doutrina explicada.	Leitura dos compêndios, cursivo, conclusão da aritmética até repartir, e da doutrina, costuras e marcas.

Quadro 10 – Conteúdos adotados nas escolas de instrução pública primária da Província do Piauí. 1861.

Fonte: Regulamento interno das aulas de 1^{as} letras da Província do Piauí, de 23 de dezembro de 1861. Documento avulso encontrado na Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina. Manuscrito.

Os conteúdos curriculares das escolas primárias ordenados no quadro anterior são notadamente hierarquizados e diferenciados quanto à região e ao gênero a que se destinam. Aos alunos e alunas das escolas das cidades, consideradas de 1ª classe, são destinados conteúdos mais complexos que aqueles de 2ª e 3ª classes, e os das vilas, tidos como de 2ª classe, recebem uma dosagem de conteúdos maior que os de 3ª classe, moradores das freguesias. Mais evidente ainda é a diferença da educação oferecida aos meninos e meninas, a estas é dada uma educação escolar mais limitada, principalmente quanto aos conteúdos de matemática, em que a aritmética é ensinada de forma superficial substituindo o ensino mais

aprofundado pelos trabalhos de agulha, com a preocupação de torná-las mulheres prendadas, aptas ao trabalho doméstico.

O regulamento interno das aulas de 1^{as} letras da Província do Piauí, de 23 de dezembro de 1861 era bastante detalhista quanto aos procedimentos a serem adotados pelos professores no desenvolvimento de suas aulas, demonstrando a preocupação do governo no controle da educação formal. Era recomendada às turmas iniciais a utilização do método alfabético ou da soletração, principiando com o reconhecimento das letras do “abc” passando a “fazer rabiscos e em seguida ligações de letras soltas, e só depois de haverem adquirido algum hábito, continuarão com tinta tais exercícios, e desde logo se irão exercitando em dividir as palavras em seus diferentes sons syllabicos”.

Havia também uma preocupação exagerada quanto à pronúncia correta das palavras para evitar erros ortográficos, fazendo da escrita o retrato da fala, recomendando que “na leitura solletrada de cartas de nomes manuscriptos e livros, haverá cuidado em fazer os meninos pronunciarem as syllabas mui distintas e claramente, não se admittindo manuscriptos incorrectos”. Expressões como “aprendendo de cor”, “ensinar os meninos verbalmente” e “copiar modellos de composição e orthographia” eram recomendações constantes nos artigos deste regulamento numa manifestação de um ensino mecânico baseado na exposição oral dos conteúdos, na repetição e memorização de conceitos, orações e doutrinas da Igreja, tabuada e análise gramatical.

Pode-se observar que o ensino da leitura e escrita era feito separadamente. Este método, segundo Vidal e Gvirtz (1998), era também utilizado nas escolas de 1^{as} letras da Província de São Paulo, no ano de 1873: “o ensino era seriado: as disciplinas sucediam-se umas às outras. Assim, primeiro a criança aprendia a ler o ABC e as sílabas, para só então conhecer a escrita”. Afirmam estas autoras ser o fator econômico e não pedagógico um dos motivos da separação da aprendizagem da leitura em primeiro lugar, seguida da escrita, dado à escassez e ao alto custo do papel.

Nas escolas de 1^{as} letras, como ambiente propício para a socialização, predominava a função formativa buscando moldar o “homem de bem”, aquele que acatasse as leis respeitando a ordem e a política vigente e que amasse e temesse a Deus para maior conformação de seus deveres e obrigações. A escola, de acordo com Ferro (2000), era a “instituição social a quem caberia a formação da infância e da juventude, assumindo a responsabilidade na condução de aprendizagem de saberes e condutas, anteriormente confiados apenas à família e à comunidade”. O regulamento de 1861 deixa claro o fim a que se destinavam as escolas:

O professor procurará inspirar aos meninos o amor da instrução, do trabalho e do dever, tanto para com Deos, como para com sigo, para com os outros, para com o Governo e a Pátria, mostrando com exemplo as más consequências da falta d'esse amor, e as grandes vantagens, que delle resultarão (PIAUHY, REGULAMENTO..., 1861).

Para maior controle do que era ensinado nas escolas primárias da Província, a Diretoria Geral da Instrução Pública, por meio do regulamento de 1861 determinava os seguintes compêndios a serem utilizados: “Methodo fácilimo, por Emílio A. Monteverde”; “História do Brazil, pelo General Abreu e Lima”; “História Sagrada por Roquette”; “Cathecismo (o admittido no Bispado)”; “Gramática por Felipe J^o e Alberto [...]”; “Horas Mariannas – Cartilha reformada”; “Código Criminal e Constituição Política do I”; “Iris Clássico por J^o Feliciano de Castilho Barreto e Noronha” e Traslados por Sallazar e Dilermando”. O fato destes livros serem recomendados não implicavam sua adoção por todas as escolas da Província, pois a carência de material era considerada em muitos relatórios como uma das causas do atraso da educação. A este respeito declarou José Joaquim Avelino em relatório enviado ao Presidente da Província, em 27 de março de 1861:

A falta absoluta de utensílios, de compêndios e outros objectos indispensáveis as aulas é uma das causas poderosas do atraso da instrução. Escolas há na Província que não tem um só utensílio, nem compêndios, nem lousas, traslados, [...], para o ensino, e acresce que ainda quando os pais dos meninos que as freqüentam quizessem obtêl-os seria isso impossível por não havel-os em muitos logares (PIAUHY, RELATÓRIO..., 1861).

No período provincial, o Piauí foi fértil em leis e regulamentos educacionais numa tentativa de estruturação do ensino, como se uma nova lei ou um regulamento mais detalhado por si só pudesse corrigir as falhas anteriores. Cada governante queria deixar sua marca neste campo da administração, porém grande era o fosso que separava os aspectos legais dos reais. A este respeito, Anísio Teixeira (1962), conhecido educador de renome nacional, chama atenção para as disparidades existentes entre o plano formal e o cotidiano escolar, denunciando o distanciamento entre os valores proclamados e os valores reais.

Com base na análise do Regulamento Interno para as aulas de primeiras letras, de 23 de dezembro de 1861, é possível fazer uma aproximação da rotina de um professor primário da época, mesmo considerando as limitações na aplicação destas leis e regulamentos, bem como resguardando as especificidades e singularidades circunstanciais das cidades, vilas e freguesias da Província, pois como afirma Julia (2001, p. 17), “pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais”.

Utilizando esta orientação legal como suporte, o cotidiano das escolas públicas de Oeiras foi reconstituído, também podendo, em certa medida, ser estendido às demais localidades da Província, pois regulamento referido anteriormente atingia todo o sistema de ensino. Porém, não se pode esquecer as peculiaridades contextuais tentando escapar dos perigos de uma visão panóptica, levando em consideração o que mostra Certeau (2003, p. 41), que na arte do fazer cotidiano os indivíduos não agem de forma passiva, mas atuam sobre o contexto diversificando-o, inventando seus fazeres e variando suas práticas. Para este autor, a sociedade não se organiza atendo-se, unicamente, às formas rígidas das redes disciplinares, mas chama atenção da necessidade urgente de descobrir “que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam a ela a não ser para alterá-los”.

De forma relativa, pode-se supor que o cotidiano das escolas de primeiras letras se desenrolasse da seguinte forma:

As aulas tinham início no turno da manhã, às 8 horas, e no turno da tarde, às 14 horas. Os alunos agrupados em cinco turmas conforme seus adiantamentos posicionavam-se ao redor de uma mesa sendo a última posição do banco, sempre à direita, ocupada pelo decurião que era escolhido pelo professor dentre os alunos mais adiantados de cada turma. Além do decurião, havia em cada classe um ajudante do professor para auxiliá-lo na inspeção das turmas.

Ao entrar na sala, o professor era recebido de pé pelos alunos em sinal de respeito. Tomando seu lugar de destaque o professor mandava o ajudante fazer a chamada e anotar as faltas em um livro. Em seguida, dividia a matéria que seria estudada pelas turmas designando o horário para o estudo dos diferentes assuntos.

A disciplina era rigorosa e o silêncio reinava na sala. Era proibida toda e qualquer conversação entre os alunos, podendo estes se comunicar apenas com o decurião ou o ajudante para dar suas lições e apresentar seus trabalhos. A leitura era feita em voz baixa, sem alarido. Os alunos, depois de tomarem seus assentos, neles deveriam permanecer sempre aplicados aos seus estudos, e deles saindo somente para dar a lição ou para alguma precisão, com ordem expressa do professor ou ajudante, sempre um de cada vez, levando consigo um sinal² que ficava sobre a mesa do professor.

² Sinal – objeto convencional utilizado pelos professores para controlar a saída individual de alunos da sala por uma eventual necessidade. Sua ausência na mesa do professor era indicativo de que um aluno encontrava-se fora da sala tendo um outro que aguardar seu retorno.

Ao aluno que não obedecesse às determinações do professor, o regulamento de 1861 autorizava a aplicação de reprimendas morais verbais ou castigos físicos³ moderados com uso da palmatória, nunca excedendo a oito palmatoadas ou “bolos” por dia (Art. 25). Caso o aluno não se corrigisse com as admoestações e castigos aplicados pelo professor, o fato era comunicado ao Diretor ou à Comissão de Instrução, podendo o aluno ser expulso da escola.

O professor vistoriava diariamente toda a sala, permitindo a presença apenas daqueles alunos que se apresentavam calçados, limpos, penteados e decentemente vestidos, além de exigir asseio e cuidado com os livros, cartas e demais objetos.

Terminada a aula, o decurião arrecadava, anotava e guardava todos os objetos que pertenciam à aula, prestando conta dos mesmos ao professor. Podiam os alunos, com o consentimento do professor, levar por empréstimo livros ou outro material para complementarem seus estudos em casa. Na hora da saída, 11 horas e 17 horas, o professor despachava os grupos de alunos, uma turma de cada vez, mantendo a ordem até o fim.

Com exclusão dos feriados determinados por lei, incluindo neste rol todas as quintas-feiras, a rotina semanal só era quebrada no sábado, dia dedicado à argumentação geral e individual pela manhã e apostas escritas e exercícios sobre a doutrina cristã à tarde. Era um momento em que os alunos iam pôr em prova os conhecimentos adquiridos durante a semana e isso gerava neles um grande temor de eminente castigo com a palmatória pelos erros que viessem a cometer.

Mesmo sendo o domingo um dia de folga, era sugerido ao professor, sempre que possível, convidar os alunos para irem à Igreja assistirem à missa, porém o regulamento de 1861, no artigo 27, fazia a recomendação expressa de apenas “aqueles que puderem e tiverem roupa decente para assistir a este religioso acto afim de os hir habilitando ao cumprimento de um tão sagrado dever”.

Analisando este relato do que seria o cotidiano de uma escola de primeiras letras no Piauí, em meados do século XIX, pode-se constatar uma forte influência do método mútuo, mesmo não sendo este o preferido pelos professores, como já foi exposto no capítulo II deste trabalho. O método mútuo ou Lancasteriano, no entendimento de Neves (2003), era adotado

³ A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, art 15, recomendava que os castigos fossem aplicados pelo método Lancaster. Este método abolia os castigos físicos e adotava os castigos morais embora estes pudessem atingir indiretamente o corpo físico. Segundo Neves (2003, p. 224), os castigos lancasterianos eram aplicados de duas maneiras “aqueles que constrangiam fisicamente, não por machucar mas pelo fato de ter pregado no corpo a marca da punição; ou que constrangiam moralmente”. No Piauí, a legislação permitia o uso da palmatória de forma moderada até ser expressamente proibida pelo regulamento da instrução primária de 1864, no entanto, este instrumento de punição permaneceu sendo usado nas escolas até as primeiras décadas do século XX.

como estratégia para manter as classes subalternas disciplinadas com fim de transformá-las em classes civilizadas e este propósito é facilmente detectado no Regulamento Interno para as aulas de primeiras letras, de 23 de dezembro de 1861 que deu sustentação para a reconstituição da rotina escolar traçada acima.

Moacyr Primitivo (1939) informa que o presidente Franklin Américo de Meneses Dória (1864 – 1866), em novembro de 1864, expediu um novo regulamento para a instrução primária imprimindo algumas mudanças, entre elas a criação de uma Escola Normal; uma nova classificação das escolas em 1º e 2º graus, tendo como critérios a quantidade e complexidade de conteúdos, abolindo a classificação anterior de 1ª, 2ª e 3ª classes que tinha como base o lugar (cidades, vilas ou povoados) onde a escola estava instalada; e proibição dos castigos corporais, expressamente o da palmatória, no entanto essa prática permaneceu, extrapolando a fronteira do século XIX. Em algumas escolas de Oeiras a palmatória era freqüentemente usada nas primeiras décadas do século XX, como confirma o depoente Benedito Lopes Reis:

Tenho 100 anos, nasci dia 4 de outubro de 1904, na fazenda nacional Lagoa do Canto [...] Vim morar em Oeiras em 1919 [...] Aqui comecei para trabalhar e estudar. [...] Quem me botou na escola particular foram os Tapety, que pagava o velho Moises, professor carrasco, metia o pau sem pena, ele usava a palmatória.⁴

A responsabilidade maior pelo atraso da instrução primária pública da Província era apontada pelas autoridades como sendo dos professores. Estes eram taxados de incompetentes e de não terem habilidade e vocação para o ensino, quase sempre sem levar em consideração fatores que contribuía para esta situação como a baixa remuneração, a falta de prédios escolares, a carência de mobília e material didático. Aqueles que se sujeitavam a ser professores, diante de tais circunstâncias, eram levados muitas vezes a assumir esta profissão por falta de opções de empregos para sua subsistência ou como atividade paralela secundária. As vagas das escolas primárias, na maioria das vezes, eram preenchidas por professores leigos tendo a qualidade moral como critério básico para suas nomeações, e para desempenho de sua função necessitava apenas de um certo conhecimento das matérias que iam lecionar comprovado por exames, muitas vezes tendenciosos em que era escolhido o “mais competente” conforme seu apadrinhamento político.

Se, por unanimidade, os governantes achavam que a responsabilidade do ensino primário público da Província estava nas mãos do professores, poucos foram aqueles que se

⁴ Depoimento prestado, em outubro de 2004, por Benedito Lopes Reis, ex-aluno da escola isolada do sexo masculino de Oeiras regida pelo professor Moisés Pereira dos Santos.

preocuparam em oferecer oportunidades para que estes professores se qualificassem na sua missão de ensinar. Saraiva, em 1851, já havia manifestado sua inquietação diante da precariedade do ensino lamentando não poder criar no Piauí uma Escola Normal, pois as finanças da Província não permitiam, mas aconselhou aos que quisessem se dedicar ao magistério recorressem ao Liceu para ampliar seus conhecimentos e melhor desempenhar sua função, fato já mencionado anteriormente. A primeira instituição para formação de docentes do ensino elementar só se tornou realidade no Piauí em 5 de agosto de 1864, quando foi criada em Teresina a Escola Normal, com a autorização oficial do presidente Franklin Américo de Meneses Dória, através da Resolução Provincial nº 565.

Segundo Norma Patricya Soares (2004), a Escola Normal teve de vencer muitos obstáculos passando por três tentativas de implantação até sua consolidação: a primeira ocorreu com criação da escola em 1864, iniciando suas atividades em 3 de fevereiro de 1865, ocupando algumas dependências do prédio da Assembléia Legislativa Provincial, com uma previsão de conclusão em dois anos e atendendo turmas mistas, até ser extinta em 1867; na segunda tentativa, a Escola Normal foi reaberta no mesmo ano de sua extinção, sendo anexada ao Liceu e permitindo matrícula exclusivamente para o sexo masculino, cerrando suas portas em 1874 e ficando oito anos seguidos sem funcionar; a terceira se deu com reabertura desta escola, em 15 de julho de 1882, no mesmo prédio do Liceu, mas independente deste, permitindo matrícula para ambos os sexos, porém freqüentada apenas por mulheres, com uma estrutura curricular mais específica para um curso de formação docente e apresentando um relativo sucesso, no entanto a condição financeira da Província obrigou sua extinção em 1888, permanecendo fechada por vinte anos. Em 1909, voltou a funcionar por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Instrução com o nome de Escola Normal Livre; no ano seguinte foi oficializada com a denominação de Escola Normal Oficial, consolidando-se como uma escola formadora de professoras primárias para todos os rincões do Piauí. Desta instituição saíram as primeiras professoras formadas que lecionaram nas escolas de Oeiras.

A situação do analfabetismo no Piauí era gritante. A baixa freqüência dos alunos apresentada pelas escolas era um problema comum citado nos relatórios referentes à instrução da Província. Isto gerava um grande contingente de adultos analfabetos e esta situação não passou despercebida aos olhos do Presidente da Província, Miguel do Rego Barros Sousa Leão (25-12-1870 a 27-2-1872). Moacyr Primitivo (1939, v.1, p. 278-279) cita que em 1871 este governante comentou num de seus pronunciamentos, “que existe atualmente nesta província um aluno por 183 habitantes nas escolas públicas” e com relação à freqüência escolar ocupava o “19º lugar entre as demais províncias do Império”, que era em número de

vinte, e estes dados o levaram a concluir que “uma das mais urgentes necessidades é a criação de escolas noturnas nos maiores centros de população”, para absorver a população adulta que vivia em total ignorância.

O Presidente Sousa Leão concretizou sua idéia, criando em 12 de setembro de 1871, uma escola noturna em Teresina, confiando sua regência ao professor Juvêncio Tavares Sarmento e Silva que assumiu sua função colocando esta escola em funcionamento seis dias após sua criação, chegando ao final do ano com um total de 50 alunos. Oeiras não tardou a ter sua escola noturna e juntamente com Amarante e Parnaíba, foram contempladas, em 7 de outubro do mesmo ano, com uma escola desta natureza, e logo no dia 25 do mês seguinte foi a vez de Piracuruca e Pedro II. Estas escolas foram criadas pela Lei provincial nº 753 e apesar deste ato ser uma tentativa elogiável no combate ao analfabetismo da província, elas foram suprimidas pelo Presidente Adolfo Lamenha Lins (27-4-1873 a 27-11-1874), através da Lei Provincial nº 822, de 19 de agosto de 1873. (COSTA, 1974, v. 2, p. 518).

Salvo as pequenas iniciativas de alguns governantes, muitas vezes frustradas, o descaso com a educação aliado a fatores climáticos desfavoráveis, como o prolongado período de seca na década de 1870, comprometeram o desenvolvimento do ensino no Piauí. Em função da seca, a Província, atravessou uma crise política e financeira repercutindo nas questões educacionais. Fugindo desta situação, muitas famílias migraram para outras regiões levando seus filhos, deixando as escolas vazias ou com um número de alunos inferior ao exigido por lei. O professor, nesta circunstância, via seu insignificante salário ser diminuído, obrigando-o a passar por penosas privações. Clodoaldo Freitas (1988, p. 83), expõe esta realidade através da fala de um dos presidentes da Província de 1872⁵:

Confesso-vos que me tenho condoído da sorte do professor no Piauí, que nesta calamitosa crise por que passa a Província é um dos que mais sofrem. Abandonadas algumas povoações por efeito da seca, as escolas ficam quase desertas, e é justamente quando os víveres sobem a um preço fabuloso que o professor vê aqueles seus diminutos vencimentos serem abatidos, em virtude do regulamento que os diminui de um terço sempre que os alunos freqüentes não atinjam um certo número.

Sendo o “bolso” do professor afetado com a redução de seu pagamento, este via-se obrigado a procurar alternativas para sua subsistência. A busca de outros afazeres

⁵ Clodoaldo Freitas não cita o nome do presidente da província autor da citação por ele transcrita. Durante o ano de 1872 o Piauí abalado pela severa seca tornou-se politicamente vulnerável e somente neste ano teve seis governantes: Manoel do Rego Barros Sousa Leão (25/12/1870 a 27/02/1872), José Amaro Machado – vice (27/02/1872 a 16/03/1872), José Tomás de Aguiar Castanhede – presidente da Câmara Municipal de Teresina (16/03/1872 a 19/03/1872), José Francisco de Miranda Osório (19/03/1872 a 18/04/1872) e Pedro Afonso Ferreira (23/04/1872 a 01/02/1873). (TITO FILHO, 1975, p. 23-24).

conseqüentemente ocasionava o relaxamento de sua função de mestre gerando um ensino de má qualidade e uma aprendizagem deficitária. Lamentando este estado em que se encontrava a educação piauiense, o Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Augusto C. da Silva Reis, expõe em seu relatório dirigido ao Presidente da Província, Dr. Sancho de Barros Pimentel, em 16 de maio de 1878:

Pelo que diz respeito à esta parte do Império, sinto dizer a V. Ex^a, é pouco agradável a athmosphera da instrucção elementar, pelo atraso em que jaz; e confio que V. Ex^a, talentoso e illustrado como é, em assumpto de tamanha magnitude, envidará louváveis esforços, para que de acordo com o poder legislativo provincial, em sua próxima reunião, consiga tiral-a d'esse deplorável estado, e soergue-la ao nível intelectual e moral do povo piauiense, indicando as medidas que o caso urge.

Ao meu ver, diversas causas teem concorrido para isso.

Dentre ellas, uma é a escôlha de pessoal pouco habilitado para exercer o magistério. [...].

N'esta província forçoso é confessar, os professores de 1^{as} letras, com raras e honrosas excepções, não reúnem as precisas habilitações – não teem vocação para o ensino, de sorte que o menino, muita vez, perde o seu tempo em freqüentar a eschola, por que d'ella sahe permanecendo na noite da ignorância, e, neste caso, como diz G. Simon, um menino ignorante no presente é no futuro um homem útil de menos e um desordeiro de mais.

[...].

Também reputo como concomittante do abatimento do ensino primário entre nós a minguada recompensa, que aufere o professor, pelo seo trabalho.

De fato, com a insignificante paga de 50\$ e 70\$ mil reis mensais, não poderá elle subsistir com a decência que o caso exige, máxime na actualidade, que tudo está por preço fabuloso, em consequência dos terríveis effeitos da secca e da emigração do povo cearense.

Nestas críticas circunstâncias, o professor vê-se na contingência de desprender-se dos trabalhos da eschola, para empregar-se em algum interesse pecuniário, com que possa passar (PIAUHY, RELATÓRIO DO DOUTOR DIRETOR GERAL..., 1878).

Além da carência de professores habilitados e dos baixos salários por eles recebidos, outras causas são apontadas neste relatório que concorriam para o abatimento do ensino primário da província. Augusto C. da Silva Reis denunciava não existir prédios apropriados para o funcionamento das escolas, com exceção de dois, um na Capital e outro em Amarante, adquiridos por iniciativa de particulares por meio de donativos; os professores não vinham recebendo a gratificação de dez mil reis anuais a que tinham direito por cada aluno aprovado nos exames; como se não bastasse, tinham de custear o pagamento da casa que servia de escola e moradia, e para que o aluguel da mesma coubesse no limite de seu minguido salário, somando-se com as demais despesas para sua subsistência, a casa escolhida era a de menor custo, porém imprópria para o funcionamento de uma escola, pois além de pequena era insalubre.

A educação de Oeiras na época não se constituía uma exceção à realidade circunstancial de toda a Província, também apresentava as mesmas privações que as demais

escolas e o precário atendimento das escolas públicas de primeiras letras de Oeiras abriu espaço para a iniciativa particular. Foram sendo criadas algumas escolas desta natureza, destacando entre elas o Colégio São Vicente de Paula, que atendia 26 meninos internos e externos, sob a direção de Dr. Manoel Rodrigues de Carvalho, que em 1878 encontrava-se em plena atividade, segundo o relatório do Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Augusto C. da Silva Reis.

Ao relatório enviado ao Presidente da Província, Dr. Sinval Odorico de Moura, em 18 de dezembro de 1881, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Hafonso de Sousa Lima, foi anexado um mapa apresentando todas as escolas existentes na província naquele ano e a quantidade de alunos em cada uma. Este mapa está transcrito abaixo, ressaltando em negrito a quantidade de alunos matriculados nas escolas públicas do sexo masculino e feminino de Oeiras.

LOCALIDADES	Sexo masculino	Número de alunos	Sexo feminino	Número de alunas
Teresina				
1º distrito	1	79	1	70
2º distrito	1	109	1	83
Humildes	1	26		
Natal	1	28	1	18
Valença	1	79	1	29
Picos	1	27	1	26
Jaicós	1	19	1	12
Oeiras	1	31	1	47
Parnaíba	1	59	1	71
Buriti dos Lopes	1	15		
Livramento	1	25	1	9
Marvão	1	21	1	14
União	1	52	1	17
Campo Maior	1	43	1	25
Barras	1	26	1	36
Batalha	1	16	1	16
Piracuruca	1	41	1	14
Pedro 2º	1	40	1	26
Piripiri	1	24	1	11
Amarração	1	45	1	44
Amarante	1	37	1	36
Regeneração	1	37	1	14
São João do Piauí	1	20	1	16
Manga	1	20	1	10
Jerumenha	1	20	1	12
São Raimundo Nonato	1	31	1	14
Bom Jesus	1	19		
Santa Filomena	1	24	1	14
Parnaguá	1	28	1	11
Corrente	1	26		
Soma	30	1.067	26	695

Quadro 11 – Escolas Públicas Primária da Província do Piauí – 1881

Fonte: Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Hafonso de Sousa Lima, em 18 de dezembro de 1881. Documento avulso encontrado na Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina. Manuscrito. (grifo nosso)

O quadro acima mostra que a Província do Piauí, no ano de 1881, possuía 56 escolas e um total de 1.762 alunos, sendo 30 escolas do sexo masculino e 26 do sexo feminino freqüentadas por 1.067 alunos e 695 alunas. Em Oeiras funcionavam duas escolas, uma para meninos, com 31 alunos, e outra para meninas com 47 alunas. Estas escolas, na sua totalidade, segundo informou o diretor geral, careciam de móveis, utensílios, livros e outros materiais para funcionarem regularmente e com decência. Faltavam até os livros de matrícula e pontos para todas as aulas, aconselhando este diretor como alternativa a utilização de cadernos de papel cosido pelos próprios professores até a necessidade ser satisfeita.

A distribuição das escolas primárias em dois graus, 1º e 2º, adotada em 1864, prosseguiu existindo por muito tempo, sendo esta a mesma divisão admitida pelo Regulamento nº 93 publicado em 4 de agosto de 1883, para a instrução pública da Província. A diferença entre os graus consistia no fato de as escolas de 2º grau apresentarem uma dosagem maior de conteúdo como demonstra o quadro abaixo. Esta divisão aplicava-se tanto para as escolas do sexo masculino como para as do sexo feminino, acrescentando nas do sexo feminino os trabalhos de agulha.

INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ		ANO – 1883
DIVISÃO DE CONTEÚDOS PARA ESCOLAS DO SEXO MASCULINO E FEMININO		
ESCOLAS DE 1º GRAU	ESCOLAS DE 2º GRAU	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Princípios de moral e religião. ▪ Leitura. ▪ Caligrafia. ▪ Elementos de gramática portuguesa. ▪ As quatro operações fundamentais. ▪ Aritmética sobre inteiros e decimais. ▪ Sistema métrico decimal. 	Além dos conteúdos adotados pelas escolas de 1º grau, acrescenta-se: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elementos de geografia. ▪ Elementos de história universal, com especialidade a sagrada e a do Brasil. ▪ Análise gramatical. Aritmética sobre números quebrados, proporção com aplicação a regra de juros.	
OBSERVAÇÃO: Nas escolas do sexo feminino de 1º e 2º grau inserir trabalhos de agulha.		

Quadro 12 – Conteúdos adotados nas escolas de instrução pública primária da Província do Piauí. 1883.

Fonte: Regulamento nº 93, publicado a 4 de agosto de 1883, para a instrução pública da Província do Piauí. Documento avulso encontrado na Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina. Manuscrito.

De acordo com o Regulamento nº 93/1883, só poderia ser nomeado professor público o cidadão brasileiro que comprovasse, através de uma certidão extraída do registro civil ou do batistério, ser maior de 21 anos; atestasse ter moralidade apresentando documento de bom comportamento; demonstrasse ter capacidade profissional por meio de títulos científicos ou literários, diploma de aprovação na escola normal ou em exames públicos; professasse a religião do estado; e apresentasse atestado médico comprovando não sofrer moléstia incompatível ao exercício do magistério.

Para serem nomeados, estes professores deveriam antes disputar através de concurso as vagas previamente anunciadas submetendo-se a um exame perante uma comissão de três membros. Estes exames visavam medir a capacidade profissional dos pretendentes através de provas orais e escritas sobre as matérias da respectiva cadeira que desejasse ocupar, além de abordar a teoria e prática dos diferentes métodos de ensino. As professoras de modo particular deveriam apresentar aptidão em diversos trabalhos de agulha. Seriam isentos de concurso os bacharéis em letras, os graduados nas escolas superiores do Império, os clérigos, e os portadores de diplomas da Escola Normal.

Os professores, após prestarem juramento, tomavam posse do cargo tornando-se vitalícios e no exercício de sua função teriam de lecionar as matérias de sua cadeira durante cinco horas diárias, das 9 horas da manhã às 2 da tarde. No calendário escolar, as férias ocorriam uma vez por ano se estendendo de 10 de dezembro a 15 de janeiro e durante o ano letivo as aulas eram ministradas de segunda-feira a sábado excetuando os domingos e as quintas-feiras que eram considerados feriados além dos dias de festa e luto nacional e provincial marcados por lei, finados, carnaval até quarta-feira de cinzas, Semana Santa e Sexta-feira de Passos.

Como centro de toda ação educativa, o professor exercia forte influência no comportamento dos alunos, seu papel não se limitava à função alfabetizadora, ele era também o guardião da moral e dos bons costumes, e responsável por introduzir seus alunos no mundo civilizado. Para Augusto C. da Silva Reis, Diretor Geral da Instrução Pública, em 1878, por estar

incumbido da nobre e elevada missão de inocular no espírito do menino os princípios elementares da instrução, o professor deve ser um homem, além de habilitado e moralizado, de vocação decidida e gosto pronunciado pelo ensino, por isso já dizia Lamartine ‘há dois homens aos quais a humanidade deve – o pároco e o professor de 1^{as} letras – o 1^o porque indica ao infante os são preceitos da moral evangélica, e o 2^o porque imprime-lhe no espírito os rudimentos da educação (PIAUHY, RELATÓRIO DO DOUTOR DIRETOR GERAL..., 1878).

Ao tempo que eram considerados pelos governantes de inábeis e incompetentes, paradoxalmente, os professores eram sacralizados sendo-lhes confiado pela sociedade um papel equivalente somente ao da família, de serem agentes socializadores e instrumentos geradores de pessoas civilizadas. O professor deveria ser um exemplo a ser seguido. Seus predicados morais se sobrepujam muitas vezes às exigências técnico-pedagógicas no ato de suas contratações.

Ciente da influência dos professores na formação do indivíduo, o Regulamento nº 93/1883, de forma bastante minuciosa, não escapou nem mesmo de fazer as recomendações quanto à aparência dos professores que eram “obrigados a apresentar-se decentemente vestidos” (Art. 58, § 7º), exigindo o mesmo de suas alunas. Observa-se que este artigo é carregado de um forte ethos religioso. Recomendações semelhantes diz a Bíblia (I Tm 2:9,10), “que as mulheres usem traje honesto, ataviando-se com modéstia e sobriedade”. A Igreja e o Estado caminhavam *pari passu* e sendo o Catolicismo a religião oficial do Império estas recomendações expressas na lei eram comuns naquela época. Para os cristãos, o corpo era templo do Espírito Santo e deveria ser guardado com pudor para não despertar sensualidade e provocar o pecado da luxúria. Não era de bom-tom que as mulheres usassem vestimentas como forma de ostentação e as professoras, tidas como um modelo a ser imitado pelas alunas, deveriam trajar-se com simplicidade e recato, pois suas roupas conferiam-lhes dignidade e respeito.

O Regulamento nº 93/1883 traçava em seus artigos a rotina de um professor, que diariamente, na abertura de suas aulas, faziam a chamada e marcavam as faltas dos alunos, ensinavam-lhes as lições e tomavam-lhes os pontos contidos nos livros autorizados pelo diretor geral, de acordo com a congregação⁶. Poderiam escolher o método que melhor se adequasse ao número de alunos, bem como ensinar outros conteúdos além dos determinados no regulamento, com o aval do diretor e consentimento da congregação.

A ordem e a disciplina eram princípios indispensáveis em uma sala de aula e deveriam ser mantidas, não mais com castigos corporais, que foram proibidos desde 1864, embora muitos ainda fizessem uso da palmatória, mas por meio de admoestação particular, repreensão pública, trabalho na escola fora dos horários das aulas e outros castigos que não expusessem os alunos ao escárnio público. As peraltices e malcriações dos alunos eram informadas aos pais para infligir-lhes penas mais rigorosas e as faltas graves, comunicadas ao diretor geral que em último caso optava pela expulsão do aluno infrator. O professor encerrava sua aula pondo os alunos para recitarem uma oração religiosa.

O ensino era gratuito e obrigatório segundo este regulamento, porém excludente e discriminador, admitindo matrícula, em qualquer tempo do ano, de alunos e alunas entre 6 e 14 anos de idade, com exclusão de escravos, dos que sofriam de doenças contagiosas e dos

⁶ Congregação – comissão formada pelo diretor geral (presidente), lentes do Liceu e da Escola Normal com competência para organizar e reformar o regimento interno das escolas, analisar, corrigir e substituir os livros adotados, compêndios, métodos e coleções de traslados, julgar infrações disciplinares e decidir sobre outras questões administrativas. (REGULAMENTO nº 93/1883).

que já haviam sido expulsos de alguma escola. Os alunos que apresentassem atestado de pobreza emitido pelos párocos e juizes de órfãos tinham o direito de receber do governo provincial ou municipal os livros e outros materiais necessários ao ensino. A escola deveria ser o lugar mais importante de cada localidade, cabendo à província fornecer também os móveis e utensílios indispensáveis ao funcionamento da mesma.

No que concerne às questões materiais, o que determinava a lei era distante da realidade observada nas escolas. As condições financeiras da província, as dificuldades de comunicação e a falta de esforço político voltadas para a educação popular dificultavam a aquisição e transporte do material para as escolas. Quando adquiridos eram em quantidade insuficiente para suprir as necessidades básicas do ensino da Província privilegiando sua distribuição entre as escolas da capital. As escolas públicas de Oeiras e de outras longínquas localidades ficavam muitas vezes descobertas do amparo de livros para leitura, obrigando aos professores improvisarem outros materiais para este fim, como cartas e jornais. Odilon Nunes (1975, v. 4, p. 56), relata esta situação ao transcrever um documento deixado pelo professor de letras de Barras, Francisco Pereira de Carvalho, levando ao conhecimento do Presidente da Província a falta de material em sua escola:

[...] passam-se anos inteiros, sem que um só aluno leia um livro, por quanto aqui uma obra instrutiva é coisa rara, e até agora me tenho assaz acatelado em dar-lhes jornais para ler, [...] porém, tendo eu uma restrita obrigação de dar-lhes noções de letras impressas, hoje (malgrado meu) passei a distribuir alguns jornais entre eles, pois a continuação da leitura de cartas não pode ser mais prejudicial, sendo a mor parte das que por aqui se encontra de péssima ortografia, e escritas por pessoas sem ciência alguma dos princípios de nossa língua, e os jornais, posto que recheados de vícios, que venho de expor, sempre oferecem a vantagem de, quando não sejam bem escritos, têm sofrível ortografia, boa disposição.

O livro era um objeto raro em Oeiras, possuí-lo era um privilégio de uma elite intelectual abastada e sua circulação, ainda que pequena, se dava muito mais no espaço particular. Sem biblioteca pública, tinham os menos favorecidos de se contentarem com os poucos livros já gastos pelo uso que eram remetidos ocasionalmente para as escolas.

O que se estudava e o que se lia era controlado pelo Diretor Geral da Instrução Pública e pela Congregação, assim sendo é provável que os livros: “História Sagrada”, “Manuais Encyclopedicos”, “Grammatica de Sotero dos Reis”, “Catecismos da Doceze do Maranhão”, “História Pátria” Erithmeticas de Odorico de Carvalho e Silva Castelo Branco”, “Livros de primeira, segunda e terceira leitura, por Abílio Cezar Borges”, “Artes do aprender a ler, por Duarte Ventura”, “Cartas de a, b, c”, “Teboadas” e “Guias do argumentador, por Miguel de Souza Borges L. C. Branco”, constantes numa relação avulsa encontrada na Casa

Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina, solicitada pela professora Rosina Augusta da Silva Conrado da Capital, para suprimento da escola de 1^{as} letras, do 2^o distrito da Capital, em 1885, por serem os títulos que circulavam na época, fossem também utilizados pelos alunos das escolas oeirenses.

Apesar de muitas vezes serem acusados de incompetentes e de responsáveis pelo atraso educacional da província, os professores tiveram de enfrentar muitas dificuldades para desempenhar suas funções. Não havia por parte do governo incentivos salariais, preocupação com a qualificação dos docentes e disposição para aquisição de materiais didáticos necessários às escolas e de prédios apropriados para seu funcionamento. Por falta de oportunidade de emprego mais vantajoso ou por vocação, foram eles que aceitaram o desafio do ofício de ensinar e batalharam dentro de suas possibilidades deixando suas marcas na história da educação do Piauí. Não se pode deixar que os professores, aqueles que tiveram como missão levar à sociedade os princípios básicos da instrução caíam no anonimato. Quem foram estes protagonistas da educação oeirense no período provincial? No quadro seguinte estão relacionados alguns professores que se dedicaram ao ensino na cidade de Oeiras, no período questionado:

ANO	PROFESSORES	OBSERVAÇÕES
1822	José Lobo Fróis	Professor da cadeira de Latim.
1832	Padre José Joaquim Ferreira de Melo	Professor da cadeira de Retórica, pediu transferência para a cadeira de Latim, em Campo Maior.
1832	Dr. Francisco de Sousa Martins	Professor da cadeira de Francês, teve que deixá-la para assumir o cargo de deputado.
1844	Antonio João Batista Ferreira	Professor efetivo de gramática latina do Liceu.
1845	José Alves Moreira Junior	Professor de 1 ^{as} letras do sexo masculino.
1845	D. Raimunda Rosa de Sousa	Professor de 1 ^{as} letras do sexo feminino.
1847	Cândido José Casado Lima	Professor da cadeira de Francês do Liceu.
1848	Dr. Carlos de Sousa Martins	Professor da cadeira de Filosofia do Liceu.
1848	Dr. Cândido Gil Castelo Branco	Professor da cadeira de História e Geografia do Liceu.
1849	Antonio Joaquim de Siqueira	Professor da cadeira de Inglês do Liceu.
1849	Dr José Sérgio Ferreira	Professor da cadeira de Geometria do Liceu.
1849	Dr. Simplicio de Sousa Mendes	Professor da cadeira de Geografia do Liceu.
1850	Joaquim Borges Carneiro	Professor da cadeira de Retórica do Liceu.
1850	Luiz Xavier de Araújo	Professor particular de 1 ^{as} letras
1850	Luiz Antônio Gonçalves	Professor particular de 1 ^{as} letras
1850	José Joaquim Avelino	Professor particular de 1 ^{as} letras Professor da cadeira de Francês do Liceu, em 1851.
1851	José Martins Pereira d'Alencastre.	Professor da cadeira de Língua Nacional do Liceu.
1857	Benedicto de Sousa Brito	Professor público vitalício de 1 ^{as} letras do sexo masculino da cidade de Oeiras. Nesta data lecionava para uma turma de 19 alunos Inspetor literário da cidade de Oeiras em 1875.
1857	Anna Leonor Ferreira da Silva	Professora pública de 1 ^{as} letras do sexo feminino da cidade de Oeiras. Nomeada em caráter vitalício e lecionava para uma turma de 24 alunas
1859	Pe. José Dias de Freitas	Professor público de Latim do ensino secundário da cidade de Oeiras.

1859	Dr. Manoel Joaquim Rodrigues de Macedo	Professor da cadeira de Francês e Geografia da cidade de Oeiras. Foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública, em 1861.
1861	Newton César Burlamaqui	Professor da cadeira de Francês e Geografia da cidade de Oeiras. Substituiu Dr. Manoel Joaquim Rodrigues de Macedo.
1870	Aurora Higina da Silva e Melo	Professora de escola pública de 1 ^{as} letras da cidade de Oeiras.
1875	Phenicia Govém. e Soído	Professora pública de 1 ^{as} letras do sexo feminino da cidade de Oeiras.
1875	Maria Guilhermina de Figueredo	Professora pública de 1 ^{as} letras do sexo feminino. Substituiu provisoriamente a professora Phenicia Govém. e Soído, enquanto esta estava em gozo de licença.
1875	Leonel Bernardino de Sousa	Professor público de 1 ^{as} letras do sexo masculino da cidade de Oeiras.
1877	Raimundo Pereira de Carvalho e Silva	Professor público de 1 ^{as} letras do sexo masculino. Substituiu provisoriamente o professor Leonel Bernardino de Sousa, por motivo de falecimento deste, aguardando nomeação de um outro professor.
1877	Polidoro da Fonseca Lemos	Professor público de 1 ^{as} letras do sexo masculino da cidade de Oeiras. Nomeado para reger interinamente, por ter as habilitações precisas, a cadeira vaga com o falecimento de Leonel Bernardino de Sousa.
1886	Ulysses Corrêa Lemos	Professor da cadeira de Latim e Francês de Oeiras.
1887	Dr. Aurélio de Lavor	Professor da cadeira de Latim e Francês de Oeiras.
1887	Dr. Marcos Rodrigues Madeira	Professor da cadeira de Latim e Francês de Oeiras. Substituiu o professor Dr. Aurélio de Lavor, que entrou em gozo de licença.
1889	Sabino Leopoldo de Sanrt'Anna	Professor público de 1 ^{as} letras do sexo masculino da cidade de Oeiras.
1889	Anna Rosa Clara Castelo Branco	Professora pública de 1 ^{as} letras do sexo feminino da cidade de Oeiras.

Quadro 13 – Professores de Oeiras no período provincial.

Fonte: Dados extraídos de fontes diversas: atestados médicos, mapas, ofícios de nomeação, mensagens governamentais, relatórios dos diretores gerais da instrução pública. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

As leis educacionais do período Imperial não foram capazes de alterar de forma significativa o quadro de precariedade da instrução pública da Província do Piauí. Segundo Odilon Nunes (1975, v. 4, p. 298), o Piauí apresentava no ano de 1889, o último da monarquia, apenas 61 escolas freqüentadas por 1.928 alunos, quantidade muito pequena se comparada com “mais de dez mil indivíduo que, privados de instrução, jazem no mais completo obscurantismo.”⁷. O quadro a seguir mostra a relação das 61 escolas existentes no Piauí no ano de 1889, transcrito do mapa original, que por estar em estado adiantado de deterioração deixa de constar alguns dados.

⁷ Informação obtida no relatório que o Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Pedro Sampaio, apresentou ao Presidente da Província, Raimundo José Vieira da Silva, em 4 de maio de 1889. (Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito)

Nº	COMARCA	SEDE	SEXOS	GRAUS	FREQUENCIA		OBS
					Masculino	Feminino	
1	Theresina	Theresina, 1º distrito	masculino	2º	99		
2		“ “	feminino	“		53	
3		Theresina, 2º distrito	masculino	“	44		
4		“ “	feminino	“		110	
5	Amarante	Natal	masculino	1º	17		
6		“	feminino	“		11	
7		Amarante	masculino	2º	54		
8		“	feminino	“		20	
9		Regeneração	masculino	“	47		
10		“	feminino	“		14	
11	Jeromenha	Jeromenha	masculino	“	68		
12		“	feminino	“		26	
13		Manga	masculino	“	26		
14		“	feminino	“		16	
15	São João do Piauí	São João do Piauí	masculino	“	23		
16		“	feminino	“		22	
17	São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	masculino	“	25		
18		“	feminino	“		11	
19	S. Philomena	S. Philomena	masculino	“	24		
20		“	feminino	“		10	
21	Bom Jesus	Bom Jesus	masculino	“	22		
22	Parnaguá	Parnaguá	masculino	“	25		
23		“	feminino	“		13	
24		Corrente	masculino	“	43		
25	Parnahyba	Parnahyba	masculino	2º	93		
26		“	feminino	“		57	
27		“	feminino	“		31	
28		Amarração	masculino	1º	55		
29		“	feminino	“		34	
30	Campo Maior	Campo Maior	masculino	“	20		
31		“	feminino	“		44	
32		Livramento	masculino	“	23		
33		“	feminino	“		31	
34	União	União	masculino	2º	27		
35		“	feminino	“		28	
36	Pedro 2º	Pedro 2º	masculino	1º	26		
37		“	feminino	“		26	
38	Peracuruca	Peracuruca	masculino	“	31		
39		“	feminino	“		39	
40	Barras	Barras	masculino	2º	44		
41		“	feminino	“		26	
42	Pedro 2º	Peripery	masculino	1º	22		
43		“	feminino	“		14	
44	Barras	Retiro da Boa Esperança	masculino	“	22		
45	Peracuruca	Batalha	masculino	“	24		
46		“	feminino	“		19	
47	Jaicós	Jaicós	masculino	“	46		
48		“	feminino	“		21	
49		Picos	masculino	2º	23		
50		“	feminino	“		21	
51		Pio Nono	masculino	1º	12		
52		Paulista	masculino	“	19		
53	Valença	Valença	masculino	“	56		
54		“	feminino	“		42	
55	Marvão	Marvão	masculino	“	*		
56		“	feminino	“		16	
57		Humildes	masculino	“	*		
58	Oeiras	Oeiras	masculino	2º	*		
59		“	feminino	“	*	**	
60	S. Philomena	S. Antônio	masculino	1º	*		
61	Burity dos Lopes	Burity dos Lopes	masculino	“	*		
					*	755	

Quadro 14 – Quadro estatístico das escolas públicas de instrução primária da província do Piauí – 1889.

Fonte – Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Pedro Sampaio. Arquivo Público do Piauí. (grifo nosso). * A falta de conservação deste documento impossibilitou a coleta destes dados.

** No documento não consta esta informação.

As decisões governamentais tomadas no período Imperial pouco afetaram a educação popular, e o Piauí apontou para o século XX com grande parte da população excluída das escolas e apresentando uma taxa de analfabetismo muito alta, o que dificultava de forma substancial as possibilidades de progresso no campo cultural do Estado.

O desenvolvimento cultural do Estado do Piauí foi, até o início do século XX, bastante prejudicado pela insuficiência de escolas, bem como pela inexistência de bibliotecas públicas, livrarias e tipografias, enfim, pela soma de fatores de ordem econômica e política que contribuíram para instalação de um quadro de debilidade da cultura (MAGALHÃES, 1998, p. 33).

Francisco Pedro Sampaio, Diretor Geral da Instrução Pública, em seu relatório encaminhado ao Presidente da Província, Dr Raimundo José Vieira da Silva, em 4 de maio de 1889, apresenta o estado de abatimento das escolas:

As escolas publicas da província, com excepção das da capital, são verdadeiros albergues. Nellas não existem os utensílios necessários que dão alegria aos alumnos e vontade de ensinar ao professor. Em quasi todas nota-se o desanimo, o indifferentismo, o atraso, o aniquillamento da instrucção pública primária, devido à negligencia do nosso governo que não tem sabido curar deste importante ramo do serviço público (PIAUHY, RELATÓRIO DO DOUTOR DIRETOR GERAL..., 1889).

Tal situação levou o Presidente da Província, Dr. Raimundo José Vieira da Silva, ao transferir o governo ao Vice-Presidente Firmino de Sousa Martins, em 27 de junho de 1889, apresentar a conclusão de que “aqui não há mestres, nem discípulos. O magistério é apenas uma industria. Os professores primários são em geral aquelles que não podendo conseguir mais vantajosa collocação, refugiam-se no magistério, para o que todavia, não têm aptidão” e acrescenta na sua fala que “o principal inconveniente está na mal entendida benevolência, no pouco escrúpulo com que são aproveitados indivíduos inábeis. [...] É urgente acabar-se com o patronato [...] reduzindo o magistério a refugio dos inaptos”.

A educação pública elementar da cidade de Oeiras cerrou as portas do Império em situação de relativo abandono, realidade similar às demais escolas da Província. Funcionava na cidade, de forma débil, as cadeiras de Latim e Francês e duas escolas primárias, uma para o sexo masculino regida pelo professor Sabino Leopoldo de Sanrt'Anna e outra para o sexo feminino dirigida pela professora Anna Rosa Clara Castelo Branco.

1.2 Prenúncio de mudanças

De todo século XIX, Fernando Azevedo (1976, p. 115), destaca dois momentos importantes para a vida do país: o início do século, com as mobilizações políticas que culminaram com a Independência, e o final do século, marcado por acontecimentos como a abolição da escravatura, o estímulo à imigração, a crescente urbanização e o surgimento de um novo regime político – a República. Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, uma nova configuração política foi instaurada no país, cabendo à educação a responsabilidade de reconstruir a sociedade.

No período de implantação da República, vários setores da sociedade brasileira passaram por transformações que incidiram diretamente sobre a educação. Para Nagle (1977, p. 99), as mudanças trouxeram para o campo educacional “o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico”. O “entusiasmo pela educação”, correspondia à fase de expansão do ensino, logo no início do período republicano, e se caracterizou pela criação de escolas com a preocupação de tirar do analfabetismo a vergonhosa massa de brasileiros excluídas das salas de aulas; enquanto o “otimismo pedagógico”, que ocorreu em fase posterior, preocupou-se em introduzir as idéias educacionais do escolanovismo entrando em confronto com o modelo de escola até então adotado e que ficou conhecido como “escola tradicional”.

A Primeira República (1889-1930), foi um período de muitas reformas educacionais. A primeira delas foi organizada pelo então Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, em 1890, era voltada para o ensino secundário, primário e normal, abandonou as tradições humanistas e introduziu as idéias positivistas e era ancorada nos princípios de laicidade, liberdade e gratuidade do ensino. A Reforma Epiácio Pessoa, de 1901, direcionou-se para o ensino secundário, que continuou de caráter propedêutico, mas com uma duração maior de seis anos, introduzindo o estudo da Lógica e eliminando a disciplina de Biologia do currículo. Em 1911, entrou em vigor a Lei Orgânica Rivadávia Correia, que desoficializou o ensino, tornando-o livre e de frequência facultativa, gerando total descontrole na emissão de títulos e diplomas. Considerada desastrosa, foi substituída, em 1915, pela Reforma de Carlos Maximiliano que reoficializou o ensino e criou o vestibular para ingresso no curso superior. A última reforma da Velha República, a de Rocha Vaz, aprovada em 1925, foi considerada reacionária e conservadora, não se afinava com as idéias da Escola Nova, introduziu a disciplina Moral e Cívica e reestabeleceu a seriação dos estudos secundários. (FERRO, 1996, p. 38-39; GHIRALDELLI JR., 2001, p. 27-28; FRANCISCO FILHO, 2001, p. 73-75)

A Constituição Republicana baseava-se no princípio federativo, em que cada estado, de forma independente, deveria organizar suas próprias leis fundamentadas na carta magna. Com a Constituição de 1891, foi reafirmada a descentralização do ensino cabendo à União, privativamente, “legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União” (Art 34, § 30º) e não privativamente “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” (Art 35, § 3º) e “prover a instrução secundária no Distrito Federal” (Art 35, § 4º), ficando os governos estaduais com a responsabilidade do ensino primário e profissional (escolas normais e técnicas).

Os Estados logo trataram de construir as suas reformas educacionais e algumas delas foram importantes na configuração do ensino público do país, entre elas: a do Estado de São Paulo, em 1920, encabeçada por Antônio Sampaio Dória; do Ceará, em 1923, feita por Lourenço Filho; da Bahia, em 1923, realizada por Anísio Teixeira; em Minas Gerais, em 1927, liderada por Francisco Campos; a de Pernambuco, em 1927, elaborada por Carneiro Leão; e a do Distrito Federal, em 1928, que teve Fernando Azevedo como mentor intelectual (FERRO, 1996, p. 39). Nota-se que estas reformas ocorreram na década de vinte do século passado, momento que coincidia com a disseminação das idéias da pedagogia da Escola Nova lançadas pelo norte-americano John Dewey, e que ficou conhecido no nosso meio educacional como “otimismo pedagógico”. Isto não implica dizer que as iniciativas estaduais aconteceram somente neste período: em momentos anteriores e posteriores a este, outras reformas foram feitas numa tentativa de adaptar os estados à nova realidade do país. Os resultados destas reformas não ocorreram de forma homogênea em todos os estados, naqueles de maior poder econômico o ensino primário e normal se expandiram de forma mais satisfatória, enquanto que outros, cujas finanças eram reduzidas, tiveram de experimentar muitas frustrações e dificuldades na implantação de seus sistemas educacionais, a exemplo do Piauí e outros estados principalmente das regiões Norte e Nordeste.

Os piauienses assistiram atônitos à troca do regime imperial pelo republicano. Para Amparo Ferro (1996, p. 79), esta mudança ocorreu “sem preparação e foi feita de forma apressada e improvisada. [...] O povo não tinha conhecimento seguro do que realmente acontecera”. Na tentativa de se adaptar à nova ordem política, o Estado, em apenas um ano, foi administrado por uma junta governativa e cinco governadores. A situação financeira do Piauí no início do período republicano era caótica, a ponto do Governador Gabriel Luiz Ferreira (2-5-1891 a 21-12-1891), o sétimo na ordem de secessão e o primeiro governador

constitucional do Estado, apelar aos deputados, em sessão extraordinária da câmara, em 7 de novembro de 1891, que aprovassem a cobrança de um imposto para amenizar a situação:

Na crítica situação em que nos achamos, collocados na dura alternativa de viver com sacrifícios ou succumbir com desdouro, parece-me que ninguém condenará como odioso este onus exigido pela força imperiosa das circunstancias. Não se cogita propriamente de um imposto e sim de uma contribuição cívica, de caracter transitório, lançada como um apelo ao patriotismo popular, que concentra bastantes energias para não conservar-se indifferente e surdo quando o Estado geme sob a pressão esmagadora da necessidade (PIAUHY, MENSAGEM..., 1891).

Expondo a situação por que passava o Piauí nos primeiros anos de vida republicana, assim diz o Governador Coriolano de Carvalho e Silva em mensagem dirigida à Câmara Legislativa do Estado, na sessão de 1º de junho de 1896:

Continua o Estado a debater-se na temerosa crise que tanto tem flagellado a republica nestes últimos tempos. Ao iniciar a minha administração, em 11 de fevereiro de 1892, procurei convergir todas as vistas para os recursos com que podia contar o Estado para iniciar as sua vida autônoma; e com pesar vos digo, senhores representantes, a minha desillusão foi completa: o regimen decahido nada nos havia deixado que atestasse os seus sessenta e seis annos de predomínio sobre o Piauhy. Dispondo de uma extensão territorial immensa, que attinge a 237 legoas entre os extremos norte e sul, com uma população que não se eleva à quatrocentos mil habitantes; sem vias de comunicação, a não ser o trecho navegável do rio Parnahyba; sem fontes de renda, a não ser a que nos proporcionava a industria pastoril e esta mesmo já em estado decadente; sem braços e sem capitaes com que adquiril-os, porque a libertação total dos escravos empobreceu os lavradores, levou a ruína e o abandono aos estabelecimentos onde outr'ora reinava a riqueza e a abastança; sem instrucção que ao menos facultasse ao povo ignorante a verdadeira comprehensão dos seus direitos e deveres; eis em synthese, senhores representantes, qual o legado, qual a herança funesta que a monarchia deixou ao Piauhy ao ser este incorporado à federação (PIAUHY, MENSAGEM..., 1896).

Para Amparo Ferro (1996, p. 87), “se a Primeira República a nível nacional teve a educação caracterizada por reformas, no Piauí também elas se apresentam, de forma consecutiva e desconexa”. As tentativas legais de reformulação do ensino público, ocorridas nas duas primeiras décadas da República, causaram pouco impacto no quadro educacional do Estado, permanecendo muitos problemas herdados do período Imperial, como professores pedagogicamente despreparados, baixa frequência escolar, carência de material, locais impróprios para funcionamento das escolas, acrescendo a estes o jogo de interesses políticos partidários.

A força devastadora com que a política partidária penetrava no seio da sociedade piauiense, influenciando negativamente as ações educacionais, foi exposta pelo Diretor Geral

da Instrução Pública, Francisco Pedro Sampaio, em seu relatório datado de 4 de maio de 1889:

Aqui no Piauí, onde o pensamento está coacto por uma política tacanha e chata, que infiltra em todos os corações o orgulho e o egoísmo, e onde ella penetra até no seio das famílias, perturbando-lhes a paz e o socego domestico, a instrução publica primária é uma utopia, ou antes o viveiro do filhotismo dos partidos políticos (PIAUHY, RELATÓRIO DO DOUTOR DIRETOR GERAL..., 1889).

Em 1902, transcorridos 13 anos do modelo republicano, o governador do Estado, Arlindo Francisco Nogueira, em mensagem dirigida à Câmara Legislativa, em 1º de junho, lamenta não se ter ainda investido de forma incisiva sobre a educação e aponta a inoperância das leis em atacar as falhas, continuando as mazelas do passado:

É força, entretanto, confessar que pouco temos feito no desenvolvimento do ensino, cuja difusão e continuidade estão ainda longe de corresponder às necessidades do nosso meio. Em geral, pouco preparados os professores e mal providas de livros as escolas, a instrução primária, entre nós, resente-se de falhas que não seriam fáceis de corrigir. É certo que os poderes públicos teem empenhado os maiores esforços no intuito de levantar-lhe o nível e mais largamente disseminar-a. Para evidencia desta verdade basta enumerar a série de actos do poder executivo e compulsar as successivas leis emanadas do poder legislativo. Mas todas estas providências não teem sido bastantes, os resultados colhidos não compensam o sacrifício feito. As leis sobre o ensino, seus regulamentos por melhores que sejam e conttenham as mais úteis medidas, são corpos sem vida, já pela falta de idoneidade da parte da maioria do professorado, já, finalmente, pela falta de fiscalização da parte dos inspectores escolares, que limitam suas funcções à attestar, nem sempre com critério, a assiduidade do professor na aula, para o fim de receber este o ordenado do mez (PIAUHY, MENSAGEM..., 1902).

Das iniciativas legais ocorridas neste período, a que mais contribuiu para a estruturação do ensino no Estado, foi a Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910, no governo de Antonino Freire da Silva, que tratava, em seus 28 artigos, da Reforma da Instrução Pública do Estado nos seguintes aspectos, entre outros: da laicidade, gratuidade e liberdade do ensino; divisão do ensino em primário, normal e profissional; do ensino secundário mantendo o funcionamento do Liceu enquanto não existissem no Estado escolas particulares equiparadas do Ginásio Nacional com a finalidade maior de preparar os alunos para os cursos superiores da República; do incentivo às escolas particulares concedendo-lhes prêmios em dinheiro pelo atendimento de determinado número de alunos pelo programa oficial; da introdução dos grupos escolares e da figura do diretor ou diretora com funções administrativas e técnicas; da adoção do método intuitivo e atenção especial à instrução moral e cívica; da Escola Normal destinada exclusivamente para mulheres; do incentivo à formação

de professoras oriundas dos municípios do Estado pela Escola Normal e sua imediata nomeação como efetivas, caso alcançados pelas interinas somente mediante exames na referida escola independentemente de frequência; e dos vencimentos, gratificações por tempo de serviço e licenças.

Para execução da Lei 548 / 1910, foi elaborado o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí, cujo mando de sua observação foi expedido pelo Governo do Estado, através do Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910. Este regulamento, na opinião de Itamar Brito (1996, p. 31), foi o “mais completo de quantos foram expedidos no período de ‘estruturação’ e cuidava, detalhadamente, não só dos aspectos administrativos como dos aspectos pedagógicos, incluindo orientação filosófica, didática e metodológica”. Foi também o regulamento que vigorou por mais tempo, até a início dos anos trinta, sofrendo pequenas alterações feitas por outras leis e decretos adaptando-se às reformas a nível nacional e conveniências locais, porém mantendo sua essência. Teve como mentores intelectuais os doutores Antonino Freire e Matias Olímpio de Melo, que exerciam na época o cargo de Governador do Estado e Secretário de Estado do Governo respectivamente, além de serem membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública⁸.

De acordo com o Regulamento Geral da Instrução Pública, de 1910, o ensino ministrado passou a ser livre, desobrigando o Estado de proporcionar condições de uma educação para todos, poupando-lhe das despesas com a criação e manutenção de escolas e estimulando a oferta de ensino pela iniciativa privada. O Governador Antonino Freire da Silva, justificou esta decisão em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado, em 1º de junho de 1910, na qual expressava:

A obrigatoriedade do ensino não se compadece, de facto, com o largo espírito de liberdade que resplumbe de toda a nossa Constituição, nem colhe o argumento de ser ella instituída para o bem publico e no intuito de evitar às creanças um damno extraordinário, como é o analfabetismo.

Acresce que, a obrigatoriedade do ensino, acarreta a criação de escolas em número sufficiente para a população escolar, a distribuição de roupas e de livros para os alumnos desvalidos, a organização de um perfeito serviço censitário, etc.

Ora a população escolar do Piauí, presentemente, pode ser computada em cerca de oitenta mil alumnos, de ambos os sexos, e como o Estado despende 22\$280 reis com cada um delles, segue-se que seriam precisos cerca de 1.782.400\$000 reis para fornecer instrucção obrigatória àquella população. Admitindo mesmo que somente a

⁸ Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública – instituição privada fundada em 30 de dezembro de 1908, pela iniciativa de um grupo de pessoas preocupadas com a situação educacional do Estado como Cel Emílio Burlamaqui, Dr Matias Olímpio, Dr Antonino Freire, Honório Parentes, Francisco Parentes, João Santos, Gonçalo Cavalcanti, Abdias Neves, Miguel Rosa e Brandão Junior, com o objetivo primordial de fundar a Escola Normal Livre. (FERRO, 1996, p. 105; SOARES, 2004, p. 75). Seus estatutos também lhe coferia outros fins como “diffundir a instrução primária por todo o Estado [...], promover a formação de bibliothecas publicas e animar a criação de sociedades protetoras da infancia abandonada”. (apud LOPES, 2001, p. 26).

sua metade recorresse às escolas publicas, ainda assim o despendio seria muito superior aos recursos do Piauhy (PIAUHY, MENSAGEM..., 1910).

Antonino Freire deixou claro no seu discurso que “as bases principaes da reforma da nossa instrucção pública são a criação da Escola Normal, para o preparo do professorado, a criação de grupos escolares na capital e cidades mais populosas”. No que diz respeito ao ensino ministrado pela Escola Normal, criada em Teresina, pela Lei 548, de 30 de março de 1910, o Regulamento Geral, não esconde sua preferência pelas mulheres, permitindo que a frequência, nesta instituição, fosse, “destinada exclusivamente ao sexo feminino” (Art.12). Antonino Freire forneceu aos deputados na abertura do ano legislativo de 1910, os argumentos em favor desta decisão:

Duas razões principaes actuaram no meu espírito para semelhante preferência. A primeira e a mais poderosa foi a natural aptidão da mulher para o desempenho daquellas funções. Mais affectiva do que o homem, ella está, por isso, muito mais apta para ensinar creanças e acompanhar-lhes os primeiros albores da intelligencia. A segunda razão foi a exigüidade dos vencimentos que o Estado offerece aos professores. Com a carestia actual da vida, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando os minguados ordenados do orçamento. A mulher porem, mais fácil de contentar e mais resignada, e quase sempre assistida pelo marido, pae ou irmão, poderá acceitar o professorado e desempenhal-o com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos seus serviços (PIAUHY, MENSAGEM..., 1910).

A primeira escola normal pública brasileira foi criada em Niterói, Rio de Janeiro, em 1835. Segundo Campos (2002, p. 17), esta escola foi “a primeira da América Latina e, enquanto instituição pública, a primeira do continente americano, pois as existentes nos Estados Unidos eram organizações privadas”. Para esta autora, o surgimento deste tipo de escola, destinada ao preparo do professorado, foi surgindo nas demais províncias de forma muito lenta. De início, a maioria era voltada exclusivamente ao sexo masculino, e pouco a pouco foram abrindo espaços para a formação de professoras, tornando-se depois presença hegemônica nas escolas primária, a partir da primeira República. Era voz geral no país, nesta época, ser a mulher a figura mais indicada para o magistério, pois além de outros motivos, isso se dava

certamente pelo fato de que a má remuneração paga aos mestres não poderia atrair os representantes do sexo masculino, que precisavam sustentar a família, além de considerarem a mulher como tendo as qualidades inatas para o desempenho das atividades docentes. [...] O exercício do magistério não se constituía uma profissão e sim verdadeiramente numa vocação. (CAMPOS, 2002, p. 21).

No Piauí, o processo de feminização do ensino intensificou-se com a consolidação da Escola Norma Oficial de Teresina, criada em 1910, restrita para mulheres, e com o surgimento posterior de outras escolas desta natureza tanto na capital como no interior do Estado. Nas tentativas anteriores de implantação do ensino normal era marcante a participação masculina. Embora a primeira tentativa (1864 a 1867), permitisse o funcionamento de turmas mistas, a co-educação, preconceituosamente, não era bem vista pela sociedade, inibindo a participação feminina; na segunda tentativa (1867 a 1874), era permitida a frequência apenas de alunos do sexo masculino; na terceira tentativa (1882 a 1888), com a adoção de escolas primárias mistas com lotação exclusiva por professoras, cresce o interesse das mulheres por um trabalho remunerado encontrando refúgio no magistério, mesmo tendo o celibato como exigência para suas nomeações⁹.

Quando governador do Estado, Dr. Miguel de Paiva Rosa (1-7-1912 a 1-7-1916), dirigiu-se aos deputados, na assembléia do dia 1º de junho de 1915, sugeriu-lhes que acatassem sua proposta de inclusão de homens, na escola normal, pois a estes seria mais apropriado confiar-lhes o ensino noturno para alfabetização de adultos.

Até agora, apenas as senhoras tem sido permitido o curso do Estabelecimento [Escola Normal]. o Piauí foi um dos primeiros a compreender a alta competência moral da mulher para a delicada missão, e, confiadamente, entregou-lhes as responsabilidades do ensino primário. Nada nos autorisa estugar o passo. Pelo contrario. As professoras têm sido dignas da confiança nellas depositadas e a sua acção merece todos os louvores. Insisto, porém, na déia que já defendi, da creação de um curso masculino. Não sendo possível limitar idade para os que se propõem libertar do analfabetismo, continuo a sustentar que para o ensino do adulto convém melhor a energia do homem. Depois, a continuar o que praticamos, matamos verdadeiras e decididas vocações de nossos jovens conterrâneos pelas lides do ensino, quando, pelo contrario, devemos animal-as, incentival-as. Dahi pretender eu a criação de um curso masculino em nossa Escola Normal, ficando ao vosso critério decidir se deve ser mixto ou não o ensino ministrado (PIAUIHY, MENSAGEM..., 1915).

A alternativa encontrada para a participação de homens no curso normal foi permitir que os interessados fossem submetidos aos exames de habilitação para o exercício do cargo. O primeiro homem a ser diplomado pela Escola Normal Oficial foi Felismino Freitas Weser, em 1917. A presença direta de homens em salas mistas só aconteceu legalmente em 1933, através do decreto nº 1.438, mas a demanda masculina era baixa, permanecendo esta instituição freqüentada quase exclusivamente por mulheres (BRITO, 1996, p. 62; SOARES, 2004, p. 77-78).

⁹ Para maiores informação consulte: SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2004.

De acordo com o relatório apresentado ao governador do Estado, Dr João Luis Ferreira, em 28 de julho de 1921, pela comissão composta por Mathias Olympio, João Osório P. da Motta, Pedro Borges da Silva e Manoel Raimundo da Paz Filho, as 96 escolas existentes no Piauí, na época, eram “servidas por um corpo de 101 professores, dos quaes 8 professores e 93 professoras”. Observa-se que neste período que a feminização docente no Piauí já era uma realidade de fato, e na cidade de Oeiras não poderia ser diferente, se nas primeiras décadas do século XX percebia-se, nesta cidade, uma forte presença masculina no magistério, principalmente em escolas privadas, este quadro mudou com a chegada, na década de vinte, das primeiras professoras formadas vindas de Teresina.

Além da criação da Escola Normal, o Regulamento Geral da Instrução Pública do Piauí, de 1910, previa também a criação de grupos escolares. A Escola Normal seria a instituição formadora de professores enquanto os grupos escolares absorveriam as professoras normalistas dela oriunda. Para Lopes (2001, p. 68), “não podemos falar em grupo escolar sem referência a professora normalista. O grupo escolar foi o lugar tomado como natural para a ação dessa docente, que já detinha o direito exclusivo à efetividade do cargo”.

No Brasil, o modelo de grupo escolar começou a ser adotado no final do século XIX, “esse novo tipo de instituição escolar surgiu no estado de São Paulo em 1894, [...]. A experiência paulista passou a ser adotada como modelo para as outras unidades da federação” (PINHEIRO, 2002, p. 124-125). No Piauí, este novo modelo de instituição só se tornou realidade em 1922 com a criação do Grupo Escolar Miranda Osório, na cidade de Parnaíba. Em Oeiras, a primeira escola deste tipo foi o Grupo Escolar Costa Alvarenga, inaugurado em 1929. O surgimento dos grupos escolares, porém, não pôs fim às escolas isoladas, mas a partir deste momento, começaram estas escolas a ser substituídas lentamente pelos modernos grupos, processo ainda inconcluso nos dias de hoje, sendo comum encontrar escolas isoladas nas zonas rurais.

Depois da proclamação da República, em 1889, nas quatro primeiras décadas, apesar das fartas reformas ocorridas em nível nacional e estadual, a situação das escolas de Oeiras apresentava-se praticamente inalterada. O ensino público estava limitado ao ensino primário das aulas do sexo masculino e feminino que por sua vez eram deficientes e ainda mantinham o modelo de escolas isoladas, sem prédios próprios, com aulas ministradas na casa dos professores.

Em ofícios, mapas avulsos encontrados no Arquivo Público de Teresina e fontes bibliográficas, foi possível resgatar nomes de alguns professores, que no período acima mencionado atuaram em escolas públicas estaduais na cidade de Oeiras. Convém lembrar que

a maioria destes professores apesar de serem contratados pelo Estado para atenderem aos alunos gratuitamente, por força da procura que extrapolava o número máximo de alunos permitido, eles também lecionavam particularmente. Com base nestes dados foi construído o quadro de professores apresentado a seguir, dando-lhes um destaque merecido pelo seu desempenho em favor da educação de Oeiras, defendendo-lhes do esquecimento:

ANO	NOME	OBSERVAÇÃO
1896	Joaquim Rodrigues Campos	Professor público. Foi nomeado em 9 de dezembro de 1896 passando a lecionar para 25 alunos do sexo masculino. Exerceu interinamente a função de professor até pedir demissão e ser substituído, em 29 de agosto de 1898, por Aprígio Martins de Sousa. (DIRETORIA..., Quadro demonstrativo, 1898).
1898	Aprígio Martins de Sousa	Professor público. Nomeado para exercer interinamente a função de professor por ato do Inspetor de Ensino da cidade de Oeiras, em 29 de agosto de 1898, visto ter pedido demissão o professor Joaquim Rodrigues Campos. (DIRETORIA..., Of. nº 141/1898).
1898	Joaquina Cândida Piauhyllino Campos	Professora pública de provimento efetivo. Foi nomeada em 25 de abril de 1898. Iniciou sua carreira lecionando para 25 alunos do sexo feminino. Era tratada por todos carinhosamente pelo nome de Tia Quininha. Atendia também, particularmente, em sua casa alunos e alunas para iniciando-lhes na leitura, escrita e também trabalhos manuais. (DIRETORIA..., Quadro demonstrativo, 1898; CAMPOS, 1982, 73).
1914	João de Sousa Mendes	Professor público primário. Assumiu o exercício do cargo em 12 de fevereiro de 1914. (DIRETORIA..., Of. s/n/1914).
1917	Moysés Pereira dos Santos	Professor público interino, nomeado a 11 de outubro de 1917. Também dava aulas particulares. Usava a palmatória para manter a disciplina, fazendo com que muitos alunos desistissem de estudar. (CAMPOS, 1982, p.72; SOCIEDADE..., 1922).
1921	Maria Moura de Carvalho	Professora pública, efetiva, do sexo feminino, da cidade de Oeiras. Assumiu o exercício do cargo de professora em 11 de setembro de 1921. (DIRETORIA..., Of. nº 1/1921), pertenceu à 10ª turma de concludente da Escola Normal Oficial. (BRITO, 1996, p. 62). Seu regime disciplinar era brando, não usava a palmatória como forma de castigo, o controle da disciplina era feito através do registro do comportamento dos alunos em cadernetas que deveriam ser assinadas diariamente pelos pais. Promoveu as festividades do centenário da Independência, em 1922, exibindo seus alunos uniformizados e inovou na prática de exercícios físicos ritmados. Sua escola funcionava em dependência do Externato Oeirense criado pelo farmacêutico João Carvalho, na praça das Vitórias.

Quadro 15 – Professores de escolas isoladas públicas da cidade de Oeiras. (1896-1921)

Fontes: Ofícios e mapas originais (Arquivo Público de Teresina); CAMPOS, Rita de Cássia. Breve histórico do magistério em Oeiras: a Escola Normal. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: [S.l.:s.n], n.04, p.71-74, 1982; SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. **A instrução pública no Piauí**. Therezina: Papelaria Piauhyense, 1922.

1.3 A sociedade em luta: a iniciativa popular em prol da educação oeirense

No Piauí do início do século XX, grande era o número da população sem acesso à escola. O governador Arlindo Francisco Nogueira, em mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual, em 1º de junho de 1901, afirmou ter em todo o Estado “89 escolas primárias com a matrícula de 2.963 alumnos e a frequência de 2.324. Dada a hypothese de que tenhamos uma população de 300:000 habitantes cabe um aluno para 129 habitantes”. Na mesma mensagem o governador acrescentou que, embora sendo insignificante o número de alunos, estes custavam ao Estado 73:080,000 réis, o que indica uma despesa de 24:622 réis para cada aluno, e ainda lamentou o fato “da absoluta indiferença com que tratam os municípios a instrução primária.”

O Estado alegava a carência de recursos financeiros e a falta de co-responsabilidade dos municípios pelo ensino público, e este jogo político sobre qual das instâncias públicas recaía a obrigação da educação fez com que este setor não progredisse convenientemente, abrindo espaço para a iniciativa privada.

A população da cidade de Oeiras crescia e as escolas públicas existentes já não eram suficientes para atender a demanda escolar que por sua vez era absorvida pelas escolas particulares, tornando-as predominantes nas primeiras décadas do século XX, até o surgimento dos grupos escolares. Mesmo sendo escolas pagas, e por esta razão restritas a uma pequena parcela da população, eram a opção encontrada para uma educação de melhor qualidade diante do descaso governamental para com o ensino público. A iniciativa da sociedade oeirense em tomar para si as rédeas da educação evitou que a cidade mergulhasse na total ignorância, fazendo com que Oeiras se destacasse no cenário intelectual do Estado.

Estas escolas particulares, apesar de terem tido um papel de destacada importância para a educação de Oeiras, não deixaram marcas materiais de sua existência. Salvo raros escritos encontrados referindo-se a tais escolas, seu registro histórico só foi possível graças à memória oral narrada por alguns indivíduos que viveram a experiência de terem sido seus alunos. Em suas mentes permanecem os acontecimentos compartilhados desafiando o tempo, numa produção de uma memória coletiva. Henry Rousso (2002, p. 94-95), define concisamente o significado do termo memória, como uma “presença do passado” e esclarece:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a

continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação. Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma 'memória coletiva', isto é, uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade.

De modo geral, as escolas particulares de Oeiras procuravam seguir um modelo de funcionamento semelhante ao das escolas públicas isoladas existentes na cidade, adotando os programas oficiais de ensino, mas com uma preocupação em manter a sua qualidade, fazendo com que estas escolas fossem as preferidas pelos pais, mesmo que para isso tivessem de despender esforços financeiros para manter seus filhos. As escolas particulares estavam divididas em três níveis: nível I, nível II e nível III, de acordo com os conteúdos abordados, as atividades desenvolvidas pelos professores e a capacidade de aprendizagem dos alunos.

As escolas particulares de nível I destinavam-se a alfabetizar os alunos iniciantes familiarizando-os com as letras e com os números. A professora Ana Leonor de Sousa Brito possuía uma escola deste tipo. As lembranças desta escola se mantêm vivas na memória de alguns dos seus alunos que ao relatarem as suas experiências reconstróem aspectos do cotidiano escolar. Dando a palavra às ex-alunas, Amália do Espírito Santo Campos e Maria de Macedo Reis, foi possível captar os elementos que compunham o cenário da escola como o local, mobiliário, material escolar, e ainda os conteúdos abordados, o método aplicado, a clientela atendida, a relação entre professor-aluno e a ordenação do tempo. Amália Campos (2004) e Maria Reis (2004) expõem respectivamente nas citações abaixo o início de sua vida escolar:



Figura 56 – Amália do Espírito Santo Campos
Fonte: Arquivo particular de Amada de Cássia Campos Reis

Fui alfabetizada, ou seja, aprendi as primeiras letras com a minha tia da parte de meu pai, Ana Leonor de Sousa Brito, conhecida como Donana Brito. O pessoal da nossa família quase todo tem a tendência a ser professor. Lá aprendi as primeiras letras e juntar as primeiras sílabas, depois de pouco tempo eu fui logo matriculada no Costa Alvarenga. Eu devia ter uns seis anos ou sete anos. Eu me lembro que quando eu fui para o Costa Alvarenga, eu já conhecia as primeiras letras.

Donana Brito, ela ensinava em sua própria casa introduzindo os seus alunos as primeiras letras. Era numa sala muito simples, muito humilde, os alunos ficavam sentados em cadeiras rodeando uma mesa muito ampla e ali ela dava suas aulas. Comecei a escrever as primeiras letras cobrindo aquelas letras que ela fazia. Atendia, tanto meninos quanto meninas, mas não tudo no mesmo horário, ela separava os mais adiantados dos mais atrasados. Demorei pouco tempo por lá, eu fui logo levada para o grupo recém-criado, o “Costa Alvarenga”.¹⁰



Figura 57 - Maria de Macedo Reis.

Fonte: Arquivo particular de Amada de Cássia Campos Reis

Iniciei a minha vida de estudante aos sete anos de idade numa escola particular, não tinha grupo escolar nesta época, as escolas funcionavam em casas particulares de pessoas que tinham capacidade para ensinar. Minha primeira professora foi Donana Brito que ensinava na sua própria casa, numa sala reservada para este fim, tinha uma mesa cercada de bancos em que a professora sentava com seus alunos. Na minha turma ela atendia cerca de 12 alunos tanto do sexo masculino como do feminino. As aulas da professora Donana Brito baseavam-se na exposição verbal, em desenhar nos cadernos dos alunos as primeiras letras para os alunos cobrirem, copiarem e repetirem passando também essas tarefas para levar para casa. Ela foi minha professora de alfabetização.

Para formar as palavras ela primeiramente juntava as letras para formar as sílabas: b-a ba, b-e be, b-i bi, b-o bo e b-u bu. Não tinha intervalo para recreio, chegava e só saía quando terminava. As aulas começavam às oito horas da manhã e terminavam às onze horas. Era uma professora que não tinha muita aproximação com os alunos, chegava, sentava numa cadeira e ia chamando os alunos um por um. O ensino era individual, pois não havendo lousa, o atendimento tinha que ser um aluno de cada vez utilizando seu próprio caderno. O material utilizado era somente cadernos, lápis e cartilhas.¹¹

¹⁰ Depoimento prestado por Amália do Espírito Santo Campos, em 12 out. 2004.

¹¹ Depoimento prestado por Maria de Macedo Reis, 6 set. 2004.

As escolas particulares de nível II eram equiparadas ao ensino primário e apresentavam-se em maior quantidade que os demais níveis. Estas escolas atendiam alunos com graus de aprendizagem diferentes. A vivência estudantil narrada por João da Silva Matos e Benedito Lopes Reis expõe as peculiaridades das escolas particulares de segundo nível:



Figura 58 – João da Silva Matos.

Fonte: Arquivo particular de Amada de Cássia Campos Reis

Antes de aparecer o grupo escolar e até mesmo depois dele, tinha muitas escolas particulares em Oeiras, posso citar algumas que levavam o nome de seus donos: escola de Augusto Feitosa, Rafael José de Farias, Doutor Pedro Sá, Doutor João Carvalho, Bembém Brito, Ana Brito, Zefinha Ferraz, Iáíá Brito, Sinhá Soído, dona Lodonha, Mundica Campos, Padre Cardoso e outros.

Estes professores reservavam a sala da frente de suas casas para darem aulas. Em algumas escolas os alunos levavam suas cadeiras e sentavam ao redor de uma mesa grande. As aulas geralmente eram pela manhã e começavam as 7 horas e iam até 10 horas, as da tarde, de 2 as 4. Lembro que o professor Rafael Farias dava aulas à noite e Dr Pedro Sá também, de 7 até 9 horas no aladim porque não tinha luz nas casas neste tempo.

Os alunos compravam seu material, cada um tinha uma lousa pequena pra escrever. Todo mundo tinha que comprar uma lousa daquela lá no comércio de seu Antonio Nenê ou na Casa Tapety. O livro mais usado era o de Felisberto de Carvalho, mas se começava com a Cartilha Analítica.

Os professores atendiam mais ou menos uns vinte alunos, eram só os mais ricos, pois a escola era particular e pobre não tinha como pagar, tendo vaga ia para a escola do governo.

Alguns professores usavam a palmatória, era para manter a ordem e fazer os alunos estudar.

O ensino era pesado, era bom mesmo naquele tempo, só não aprendia quem não queria, era melhor do que a de hoje em termos de qualidade. Os alunos aprendiam e se tornavam pessoas educadas e sabiam respeitar e tratar com fineza os outros, hoje não, até mesmo as professoras passam pelo cidadão, não sabe dar um bom dia. As professoras que passam por minha porta desse grupo aí do lado não sabem dar um bom dia e são professoras diplomadas.¹²

¹² Depoimento prestado por João da Silva Matos, em 12 out. 2004.



Figura 59 – Benedito Lopes Reis.

Fonte: Arquivo particular de Amada de Cássia Campos Reis

Seu Moisés ensinava na casa dele, na mesma rua que morou Dr. Machado, que dava para o riacho Mocha. Eram a sala da frente e um quarto os locais da casa onde ele ensinava. Os alunos sentavam numas cadeiras velhas de sola e escreviam apoiados numa mesa de pau. Ele ensinava só para meninos, tinha um bocado. Na falta de colégio público era tudo mesmo nas escolas particulares.

O professor Moisés não tinha muita conversa com aluno não, só ensinava e pronto e os alunos tinham respeito. Quem era besta de não obedecer? Metia o palmo. Castigava os alunos com a palmatória, era bolo de perder as mãos, o velho era malvado ele dava era à vontade. Tinha um menino que o velho Moisés só faltava matar de palmatória, era Benedito, ele morava aqui onde é o Correio hoje e onde era antigamente o quartel antigo. O velho era mau, mas felizmente ele não me surrou. Muito medroso, ficava na cadeira com o meu livro ali fazendo que estava lendo, que eu não sabia ler, gaguejando, por isso ele me conservou sem surrar.

As aulas começavam às 7 horas e iam até 11 horas direto, sem recreio, a brincadeira dos alunos era palmatória. Os alunos chegavam e iam tomando o seu lugar e do primeiro dia de aula até o final era sempre no mesmo lugar. O aluno chegava e ficava ali estudando esperando o professor entrar.

Seu Moisés ensinava o ABC, o b-a ba, usava o primeiro, segundo, terceiro e quarto livro de Felisberto de Carvalho, as quatro operações fundamentais e a tabuada. Quando a aula começava ele chamava os alunos para ver a leitura e a escrita e mandava o menino ler e dava o número, bem ou mal. Tinha também as apostas, a gente fazia a escrita e levava para uma pessoa julgar quem ganhava e quem perdia. O que ganhava metia o bolo em quem perdia. [...].

Não sinto saudades de meu tempo de estudante, ia porque era pra aprender. Era um tempo brabo, gente era tratado como animal, na palmatória. Hoje não, está tudo avançado¹³.

As escolas particulares de nível III eram freqüentadas por alunos que desejavam aprofundar-se nos estudos ou preparar-se para o ingresso em escolas secundárias fora da cidade. Os locais mais procurados pelos alunos oeirenses para dar continuidade aos estudos secundários eram Teresina (Liceu, na Escola Normal ou no Colégio Sagrado Coração de

¹³ Depoimento prestado por Benedito Lopes Reis (100 anos), em 12 out. 2004.

Jesus) e Floriano (Ginásio Santa Teresinha). Aqueles que tinham intenção de ingressarem nos cursos superiores dirigiam-se principalmente para Salvador ou Recife.

Os fragmentos de textos a seguir são recortes dos depoimentos prestados respectivamente por Amália Campos (2004) e Benedito Reis (2004) que atestam a existência e finalidade dessas escolas preparatórias em Oeiras:

Antes de sair para estudar fora eu me preparei recebendo algumas lições dadas pelo Dr. Pedro Sá que era juiz e muito amigo de meu pai, eu não esqueço disso porque foi ele quem incentivou meu pai a me botar no colégio lá em Teresina.¹⁴

Já rapaz estive no colégio do farmacêutico Dr. João Carvalho, que se chamava Externato Oeirense. Ele tinha um colégio ali onde hoje é a casa de Cazé e dava aulas auxiliado por Quincas. Era uma escola particular e foi lá que eu aprendi uma coisinha a mais. Estudei também com Dr. Pedro Sá, foi onde eu aproveitei bem matemática, português não entrava na minha cabeça não, agora matemática eu era bom.¹⁵

Observa-se nos depoimentos citados um compartilhamento e complementação de idéias que analisadas e combinadas orientam a composição de uma síntese permitindo traçar o perfil das escolas particulares de Oeiras no início do século passado. Souza (2004, p. 52) afirma que para a compreensão do passado educacional

torna-se necessário também tentar compreender a maneira com que professores e alunos reconstruíram sua experiência, como construíram relações, estratégias, significações por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos. Para isso, é preciso que a história da educação inclua o ponto de vista desses seus agentes, além de outros, como pais e administradores, e não somente o ponto de vista do discurso emanado das esferas mais altas do poder institucional.

Estas escolas particulares atendiam à elite oeirense, embora existissem pessoas de menor recurso que não mediam esforço em pagar por um ensino de melhor qualidade. Os professores escolhiam a sala de visita de suas casas, transformavam-na em sala de aula, que pela arquitetura predominante da época era o cômodo mais espaçoso com saída direta para a rua. Este ambiente era despojado, com mobiliário rústico composto por uma grande mesa de madeira ao redor da qual se acomodavam os alunos sentados em cadeiras de sola.

O material escolar consistia basicamente de pequenas lousas para uso individual dos alunos, cadernos, lápis e livros. Os livros preferencialmente adotados eram a “Cartilha

¹⁴ Depoimento prestado, em outubro de 2004, por Amália do Espírito Santo Campos, ex-aluna de escola isolada particular de Oeiras.

¹⁵ Depoimento prestado, em outubro de 2004, por Benedito Lopes Reis, ex-aluno da escola particular “Externato Oeirense”.

Analytica” de Arnaldo Barreto, para alunos iniciantes, além do “Primeiro livro de leitura”, “Segundo livro de leitura”, “Terceiro livro de leitura” e “Quarto livro de leitura” de Felisberto de Carvalho, para alunos com diferentes níveis de aprendizagem.

Segundo Frade (2004), a “Cartilha Analytica” de Arnaldo Barreto foi publicada pela primeira vez em 1909, pela Livrara Francisco Alves. Seguiu a tendência do método analítico partindo do todo para as partes e era destinada ao ensino de primeiras letras visando o processo inicial da leitura. Era impressa em papel de baixa qualidade, porém rica em expressão gráfica apresentando desenhos produzidos com uso de técnicas variadas feitos a bico-de-pena, desenho de aguada, aquarela e fotografias. As gravuras nesta cartilha eram utilizadas para estimular a percepção dos alunos, numa concepção intuitiva que passou a influenciar as cartilhas na época.

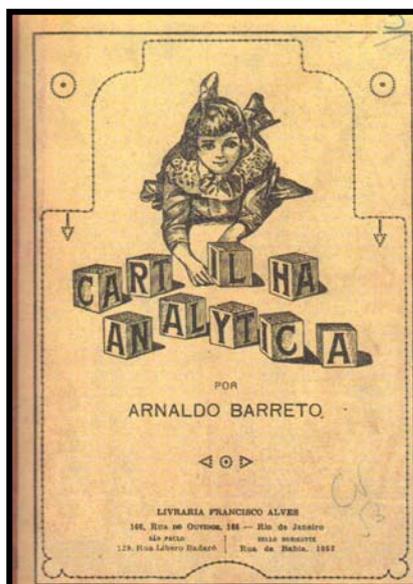


Figura 60 – Capa da Cartilha Analytica de 1923

Fonte: Imagem disponível em:

< <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/isabelcristina.pdf> >

As séries graduadas de leitura, como a de Felisberto de Carvalho, eram também publicadas pela Livrara Francisco Alves e conforme Oliveira e Souza (2000), sugeriram por ocasião da implantação dos grupos escolares no Brasil. Em Oeiras, antes mesmo de se implantar este novo modelo de organização escolar, os professores das escolas particulares de níveis II e III já utilizavam estes livros em suas aulas indicando seu uso de acordo com o adiantamento dos alunos. Com relação ao conteúdo analisado por estas autoras, os livros estão seqüenciados em lições

consoante o ideal almejado naquele momento, que era a formação da nacionalidade mediante a formação do cidadão republicano [...]. Foram estabelecidas normas de conduta moral e cívica que propagavam o culto à pátria, à família e à escola [...], lições de gramática, sistema métrico, Zoologia, Botânica, Agronomia, Geografia – apresentando alguns elementos químicos que compõem a natureza, além de algumas lições de História de Brasil e muitas poesias de autores brasileiros e portugueses, retratando o amor à pátria, ao próximo e, também, enaltecendo as belezas do Brasil. (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 30-31)

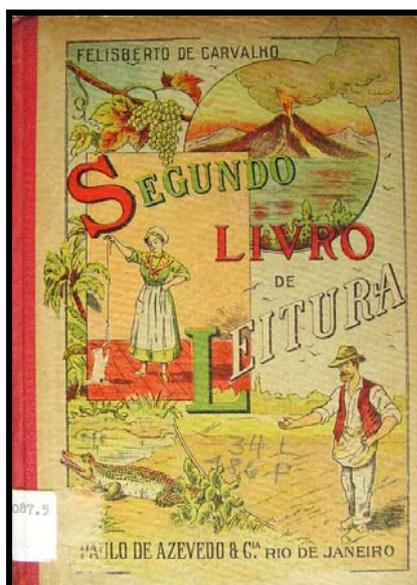


Figura 61 – Capa 90ª edição do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho, de 1934.

Fonte: Imagem disponíveis em < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/francisco150.html> > Acesso em: 12/05/2006

A seqüência de páginas estampadas na página seguinte, retiradas do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho, mostra um forte conteúdo de ordem moral e religiosa com a intenção de afastar os alunos do vício da embriaguez e conduzi-los na retidão dos costumes, de um comportamento social baseado nos bons hábitos dignos de um cidadão civilizado, exigência da nova sociedade em formação. Utiliza a figura do demônio, entidade sobrenatural de índole maléfica para aterrorizar os leitores, na sua grande maioria cristãos, e mantê-los afastados das tentações. Este livro inova por trazer no final de cada lição um texto manuscrito para que o aluno possa treinar sua caligrafia, além de um “exercício de raciocínio e de elocução”, como expressa o livro, para interpretação do texto lido estimulando a expressão escrita ou oral.

Esta lição é apenas um exemplo de muitas outras semelhantes no livro intencionalmente construídas para moldar um homem íntegro e útil à sociedade republicana, recaindo sobre a escola esta tarefa. Na opinião de Souza (2004, p. 62-63), a missão principal da escola neste período ia mais além: “mais que moldar, era preciso corrigir, regenerar através

da escola. [...] Cabia então à escola cumprir esse papel, servir de arma para realizar o progresso, isto é, a modernização a qualquer custo”.



Figura 62.

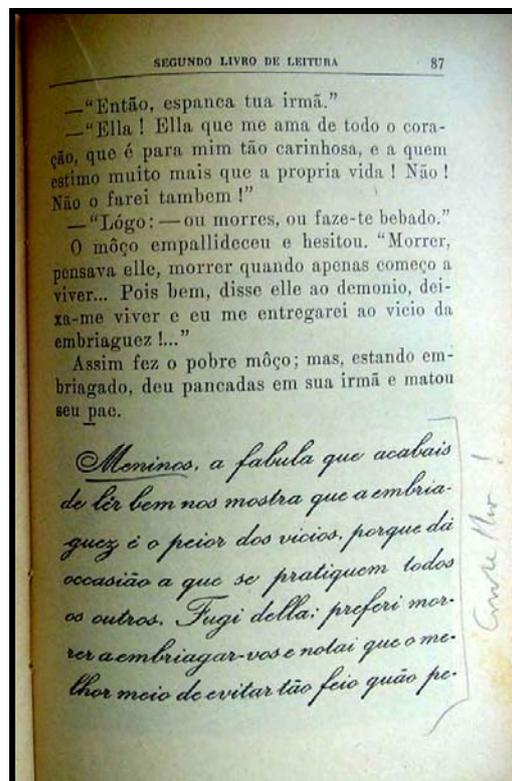


Figura 63.

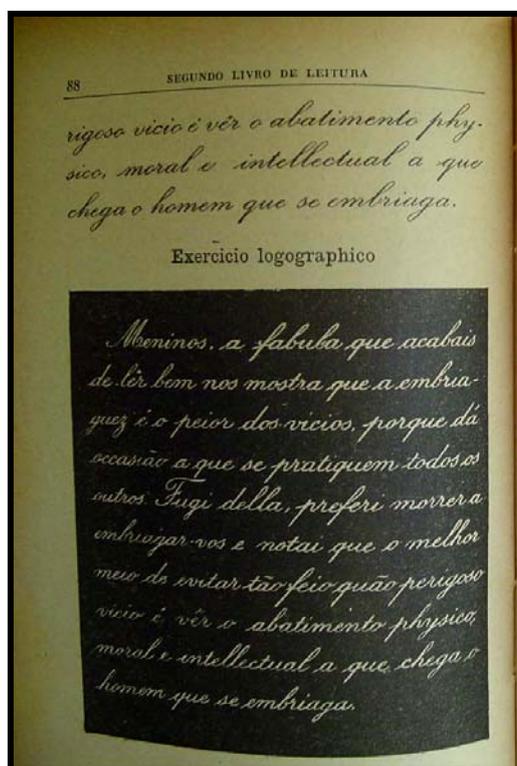


Figura 64.

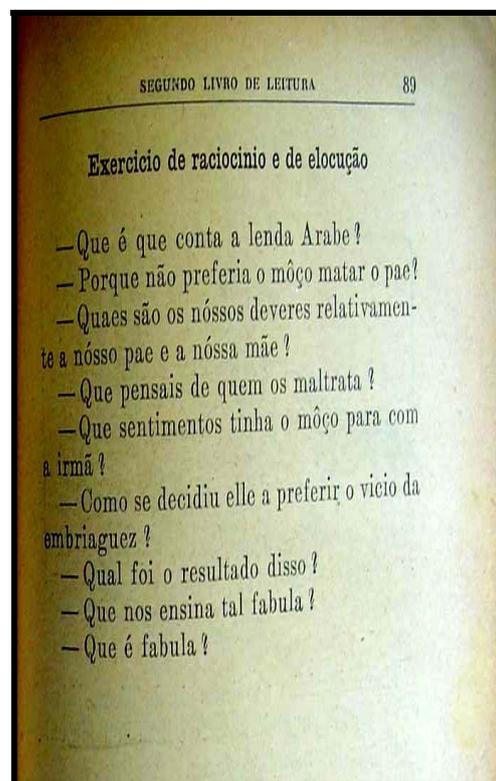


Figura 65.

Figuras 62,63,64 e 65 – Seqüência de páginas do Segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho
Fonte: Imagens disponíveis em < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/francisco150.html>> Acesso em: 12/05/2006

Levando em consideração a relação professor-aluno eram comuns nas falas dos entrevistados expressões como: “era uma professora que não tinha muita aproximação com os alunos”¹⁶; “alguns professores usavam a palmatória, era para manter a ordem e fazer os alunos estudar”¹⁷; “não tinha muita conversa com aluno não, só ensinava e pronto e os alunos tinham respeito, quem era besta de não obedecer? Metia o palmo. Castigava os aluno com a palmatória, era bolo de perder as mãos”¹⁸, numa demonstração que os professores conduziam suas aulas de forma enérgica com severa disciplina, mantendo uma relação autoritária com seus alunos, muitas vezes fazendo uso da palmatória para imprimir respeito ou para corrigir os erros das lições e das tabuadas não memorizadas, embora este instrumento de punição fosse legalmente proibido. Souza (2004), em seu estudo sobre a escola e a memória ao analisar os depoimentos dos alunos afirma que

A aversão que todos tinham em relação à memorização mecânica estava associada também à sua emblemática relação com o uso da palmatória. Não há memória de alunos daquele tempo que não relate um terrível encontro com a férula¹⁹. Ora era aplicada nos alunos desatentos, ora aos recalcitrantes, ora manifestava o arbítrio ou mau humor do professor, ora era aplicada nas sabatinas, no malfadados dias de quinau. (SOUZA, 2004, p. 93).

Tomando como base os ensinamentos transmitidos, nota-se que os professores das escolas particulares privilegiavam os conteúdos de Português e Matemática desenvolvidos por meio da leitura e da escrita (cópias e ditados), análise gramatical, memorização da tabuada e resolução e problemas envolvendo as operações fundamentais. Apesar de já está em voga o método analítico²⁰, alguns insistiam em utilizar o método sintético²¹, muito criticado na época por ser considerado mecânico e valorizar a decoração. A condenação do método sintético, segundo informa Amâncio (2000), ocorria principalmente porque para os republicanos a decoração, que era base deste método e muito utilizada nas escolas imperiais, não mais cabia ser empregada como prática nas modernas escolas do novo regime e precisava ser banida.

Atentando para as questões de ordenamento do tempo escolar, estas escolas particulares funcionavam preferencialmente nos turnos manhã e tarde, porém algumas consideradas de nível III, por atenderem a uma clientela formada por jovens geralmente com

¹⁶ Expressão contida na fala de Maria de Macedo Reis, 2004.

¹⁷ Expressão contida na fala de João da Silva Matos, 2004.

¹⁸ Expressão contida na fala de Benedito Lopes Reis, 2004.

¹⁹ Férula – sinônimo de palmatória

²⁰ Método analítico – método de alfabetização que toma a palavra como ponto de partida e depois esta é desmembrada em sílabas, ou seja, do todo para as partes.

²¹ Método sintético – método de alfabetização que parte dos elementos mais simples – a letra, para o mais complexo – a palavra, da parte para o todo por meio da soletração e silabação.

idade superior a 15 anos, desenvolviam suas atividades à noite. As aulas diurnas tinham uma duração média de três horas diárias enquanto que as noturnas este tempo era reduzido para duas horas, todas aconteciam sem intervalo para o recreio, novidade que só veio acontecer com o surgimento dos grupos escolares.

Mesmo depois da criação do Grupo Escolar “Costa Alvarenga”, em 1929, e o surgimento posterior da Escola Agrupada Armando Burlamaqui, em 1938, algumas escolas particulares permaneceram em pleno funcionamento, destacando-se entre elas o “Colégio Ateneu Santo Antônio” criado pela iniciativa do Cônego Cardoso e o Instituto Santo Antônio de propriedade do professor Madeira.

O Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos chegou a Oeiras em 1932 para assumir o comando da paróquia como vigário e nesta cidade deitou raízes a ela se afeiçoando, não medindo esforços no labor de seu sacerdócio de empreender feitos em favor desta terra que o acolheu. Após cumprir seu paroquiato de quase uma vintena de anos, antes de partir para Teresina, deixou um minucioso relatório datado de 15 de agosto de 1949, propositadamente escolhido por ser o dia consagrado à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Vitória, com o qual se dirigiu ao “povo católico de Oeiras”, como ele assim diz, dando ciência de seus atos. Em parte deste relatório ele se reporta às ações desenvolvidas no campo da educação como a criação de uma biblioteca e do “Colégio Ateneu Santo Antônio”. Por ser um dos raros documentos comprobatórios da existência de uma escola particular neste período encontra-se aqui transcrito na íntegra:

No salão paroquial, iniciei uma pequena biblioteca, que já tem, aproximadamente, duzentos volumes, mandando fazer estante, mesa, e alguns bancos, etc. Ainda no mesmo salão, fiz funcionar um pequeno colégio com o nome de Ateneu “SANTO ANTÔNIO”, colocando em uma das suas paredes, um belo quadro do seu patrono. Mobiliei-o com carteiras duplas e isoladas, com capacidade para quarenta alunos, o provi de mapas, quadro negro, livros pra movimento escolar, como também didáticos, e todo este mobiliário doei à querida Diocese de Oeiras, do que já fiz ciente ao Exmo e Revmo Sr Bispo Diocesano, para servir de início a um colégio nesta cidade, pelo qual sempre bati e trabalhei. Ainda cheguei a contratar professor de fora, mantendo-o aqui, mas muito ocupado com a paróquia, apesar de não ser professor, não podia dar ao Colégio uma assistência como desejava. Graças a Deus o Exmo e Revmo Sr Bispo mantém, também, o patriótico projeto de fundar um colégio, e para esta realização meritória, já tem dado alguns passos, contando, para isto, com o apoio e comprovada cooperação do Exmo Sr Prefeito Municipal – Augusto Rocha Neto. Assim os meus votos são para que esta histórica cidade tenha, em breve, o seu estabelecimento de ensino e que possa ministrar aos seus filhos, desprovidos dos bens materiais, a luz bendita de uma regular instrução secundária. Nunca regateei, nem jamais regatearei, o meu concurso, embora diminuto e modesto, para a realização de uma das maiores aspirações do povo oeirense (VASCONCELOS, 1988, p. 103-104)

Uma outra escola primária particular de nome “Instituto Santo Antônio” ganhou destaque em Oeiras, nos anos quarenta do século passado, dedicando-se principalmente a preparar seus alunos para os exames de admissão nos cursos secundários fora da cidade. Esta escola era de propriedade do professor Antônio Maria Madeira. Sua existência está registrada em ofício datado de 9 de março de 1944, em que o Prefeito Municipal e também Presidente do Conselho Popular de Instrução, Cel. Orlando Barbosa de Carvalho, comunica ao Diretor do Departamento de Ensino do Estado, Dr Manoel Sotero Vaz da Silveira seu estado de funcionamento nos seguintes termos:

A Prefeitura Municipal de Oeiras vem subvencionando o Instituto “Santo Antônio”, colégio de ensino primário, nesta cidade, de propriedade, direção e professorado único do Sr. Antônio Maria Madeira, desde a sua fundação até hoje, sem nenhuma interrupção, com a quantia de Cr\$ 1.080,00 anuário.

O referido colégio se obrigou, em compensação ao auxílio que lhe é prestado, a ministrar o ensino gratuito a quatro alunos pobres indicados pelo Prefeito.

O colégio, infelizmente, ainda não se acha devidamente aparelhado, ressentindo-se da falta dos mais rudimentares moveis, a começar das carteiras, e outros acessórios, que se tornam recomendáveis e proporcionam uma melhor acomodação aos alunos, e até mesmo o seu mais amplo aproveitamento.

O Prefeito Municipal de Oeiras além do recurso monetário acima aludido tem dispensado todo apoio moral ao Professor Antônio Maria Madeira, e, entre outros, lhe forneceu cartas de apresentação, com que, em excursões por este e diversos municípios vizinhos, fez a propaganda em favor do seu educandário.

A matrícula atual, conforme verifiquei pessoalmente quando da visita que fiz ao colégio, acusa a existência de 51 alunos, sendo 36 masculinos e 15 femininos, com a frequência de 36 meninos de ambos os sexos.

A despeito das deficiências apontadas, sobretudo no concernente às instalações do colégio, que não oferecem o conforto nem as facilidades tão úteis, delas decorrentes, e o que, aliás, sucede geralmente aos empreendimentos desta natureza em o nosso sertão, o Instituto “Santo Antônio” produz regular aprendizagem aos seus alunos.

O Professor Antônio Maria Madeira, não deixa de ser um esforçado batalhador, constituindo, embora com o seu modesto colégio, mais um elemento para difusão da instrução primária em Oeiras (OEIRAS, PREFEITURA MUNICIPAL, OFÍCIO..., 1944).

As escolas particulares eram conhecidas pelo nome de seus professores, considerados por muitos como grandes beneméritos dignos de louvor por sua contribuição em prol da educação oeirense. A maioria dos professores particulares que abraçaram a causa da educação fazia isto paralelamente à sua função profissional principal de médico, farmacêutico, juiz, padres, servidores públicos e as professoras por encontrarem nesta atividade um complemento da renda familiar e conquista de um espaço de destaque na sociedade. Era comum no Piauí, no final da primeira República, o ofício de professor ser assumido por pessoas de destaque intelectual, social e cultural. Segundo Ferro (1996, p.111), “quase todos exerciam o magistério como contribuição à melhoria da educação local, pois tinham outras atividades profissionais”.

No quadro a seguir são apresentados os nomes de alguns professores de escolas isoladas particulares da cidade de Oeiras, na primeira metade do século XX.

ANO	NOME	OBSERVAÇÃO
190-	Ana Govém Soído.	Professora particular. Conhecida pelo nome de Sinhá Soído, lecionou por mais de vinte anos em sua residência utilizando métodos disciplinares rígido com uso da palmatória (QUEIROZ, 1967, p. 2).
1907?	Rafael José de Farias.	Professor particular de escola primária, além de exercer a profissão de guarda-livros. Era por todos chamado de Seu Rafa. Como professor utilizou métodos considerados inovadores naquela época como simulação de eleição para ensinamento dos preceitos de democracia; em suas aulas desenvolvia atividades de leitura e interpretação de textos e capacitava seus alunos a fazer discursos para serem proferidos nas festividades cívicas. Fazia uso da palmatória para conseguir êxito com seus alunos. Dentre eles, destacou-se Raimundo Costa Machado, que se formou em cirurgião dentista, foi jornalista e poeta, dedicou seu primeiro soneto ao velho mestre, ajudando-o na velhice (CAMPOS, 1982, p.73; QUEIROZ, 1967, p. 2).
1914	Raquel de Carvalho Magalhães.	Professora normalista. Pertenceu à segunda turma de concludentes da Escola Normal Oficial. Dedicava-se apenas a alfabetizar (CAMPOS, 1982, p.73; BRITO, 1996, p. 62; QUEIROZ, 1967, p. 3).
1917	Moysés Pereira dos Santos.	Era nomeado como professor público, mas também mantinha uma escola particular. Exigente quanto à disciplina não hesitava em usar a palmatória (REIS, 2004, depoimento).
191-	Dr. José Epifânio Carvalho.	Professor particular. Era filho do Major Selemérico, foi também médico oftalmologista e clínico. Como professor, mantinha um curso preparatório para os alunos que iam prestar exames no Liceu de Teresina ou em outros locais (MATOS, 2004, depoimento).
191-	Augusto Mendes Feitosa.	Professor de escola particular para o sexo masculino. Costumava usar a palmatória, quando ia testar os conhecimentos transmitidos durante a semana (MATOS, 2004, depoimento).
191-	Cândido Soares.	Professor particular. Era conhecido por todos pelo nome de Candinho Soares. (QUEIROZ, 1967, p. 2).
191-	Iaiá Brito.	Professora particular de ensino primário. Manteve por pouco tempo uma escola onde hoje funciona a Câmara de Vereadores de Oeiras (MATOS, 2004, depoimento).
192-	Ana Leonor de Sousa Brito.	Professora particular. Ensinava as primeiras letras, preparando os alunos para o ingresso no grupo escolar. Era mais conhecida pelo nome de Donana Brito (CAMPOS, 2004, depoimento).
192-	Dr. João Carvalho.	Além de farmacêutico, exerceu a função de professor criando sua própria escola, o “Externato Oeirense”, escola preparatória para os cursos secundários fora cidade ou para quem desejasse um maior aprofundamento nos estudos. Sua dedicação para com a causa educacional rendeu-lhe a homenagem de ter uma escola com seu nome (REIS, 2004, depoimento).
192-	Quincas Martins.	Professor auxiliar do “Externato Oeirense”, encarregado da fixação dos assuntos explanados por Dr. João Carvalho (REIS, 2004, depoimento).
193-	Dr Pedro Sá.	Conciliou sua função de Juiz de Direito com as atividades de professor lecionando em sua residência, à noite, preparando os rapazes para o ingresso no Liceu ou que quisessem ampliar os conhecimento, principalmente em Matemática. Também preparava as moças para

		cursarem a Escola Normal. Tem, hoje, uma escola na cidade que traz o seu nome (REIS, 2004, depoimento; CAMPOS, 2004, depoimento).
1939	Possidônio Nunes Queiroz.	Dotado de grande inteligência e devotado aos livros foi um disseminador da cultura e da educação em Oeiras. Estreou no magistério como primeiro professor da escola “Domingos Afonso Mafrense”, criada pela União Artística Operária Oeirense, em 1939, e ao longo de toda sua vida propagou seu conhecimento a várias gerações.
193-	Hipólito Constâncio da Silva Reis.	Rábula e também professor. Criou uma escola particular em sua casa e foi também professor da escola “Domingos Afonso Mafrense”.
194-	Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos.	Criou uma escola de nome “Ateneu Santo Antônio”
194-	Antônio Maria Madeira	Criou uma escola primária particular de nome “Instituto Santo Antônio” que preparava os alunos para os exames de admissão dos cursos secundários (OEIRAS, 1944, ofício n.62)

Quadro 16 – Professores de escolas isoladas particulares da cidade de Oeiras.

Fontes: diversas: ofícios, quadros, livros e depoimentos orais.

1.3.1 Participação da União Artística Operária Oeirense no ensino de Oeiras

Com a República, iniciou-se o processo de democratização do país despertando no povo brasileiro a esperança de melhores dias, sentimentos de solidariedade e empenho em traçar o contorno de uma nova sociedade. Essa força evocativa manifestou nos cidadãos oeirenses o desejo de poder contribuir para o desenvolvimento da cidade que se modernizava. Oitenta e um trabalhadores de profissões diversas, reunidos em assembléia criaram, em 18 de dezembro de 1938, uma instituição proletária e instrutiva denominada União Artística Operária Oeirense (UAOO), que foi oficialmente inaugurada no dia 25 desse mesmo mês e ano, tendo como lema – União, Trabalho, Cultura e Justiça.

Ao longo da história, a humanidade sempre se dispôs a ajudar seu pares agrupando-se e tomando decisões que viabilizassem a vida social. O associativismo, segundo Gomes (2005, p. 14), “é uma forma de participação social, de atuação coletiva de homens e mulheres que objetivam transformar determinada realidade”, e a UAOO se propôs ao amparo e alevantamento das classes artísticas e operárias oeirenses, prestando assistência social ampla a seus associados. O quadro de sócios desta instituição era composto pelos membros remanescentes da União Artística Oeirense, além dos artistas e operários de ambos os sexos, compreendidos na faixa etária de 15 a 60 anos, independentemente de suas nacionalidades e crenças religiosas, não tendo limite de sócios.

Dentre os propósitos filantrópicos desta instituição, de acordo com o art. 3 de seu estatuto, ressalta-se a difusão da instrução com a criação de uma escola; a preparação para o trabalho através de oficinas; desenvolvimento da consciência cívica e moral por meio de

conferências patrióticas e incentivo às virtudes e combate aos vícios; fundação de jornais, bibliotecas e gabinetes de leitura; além da propagação da higiene.

A União Artística Operária Oeirense, efetivando sua determinação estatutária, criou, em 13 de maio de 1939, uma escola primária denominada “Domingos Afonso Mafrense”. A inauguração desta escola encontra-se registrada em ata da quinta sessão extraordinária daquela instituição, a qual descreve o clima solene em que este fato ocorreu. Além da maioria dos associados, estavam presentes nessa solenidade o Prefeito municipal, o vigário, professores do grupo escolar Costa Alvarenga, da escola reunida Armando Burlamaqui e do Instituto Santo Antônio e mais um acrescido número da elite intelectual oeirense.

A escola “Domingos Afonso Mafrense” era de instrução primária e noturna, funcionava no horário das 18:30 às 20:30 horas. Iniciou suas atividades nas dependências da sede provisória da União Artística Operária Oeirense localizada à Rua Coronel Mundico Sá, antiga rua do Hospital, lá permanecendo por mais de uma década até a associação ser transferida para prédio definitivo no início dos anos cinquenta. Reservava-se inicialmente a atender os adultos sócios da UAOO e seus familiares que carecessem deste atendimento, modalidade de ensino ausente em Oeiras na época. Sobre este benefício prestado pela instituição, declarou seu presidente, Raimundo da Costa Machado, no discurso de abertura da sessão inaugural da escola:

Estamos inaugurando a escola noturna Domingos Afonso Mafrense, destinada a instrução dos operários e artistas ou membros adultos de suas famílias, isto é, daqueles que por negligência ou forçados pela falta do tempo que o ganha-pão ocasiona, não puderam frequentar a escola pública que o governo mantém. A finalidade deste estabelecimento de ensino é, incontestavelmente, nobilíssima. A falta de tempo atrás referida a escola noturna sana por completo. Os que perderam a idade escolar, por não terem recursos para o fardamento exigido pela escola pública, devem agora aproveitar a nossa escola, onde poderão vir modestamente vestidos e calçados – mesmo com a roupa remendada e de alpercatas –, uma vez que observem o asseio indispensável (UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE, ATA...,1939, p. 57-58).

Para Araújo (1999), o ensino público brasileiro começou a se consolidar na década de 30 do século passado, período em que a educação básica de adulto passou a definir seu espaço na história da educação do país. Era um momento de grandes transformações, principalmente no que diz respeito às questões de produção, com o crescimento das indústrias e a necessidade de mão-de-obra qualificada gerando um aumento da procura de escolas. Isto fez com que surgissem campanhas, movimentos e instituições direcionadas aos assuntos

educacionais. A primeira campanha em favor da propagação da alfabetização de adultos no Brasil foi a Cruzada Nacional da Educação, deflagrada em 1932, por considerar o analfabetismo a causa maior dos problemas nacionais. No ensejo, a União Artística Operária Oeirense solidarizou-se com o movimento nacional e direcionou o ensino da escola Domingos Afonso Mafrense para acudir os associados e familiares destes que já tendo ultrapassado a idade de 15 anos não eram mais aceitos nas escolas públicas primárias. Sobre esse assunto, o Sr Luiz Rego de Carvalho, orador oficial da sessão de inauguração da escola, em seu discurso lavrado na ata da referida sessão assim declarou:

A União Artística Operária Oeirense, compreendendo perfeitamente que o problema máximo do Brasil é a extinção do analfabetismo, enceta a série de melhoramentos que pretende realizar, criando uma escola onde jovens nordestinos aprenderão as luzes benfazejas da instrução.

Coloca-se assim, como já disse, a União Artística Operária Oeirense ao lado da campanha bendita da Cruzada Nacional de Alfabetização, que vem envidando esforços para que o Brasil, a nossa grande Pátria, resolva esse problema máximo, ou melhor, arranque milhões de brasileiros das trevas da ignorância (UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE, ATA...,1939, p. 62-63).

Por determinação dos estatutos da União Artística Operária Oeirense, em seus art. 40, 41 e 43, as aulas da escola “Domingos Afonso Mafrense” deveriam ser regidas por um professor efetivo e um professor adjunto nomeados pela diretoria da instituição, escolhidos dentre os seus sócios que apresentassem os requisitos de ter habilitação para o cargo, boa conduta moral e cívica e não padecer de doenças contagiosas. Cabia ao professor, entre outras obrigações, cumprir o programa do ensino oficial do Estado; tratar os alunos com brandura e solicitude tornando as aulas prazerosas sem perder o controle da disciplina podendo-lhes aplicar penas de admoestação, suspensão ou expulsão quando esgotados os meios mais suaves de correção; dar um caráter prático às aulas; despertar nos alunos sentimentos morais e cívicos; assistir aos exames anuais; e responsabilizar-se pela escrituração da escola lançando em livros próprios a matrícula dos alunos e suas respectivas notas, deles extraindo cópias para serem encaminhadas ao Conselho da Instrução do Município, além de enviar mensalmente à Diretoria da Instrução Pública do Estado os mapas contendo informações sobre o funcionamento da escola.

Os primeiros sócios a assumirem a função de professor efetivo e adjunto da escola foram, respectivamente, Possidonio Nunes de Queiroz e Hipólito Constâncio da Silva Reis. A cerimônia de suas nomeações encontra-se documentada em ata da primeira sessão extraordinária da diretoria da União Artística Operária Oeirense ocorrido dois dias antes da

inauguração oficial da escola “Domingos Afonso Mafrense”, em 11 de maio de 1939, podendo-se nela ler:

[...] compareceram também o Professor e o Adjunto de Professor nomeados para servir na escola noturna Domingos Afonso Mafrense – os sócios Possidonio Nunes de Queiroz e Hipólito Constâncio da Silva Reis.

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, antes, palavras de estímulo e de encorajamento, na missão que iam encetar a prol da alfabetização dos nossos sócios e membros adultos de suas famílias, carecedores disso, concitando-os a encarar o problema com amor e a abnegação que ele merece.

Ato contínuo, todos de pé, foi-lhes deferido o compromisso, que aceitaram, de bem e fielmente desempenhar os cargos para que foram nomeados, sem dolo, nem malícia e em sã consciência, o que tudo prometeram (UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE, ATA..., 1939, p. 56).

Para cumprir seu desiderato, a escola “Domingos Afonso Mafrense” recebeu inicialmente um auxílio em material didático da Diretoria da Instrução Pública Estadual constante no quadro abaixo e a promessa de remeter oportunamente um mapa da América do Sul, um mapa-mundi, outro da África e da Oceania, além de dez carteiras de cinco lugares cada uma, conforme declaração pública de Raimundo da Costa Machado, ao proferir seu discurso de inauguração da escola.

QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL
05	Livros “Contos Pátrios”, de Olavo Bilac e Coelho Neto
10	Livros “Nossa Pátria”, de Rocha Pombo
30	Livros “Ciências Sociais”
30	Livros [Viagem através do Brasil] de Ariosto Espinheira – 2º, 3º e 4º volumes
02	Livros em branco [para escrituração da escola]
01	Resma de papel almaço
01	Mapa do Brasil
01	Mapa da América do Norte

QUADRO 17 – Lista de material enviado à escola Domingos Afonso Mafrense (Oeiras), pela Diretoria da Instrução Pública do estado do Piauí – 1938.

Fonte: Discurso de inauguração da escola Domingos Afonso Mafrense, proferido por Raimundo da Costa Machado, 1º presidente da União Artística Operária Oeirense. Arquivo da UAOO.

As aulas da escola “Domingos Afonso Mafrense” tiveram início dia 15 de maio de 1939, dois dias após sua inauguração. No quadro a seguir, construído com dados retirados do livro de matrícula, pode-se constatar que a primeira turma era composta de 23 alunos apenas do sexo masculino, embora fosse aberta para ambos os sexos. A inclusão de mulheres na escola ocorreu após nomeação de uma professora para atender turmas mistas. A escola se firmava adquirindo credibilidade e expandindo-se. O número de matrícula registrado nos seus livros confirma um crescente aumento de alunos a cada ano, chegando, em 1950, a atender

um total de 81 alunos, sendo 26 mulheres e 55 homens, sob a regência da professora Rosa de Viterbo Mendes Campos.

NÚMERO DE MATRÍCULA	IDADE	NOME DO ALUNO	NÚMERO DE MATRÍCULA	IDADE	NOME DO ALUNO
01	22	Antônio do Nascimento Dantas	13	16	Nilo Castro Ferraz
02	33	Custódio Pereira da Silva	14	16	Benedito Ferraz
03	21	Joaquim da Silva Copeiro	15	27	Miguel Pereira da Cruz
04	15	Manoel Porfírio da Paz	16	28	Divino José do Carmo
05	21	Paulo dos Santos	17	25	Raimundo Moreira da Silva
06	28	Raimundo Lopes de Oliveira	18	17	Pedro Ferreira Barbosa
07	16	Raimundo Moreira de Souza	19	14	José Ferreira da Silva
08	27	Joaquim Moreira da Silva	20	29	Silvério Alves Ferreira
09	25	José Ribamar Cassiano	21	23	Aderson Manoel de Souza
10	25	Aldemar da Silva Carmo	22	38	Altino Pereira de Souza
11	28	Fernando Martins de Souza	23	36	José Santana e Silva
12	23	José Fonseca Lemos			

QUADRO 18 – Alunos da 1ª turma da escola “Domingos Afonso Mafrense” – Oeiras – 1939.

Fonte: Livro de matrícula da escola “Domingos Afonso Mafrense” – 1939. Arquivo da União Artística Operária Oeirense.

A União Artística Operária Oeirense mantém-se firme até os dias atuais e nesta sua longa trajetória tem deixado marcas de grande relevo social para Oeiras. A escola “Domingos Afonso Mafrense”, aqui mostrada nos seus primeiros anos de funcionamento, mas que sobreviveu até início dos anos 70, foi sem dúvida uma valiosa contribuição que a instituição prestou para a educação da cidade e pode ser considerada como a primeira iniciativa para uma educação inclusiva acolhendo aqueles excluídos das escolas pela idade ou por suas condições financeiras, oportunizando seu acesso ao saber.

Concebendo a educação em seu sentido mais amplo, a União Artística Operária Oeirense cogitou de uma formação para além do campo de um conhecimento letrado, unindo a esta uma prática cidadã preocupando-se também com uma educação para o convívio social e para a melhoria das condições de trabalho de seus associados. Participava de campanhas de saúde divulgando noções básicas de higiene e informações preventivas contra doenças, como os panfletos das figuras 66 e 67 abaixo; promovia festas beneficentes e de confraternização, encabeçava as comemorações de 1º de maio, dia do trabalho; oferecia cursos práticos de datilografia, parteira, costura; além de outras ações sociais.

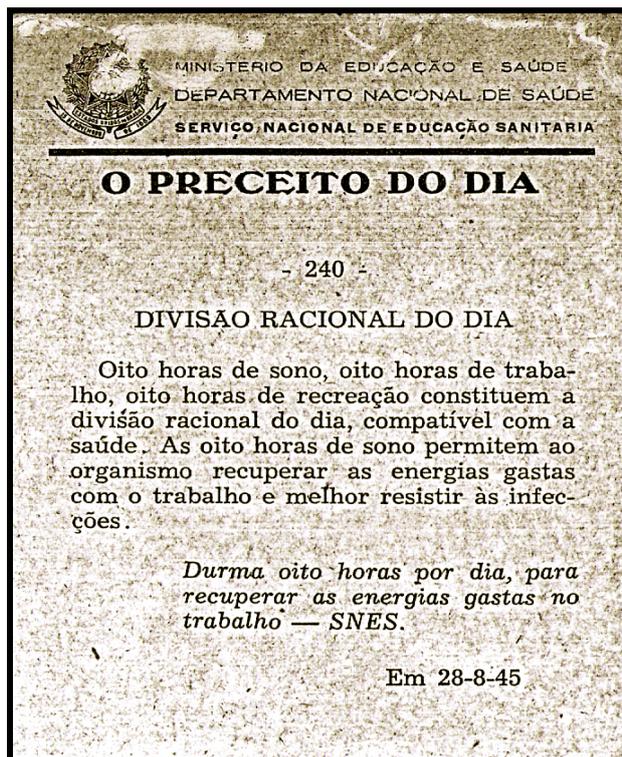


Figura 66

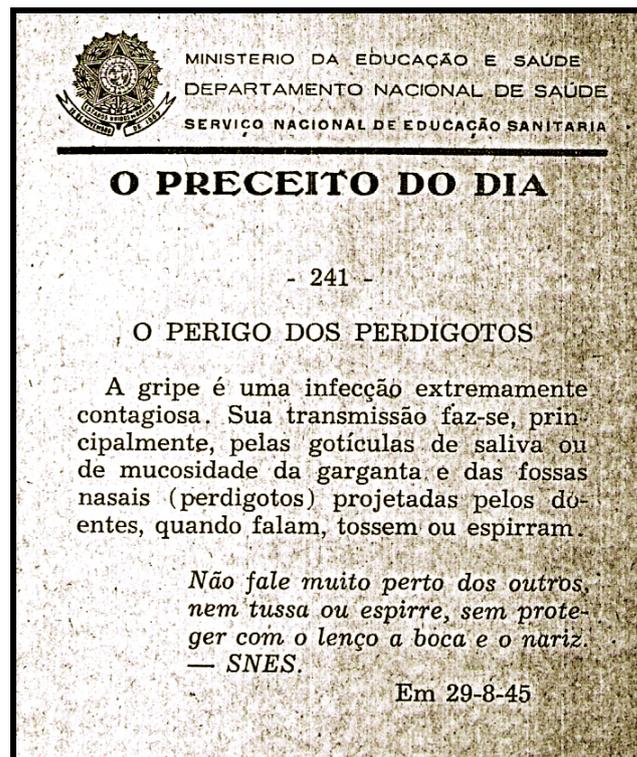


Figura 67

Figura 66 e 67 – Panfletos de campanhas educativas de cuidados com a saúde – 1945.

Fonte: Arquivo da União Artística Operária Oeirense.

A falta de empenho governamental para com as questões educacionais de Oeiras desde que esta perdeu o status de capital, não determinou a acomodação do seu povo, “não se espera mais o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para obtenção do bem [educação], por ser um direito social”. (GOHN, 2001, p. 18). Esta reação da sociedade oeirense tornou-se mais evidente com o surgimento da República. Embalados pelo ideal republicano²² e conscientes de que através da educação poderiam contribuir para o crescimento de sua terra, os letrados de Oeiras abriram as portas de suas casas para a propagação da instrução e criaram associações em defesa da educação. Ainda que não atingissem a todos estas iniciativas salvaguardaram muitos oeirenses do completo analfabetismo.

²² “[...] sonho da República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade ou o sonho de, pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme em uma Nação à altura das mais progressivas civilizações do Século” (NAGLE, 1974, p. 100).

CAPÍTULO IV

CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM OEIRAS

Aborda a transição do modelo de escolas isoladas para o modelo dos grupos escolares e a consolidação do ensino público com a criação do primeiro grupo escolar de Oeiras, o Grupo Escolar Costa Alvarenga, além de percorrer a cultura escolar desta instituição através da memória de seus atores.

1 SURGIMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES

1.1 Reorganizando a educação

O modelo de grupo escolar passou a ser adotado no Brasil no final do século XIX. São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a estrear, em 1894, esta nova forma de organização institucional. Segundo Reis Filho (1995), os grupos escolares foram criados com a intenção inicial de reunir em um mesmo local cerca de quatro a dez escolas isoladas ficando seus professores subordinados a uma mesma direção.

Esta versão preliminar na forma de escolas reunidas em que cada professor compartilhava o mesmo teto regendo independentemente classes heterogêneas quanto ao nível de aprendizagem foi cedendo lugar a uma organização em classes seriadas que se elevavam progressivamente a cada ano letivo, característica marcante dos grupos escolares. Quanto à organização destas instituições Vidal (2006, p. 8) afirma:

Constituindo-se como escolas graduadas, os Grupos Escolares aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e seqüencial substituíu as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo uma nova hierarquia funcional pública.

A criação do modelo de grupo escolar fazia parte das inovações contidas no projeto republicano de mudar as feições da educação brasileira como sinal de um novo tempo e reação ao antigo modelo de escolas isoladas imperiais. Com a criação dos grupos escolares, na opinião de Faria Filho e Vidal (2000, p. 24-25),

os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular. [...] Apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista.

Para Faria Filho (1998), os novos espaços escolares deveriam ser construídos obedecendo às normas de higiene necessárias ao convívio de um número elevado de pessoas em um mesmo ambiente, levando também em consideração os novos preceitos pedagógicos, além de chamar atenção pela sua monumentalidade provocando admiração e transmitindo a sensação de estabilidade do novo regime emergente, tornando o poder público mais visível.

Com o sucesso da experiência paulista, essa nova forma de organização escolar passou a ser copiada por outros estados brasileiros. No quadro abaixo consta o nome de alguns estados brasileiros com o respectivo ano de criação de seu primeiro grupo escolar:

ESTADO	ANO	ESTADO	ANO
São Paulo	1894	Espírito Santo	1908
Rio de Janeiro	1897	Santa Catarina	1908
Maranhão	1903	Mato Grosso	1910
Paraná	1903	Sergipe	1911
Minas Gerais	1906	Paraíba	1916
Bahia	1908	Piauí	1922
Rio Grande do Norte	1908		

Quadro 19 – Relação de alguns estados brasileiros com o respectivo ano de criação de seu primeiro grupo escolar.

Fonte: VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: _____ (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

No Piauí, no ano de 1905, já se ventilava a idéia de criação de grupos escolares. Em Mensagem apresentada à Assembléia legislativa no dia 10 de junho de 1905, o Governador do Estado, Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, informa que dentre as necessidades para a melhoria do ensino público apontada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Miguel de Paiva Rosa estava a “transformação das quatorze escolas da capital em três grupos escolares”. Para Lopes (2006), esta idéia partiu da insatisfação para com o tradicional modelo de escolas isoladas adotado ao longo dos anos, objetivando uma maior

fiscalização das ações pedagógicas, como também proporcionar um ambiente higienizado tirando a escola da esfera doméstica, tornando-a verdadeiramente pública. Porém a adoção desse modelo exigia o dispêndio de grandes quantias em dinheiro, condição desfavorável à precária situação financeira do Estado e o sonho da modernidade escolar continuou a ser acalentado por quase uma vintena de anos, até a criação do primeiro grupo escolar em 1922, embora a criação legal dos grupos escolares já tivesse sido autorizada pela reforma do ensino de 1910.

O processo de transição do modelo de escolas isoladas para o de grupos escolares, no Piauí, ocorreu lentamente, a exemplo de outros estados brasileiros¹. Primeiramente, conforme comprova a mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo governador Antonino Freire da Silva, no dia 1º de junho de 1911, foi adotado o regime de escolas reunidas considerado transitório entre as escolas isoladas e os grupos escolares: “a instrução teve no ano passado regular desenvolvimento. Nesta capital foram installados em prédios confortáveis e adaptados ao seu destino, **três escolas reunidas** e quatro isoladas” (grifo nosso).

A opção em adotar primeiramente, em 1910, o regime de escolas reunidas, se deu pelo fato de que este tipo de escola demandava menos gastos para sua implementação do que os exigidos para a instalação de um grupo escolar. Segundo Souza e Faria Filho (2006, p. 28), os grupos escolares como “novo modelo de escolas exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático”, e a circunstância

¹ Para maior aprofundamento da temática sobre grupos escolares leia as obras: “Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910), de Rosa Fátima de Souza, (1998), em que a autora apresenta uma análise do modo de estruturação da escola primária paulista dentro da nova proposta educacional republicana; “Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República”, de Luciano Mendes de Faria Filho, (2000), que trata do novo modo de concepção e organização da educação pública primária belo-horizontina, ressaltando o contraste entre as precárias escolas isoladas e a suntuosidade dos grupos escolares; “Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba”, de Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2002), que aborda a formação do sistema educacional público da Paraíba, de suas origens ao ano de 1950, caracterizando os modelos de escolas isoladas e grupos escolares; e “Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971) organizada por Diana Gonçalves Vidal (2006), que condensa artigos de autores como Antônio de Pádua Carvalho Lopes, Diomar das Graças Motta, Jorge Carvalho do Nascimento, Lúcia Maria da França Rocha e Maria Leda Ribeiro de Barros, Martha Maria de Araújo e Keila Cruz Moreira, Elizabeth Poubel e Silva, José Carlos Souza Araújo, Lola Yazbeck, Sônia Camara e Raphael Barros, Marcus Levy Albino Bencostta, Maria Isabel Moura Nascimento e Vera Lúcia Gaspar da Silva, versando sobre a implantação dos grupos escolares nos estados do Piauí, Maranhão, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, e Santa Catarina, além do texto de Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho mostrando um balanço dos estudos feitos sobre o tema grupo escolares, nos últimos dez anos. Este livro tem a importância de contribuir para a ampliação do conhecimento a respeito das semelhanças e singularidades na criação destas instituições educativas.

de escassez financeira do Estado impedia-lhe de fazer frente à adoção dos grupos escolares naquele momento.

O Piauí viu nascer o seu primeiro grupo escolar em 1922 – o Grupo Escolar “Miranda Osório” – na cidade de Parnaíba, “resultado da ação do poder municipal, uma vez que o poder estadual limitava-se à manutenção das escolas reunidas da capital” (LOPES, 2006, p. 91). Oeiras por sua vez, veio experimentar esta nova realidade educacional, em 1929, com a inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga”. Segundo Lopes (2001, 2006), no período que se estende de 1922 a 1930, por ele considerado de implantação e consolidação do modelo grupo escolar no Piauí, foram criados, na capital e interior, 17 grupos escolares. A este número deve-se no entanto somar mais um, acrescendo o total para 18 com a inclusão do Grupo Escolar “Costa Alvarenga”. O quadro a seguir apresenta os grupos escolares criados no Piauí neste período:

ANO	LOCAL	NOME DO GRUPO ESCOLAR
1922	Parnaíba	Grupo Escolar “Miranda Osório”
1926	Teresina	Grupo Escolar “Demóstenes Avelino”
1928	Teresina	Grupo Escolar “José Lopes”
		Grupo Escolar “Antonino Freire”
		Grupo Escolar “Teodoro Pacheco”
		Grupo Escolar “Matias Olímpio”
	União	Grupo Escolar “Fenelon Castelo Branco”
	Parnaíba	Grupo Escolar “José Narciso”
	Livramento (hoje, José de Freitas)	Grupo Escolar “Pe. Sampaio Castelo Branco”
	Barras	Grupo Escolar “Matias Olímpio”
	Campo Maior	Grupo Escolar “Valdivino Tito”
1928 / 1929*	Picos	Grupo Escolar “Coelho Rodrigues”
	Floriano	Grupo Escolar “Agrônomo Parente”
1930	Oeiras	Grupo Escolar “Costa Alvarenga”
	Pedro II	Grupo Escolar “Marechal Pires Ferreira”
	Cocal	Grupo Escolar “José Basson”
	Teresina	Grupo Escolar “Barão de Gurguéia”
	Piripiri	Grupo Escolar “Padre Freitas”

Quadro 20 – Relação dos grupos escolares criados no Piauí de 1922 até 1930

Fontes: Lopes (2001, 2006) e Mensagens apresentadas à Câmara Legislativa pelos Governadores Mathias Olympio de Mello (1927, 1928) e João de Deus Pires Leal (1929) – Arquivo Público do Piauí: Casa Anísio Brito.

* O Grupo Escolar Costa Alvarenga foi criado no ano de 1928 e entrou em funcionamento no ano de 1929.

Firma-se então o modelo de grupo escolar no Piauí com a implantação deste tipo de instituição escolar, tanto na capital como no interior do Estado. Criados como tal ou a partir da transformação de escolas reunidas, os grupos escolares passaram a fazer parte do cenário urbano sendo vistos como símbolos de modernidade e autênticos templos do saber e do progresso. Porém, o surgimento dos grupos escolares não suprimiu de vez a existência das escolas isoladas, podendo estas ser encontradas em muitas localidades rurais ainda em nossos dias com a denominação mais usual de escolas multisseriadas.

O modelo de grupo escolar foi oficializado no Piauí pela Lei 548 publicada em 30 de março de 1910, que reformulou a instrução pública do Estado. Para execução desta lei foi baixado o Decreto 434, em 19 de abril daquele mesmo ano, mandando observar o “Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí”. Foi com este regulamento que o ensino público do Piauí tomou novos rumos inserindo-se na proposta de mudança para a modernidade exigida pelo regime republicano. No entanto, sua aplicação não se deu de imediato, mas de forma gradativa. Apesar de sofrer algumas alterações feitas pela Reforma em 1921, expedida pelo Decreto 771, de 6 de setembro de 1921, os princípios básicos da Lei de 1910 foram mantidos até 1930.

De acordo com o Regulamento de 1910, as escolas de nível primário dividiam-se em escolas isoladas, grupos escolares e Escola Modelo (Art. 76), porém, conforme julgasse conveniente, poderia o governo criar escolas reunidas. O ensino era de natureza elementar e complementar, sendo o primeiro dado pelas escolas isoladas², e o segundo, nos grupos escolares, na Escola Modelo e nas escolas complementares da capital.

O Regulamento de 1910 idealizava os grupos escolares como escolas graduadas divididas em quatro classes seriadas e cada uma regida por um professor com a recomendação de que aqueles que assumissem turmas de 1º ano deveriam acompanhar seus alunos até o 4º ano e se estas turmas excedessem de mais de sessenta alunos seriam os professores auxiliados por um adjunto.

Foram inventados novos modos de agir e pensar necessários à construção da nova sociedade republicana piauiense, cabendo à escola “preparar a mocidade para o bom desempenho dos deveres de cidadão” (Art. 10), e para tanto, deveria o ensino “promover a educação intelectual, moral e physica” (Art. 2). Assim sendo, ao professor recaía-lhe a obrigação de “desenvolver em seus alunos o amor e a aplicação ao estudo e incutir-lhes, pela palavra e pelo exemplo, o sentimento do bem e da virtude e do amor às instituições” (Art.170, § 13).

O Regulamento de 1910 determinava que o currículo das escolas primárias seria composto pelas seguintes disciplinas: “leitura, grammatica, escripta, calligraphia, arithmetica, geometria, geographia geral, geografia do Brasil e cosmographia, história do Brasil, noções de sciencias physicas e naturaes, música, desenho, gymnastica, exercícios militares e trabalhos manuaes”. A educação moral e cívica deveria ser o cerne da ação educativa, não ocupando uma disciplina em especial, mas permeando todo o curso primário. O bloco formado pela

² Inclui-se neste rol as escolas reunidas que não passavam de ajuntamento de escolas isoladas mantendo suas características multisseriadas.

reunião das disciplinas como desenho, trabalhos manuais, ginástica, exercícios militares e espontâneos, era denominado, na época, de educação física e se constituía num conjunto de ações e modos de comportamentos considerados saudáveis visando canalizar as energias da criança para algo útil e necessário à organização do seu cotidiano como pessoa civilizada, além de despertar sentimentos cívicos e patrióticos.

Para Souza (2000a), com a adoção do modelo das escolas graduadas houve uma reformulação no currículo através da introdução nos programas de ensino primário de novas disciplinas, principalmente Ciências, Desenho e Educação Física que se adequavam com a proposta de modernidade republicana, ou seja, estas disciplinas eram tidas como necessárias, pois seus conteúdos colaboravam para a regeneração, progresso e modernização do país. Souza (2000b, p. 107-108) também informa que a introdução da Educação Física na escola foi justificada por Rui Barbosa tomando como base o princípio da “educação integral – educação física, intelectual e moral –, apelando para a indissociabilidade entre o corpo e o espírito” e que os exercícios militares compreendiam, além de outras atividades, as marchas e formações em filas, oferecendo uma “representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a nova ordem. Ao desfilar pelas ruas da cidade, manifestavam todo o sentido simbólico da escola no meio social”.

O tempo escolar foi também reordenado pelo Regulamento de 1910 tendo em vista torná-lo mais prático e proveitoso. O ano escolar correspondia ao período compreendido entre 15 de janeiro a 15 de novembro, intercalado por dois meses de férias e sofrendo interrupções nos feriados determinados pela União e pelo Estado. Um dia letivo tinha a duração de quatro horas e na organização do horário diário o regulamento recomendava que, no seu primeiro momento, a atenção fosse dada, preferencialmente, às lições e exercícios que exigissem maior esforço por parte do aluno, tendo a preocupação de que cada atividade não excedesse a 40 minutos, além de sugerir que fossem aplicados exercícios variados de modo a manter o aluno sempre ocupado, mas sem enfado. Ainda com relação ao tempo, este regulamento inovou com a adoção do recreio ao dividir o dia letivo em dois momentos interpondo um intervalo de meia hora para o descanso.

Toda esta racionalização do tempo não é determinada de forma neutra, mas intencional visando o controle do funcionamento da escola. Faria Filho e Vidal (2000), dizem que para o cumprimento deste tempo, os grupos escolares passaram a utilizar normas e objetos de controle do tempo como o relógio e a sineta ou campainha que foram incorporados ao seu cotidiano tornando-se elementos constituintes de sua cultura.

A disciplina escolar tornou-se mais branda em comparação à rígida disciplina adotada nas escolas isoladas em que muitas vezes seus professores não hesitavam em fazer uso da palmatória, apesar deste instrumento já ter sido proibido por lei desde 1864. O Regulamento de 1910 expressava que os castigos corporais fossem terminantemente proibidos e que a disciplina deveria repousar essencialmente na afeição dos alunos, devendo o professor tratá-los de forma afetuosa a fim de conquistar-lhes o gosto e prazer em freqüentar a escola por meio de conselhos e persuasão amistosos e não pelo temor.

Como instrumento disciplinador, quer de estímulo ou de correção, os grupos escolares deveriam adotar prêmios e aplicações de penas. Os prêmios se constituíam numa forma de elogios aos alunos considerados *comportados*, que freqüentassem regularmente a escola e que obtivessem bons rendimentos nos estudos. Os nomes dos *melhores alunos* seriam destacados e colocados em quadros de honra obedecendo a seguinte classificação: aplicação, comportamento e assiduidade, e a eles entregues, no encerramento do ano escolar, obras literárias, de preferência, procurando estimulá-los nos estudos despertando o desejo de aprender.

Os castigos tinham a intenção de corrigir a desobediência, insubordinação e rebeldia cometidas pelos alunos indisciplinados e servir de exemplo aos demais. Conforme a gravidade do ato cometido, as sanções previstas pelo Regulamento de 1910 iam da simples repreensão feita em particular, perante a classe ou diante de toda a escola reunida, passando pela privação do recreio, rebaixamento de classe, podendo ser suspenso das aulas por três dias pelo professor, ou mesmo chegar ao extremo de ser excluído da matrícula por ato do Diretor Geral.

A verificação da aprendizagem baseava-se em exames classificados como de promoção, finais e de estudos primários. Os exames de promoção pretendiam medir a capacidade de aprendizagem dos alunos ao longo do ano letivo considerando-os aptos ou não a cursarem o ano imediatamente superior; os exames finais, aplicados a cada três anos, correspondendo ao final do ensino elementar, davam aos aprovados o direito de serem matriculados no ensino complementar; por fim, os exames de estudos, aplicados no quarto ano, que correspondia ao ensino complementar, versavam sobre toda matéria do curso primário e sua aprovação permitia a matrícula do aluno na Escola Normal ou no 1º ano do Liceu Piauiense.

Tinham direito aos exames de estudos tanto os alunos das escolas públicas como das escolas particulares ou associações, bastando para isso que os professores ou diretores

destas últimas escolas requeressem às autoridades competentes a nomeação das comissões para procedimento dos exames.

Além dos exames citados acima, deveriam as escolas, após conclusão do curso primário, fazer exposição dos trabalhos de desenho feitos pelos alunos e dos trabalhos de agulha feitos pelas alunas, podendo os mesmos ser argüidos sobre a sua produção.

As avaliações deveriam levar também em consideração os aspectos qualitativos no que diz respeito ao comportamento, aplicação, freqüência e assiduidade dos alunos. Aos professores cabia tomar, diariamente, nota destes dados em fichas próprias e deles se servirem como base para aferirem as notas mensais dos alunos que seriam lançadas em boletins e encaminhados aos pais, tutores ou responsáveis para sua ciência e posterior devolução aos professores.

Veja abaixo o modelo da ficha individual de acompanhamento diário de cada aluno, com colunas para o registro do rendimento, do comportamento, do horário de entrada e saída com justificativas para atrasos e motivo de saídas antecipadas.

(NESTE LIVRO DE PONTO O PROFESSOR LANÇA, DIARIAMENTE, A APROVAÇÃO, COMPORTAMENTO ENTRADA E SAHIDA DE CADA ALUMNO (ART. 12, § 1.º DO REG.)

Curso _____ Anno _____ Professor _____ Mez de _____ de 19__

NUMEROS DE DA	1		2		3		4		5		6		7		8		9		&		&		31		
	Ordem	Matricula	App.	Entrada																					
NOMES																									

Figura 68 – Modelo de ficha de acompanhamento diário dos alunos – 1910.

Fonte: Anexos do Regulamento Geral da Instrução Publica do Estado do Piauí, de 1910.

A página seguinte traz o modelo do boletim que deveria ser adotado pelos grupos escolares e demais escolas do Estado, onde constava, entre outras informações, as notas, o conceito do comportamento, as faltas referentes a cada mês, nomes do pai ou tutor e a média dos exames.

BOLETIM ANNUAL

ESCOLA _____

19 _____

{—BOLETIM—}

d _____ alumn _____ matriculad _____ na _____ classe
do Curso _____

MEZES	Applencia	Comportamento	Comportamento	Faltas	Média de exames	Marcas	Refeições	NOME DO PAE OU TUTOR	RESIDENCIA
JANEIRO									
FEV.									
MARÇO									
ABRIL									
MAIO									
JUNHO									
JULHO									
AGOSTO									
SETEMBRO									
OUTUBRO									
NOVEMBRO									

A Directora,

Figura 69 – Modelo de Boletim – 1910

Fonte: Anexos do Regulamento Geral da Instrução Publica do Estado do Piauí, de 1910.

2 GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA: ALIMENTANDO SONHOS E ESPERANÇAS.

Ao escrever a história de uma instituição escolar é preciso ter em mente o que diz Magalhães (1999, p. 64):

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Isto implica um estudo que abrange aspectos físicos, organizacional, social e cultural da escola, englobando desde o processo de sua criação, estruturação física, os procedimentos pedagógicos e gestacionais, a revelação dos sujeitos com seus modos de pensar e agir, as relações de convivência, resgatando sua identidade dentro da comunidade na

qual foi gerada e que por sua vez está inserida e sofre influência de um sistema mais amplo. É com o propósito de “(re)escreve-lhe o itinerário de vida” que aqui serão expostos alguns aspectos que marcaram os primeiros vinte anos de existência do Grupo Escolar Costa Alvarenga, fruto de uma investigação baseada, principalmente, nos questionamentos sobre as práticas escolares lá ocorridas, como prova de aceitação do convite feito por Julia (2001, p. 12) aos historiadores da educação que para conhecer uma instituição escolar “convém voltar para o funcionamento interno dela” e conhecer sua cultura.

Para Julia (2001, p. 15), “a história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço”. A desculpa de abrir espaços nas estantes fez com que muitos livros, cadernos, diários, e outros materiais utilizados no Grupo Escolar Costa Alvarenga fossem destruídos, restando ao historiador a criatividade de reconstruir o cotidiano escolar lançando mão do pouco que sobrou, da legislação oficial e dos depoimentos orais.

No delineamento dos traços que caracterizaram o Grupo Escolar Costa Alvarenga buscou-se inspiração nas categorias de análise propostas por Magalhães (1998), Gatti Jr. (2002) e Buffa (2002), entre outros, por considerá-las pertinentes e orientadoras aos pesquisadores que se dedicam ao estudo das instituições escolares. No roteiro investigativo para o estudo desta escola, destacam-se aspectos como o processo de sua criação e instalação; o patrono escolar; o edifício escolar e o funcionamento (sujeitos envolvidos, conteúdos abordados, o uso do tempo, o material escolar, os aspectos legais, normativos e administrativos, fazeres docentes, relacionamento professor-aluno, disciplina e outros predicamentos que venham contribuir para a reconstrução de sua cultura escolar).

2.1 A concretização de um desejo

O ensino público da cidade de Oeiras chegou aos anos de 1920 envolvido em uma situação de precariedade. Não existia ensino de nível secundário e as duas escolas públicas primárias de que se tem notícia na época, além de não poder atender a todos que a elas recorriam, já não atendiam aos apelos da população que exigia um ensino de maior qualidade encontrando como única saída recorrer às escolas particulares.

Incomodada com tal situação a sociedade local reagiu e a União Artística Oeirense³ encabeçou um movimento em favor da criação do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

³ União Artística Oeirense – antiga associação filantrópica idealizada pelo poeta Nogueira Tapety, em 1912, que serviu de base para a criação da União Artística Operária Oeirense, em 1938.

Representantes desta instituição, em audiência com o Governador do Estado, Doutor João de Deus Pires Leal, solicitaram a criação do primeiro grupo escolar de Oeiras que foi efetivada por ofício de 15 de setembro de 1928. (UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE, LIVRO DE ATA, 1938, p. 26-27). Oeiras viu a concretização deste sonho com a inauguração oficial do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 21 de abril de 1929.

A cidade se mobilizou para receber esta grande benfeitoria. Uma escola deste nível necessitava de acomodações dignas e foi escolhido o sobrado João Nepomuceno, cedido pelo poder municipal, para abrigar, provisoriamente, o Grupo Escolar Costa Alvarenga, local onde também funcionou, posteriormente, o Palácio Episcopal (1949-1978) e que hoje sedia o Museu de Arte Sacra de Oeiras (vide figuras 70, 71 e 72). Este prédio não foi escolhido por acaso, além de central e espaçoso transmitia pela sua imponência e solidez que esta escola veio com toda força para ficar e reverter a situação de penúria porque passava o ensino público oeirense. Considerado por todos como prenúncio de modernidade e progresso, o Grupo Escolar Costa Alvarenga representava a esperança de muitos pais verem seus filhos guiados pela luz do saber com possibilidade de um futuro mais promissor.



Figura 70 – Sede provisória do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929 – Oeiras (PI).

Fonte – Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.



Figura 71 – Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929 – Oeiras (PI)
Fonte – Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.



Figura 72 – Inauguração do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929 – Oeiras (PI)
Fonte – Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

A estada do Grupo Escolar Costa Alvarenga no prédio que hoje abriga o Museu de Artes Sacras durou nove anos e neste íterim foi providenciada a construção de sua sede definitiva, ação conjunta do governo municipal e estadual.

Oeiras na década de 1930 entrou em “fase de renovação da histórica” (QUEIROZ, p. 1999, p. 156). No embalo das mudanças que vinham ocorrendo em outras regiões do estado e do país, impulsionadas pelas idéias republicanas de modernidade e progresso, a cidade ganhou outra feição urbanística e a sede definitiva do Grupo Escolar Costa Alvarenga passou, em 1938, a fazer parte deste novo cenário da cidade dominando a praça na qual foi inserida, que passou a ter o mesmo nome da escola.

O projeto arquitetônico do Grupo Escolar Costa Alvarenga foi realizado pelo engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, também responsável pela edificação da maioria dos prédios escolares públicos no Piauí republicano. Em sua obra “Impressões e

perspectivas”, Ribeiro Gonçalves condensa suas manifestações intelectuais abordando assuntos variados dentre elas o texto “Edifícios escolares no Piauí: ontem e hoje” em que apresenta suas marcas deixadas nas paisagens urbanas das cidades piauienses – os grupos escolares, onde pode-se ler:

[...] Distingue-me, em 1919, com a incumbência de projetar o novo edifício da Escola Normal Oficial. [...] os grupos escolares de Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante e Miguel Alves e as escolas agrupadas de Batalha e Valença. De igual forma, atacam-se as construções dos grupos escolares de Barras, Porto Alegre, Piracuruca, Pedro II, Parnaíba, Floriano e **Oeiras** e as escolas agrupadas de Castelo, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Belém, depois Palmeirais. E como ainda parecesse pouco, recebo o encargo de projetar e construir o Liceu Piauiense, prédio de estilo moderno, em cujos planos e edificações foi prevista a possibilidade de ampliá-lo, em planta, de mais três alas, e, em elevação, de outros pavimentos. [...] Concluí as construções que recebera em andamento e levanta, segundo o último relatório governamental, mais dezoito grupos escolares e várias escolas agrupadas em diversas cidades do interior. Hoje⁴ será exceção encontrar-se, entre as localidades piauienses, uma que não ofereça, à contemplação do visitante, a sua escola, de aspecto modesto, é verdade, mas preenchendo os requisitos higiotécnicos, convenientemente arejada, iluminada, mobiliada, pequeno laboratório onde, em meio são, se preparam os homens do futuro. A semente lançada ao solo há vinte e dois anos germinou, cresceu e multiplicou-se. Agora é seara lourejante. [...] Eu, por mim, sinto-me satisfeito de haver projetado e construído o primeiro edifício público escolar de minha terra e de ser, senão o construtor, pelo menos o autor do projeto de quantos, com exclusão do atual Ginásio Parnaibano, ostentam cidades e vilas piauiense. (GONÇALVES, 1980, 257-258, grifo nosso).

O projeto inicial do novo prédio do Grupo Escolar Costa Alvarenga contava com as seguintes dependências: um hall de entrada separando a diretoria e também sala de professores da biblioteca; cinco salas de aula voltadas para uma área de circulação interna, um pátio a céu aberto e, nos fundos, os banheiros para meninos e meninas e um quartinho para depósito.

Os grupos escolares que surgiram no Piauí na década de 30 apresentavam uma padronização na sua linguagem arquitetônica e o Grupo Escolar Costa Alvarenga, assim como outros construídos neste período, adota um estilo arquitetônico que se aproxima das características da estética Art Déco predominando as linhas retas e as formas geométricas, resumindo o excesso de elementos decorativos como os percebidos no imponente e majestoso prédio da Escola Normal Oficial, “o primeiro prédio escolar do Estado” (FERRO, 1996, p.98), buscando uma maior racionalidade espacial com redução de custos.

A mudança do suntuoso e monumental estilo arquitetônico escolar das primeiras décadas da república para prédios mais simples e econômicos ocorrida no Brasil na década de 30 encontra em Faria Filho e Vidal (2000), a explicação de que o primeiro modelo dava uma

⁴ Este texto foi escrito no Rio de Janeiro, em abril de 1942.

conotação de uma educação elitista que chocava com o ideal republicano de uma escola democrática, de uma educação popular. A partir de então, há uma padronização das plantas, barateamento dos custos e a possibilidade de expansão da rede pública de ensino para atendimento de um maior número de crianças em idade escolar.



Figura 73 – Edifício que serviu de modelo para a construção do Grupo Escolar Costa Alvarenga. Fonte: Fotografia anexada ao relatório apresentado pelo Interventor Leônidas de Castro Melo ao Presidente da República, em 1938. Casa Anísio Brito, Arquivo Público do Piauí.



Figura 74



Figura 75

Figuras 74 e 75 – Prédio do Grupo Escolar Costa Alvarenga em dois momentos distintos de sua trajetória – 1938 e 2004. Conserva seu estilo arquitetônico original.

Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis. (fig 74); Arquivo particular de Amada de Cássia Campos Reis. (fig 75).

O prédio do Grupo Escolar Costa Alvarenga, hoje, transcorrido 68 anos de existência, conserva o mesmo estilo arquitetônico e continua a dominar a praça com sua beleza madura e serena.

2.2 O patrono da escola

A escolha do nome do Grupo Escolar “Costa Alvarenga” é uma homenagem ao oeirense Pedro Francisco da Costa Alvarenga, como reconhecimento de sua contribuição para a medicina mundial.

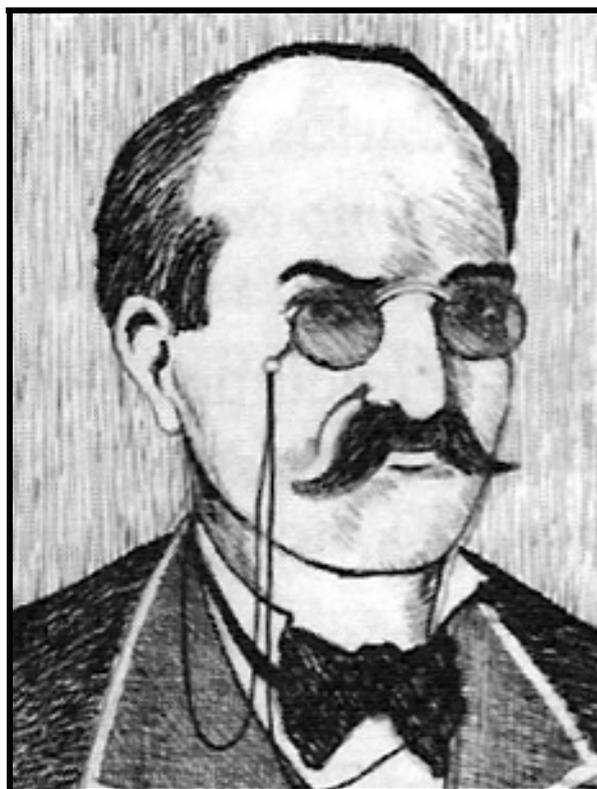


Figura 76 – Pedro Francisco da Costa Alvarenga.
Fonte: Acervo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

Pedro Francisco da Costa Alvarenga formou-se médico pela Universidade de Bruxelas e desempenhou sua profissão em Lisboa fazendo parte da equipe médica do Hospital de São José e da Santa Casa de Misericórdia. Tornou-se famoso mundialmente por descobrir o “duplo sopro crural”, sinal que detecta a insuficiência aórtica, mérito também reivindicado pelo francês Duroziez, motivo pelo qual esta descoberta ficou conhecida pelo nome Sinal de Alvarenga-Duroziez (NUNES, 1975, v.4, p. 280-281).

Foi membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e autor de uma extensa bibliografia. Nunes (1975, v. 4, p. 280-281) informa que Matias Olimpio de Melo, Governador do Piauí (1924-1928), referindo-se à sua produção científica expressou que Costa Alvarenga “deixou uma biblioteca de perto de 50 volumes. Suas obras foram traduzidas por

notáveis sábios europeus, para o francês, alemão, inglês e italiano, e segundo o conceito de luminar da medicina brasileira, perdurarão como bronze”.

Analisando o processo acadêmico do Dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga fornecido pela antiga Academia Real das Ciências de Lisboa, hoje, Academia das Ciências de Lisboa, foram encontrados documentos que comprovam sua vasta produção na literatura médico-científica. Dentre os documentos que fazem parte deste processo encontra-se um ofício (Anexo E) encaminhado àquela academia pelo próprio Dr. Costa Alvarenga em que o mesmo solicitava a sua inclusão como sócio e apresentando sua produção para ser apreciada: “Mudança no cumprimento dos membros pelvianos na coxalgia” (1850); “Estudo de alguma das principais questões sobre a cólera epidêmica” (1854); “Memória sobre a insuficiência das válvulas sigmóides da aorta, e considerações gerais sobre as doenças do coração” (1855); “Considerações sobre a cólera-morbus epidêmica no hospital de São José de Lisboa” (1856); “Apontamentos sobre os meios de ventilar e aquecer os edifícios públicos e em particular os hospitais” (1857); “Relatório sobre a epidemia de cólera-morbus no hospital de Santa’Anna” (1858). Além desta produção citada pelo autor, encontram-se, anexados ao processo, vários pareceres atestando a importância científica e a utilidade prática de outras obras, bem como a autorização para a impressão das mesmas: “Estudo sobre as perfurações cardíacas” (1868); “Do silicato de potássio no tratamento da erisipela” (1874); “A temperatura no beribri” (1874); “Compêndios de Termometria Clínica Geral” (1876); “Lições de clínica médica sobre afecções cardíacas com particular referencia ao valor nosológico do duplo sopro arterial” (1877); “Da propilamina e trimetilamina e seus sais debaixo do ponto de vista farmacológico e terapêutico” (1877); “Farmacotermogênese ou Teoria da Ação dos medicamentos sobre a temperatura animal” (1880). Outras obras de sua lavra são também citadas por Adrião Neto (1995, p. 21): “Esboço Histórico sobre epidemia de febre amarela na freguesia da Pena”; “Anatomia Patológica e Sintomática da febre amarela em Lisboa no ano de 1857”; “Da Importância da Estatística em Medicina”.

Mesmo distante, Costa Alvarenga não esqueceu sua terra natal, proferiu palestra na Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro e ao criar o prêmio de incentivo para as Academias de Medicina de Lisboa, Paris, Viena, Bruxelas, Berlim, Filadélfia, Estocolmo e Rio de Janeiro, deu-lhe o nome de “Prêmio Alvarenga do Piauí” (NUNES, 1975, v.4, p. 281).

O regulamento especial do Prêmio Alvarenga do Piauí, de Lisboa traz, no seu artigo 1º, a informação de que ele foi instituído pela Academia das Ciências em 1898, com o fim de estimular o progresso das ciências médicas em Portugal. “O valor do prêmio e de 2 500\$, abrindo-se concurso para a sua adjudicação sempre que as disponibilidades

provenientes dos juros acumulados tenham atingido aquela importância” (Art. 2º), e é destinado “a autor português de obra original e inédita sobre qualquer ramo das ciências médicas, incluindo a história da medicina portuguesa” (Art 3º) (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, REGULAMENTO... 2006).

Nunes (1975, v. 4, p. 281) informa que “uma herança que deveria receber no Piauí transferiu-a para as escolas de Oeiras”, porém este fato não foi possível ser comprovado nos limites desta pesquisa.

Pedro Francisco da Costa Alvarenga faleceu em 14 de julho de 1883, em Lisboa, seu corpo foi cremado, suas cinzas trazidas para o Brasil e depositadas na cripta da faculdade do Rio de Janeiro.

2.3 ...e a escola ganha vida

Recorrendo às reflexões de Certeau (2003, p. 41), pode-se dizer que uma escola ganha vida na invenção do seu cotidiano, nas “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço”, nas “maneiras de fazer”, na elaboração de sua cultura, que por sua vez, segundo Magalhães (1996, p. 15), ocorre na medida que a escola “sofre e adapta-se ao exterior, mas a escola também ordena, organiza-se e gera a sua própria exterioridade”. Para conhecer a “vida” do Grupo Escolar Costa Alvarenga foi preciso abrir a sua “caixa preta”, metáfora aeronáutica utilizada por Julia (2001, p. 13), para explicar que a compreensão de uma escola passa pela revelação do que ocorre no seu interior.

2.3.1 Comunidade escolar: pessoal discente, docente e administrativo

Antes da inauguração oficial do Grupo Escolar Costa Alvarenga, que só ocorreu em 21 de abril de 1929, a professora normalista Francisca Romana de Sá Martins, tomando a dianteira, matriculou 40 alunas, até 31 de janeiro de 1929, formando uma escola pública do sexo feminino e iniciou suas atividades logo no dia seguinte com a presença de 28 das alunas matriculadas, conforme consta o termo de abertura lavrado pela própria professora (OEIRAS, 1929). Esta escola foi neste mesmo ano absorvida pelo Grupo Escolar Costa Alvarenga e a relação de suas alunas, citada no quadro abaixo, constitui o único registro do corpo discente inicial do referido grupo.

Número Matrícula	Nome	Nascimento			Filiação	Profissão do pai
		D	M	A		
01	Maria do P. Socorro Cunha	12	mar	1923	Pedro José da Cunha	Sapateiro
02	Anna Portella Barbosa	28	mar	1917	Antonio P. Barbosa	Escrivão
03	Áurea Mauris Neves	09	abr	1917	Lucinio M. das Neves	
04	Uanda Mauris Neves	22	fev	1918	”	
05	Izabel Pereira Bezerra				Lourenço P. Bezerra	
06	Corina Vieira de Sá	8	fev	1914	Manoel Vieira de Sá	
07	Martina Pereira da Costa				Felix Pereira da Costa	
08	Maria da Ressurreição Amorim	8	abr	1917	Roberto Amorim	Comerciante
09	Clotildes Amorim	6	abr	1922	”	”
10	Maria da Conceição Leite	19	dez	1917	João Leite	Falecido
11	Benildes de Sá Martins	23	ago	1917	Elias R. Martins	Comerciante
12	Doralice de Sá Martins	27	abr	1919	”	”
13	Alina Barbosa Nunes	19	abr	1918	Raymundo B. de Moura	Fazendeiro
14	Amélia de Macedo Reis	04	jul	1917	Nathaniel de Sousa Reis	Fazendeiro
15	Amália de Macedo Reis	25	dez	1918	”	”
16	Rosa Ferraz	07	abr	1919	Jorge Ferraz	Comerciante
17	Zuleica Freitas Tapety	04	jul	1922	José Nogueira Tapety	”
18	Yolanda Portella Texeira	08	jun	1919	Julião Texeira	Pedreiro
19	Thereza Carvalho	25	abr	1917	Benedito José Nunes	
20	Francisca Alves Martins	06	set	1918	Raymundo F. S. Martins	Alfaiate
21	Diva de Carvalho Mendes	21	jun	1918	Constâncio de S. Mendes	
22	Maria Victor de Almeida	31	jan	1917	Antônio R. de Almeida	Comerciante
23	Carmelita R. de Almeida	20	jul	1918	”	”
24	Iracema Maia	04	jan	1922	Solon de Alencar Maia	
25	Maria Martins Reis	27	set	1917	Pedro de Sousa Reis	
26	Maria Rodrigues Coelho				Francisco R. Coelho	Lavrador
27	Maria R. Mendes Ferraz	13	mar	1917	José Leôncio Moura Ferraz	
28	Alina Ferraz Nunes				Sebastião de M. Nunes	
29	Tereza Rocha Sá	08	abr	1918	Pedro A. Martins de Sá	Juiz de direito
30	Nantilde Rocha Sá	09	abr	1921	”	”
31	Osvaldina Ferreira Amorim				José Pereira	
32	Raymunda P. do Nascimento	21	out	1919	Manoel P. do Nascimento	
33	Raymunda Portella Texeira	14	mar	1922	Julião Texeira	Pedreiro
34	Raymunda Ribeiro	02	out	1922	José Ribeiro	Vaqueiro
35	Maria da Conceição	06	set	1919	Manoel de Sousa	
36	Anísia Carvalho				Paulo Carvalho	
37	Raymunda Nonata de Carvalho	18	mar	1919	Vicente Alves da Silva	
38	Maria Júlia de Carvalho				”	
39	Maria de Sá Pinto	04	ago	1919	José Cavalcante	
40	Francisca de Sousa Pinto				Joaquim de Sousa	

Quadro 21 – Relação das alunas da escola pública do sexo feminino – 31 jan. 1929 – Profª Francisca Romana de Sá Martins. Passou fazer parte do quadro discente do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 21 de abril de 1929.

Fonte: Livro de matrícula da escola pública do sexo feminino (1929) – Arquivo de Grupo Escolar Costa Alvarenga.

O Grupo Escolar Costa Alvarenga abriu suas portas acolhendo os alunos das escolas públicas isoladas e muitos dos que estudavam nas escolas particulares existentes na cidade, criando também oportunidade para as crianças que, por falta de condições financeiras,

não podiam pagar o seu ensino ou que, por falta de vagas nas escolas públicas, viviam à margem do mundo dos letrados. O perfil social da clientela atendida por esta escola é traçado pela depoente Amália de Macedo Reis, que pertenceu à primeira leva de alunos deste grupo: “o Grupo Escolar Costa Alvarenga recebia alunos de todas as classes sociais, alta, média e baixa. Lá estudavam os filhos do juiz de direito e também os filhos do vaqueiro, do lavrador, da doméstica. Era tudo misturado, lá estudavam pobres e ricos”.

Esta escola era novidade, representava a possibilidade de um ensino de qualidade aberto a quem dele precisasse e isso fascinava e atraía os alunos, a ponto do Governador do Estado, Dr. João de Deus Pires Leal, ao se dirigir aos deputados, naquele ano, manifestar sua empolgação com o aumento das matrículas nas escolas públicas, tomando como exemplo este grupo escolar: “só em Oeiras, no grupo escolar ‘Costa Alvarenga, temos, para o total de matrículas, um contingente de 165 alunos, no dia de sua inauguração, a 21 de abril, o qual atingia 3 dias depois à cifra de 180, conforme informação do Inspetor escolar”.

Analisando os dados fornecidos pelos documentos coletados no arquivo desta escola, como livros de matrícula e correspondência, embora estes não estejam em seqüência ininterrupta de data, foi possível elaborar o seguinte quadro comparativo das matrículas de cada ano letivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga, durante os seus primeiros anos de funcionamento:

ANO	MATRÍCULA	ANO	MATRÍCULA
1929	184	1935	260
1930	132	1936	247
1931	124	1937	230
1932	157* / 236**	1938	195
1933	255	1947	312
1934	263	1948	306

Quadro 22 – Matrícula do Grupo Escolar Costa Alvarenga nos anos: 1929-1930-1931-1932-1933-1934-1935-1936-1937-1938-1947-1948. (*) matrícula inicial (**) matrícula final.

Fonte: Livro de correspondências expedidas (1929-1939); Livro Matrícula (1947-1948). Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

Pode-se observar, no quadro acima, que o Grupo Escolar Costa Alvarenga, em seus primeiros anos de funcionamento, apresentou oscilação em sua matrícula. O entusiasmo

do primeiro ano não se manteve nos dois anos seguintes. O Sr. Benedito Martins Napoleão, Diretor Geral da Instrução Pública, preocupado com este resultado, enviou o Inspetor Técnico Sr. Odilon Nunes para analisar a situação. De posse do relatório feito após a inspeção nesta escola, o Diretor Geral da Instrução Pública, em ofício de nº 623 de 19 de abril de 1932, fez as seguintes observações e sugeriu a adoção de medidas cautelares a serem tomadas pela diretora Eva das Neves Feitosa:

- a) Em face de efetivo de população infantil em idade escolar dessa cidade, não é animadora a matrícula do G. Escolar “Costa Alvarenga”.
Torna-se, sem dúvida, necessária aplicação rigorosa do princípio regulamentar de obrigatoriedade do ensino às crianças de 7 a 14 anos. Para tanto, em vista da situação da relativa pobreza da população, podereis dispensar o que diz respeito a uniformes, uma vez se respeitem os princípios de higiene individual. Uma campanha sistemática, que parta da escola para a família, poderá estimular a intensificação de matrícula.
- b) É indispensável se normalizem as aulas de desenho e trabalhos manuais, disciplinas nucleares, para que tendem as escolas novas. Estimulantes da observação direta, do raciocínio, do gosto estético, tais disciplinas são fundamentais.
- c) Princípio higiênico-pedagógico de alta relevância, e da divisão do trabalho, com alternativas de repouso, é objeto de imprescindível cogitação prática.
Urge, assim, se torne efetivo, apesar de solicitações em contrário, o regime diário de recreio às classes, instituído no Regulamento como medida de equilíbrio, após as atividades normais do Ensino.⁵

A escola também estava preocupada com o declínio da matrícula. Antes do início do período letivo de 1932, a diretora Eva Feitosa comunicou ao Diretor Geral da Instrução Pública esta situação e pediu providências para os problemas existentes:

aproveito o ensejo para dizer-vos que, diante do resultado dos anos anteriores, a falta das professoras tem contrariado os pais dos alunos e contribuído fortemente para o decréscimo da frequência. Urge que V.Exa. tome providências mais enérgicas para com elas ou nomear professoras interinas. É de grande necessidade também que seja logo enviada a lista do material necessário ao G. Escolar, que foi no mez de novembro do ano p. findo pela professora Francisca Martins. Como poderão funcionar as aulas sem zeladora? Confiada que tudo será satisfeito o mais cedo possível subscrevo-me com consideração e apreço.⁶

⁵ Informações retiradas do Of. n. 623, de 19 de abril de 1932, incluso na pasta de correspondências recebidas (1930 a 1936) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

⁶ Ofício contido no Livro de correspondências expedidas (1929-1939) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

Supõe-se que a escola tenha tomado medidas para estimular a matrícula, uma vez que iniciou as atividades do ano letivo de 1932 com 157 alunos atingindo uma matrícula final de 236 alunos. A partir de então o número de alunos manteve-se equilibrado, tendo ocorrido um decréscimo no ano de 1938, provavelmente ocasionado pela emigração de alguns alunos para a recém criada Escola Agrupada Armando Burlamaqui. Findando a década de 40, após vinte anos de sua criação o Grupo Escolar Costa Alvarenga consolida-se como uma instituição de ensino de credibilidade ampliando seu corpo discente.

Estiveram à frente da direção do Grupo Escolar Costa Alvarenga, durante os seus primeiros vinte anos de funcionamento as professoras normalistas: Eva das Neves Feitosa (1929-1936), Elisabeth de Carvalho (1936-1946) e Alina Ferraz Nunes (1946-1951).

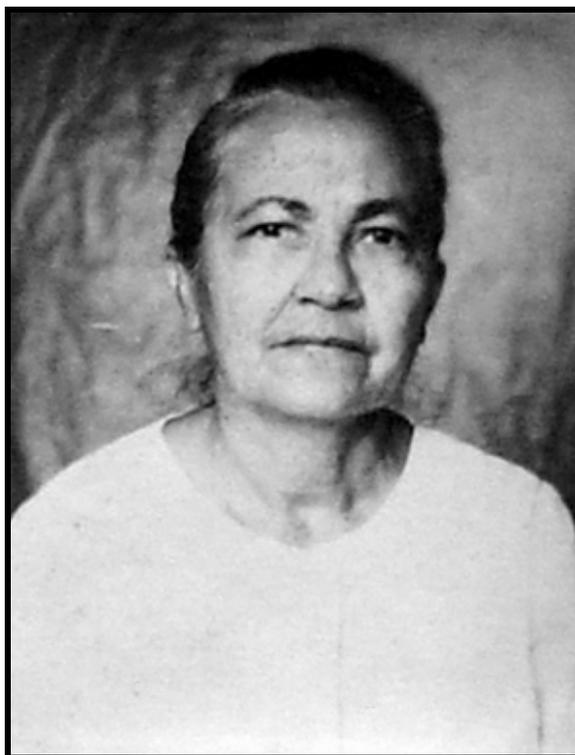


Figura 77 – Professora Eva das Neves Feitosa – primeira diretora do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1929-1936).
Fonte: Arquivo particular de Aldemar de Carvalho Costa

Eva das Neves Feitosa foi a primeira diretora do primeiro grupo escolar de Oeiras – o Grupo Escolar Costa Alvarenga, no período de 1929 a 1936, a ela coube a árdua tarefa de implantar este novo modelo de escola na cidade.

Nasceu em Oeiras, no dia 14 de janeiro de 1907, era filha de Abel Mendes Feitosa e Maria das Neves Feitosa. Kursou o seu primário em Oeiras e formou-se professora pela Escola Normal Oficial em Teresina. Retornando à sua terra, assumiu a direção do Grupo Escolar Costa Alvarenga de onde também foi professora, exerceu essas mesmas funções no Grupo Escolar Armando Burlamaqui; foi também professora de Matemática e Português no extinto Ginásio Municipal e ministrou as disciplinas de Didática, Metodologia da Matemática e Educação Artística na Escola Normal de Oeiras; por fim, foi professora e dirigiu a Unidade Escolar Farmacêutico João Carvalho. Dona Eva dedicou 53 anos de sua vida a serviço da educação oeirense (CAMPOS, 1986, p. 78-79).



Figura 78 – Professora Elizabeth de Carvalho Sá – segunda diretora do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1936-1946).
Fonte: Arquivo particular de Maria Emília de Carvalho Sá.

Elisabeth de Carvalho, filha do Coronel Orlando Barbosa de Carvalho e Emília Barbosa de Carvalho, nasceu em Oeiras no dia 25 de maio de 1915. Fez o primário na escola isolada de sua tia Maria Moura de Carvalho, em Simplício Mendes, e se diplomou professora pela Escola Normal Oficial de Teresina. Assumiu o cargo de professora do Grupo Escolar Costa Alvarenga em 19 de fevereiro de 1934 e a direção deste mesmo grupo em 2 de março de 1936, conforme consta no livro de termos de compromisso da escola. Administrou os trabalhos desta escola por dez anos, até 1946. Elizabeth de Carvalho Sá, nome adquirido após seu matrimônio, quando diretora do Costa Alvarenga, cumprindo o que determinava os artigos 173 e 236 do Regulamento Geral do Ensino de 1933, promoveu festividades escolares

com o fim socializar os alunos e mostrando para a sociedade uma escola renovada e criou a “Caixa dos Pobres” para amparo dos alunos carentes.



Figura 79 – Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho.
3ª diretora do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1946-1951)
Fonte: Arquivo particular de Maria do Carmo Nunes Ferreira de Carvalho

Alina Ferraz Nunes, nome de solteira de Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho, era oeirense nascida em 24 de março de 1920, filha de Sebastião de M. Nunes e Umbelina Ferraz. Matriculou-se aos nove anos de idade no Grupo Escolar Costa Alvarenga, onde fez todo o curso primário. Complementou seus estudos em Teresina, no Ginásio Sagrado Coração de Jesus recebendo o título de professora normalista, em 6 de dezembro de 1942⁷. De volta a Oeiras, foi nomeada professora interina da Escola Agrupada Armando Burlamaqui, assinando o termo de compromisso do cargo em 25 de fevereiro de 1943⁸. Dois anos depois foi transferida para o Grupo Escolar Costa Alvarenga⁹, tornando-se sua diretora em 1946 permanecendo nesta função por cinco anos. Foi uma diretora dinâmica e muito empolgada com as idéias escolanovistas. No período de exercício de seu cargo, mais do que cumprir com as obrigações rotineiras, criou na escola o Clube de Leitura e a Biblioteca Infantil “Domingos Afonso Mafrense”, instituiu a “Caixa Escolar”, realizou quermesses, festas cívicas e desfiles escolares.

⁷ Informação contida no diploma de conclusão do Curso Normal expedido pelo Ginásio Sagrado Coração de Jesus.

⁸ Informação contida no Livro de Termos de Compromisso (1929-1943) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

⁹ Informação comprovada pelo Livro de ponto do pessoal do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1945-1946).

Além das diretoras já mencionadas anteriormente, fizeram parte do quadro administrativo do Grupo Escolar Costa Alvarenga, no período de 1929 a 1950, a inspetora de alunos Maria Clara Avelino (1946), e as seguintes zeladoras por ordem de nomeação: Júlia de Carvalho Costa (1929), Maria Natividade Nunes Carvalho (1932), Iara Morais Rêgo (1934) e Otília Carvalho (1945)¹⁰. Compondo o quadro docente, prestaram serviços como professora primária desta instituição de ensino:

ANO	PROFESSORAS	OBSERVAÇÃO
1929	Eva das Neves Feitosa.	Professora normalista. Foi a primeira diretora do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1929-1936).
1929	Francisca Romana de Sá Martins	Professora normalista. De acordo com depoimento de sua irmã Celina Vieira Martins, Dona Francisquinha, como era carinhosamente tratada, fez o primário em Oeiras e teve como professora Dona Sinhá Soido e Dona Cotinha. Estudou em Teresina e diplomou-se pela Escola Normal Oficial.
1930	Conceição Rego Mendes	Assumiu o cargo de professora adjunta em 26 de fevereiro de 1930 e como interina, em 20 de maio de 1935.
1931	Maria Lélia de Carvalho Mendes	Tomou posse inicialmente como professora interina em 28 de abril de 1931 e como adjunta em 8 de julho de 1932.
1931	Urânia da Exaltação Feitosa	Professora interina. Foi nomeada pelo presidente do Conselho de Instrução em 28 de abril de 1931 e tomou posse a mando do Diretor Geral em 23 de maio de 1932.
1934	Elisabeth de Carvalho	Professora normalista. Assumiu o cargo de professora interina em 19 de fevereiro de 1934 e como efetiva aos 18 de agosto de 1934. Foi a segunda diretora do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1936-1946).
1935	Raimunda César Rêgo	Em 25 de fevereiro, prestou compromisso como professora interina, sendo nomeada como professora efetiva em 13 de setembro deste mesmo ano. Substituta de Elisabeth de Carvalho na direção da escola nos períodos em que esta se encontrava de licença.
1936	Maria Celis de Carvalho Sousa	Professora normalista. Assumiu o cargo de adjunta estagiária em 5 de junho de 1936.
1938	Raimunda Lilásia Mendes da Silva	Professora substituta nomeada em 15 de março de 1938.
1939	Neusa de Jesus Reis	Professora substituta. Tomou posse em 15 de agosto de 1939.
1940	Raimunda Barros	Professora substituta nomeada em 15 de março de 1940 e adjunta em 20 de abril de 1942.
1940	Teresa de Jesus Rocha de Sá	Assumiu efetivamente o cargo de professora adjunta em 13 de agosto de 1940.
1941	Nantilde Rocha de Sá	Primeira professora de Educação Física do Grupo Escolar Costa Alvarenga. Assumiu o cargo em 24 de abril de 1941.
1941	Maria de José M. de Carvalho	Professora no Grupo Escolar Costa Alvarenga. Em 1941, lecionava para a turma do quarto ano.
1943	Maria Macêdo Reis	Professora normalista nomeada para o cargo de professora adjunta em 15 de fevereiro de 1943.
1943	Maria da Mercês Sousa e Silva	Nomeada para exercer efetivamente o cargo de professora de Educação Física, em 25 de fevereiro de 1943.
1945	Aldenôra Rosa de Moura	Assumiu o cargo de professora de Educação Física em 1945.
1945	Alina Ferraz Nunes	Professora normalista. Foi a terceira diretora do Grupo Escolar Costa Alvarenga.
1946	Natércia de Sá Rocha	Professora normalista. Assumiu a turma do quarto ano primário que se achava vaga em 25 de fevereiro de 1946.
1948	Hildete de Carvalho Sà	Tem existência registrada no Livro de chamada (1948-1951), como professora do 2º ano Grupo Escolar Costa Alvarenga.
1948	Maria Isabel Cunha	Substituiu a profª Hildete de C. Sá e tem existência registrada no Livro de chamada (1948-1951), como professora do 2º ano Grupo Escolar Costa Alvarenga.
1950	Rosa de Viterbo Mendes Campos	Assumiu em maio de 1950 a classe de 2º ano (2º turno) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

Quadro 23 – Quadro docente do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1929-1946.

Fonte: Livro de Termo de Compromisso e Livros de ponto do pessoal do Grupo Escolar Costa Alvarenga – 1941-1942 / 1945-1946 - Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

¹⁰ Informações obtidas no Livro de Termos de Compromisso (1929-1943) e no Livro de ponto do pessoal do Grupo Escolar Costa Alvarenga (1945-1946)

As fotografias abaixo são representações da identidade coletiva do Grupo Escolar Costa Alvarenga, são testemunho do início da existência desta escola e dos sujeitos que nela atuaram. Fotografa-se o que se pretende eternizar e guardar como lembrança do passado. As fotografias selecionadas e preservadas são geralmente aquelas que são mais significativas. Se estas fotografias foram preservadas por mais de 70 anos é por que o tempo de escola é um período que marca a vida das pessoas que por ela passaram. A escola, portanto é um lugar de memória.

As figuras 80 e 81 mostram as professoras e seus alunos desta escola. Foram tiradas fora do ambiente escolar, provavelmente por uma questão de iluminação ou para facilitar o enquadramento. Percebe-se que foi uma fotografia posada, previamente planejada a posição de cada um expressando a ordem e a disciplina escolar. As professoras se posicionam no centro atraindo o olhar do expectador e como o astro rei tem gravitando em torno de si seus pequeninos planetas, numa demonstração que as idéias da Escola Nova ainda não se firmara.



Figura 80 – Eva das Neves Feitosa e seus alunos – 193-.
Fonte: Arquivo particular de Auristella Nogueira Campos.



Figura 81 – Raimunda César Rego e suas alunas – 193-
Fonte: Arquivo particular de Natércia Reis

2.3.2 Material escolar

A carência de material necessário ao desenvolvimento das aulas e execução dos trabalhos burocráticos foi uma constante nas escolas públicas do Piauí. O Grupo Escolar Costa Alvarenga passou por momentos de dificuldades no período de sua instalação, sendo a falta de material didático e de consumo, aliada a outros fatores como a carência de professores e zeladores, além do estado de pobreza da maioria dos alunos, os problemas mais gritantes.

O Regulamento Geral da Instrução Pública de 1910, já recomendava que as aulas fossem de caráter prático e concreto por meio do processo intuitivo, e os regulamentos de 1931 e 1933, de forma mais incisiva, indicavam que fossem seguidos os preceitos da Escola Nova, colocando o aluno como centro de toda a atividade escolar, que por sua vez deveria, sobretudo, ser prática e concreta a fim de estimular o interesse da criança, e que o método intuitivo fosse de adoção obrigatória em todas as escolas. Para a efetivação de tais exigências havia necessidade que as escolas fossem equipadas com material didático adequado e suficiente, no entanto, o Estado como mantenedor maior das escolas públicas, não supria as escolas de forma satisfatória, causando-lhes embaraço.

A falta de material para o desenvolvimento regular das aulas foi uma das dificuldades que contribuiu para a queda da matrícula ocorrida nos dois primeiros anos de

funcionamento do Grupo Escolar Costa Alvarenga. Tal situação foi comunicada pela diretora em correspondência datada de 12 de junho de 1930, endereçada ao Diretor Geral da Instrução Pública. Nela, Eva das Neves Feitosa já fazia saber dos estorvos de funcionamento da escola expressando que em “maio próximo findo não me foi possível cumprir em todo a obrigação do cargo que exerço, devido exclusivamente a falta de material”¹¹ e pedindo que lhe fossem remetidos os objetos constantes de uma lista por ela enviada.

Vários ofícios com este teor foram dirigidos ao Diretor Geral da Instrução Pública pedindo providências na remessa de materiais solicitados e apresentando as dificuldades encontradas. A exemplo deste encontra-se um ofício datado de 10 de novembro de 1930, em que a diretora da escola informa: “communico para os devidos fins que não me foi possível diplomar os alumnos que completaram o curso, por não ter sido enviada uma lista contendo o nome dos objectos necessários ao Grupo Escolar, remetida em agosto pelo Sr. Felismino Freitas”¹², e outro de 17 de junho de 1932, com o seguinte teor: “não posso observar rigorosamente as aulas de desenho e trabalhos se, até hoje, no 1º ano se acham matriculados 120 crianças, das quais 80 são pobres, nada têm. É certo que dessa Diretoria veim um pequeno auxilio de 12 coleções”¹³. No entanto, a escola, mesmo convivendo com tais dificuldades, buscando medidas paliativas para cada caso, consegue manter-se firme servindo à comunidade.

A remessa de material pela Diretoria Geral da Instrução Pública para o Grupo Escolar Costa Alvarenga era minguado e somava-se a isso as dificuldades de envio. Oeiras dista de Teresina, cerca de 339 Km. No começo do século XX a comunicação e transporte com a capital do Estado se davam de forma muito dificultosa. O envio de correspondências, na grande maioria das vezes, era feito aos cuidados de terceiros, as estradas praticamente não ofereciam condições de tráfego e raros eram os veículos que circulavam por aquelas bandas. Tudo isso fazia com que as solicitações e comunicações entre a diretoria da escola e a Diretoria Geral da Instrução Pública ocorresse de forma lenta. Maiores dificuldades eram observadas quanto ao envio de materiais, que eram remetidos, na maioria das vezes, via Floriano através de embarcações pelo rio Parnaíba, e daí aguardavam a oportunidade de um veículo para transportá-los até Oeiras.

Das correspondências enviadas e recebidas pelo Grupo Escolar Costa Alvarenga foi possível construir o quadro 28 (apêndice F) contendo o material enviado pelo Governo do

¹¹ Ofício incluso no livro de correspondências expedidas (1929-1939) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

¹² Ofício incluso no livro de correspondências expedidas (1929-1939) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

¹³ Ofício incluso no livro de correspondências expedidas (1929-1939) do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

Estado para esta escola nos anos de 1932 a 1935. A figura abaixo apresenta alguns exemplares de material utilizado na época e preservado graças ao zelo da ex-aluna deste grupo, Amália Campos.



Figura 82 – Penas e estojo de vidro para guardar penas e colocar tinta.
Fonte: Arquivo particular de Amália do Espírito Santo Campos

Dos livros que constam nas listas de materiais enviados ao Grupo Escolar Costa Alvarenga, o de título “Corações de crianças” foi o que mais marcou a lembrança de seus leitores sendo o mais citado nas entrevistas realizadas, por esta razão dedica-se a este livro um tópico exclusivo neste trabalho.

2.3.2.1 Corações de crianças: história e memória da educação em Oeiras nas páginas de um livro de leitura

O interesse pelo estudo dos livros escolares é recente na nossa historiografia educacional. Cada vez mais, pesquisadores procuram nestas obras a revelação do pensamento e das práticas educacionais de outrora como reflexo do movimento de consideração de novas fontes históricas indicado por Nunes e Carvalho (1993) e Lopes e Galvão (2001). Neles estão embutidos os valores cultivados pela sociedade em determinados períodos de sua história. Os livros didáticos são fontes valiosas, pois nos permitem mergulhar no interior das escolas e conhecer aspectos de sua cultura como as concepções educacionais vigentes e os programas de ensino adotados, indicativos do que poderia ser ensinado com o intuito de traçar o contorno do homem socialmente aceito.

No campo da produção e circulação do conhecimento, o livro escolar era visto como uma obra menor, sendo por muitos “considerado como literatura de somenos importância. A crítica literária demonstra uma certa indiferença por esse tipo de literatura”. (FERRO, 2000, p.35). Esta visão preconceituosa dificultou espaço aos livros escolares nas estantes das bibliotecas públicas ou particulares. De vida relativamente curta, o livro escolar que era “feito para ser usado em certa série ou grau de ensino, vai sendo descartado na medida em que cumpre sua finalidade escolar” (CORRÊA, 2000, p.12). Poucos são aqueles que por sentimentalismo guardam os livros didáticos como lembranças de seu tempo de escola.

Na busca de vestígios para recompor a história educacional de Oeiras foi possível recuperar uma peça rara deste quebra cabeça – o 3º livro de leitura “Corações de Crianças”, adotado no início do funcionamento do “Grupo Escolar Costa Alvarenga”. A guarda deste livro por um de seus antigos leitores fez manter viva parte da história da educação da cidade. A preservação dos objetos que fazem parte da cultura material das escolas é imprescindível, pois através deles podemos nos apropriar do passado educacional e traçar a trajetória histórica de nossa educação, e o livro escolar é sem dúvida um desses objetos por excelência. Por fazer parte da cultura material de uma escola, o livro didático é um instrumento revelador e difusor do pensamento e das práticas educacionais predominantes de uma época.

Com o advento dos grupos escolares foi institucionalizado o ensino seriado e com ele a necessidade de materiais didáticos específicos para cada série. Percebendo esta nova tendência, o mercado editorial e autores se mobilizaram na produção de livros didáticos para atender a demanda gerada pela expansão do ensino primário. Surgiram as séries graduadas de leitura - coleção de livros de um mesmo autor, cada um dedicado a uma série. Para Oliveira e Souza (2000, p. 27), “o livro didático assumiu um papel importante na práxis educativa, tanto como instrumento de trabalho do professor, quanto como único objeto cultural ao qual a criança tinha acesso no final do século XIX e início do século XX”.

Para apresentação do 3ª livro da coleção “Corações de Crianças”, leva-se em consideração o que nos diz Chartier (1990, p. 127), “que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”, e este mesmo autor acrescenta que para uma obra adquirir sentido é necessário que se estabeleça relações entre “o texto, o objecto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera”.

A análise de um livro não pode dispensar a apresentação de sua forma física. Para Oliveira e Sousa (2000, p. 28), “a atenção dispensada pelos autores a este aspecto, na verdade,

contribui para que se possa detectar para qual público essa literatura está sendo produzida: quem se quer atrair e de que maneira”.

“Corações de Crianças” é um livro de tamanho médio, medindo, 12,5 cm por 18cm, de fácil transporte e manuseio e possui 169 páginas. Sua capa é dura, resistente e colorida trazendo a estampa de um coração contornado por uma fita arrematada por um laço e no seu interior uma paisagem com destaque de uma criança praticando uma “boa ação”. A capa de um livro é a sua embalagem e por meio dela o leitor trava o primeiro contato com a obra, por isso a necessidade de ser atrativa. É o chamariz de uma obra, um convite ao leitor, um chamamento para que ele explore o seu conteúdo. Embora discreta, a capa do livro “Corações de crianças” procura despertar no público infantil a que se destina, o interesse e a curiosidade da criança num apelo para que a mesma, tal qual a figura sugere, trilhe nos caminhos do saber e de uma vida reta e virtuosa.

O livro traz como título a expressão “Corações de crianças”, que embora apresentando menor poder atrativo que a figura, complementa o sentido desta. No título está a essência do livro, o seu “espírito” e este livro procura despertar na criança sentimentos de amor, respeito, caridade, perseverança, obediência, etc, e sendo o coração simbolicamente a “morada dos sentimentos” mostra sua intenção de moldar a imagem da “boa criança” com um “coração” repleto de virtudes.

Na capa, além da ilustração e do título, mostra ser este o 3º livro da série, portanto, destinado às classes que apresentam um certo domínio de leitura, e apresenta também o nome de sua autora, Rita de Macedo Barreto, uma das primeiras mulheres a dedicar-se à escrita de livros didáticos no Brasil. Sua condição de mulher fez com que seus livros tivessem boa aceitação, pois era pensamento da época, que ninguém melhor que a mulher com seu espírito maternal para entender os desejos dos infantes.

A contra-capa do livro em questão diz ser o mesmo editado na livraria Francisco Alves. Esta livraria, anteriormente de propriedade do Sr. Nicolau Alves, em 1897 teve novo administrador, o seu sobrinho Francisco Alves que “passou a investir com maior empenho na produção didática e acabou quase que monopolizando a produção nessa área a partir do século XX” (BITTENCOURT, 2004, p.488). Também traz a relação de outras séries de livros publicados pela editora, como os de João Kopke, Puiggari-Barreto, Arualdo Barreto, Thomas Galhardo, Felisberto de Carvalho, Maria Rosa Ribeiro e Francisco Viana.

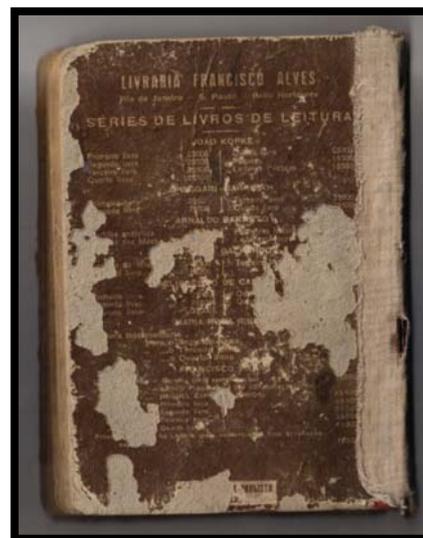


Figura 83

Figura 84

Figuras 83 e 84 – Capa e contra-capa do livro “Corações de Crianças”

Fonte: Arquivo particular de Auristella Nogueira Campos

O livro contém muitas ilustrações coerentes com os textos e apesar de não serem coloridas embelezam-no, despertando o interesse dos leitores e complementando a sua compreensão. A rica expressão gráfica existente no livro é feita por meio de desenhos produzidos a bico-de-pena, procurando de início estimular a percepção visual do aluno como demonstração de uma concepção intuitiva que passou a influenciar a produção de livros didáticos na época. A utilização do método intuitivo foi intensificado nas escolas republicanas como fator inovador e modernizador do ensino que se pretendia concreto e racional tomando o lugar do ensino abstrato presente nas escolas imperiais. Valdemarin (2000, p.76-77), ao analisar manuais dirigidos a alunos e professores, sintetiza os princípios que baseiam este método afirmando que o ato de conhecer ocorre primeiramente com a ativação dos sentidos produzindo percepções sensoriais sobre o mundo exterior e depois é que parte para o campo das idéias.

Cada lição do livro vem acompanhada de pelo menos três figuras estrategicamente posicionadas: no início do texto e em maior tamanho, tem uma função narrativa procurando inserir o aluno no cenário do texto; intercalando a lição, com a finalidade de quebrar sua monotonia e manter o interesse do leitor; e no final, arrematando o texto lido remetendo a alguma reflexão ou simplesmente de forma simbólica preenchendo o espaço entre uma e outra lição.

As composições eram representativas e procuravam se aproximar o mais possível do real, tentando reproduzir com fidelidade cenas da vida cotidiana a fim de familiarizar o aluno com os temas abordados e influenciar seu comportamento.

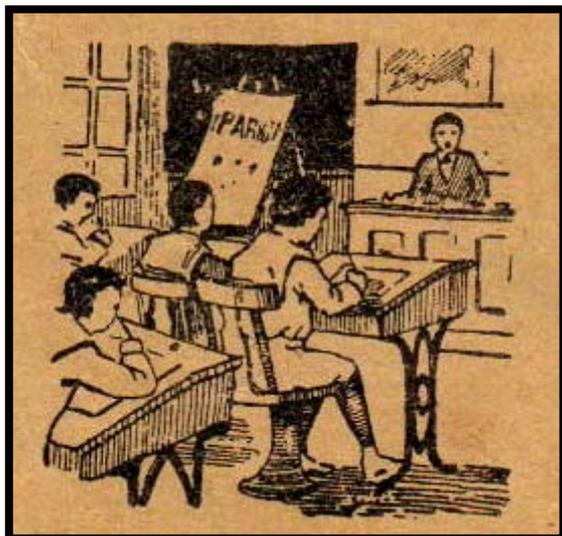


Figura 85



Figura 86

Figuras 85 e 86 – Ilustrações contidas no livro “Corações de Crianças”

Para Santos e Oliva (2004, p. 109), “a ilustração nos livros didáticos quer mostrar mais do que se vê”. E as figuras do livro “Corações de crianças” traziam nelas embutido um forte apelo sentimental, despertando as emoções do pequeno leitor, como se pode constatar no depoimento de Auristela Campos (2005):

Ave Maria! Os desenhos eram muito bonitos e bem feitos, me despertavam curiosidade, viajava... e me transportava para a vida real. Lembro muito bem da lição “Dia de finados” onde havia um desenho de uma menina na janela olhando de forma triste as pessoas passarem para o cemitério. Ela era órfã e acho que ela estava chorando. Isto me sensibilizava e me causava piedade. Nunca esqueci deste desenho, nesta época eu fazia o 2º ano e tinha 8 anos.¹⁴

De forma geral, segundo Galvão e Batista (2004), os livros de leitura adotados pelas escolas brasileiras nas décadas finais e iniciais do século XIX e XX respectivamente, tinham a intenção de instruir os alunos transmitindo-lhes os conteúdos básicos principalmente nas áreas de geografia, história e ciências ou traziam o seu conteúdo recheado de regras e modelos de comportamentos de aspectos morais e ideológicos. É neste último aspecto que se enquadra o livro “Corações de crianças” em comento.

Nas primeiras décadas do período republicano a atenção da escola estava voltada para a formação de um cidadão movido pelo nacionalismo. As lições do livro “Corações de crianças” foram intencionalmente construídas para moldar um homem íntegro e útil à sociedade. Na opinião de Souza (2004, p.62-63), a missão principal da escola na época ia mais além: “mais que moldar, era preciso corrigir, regenerar através da escola [...] Cabia então

¹⁴ Depoimento prestado por Auristella Nogueira Campos, em set. 2004.

à escola cumprir esse papel, servir de arma para realizar o progresso, isto é, a modernização a qualquer custo”.

O nacionalismo e moralismo eram os principais temas abordados. Porém, os de cunho moralista eram predominantes. Percebe-se neste livro um forte relevo moral com a pretensão de guiar o comportamento dos alunos e uma grande exaltação patriótica no esforço de se traçar o perfil deste cidadão republicano cheio de amor pelo seu país e admiração pelos vultos históricos. Dentro deste mesmo espírito nacionalista, as lições também procuravam exaltar as belezas e riquezas naturais do Brasil.

Expressões como: “amam a Pátria, [...] aquelles que provam este amor, procurando elevar-se ou sacrificando-se por ella”; “o homem que não ama sua Pátria é um monstro”; “quando os homens de uma nação têm bastante character, intelligencia, honestidade, não há melhor governo que o da república”; “sem ordem não pode haver progresso”; “respeita e ama teu mestre, como amas e respeitas teu pae!”; “não há nada mais sublime que a caridade”; “a vaidade só é própria da ignorância”; “os ingratos são como serpentes”; “a lealdade nasce do espírito de Deus” (BARRETO, [192-?]), são máximas que incentivam o ardor cívico e exprimem os princípios de conduta moral apresentados para serem absorvidos pelos alunos. Percebe-se a existência de uma proposta pedagógica com um ideário explícito a exemplo do indicado por Ferro (2000) na sua tese de doutorado “Literatura Escolar e História da Educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas”.

Escritas em versos ou em prosas, as lições exaltavam por excelência os valores morais como a bondade, a caridade, a fraternidade, a honradez, a obediência, a responsabilidade, o respeito e combatia a má conduta e o vício como a embriaguez, a preguiça, a mentira, o orgulho, o desmazelo considerados nocivos à vida em sociedade. Muitos dos conteúdos das lições deste livro estão gravados na memória de Auristela Campos, que recordando seu tempo de estudante declarou:

As poesias eram decoradas e declamadas em classe ou nas festas da escola. Ainda lembro de trechos de algumas como a do mestre, que me impressionou bastante. Muito lindo o poema do velho mestre porque apesar de doente cumpria o seu dever. Já velho passou a servir de deboche aos moleques apresentados. Fizeram um chapéu de jornal e colocaram na cabeça do professor que cansado debruçou sobre a mesa e cochilou, na verdade ele havia morrido. Fiquei com muita dó do professor e raiva da falta de respeito do aluno. Tinha medo de ser professora e ser debochada no final de minha carreira¹⁵

¹⁵ Depoimento prestado por Auristella Nogueira Campos, em set. 2004.

O livro “Corações de crianças” continha apenas lições para o desenvolvimento da habilidade de expressão oral do aluno não trazendo propostas de exercício para aguçar a capacidade interpretativa dos mesmos. O aluno tinha uma postura passiva e de dependência do próprio texto cabendo-lhe a função de absorver o que nele estava contido sem questionamentos. Estas lições eram utilizadas no desenvolvimento da aula de leitura que geralmente era a primeira atividade na ordem da rotina diária de um professor. Esta prática é minuciosamente detalhada na fala de Amália Campos que diz:

A professora marcava a lição para casa e a tomava no dia seguinte. Este era um momento de grande ansiedade. A professora chamava cada aluno para, em pé, junto à sua mesa ler a lição do dia em voz alta ou saía de carteira em carteira tomando a lição. Se esta fosse curta era lida toda, se fosse longa era dividida e um aluno lia alguns parágrafos e outro continuava. Enquanto um aluno lia, os demais deveriam ficar atentos, pois nem sempre a professora seguia a seqüência de cada fila. A professora não tinha a preocupação em fazer a interpretação das lições que eram feitas apenas com o objetivo de avaliar o domínio da leitura do aluno.¹⁶

Este livro fez suas marcas naqueles que o folheavam, cumprindo sua finalidade de ser veículo modelador de condutas, um companheiro bom e fiel que com sua voz silenciosa estava sempre disponível a dar bons conselhos e ensinamentos como podemos observar no depoimento de Amália Campos:

O livro era e ainda é para mim uma fonte de saber. Cuidava muito bem dos meus livros, eles eram meus bons companheiros que me distraíam e me ensinavam. O livro Corações de crianças trazia em suas lições uma mensagem de vida, de bom comportamento e respeito aos outros, que influenciaram a minha vida.¹⁷

Esta breve análise revela ser o espaço escolar a agência formadora das massas, responsável pela socialização e construção da identidade do educando no momento em que o país passava por um processo de transformação política e social. Mostra que o livro “Corações de crianças”, assim como outros livros didáticos da época, tinha uma finalidade de formar o cidadão republicano marcando seu espírito com normas de procedimentos morais e cívicas e que o mesmo era portador de idéias preestabelecidas destinadas a inculcar nos alunos determinadas representações destinadas a modelar o homem civilizado, padrão exigido pela nova sociedade republicana da época, imprimindo-lhe certos padrões de conduta moral com a justificativa de viabilizar a vida social.

2.3.3 O Grupo Escolar Costa Alvarenga e suas associações educativas auxiliares

¹⁶ Depoimento prestado por Amália do Espírito Santo Campos, em 12 out. 2004.

¹⁷ Continuação de depoimento prestado por Amália do Espírito Santo Campos, em 12 out. 2004.

Com o propósito de contribuir com o desenvolvimento de suas atividades administrativas e pedagógicas, o Grupo Escolar Costa Alvarenga criou as seguintes associações educativas auxiliares: “Caixa dos Pobres”, “Caixa Escolar” e “Clube de Leitura e Biblioteca Infantil Domingos Afonso Mafrense”, respaldado legalmente pelo Regulamento de 1931, proporcionando meios para que os alunos mais necessitados não evadissem da escola pela falta de material escolar básico e procurando estimular o estudo formando nas crianças o hábito da leitura.

A “Caixa dos Pobres” foi inaugurada em 16 de julho de 1937, na gestão da diretora Elisabeth de Carvalho. Tinha como escopo atender às necessidades materiais dos alunos carentes e às despesas urgentes da escola “Costa Alvarenga”. A diretoria desta sociedade filantrópica, conforme consta na ata de inauguração, ficou assim composta: Presidente - Elisabeth de Carvalho; Vice-presidente – Raimunda César Rêgo (Dona Rêgo); Secretária – Eva das Neves Feitosa; 2ª secretária – Maria Celis de Carvalho Sousa; Tesoureira – Francisca Romana de Sá Martins.¹⁸

A solenidade de inauguração da “Caixa dos Pobres” ocorreu no salão da diretoria da sede provisória do Grupo Escolar Costa Alvarenga e lá estavam presentes, além dos professores da escola, 102 alunos que deixaram suas assinaturas na ata da sessão solene. Se esta tentativa obteve êxito e até quanto tempo manteve-se ativa não se pode confirmar, pois o único registro que se tem desta associação é a ata de sua reunião inaugural.

Ao assumir a diretoria do Grupo Escolar Costa Alvarenga, Alina Ferraz Nunes mobilizou e sensibilizou o corpo docente e administrativo da escola mostrando-lhe a necessidade da criação da “Caixa Escolar”. A fundação desta instituição deu-se no dia 10 de julho de 1946, na própria escola, com a eleição e posse da diretoria que ficou assim constituída: Presidente – Alina Ferraz Nunes; Vice-presidente – Francisca Romana de Sá Martins; 1ª Secretária – Raimunda César Rego; 2ª secretária – Elisabeth de Carvalho Sá; 1ª Tesoureira – Maria Celis de Carvalho Sousa; 2ª Tesoureira – Maria Rêis Freitas.¹⁹

Porém, a inauguração da “Caixa Escolar” só aconteceu dois dias depois, em sessão solene realizada na escola onde se fizeram presentes, além dos professores, alunos e demais funcionários, os convidados de honra: José Ribeiro Araújo – presidente do Conselho Popular de Instrução, Mons. Benedito Cantuário de Almeida e Souza, diretora e professoras da Escola Agrupada “Armando Burlamaqui” e ainda os pais e responsáveis dos alunos daquela escola. Abrindo a solenidade fez uso da palavra o presidente do Conselho Popular de Instrução, que

¹⁸ Informações contidas na ata de inauguração da Caixa dos Pobres. Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

¹⁹ Informações contidas na ata de fundação da Caixa Escolar. Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga

parabenizou a nova diretoria e colocou-se à disposição da mesma, a vice-presidente, que na ausência da presidente leu o seu discurso, esclareceu as normas da instituição e por fim o Mons. Benedito Souza louvou a iniciativa pelos benefícios que a instituição poderia trazer para as crianças pobres.²⁰

Contribuíam para a “Caixa Escolar”, mensalmente, na medida das possibilidades de cada um, professores, alunos (isentos aqueles considerados pobres) e voluntários da comunidade. Eram também realizadas quermesses e outras festividades com a finalidade de angariar fundos para a instituição. Os relatórios com cópia do balanço extraído do livro da tesouraria da Caixa Escolar eram enviados ao Departamento de Educação do Estado.

A presidente da instituição, em relatório de 30 de novembro de 1948, comunicou ao Departamento de Educação do Estado as dificuldades encontradas em angariar fundos para a Caixa Escolar:

Infelizmente em nosso meio, os pais das crianças não chegaram ainda à compreensão exata do seu nobre fim, pois deveria ser maior o número de alunos contribuintes em relação ao número dos que estão em condição de pagar. A Caixa dêste Grupo Escolar tem como sócios apenas as professoras e alunos que contribuem espontaneamente. Assim, é que o rendimento mensal é ainda pequeno, motivo por que não satisfaz a todas as necessidades que surgem (GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. RELATÓRIO..., 1948).

Mas também aponta os benefícios trazidos pelos minguados recursos arrecadados pela Caixa Escolar:

Contudo, vem dando margem ao fornecimento de livros, cadernos e lápis, tendo sido também fornecidas duas fardas completas a dois alunos do 4º e do 5º anos, que estavam deixando de freqüentar por absoluta falta de vestimenta [...] e mais pequenos gastos indispensáveis ao bom funcionamento das aulas, como sejam: papel almaço, giz, penas, etc (GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. RELATÓRIO..., 1948).

Com a finalidade de despertar nos alunos o gosto pela leitura, foi instalado, no Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 29 de maio de 1948, o Clube de Leitura e Biblioteca “Domingos Afonso Mafrense”, acatando a sugestão dada pelo inspetor Abílio Neiva em visita àquela escola. A diretoria desta instituição era composta exclusivamente pelos alunos da escola: 1º Presidente – Miracy Freitas (4º ano); 2º Presidente – Francisco Brandão (5º ano); 1ª

²⁰ Informações retiradas da ata da sessão solene de inauguração da Caixa Escolar. Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

Secretária – Valdália Rêis Freitas (4º ano); 1ª Tesoureira – Nilsa Nunes(4º ano); 2ª Tesoureira – Conceição Alves; e Orador Oficial Geraldo Lemos (5º ano)²¹.

Sua inauguração foi festiva e estavam presentes o representante do Prefeito Municipal, Sr. Selemérico de Carvalho; as professoras Maria de Carvalho Mendes, Eva das Neves Feitosa, Julia de Carvalho Nunes, Amália Campos e uma representação de alunos do Grupo Escolar “Armando Burlamaqui”; e todo o corpo docente, discente e administrativo do Grupo Escolar “Costa Alvarenga”. A sessão foi organizada pelos alunos da escola e na execução de seu programa houve entoação do Hino Nacional, discurso pela presidente Miracy Gomes Freitas e declamações de poesias patrióticas.

Quanto ao funcionamento do Clube de Leitura e Biblioteca “Domingos Afonso Mafrense”, Valdália Reis Tapety, que foi sua primeira secretária, informa:

O Clube de Leitura e Biblioteca “Domingos Afonso Mafrense” foi uma iniciativa louvável do Grupo Escolar Costa Alvarenga, pois motivava os alunos a lerem livros da literatura brasileira não se limitando aos livros didáticos. Como o acervo da biblioteca era pequeno, a saída era o revezamento dos livros entre os alunos e de certa forma isso era bom, pois favorecia a socialização por meio dos comentários dos livros lidos.²²

2.3.4 O cotidiano escolar

O Grupo Escolar Costa Alvarenga, neste seu primeiro momento de organização e estruturação, apesar de ter nascido sob a influência do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1910, fundamentou-se basicamente nos preceitos estabelecidos pelo Regulamento da Diretoria Geral da Instrução, de 1931 e pelo Regulamento Geral do Ensino, de 1933, adaptando-os à realidade local e estabelecendo sua própria cultura escolar, aqui compreendida como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (JULIA, 2001, p. 10, grifo do autor).

Os regulamentos de 1931 e 1933 determinavam que o quadro de pessoal em cada grupo escolar fosse formado, além do diretor escolhido no próprio quadro de professores, por quatro professores, uma adjunta-estagiária, uma inspetora de alunos e zelador-porteiro. O

²¹ Informações obtidas na ata da sessão inaugural do Clube de Leitura e Biblioteca Infantil “Domingos Afonso Mafrense”. Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

²² Depoimento prestado por Valdália Reis Tapety, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em ago 2004

“Costa Alvarenga” iniciou suas atividades, em 1929, apresentando um déficit de funcionário para atender um contingente de 184 alunos. Seu quadro docente-administrativo inicial era reduzido a duas professoras, Eva das Neves Feitosa, que também acumulou a função de diretora, e Francisca Romana de Sá Martins, além de uma zeladora, Júlia de Carvalho Costa. A primeira adjunta-estagiária, Conceição Rego Mendes, foi contratada em 1930 e só veio a conhecer sua primeira inspetora de alunos, Maria Clara Avelino, em 1946. Eram comum estas professoras buscarem o auxílio de voluntárias locais que as ajudavam extra-oficialmente.



Figura 87 – Eva das Neves Feitosa.
Fonte: Arquivo particular da autora.



Figura 88 – Francisca Romana de Sá Martins.
Fonte: Arquivo particular de Celina Vieira Martins.

A carência local de professoras normalistas foi aos poucos sendo sanada, primeiro com a vinda de professoras de Teresina: Isabel, Cristina e Maria José²³, e depois com a chegada das normalistas da terra. A este respeito, afirma João Matos (2004), em seu depoimento:

O Costa Alvarenga começou a funcionar ali, onde é hoje o Museu de Arte Sacra. Começou com Dona Eva e Dona Francisquinha Martins, depois vieram três professoras de Teresina: Isabel, Cristina e Maria José. As professoras Isabel, Cristina passaram pouco tempo e voltaram, mas a professora Maria José arranhou um casamento com José Clementino e ficou por aqui mesmo. Mais tarde foram chegando as moças daqui que tinham ido estudar em Teresina, Dona Rego, Dona Elizabeth e outras, a partir daí o ensino normalizou.²⁴

²³ Da três professoras normalistas vindas de Teresina, Isabel, Cristina e Maria José, encontrou-se registro escrito apenas desta última cujo nome completo era Maria José Martins de Carvalho. A informação sobre a existência das outras duas foram obtidas através de depoimentos orais com auxílio da fotografia 89.

²⁴ Depoimento prestado por João da Silva Matos, em 12 out. 2004.



Figura 89 – Corpo docente do Grupo Escolar Costa Alvarenga em sua fase inicial com o inspetor de ensino.
Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

A figura 89 apresenta uma fotografia, do início dos anos trinta, foi tirada por ocasião da visita do “inspetor técnico”²⁵ de ensino Sr. Felismino de Freitas Weser, primeiro homem a adquirir o diploma de professor normalista pela Escola Normal Oficial de Teresina. Em primeiro plano, além da figura central do inspetor, encontram-se dispostas ao seu redor, as primeiras professoras do Grupo Escolar Costa Alvarenga trajando roupas elegantes condizentes com a ocasião. Esta pose é reveladora do poder concentrado na figura do inspetor que tinha em suas mãos o destino daquela escola.

Esta fotografia ao ser apresentada à ex-aluna Amália Reis, ativou a sua lembrança reconhecendo as pessoas que nela figuravam:

Este aqui do meio era o inspetor Felismino, quando ele chegava ela aquele alvoroço, os alunos tinham que comparecer muito asseados e com as fardas limpas e engomadas e a escola era arrumada, tudo tinha que estar na mais perfeita ordem para causar-lhe boa impressão. Estas que estão em pé [da esquerda para a direita] eram a professora Bilu que veio de Floriano a convite da escola para ensinar ginástica sueca; a professora Isabel, conhecida pelo nome de Dona Beli, foi namorada de Alcides Freitas; a professora Cristina era baixinha e muito bonitinha, foi namorada de Clovis Freitas; a professora Maria José, que namorou José Clementino e se casou com ele. Estas professoras quando chegavam arranjavam logo um namorado, os

²⁵ Inspetor técnico – membro da Inspeção Técnica do Ensino, órgão ligado à Diretoria da Instrução. Tinha a função de visitar as escolas públicas e particulares do Estado e verificar seu funcionamento quanto a frequência, a escrituração escolar, o aproveitamento dos alunos, a disciplina, ordem e regularidade dos trabalhos escolares, assistir e avaliar as aulas dos professores dando-lhes instruções quanto aos métodos a serem utilizados, despertar na sociedade o interesse pelo ensino, incentivar a criação de museus e bibliotecas escolares, fiscalizar rigorosamente a legislação do ensino, entre outras obrigações, impostas pelos regulamentos de 1931 e 1933. Este cargo se aproxima ao do supervisor escolar das escolas atuais.

melhores partidos da cidade, mas Isabel e Cristina ficaram pouco tempo aqui e voltaram para Teresina, eu acho que foi para lá. Aqui sentadas do lado esquerdo do inspetor são as professoras Francisquinha Martins, minha primeira professora, e Júlia que veio de Floriano com Dona Beli, e deste outro lado [direito] só conheço Dona Eva que foi a primeira diretora do Costa Alvarenga e esta outra não me recordo o nome.²⁶

Diante do exposto, observa-se que a cultura de uma escola pode ser vista por meio da prescrição legal e principalmente por sua aplicação mediante necessidade imposta pelo cotidiano escolar, que não são excludentes, mas complementares. É neste momento que a escola, usando suas táticas, constrói-se historicamente ganhando vida própria, tornando-se singular. Foi no jogo de apropriação e adaptação das normas estabelecidas às condições apresentadas pela realidade local que o Grupo Escolar Costa Alvarenga, em meio a outros tantos grupos escolares já existentes no Estado e sem distanciar-se destes, tornou-se único. E esta forma própria de ser, que constitui sua cultura, construída pelos seus autores no dia-a-dia de suas ações é que permanece viva na lembrança de seus professores e alunos que aqui serão relatadas. Para Souza (2004, p. 52), ao se fazer um estudo histórico sobre a educação é necessário ter em mente que:

para compreender o que a escola realizou em seu passado (ou realiza na atualidade), não é suficiente estudar idéias, discursos, programas, papéis sociais nela desempenhados, suas práticas e métodos de trabalho; torna-se necessário também tentar compreender a maneira com que professores e alunos reconstruíram sua experiência, como construíram relações, estratégias, significações, por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos. Para isso é preciso que a história da educação inclua o ponto de vista desses seus agentes, além de outros, como pais e administradores, e não somente o ponto de vista do discurso emanado das esferas mais altas do poder institucional.

Os regulamentos ordenavam minuciosamente o tempo escolar, desde a determinação do início e término do ano letivo e cada dia de aula, como também a indicação do momento adequado para cada atividade em sala. A partir do ajustamento destas determinações a rotina diária do Grupo Escolar Costa Alvarenga foi estabelecida e é assim descrita pela ex-aluna Amália Campos:

As aulas começavam às 7 horas da manhã e se estendiam até as 11 horas. Quando chagava na escola, antes do início das aulas, subia a escada e tomava meu lugar na fila que era formada pelo ano que cursava, uma ao lado da outra, as meninas na frente depois vinham os meninos. [...] cantavam hinos patrióticos como do Descobrimto, da Abolição, da Independência, da Proclamação da Republica, da Bandeira, Hino Nacional... Também na sala de aula, de vez em quando, entoávamos hinos referentes às datas históricas ou uma outra canção que a gente já conhecia.

²⁶ Depoimento prestado por Amália de Macedo Reis, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em ago 2004.

Já em sala de aula aguardávamos a professora todos sentados nas carteiras, quando ela chegava a classe se levantava para recebê-la e antes de começar a aula rezávamos, pelo menos o sinal da cruz se fazia.

A professora começava quase sempre com a aula de leitura, partia logo para fazer a leitura do dia. [...] Após a aula de leitura passávamos para a escrita. Tudo aquilo que tínhamos lido agora íamos escrever, ou um trecho de ditado ou então uma cópia. Começava sempre com aula de Português e além da leitura, escrita, estudo das classes de palavras e análise gramatical, também fazíamos composições e começávamos desde cedo. [...] Terminado este primeiro momento de aula do dia, vinha o intervalo – o recreio com uma duração de mais ou menos meia hora. [...] Acabava o recreio e retornávamos à sala de aula. A professora passava a abordar outros assuntos: História do Brasil, Geografia, Matemática e Ciências [...].²⁷

O Grupo Escolar Costa Alvarenga, para se constituir como tal, exigia espaços próprios para atender a necessidade de um ensino seriado com diversas salas para fins determinados. A acomodação destes novos ambientes deveriam ser planejadas, o mobiliário distribuído de forma a permitir livre circulação entre eles e as paredes decoradas com cartazes e mapas tornando o local mais aprazível e estimulante ao ato de ensinar e aprender. O ambiente desta escola, tanto na primeira instalação provisória como na sua sede definitiva fez marcas na memória de seus alunos que ao relembra-lo não esquecem de seus detalhes:

Comecei a estudar quando o Costa Alvarenga ainda funcionava no lugar onde depois foi o Palácio do Episcopal. Era no andar de cima e minha sala ficava de frente para a Igreja do N. S. da Vitória. A gente subia uma escadinha e a sala ficava do lado da direita. Tinha muitas salas, lá atendia muitos alunos. Numa destas salas ficava a biblioteca cheia de livros, mapas e globos. Nas salas de aula as carteiras eram de madeira e quando eu entrei no Grupo Escolar Costa Alvarenga ainda encontrei o nome de Raimundo Queiroz escrito numa delas. As carteiras tinham um lugarzinho de botar o tinteiro para a gente não manchar o papel da prova.²⁸

Iniciei meus estudos quando o Grupo Escolar Costa Alvarenga já funcionava em sua sede própria. O prédio foi feito exclusivamente para este fim obedecendo todos os padrões arquitetônicos exigidos para uma escola deste tipo: as salas de aula eram amplas e arejadas com janelas grandes e altas possibilitando uma boa iluminação e ventilação com piso de mosaico o que facilitava sua limpeza. Nelas eram distribuídas carteiras de madeira duplas dispostas em duas ou três filas, a mesa do professor possuía uma gaveta onde eram colocados o giz e esponja, além de um armário para guardar os materiais do aluno como cadernos e tinteiros. O quadro negro era apoiado em um cavalete e na parede tinha um crucifixo e mapas. Além das salas de aulas existiam na entrada duas salas menores, numa funcionava a diretoria servindo também como sala de professor e na outra uma pequena biblioteca e local para guardar mapas, globos e outros materiais didáticos. O fundo e as laterais da escola serviam de pátio para o recreio e educação física onde meninos e meninas brincavam separadamente. No fundo da escola tinha as sentinas de buraco e um quartinho para depósito. Esta nova sede da escola era moderna e representava um progresso para a cidade e uma melhoria para a educação.²⁹

²⁷ Depoimento prestado por Amália do Espírito Santo Campos, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em out 2004.

²⁸ Depoimento fornecido por Irene Ferreira Rodrigues, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em set 2004.

²⁹ Depoimento fornecido por Rita de Cássia Campos, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em jul 2006.

No estudo de uma instituição educativa, o currículo é um elemento de considerável importância. Para Coll (1997, p. 45), é o currículo “que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução”.

Os currículos formais das escolas primárias do Estado, determinados pelos regulamentos de 31 e 33, eram coincidentes e constavam das seguintes matérias: literária (leitura e escrita; língua materna), cívica (história; noções de educação moral e cívica; geografia), social (línguas; urbanidade), científica (matemática, rudimentos de ciências físicas e naturais; noções de cosmografia), artística (canto e música; desenho; caligrafia), biológica (noções de higiene; ginástica), prática (lições de coisas; rudimentos da agricultura e pecuária) e manual (trabalhos). Este currículo ganhou vida no cotidiano do Grupo Escolar Costa Alvarenga, por meio da criatividade dos professores e das atividades desenvolvidas pelos alunos e demais membros da escola. Veja no depoimento abaixo o testemunho da execução deste currículo:

Fui aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga no início de seu funcionamento e depois de 14 anos retornei como professora desta mesma escola. O que se ensinava no meu tempo de aluna e de professora pouca coisa mudou nos conteúdos ensinados, apenas a maneira de ensinar tornou mais ativa e afetuosa. Dependendo da turma a dosagem da matéria variava, a gente tinha um programa a seguir e ia adaptando às turmas. Cada professor lecionava todas as matérias. No primeiro ano era mais limitado, se ensinava a ler, escrever e contar, a partir do segundo ano começava introduzir outras matérias e o ensino ia avançando a cada ano. No curso primário do Costa Alvarenga, o professor ensinava na matéria de Português: leitura, as classes gramaticais e análise, conjugar verbos, fazer concordância, composição, descrição e caligrafia para melhorar a letra; em Matemática: as operações fundamentais, tabuada e resolução de problemas; em História e Geografia: o aluno aprendia a História do Brasil e um pouco do Piauí, os vultos históricos e os acidentes geográficos; em Ciências: o que se via era basicamente sobre o corpo humano e as noções de higiene. Além de tudo isso cabia à professora ensinar também a maneira correta dos alunos se comportarem e boas maneiras no trato com os outros, os hinos e outros cânticos, música e poesias sempre relacionados aos assuntos abordados e trabalhos manuais como crochê, bainha aberta e bordados. De forma que quando um aluno concluía o primário no Costa Alvarenga estava pronto para a vida, para assumir um emprego melhor na cidade ou enfrentar os exames de admissão em outras cidades para dar continuidade seus estudos.³⁰

O método indicado pelos regulamentos era o intuitivo, também conhecido como “lições de coisas”, que segundo Valdemarim (2001, p. 138), traz como palavras de ordem os termos “observar e trabalhar”, partindo da percepção, ativação dos sentidos para a ação, do

³⁰ Depoimento prestado por Maria de Macedo Reis, ex-professora do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em set 2004.

concreto para o abstrato. A aplicação deste método pelos professores do Grupo Escolar Costa Alvarenga torna-se evidente nas suas práticas pedagógicas descritas pelos seus alunos:

Quando a professora dava aula de geografia e história mostrava sempre mapas coloridos muito bonitos e aqueles retratos lindos dos portugueses, da esquadra de Cabral, da Independência do Brasil, do Grito do Ipiranga e outros mais, tudo para a gente aprender melhor. Nas aulas de trabalhos manuais as meninas bordavam e os meninos faziam aquelas mesinhas, aquelas coisinhas de marceneiro.³¹

A professora começava sempre com aula de português [...] Tinha uns álbuns bonitos para ensinar os alunos a fazerem composições, é o que hoje chamamos de álbum seriado. Era colocado num cavalete e ia passando as folhas e cada folha era uma cena diferente, geralmente lembrando fatos históricos do Brasil ou paisagens bucólicas. A matéria que eu mais gostava era de História do Brasil, usávamos o livro “Nossa Pátria”. A professora dava muita ênfase aos acontecimentos aqui do Brasil, estudávamos desde o descobrimento, a Independência e as histórias da República, Gostava muito, logo tinha o álbum de história que chamava muito nossa atenção com figuras dos principais fatos da História do Brasil, da mesma forma que o álbum seriado pra fazer texto.³²

A verificação da aprendizagem conforme as determinações legais era feita através de provas mensais e de exames anuais realizados no final do período letivo, de 16 a 25 de novembro para os alunos que cursaram o quarto ano primário. Além destas avaliações eram feitas, semanalmente, as sabatinas, que também eram levadas em consideração no cômputo mensal das notas, bem como o comportamento e a frequência do aluno. As avaliações geravam uma grande tensão nos alunos:

Nos dias de prova todo mundo tinha medo e o clima tornava tenso. A professora colocava os quesitos na lousa, a gente copiava e respondia. Nesse momento ninguém conversava, pois D. Eva não admitia que se virasse nem a cabeça para trás, ela ficava caminhando na sala vigiando os alunos para ver se pegava pescando ou perguntando, conversando. E se pegasse pescando, tomava e marcava a prova, mas eu nunca tive minha prova marcada por motivo de pesca. Tinha também uma sabatina onde toda semana avaliava oralmente a matéria dada.³³

Além das provas que o professor fazia todo mês e das sabatinas, tinham os exames. Eu me lembro que quando era no fim do ano, tinha aquele exame onde se fazia uma prova escrita e outra oral e vinha geralmente um inspetor de Teresina. Nesta ocasião todos ficavam apreensivos, tanto os alunos que iam ser examinados como as professoras e a diretora, pois ele também avaliava a escola. A escola ficava limpa e arrumada para receber o inspetor e os alunos todos fardados e limpos.³⁴

³¹ Depoimento prestado por José Hipólito Marinho, ex-aluno do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em out 2004.

³² Depoimento prestado por Amália Campos, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em out 2004.

³³ Depoimento prestado por Maria de Macedo Reis, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em set 2004.

³⁴ Depoimento prestado por Amália de Macedo Reis, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em ago 2004.

Quanto à relação professor-aluno, ocorria num clima de maior empatia de maior aproximação e demonstração de afeto, de respeito e de admiração principalmente do aluno para com o professor, prevalecendo ainda o poder e a autoridade do professor. Os castigos abrandaram e a escola tornou-se mais agradável e atrativa, como pode confirmar o depoimento abaixo:

A relação entre professor e aluno era de muito respeito e as professoras eram muito dedicadas. Eu nunca levei bronca de professora nenhuma, nunca passei por nenhum vexame por causa de professor nenhum. Existia um respeito porque tínhamos uma educação que já trazíamos de casa, de forma que não havia assim um choque, um mau trato maior entre professores e alunos. Éramos educados para respeitar e obedecer os nossos professores. Raramente, quando havia algum aluno mais danado a professora botava pra fora da sala de aula e entrava em contato com o pai para expor o motivo ou mandava escrever varias vezes uma frase ou um texto, de acordo com aquela desobediência ou falta que ele cometeu, com a intenção de despertar no aluno a consciência de que ele errou e a partir daí procurar se corrigir.³⁵

Sendo o Grupo Escolar Costa Alvarenga uma instituição pública do regime republicano, as festividades por ela promovidas visavam, principalmente difundir os valores cívicos entre os alunos e a sociedade em geral, mas também tinha a intenção de apresentar a escola como um local aprazível e alegre mostrando o orgulho do seu corpo discente em fazer parte da escola e conquistando novos alunos. Era um momento de interação da escola com a cidade em que a escola se mostrava aos olhos de todos como um ambiente saudável e propício à socialização de seus membros, um ambiente civilizador.

Os regulamentos de 1931 e 1933 recomendavam que os feriados nacionais e estaduais fossem comemorados em grande estilo. Aos feriados que já faziam parte do calendário das escolas públicas (21 de abril – Tiradentes, 22 de abril – Descobrimento do Brasil, 1º de maio – Dia do Trabalho, 7 de setembro – Independência do Brasil, 15 de novembro – Proclamação da República e outras datas do calendário litúrgico) determinavam estes regulamentos a inclusão da Festa da Árvore (21 de setembro), a Festa da Bandeira (19 de novembro) e a festa da entrega dos certificados do curso e prêmios, no primeiro domingo ou feriado após os exames.

³⁵ Depoimento prestado por Amália Campos, ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, em out 2004.



Figura 90 – Apresentação de ginástica pelos alunos do Grupo Escolar Costa Alvarenga por ocasião das festividades do 7 de setembro de 1937.

Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Pode-se observar, na figura acima, que o Grupo Escolar Costa Alvarenga comemorava as datas cívicas com grande entusiasmo e participação popular. Nestes momentos a escola tomava as ruas e praças da cidade com apresentação de desfiles e ginásticas rítmicas, fazia-se presente em procissões e novenas ou trazia a cidade para o interior de suas dependências por ocasião das seções cívicas ou das solenidades de encerramento do período letivo com entrega de certificados aos concludentes do curso e de prêmios aos que se destacaram em aproveitamento. Sobre estas festividades escolares veja o que dizem estes ex-alunos que delas participaram:

O Costa Alvarenga era uma escola muito festeira, lá se comemorava o 7 de setembro, que era o dia da Independência do Brasil, o 21 de setembro, que era o dia da árvore, o 12 de outubro, dedicado às crianças, 19 de novembro, que era o dia da bandeira e outros como o aniversário da professora e o fim das aulas, tudo isso tinha comemoração. No 7 de setembro tinha desfile pelas ruas da cidade, na minha época não tinha carros alegóricos, era só a marcha; no Dia da Árvore, 21 de setembro, fazíamos o plantio de uma árvore; e em todas as datas cantávamos hinos, recitávamos poesias, era muito animado. Todos tinham que participar fardados e limpos, a farda era azul e branco e tinha uma gravatinha que distinguia os anos. Se fosse primeiro ano era só uma listra, fosse segundo, terceiro e quarto ano eram duas três ou quatro listras.³⁶

³⁶ Depoimento prestado pelo ex-aluno do Grupo Escolar Costa Alvarenga, José Hipólito Marinho, em out 2004.

A escola festejava as datas cívicas, mas eu não participava diretamente, pois era muito tímida, porém os colegas recitavam poesias e quadrinhas retiradas do livro de leitura, que a professora botava para decorar. A preocupação com a formação cívica do aluno era forte, a professora tinha a capacidade de despertar em nós alunos o amor a terra contando as coisas boas que o Brasil tinha. Ela falava com muito entusiasmo, cantavam hinos referentes ao fato comemorado, e isso despertava muito o amor ao Brasil.³⁷

Uma das festividades realizadas pelo Grupo Escolar Costa Alvarenga, a do Dia da Árvore, encontra-se registrada no ofício de nº 43, de 21 de setembro de 1936, incluso no Livro de correspondências expedidas (1929-1939) desta escola. Nele, a diretora Elizabeth de Carvalho comunicava ao diretor do Departamento de Ensino do Estado do Piauí, que a referida festa foi realizada em parceria com a Escola Singular Mista e informava que tudo “ocorreu em um ambiente de perfeita harmonia e disciplina, de par com indescritível entusiasmo por parte da população desta cidade, especialmente pelas famílias das crianças que freqüentam os dois estabelecimentos escolares”, e para que o diretor pudesse melhor ajuizar esta comemoração enviou em anexo uma cópia do programa executado, abaixo transcrito:

Festa Escolar em comemoração ao dia 21 de setembro, consagrado à Árvore, promovida pela Diretora e professoras do Grupo Escolar “Costa Alvarenga” e da “Escola Singular Mista, desta cidade, sob os auspícios do Sr. Presidente do Conselho Popular de Instrução.

_ Detalhes _

_ Pela Manhã _

- 1º - Hastear a Bandeira Nacional. (Hino Nacional)
- 2º - Plantar a Árvore (Hino à Árvore)
Discurso proferido pelo inteligente aluno do 3º ano, Murilo Martins.
(Hino à Árvore)
- 3º - Ginástica sueca pelos alunos do 2º e 3º anos (Marcha Guanabara)
- 4º - Jogos infantis.
 - a)- - Apanhar o lenço. (1º ano C)
 - b)- - Bola ao túnel. (1º ano A)
 - c)- - Corrida de Estafetas, pelos alunos da Escola Singular Mista.
 - d)- - Bola ao Cesto. (1º ano A e C).
- 5º - Ginástica ritimada pelos alunos da Escola Singular Mista.
- 6º - Hino Nacional Brasileiro.

³⁷ Depoimento prestado pela ex-aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga, Amália Campos, em out 2004.

_ À Tarde _

Desfile Escolar pelas principais ruas da Cidade.

_ Declamações _

- a) – Discurso pronunciado pela aplicada aluna da Escola Singular Mixta, Maria do Socorro Barbosa.
- b) – Poesias das Árvores – de Osório Dutra, pela aplicada e inteligente terceiranista Yeda de Carvalho.
- c) – Velhas Árvores – Olavo Bilac, pelo esforçado aluno do 1º ano C José Expedito Rego
- d) – A Árvore – Ricardo Gonçalves, pelo estudioso secundarista Pedro B. Silva.
- e) – A Árvore – de Paula Ferreira, pela esperançosa aluna do 1º ano Maria de Jesus de Carvalho.
- f) – O que é que plantamos quando uma árvore plantamos? – Tradução de René Barreto, pelo inteligente aluno de 3º ano Wener Borges de Abreu.
- g) – Os quatro A – Manoel Botelho Oliveira, pela vontadosa aluna do 1º ano C, Maria Guiomar Siqueira.
- h) – Beijando a Bandeira – Marianno Corrêa, pela inteligente e estudiosa Maria Carvalho, aluna do 3º ano.
- i)

Oeiras, 21 de setembro de 1936

Elisabeth de Carvalho
Diretora

As normas estabelecidas e as práticas desenvolvidas pelos agentes que fizeram o Grupo Escolar Costa Alvarenga delinear o perfil desta escola nos seus primeiros vinte anos de existência. Elas constituem no seu conjunto a alma da escola, a identidade por ela assumida naquele determinado período de sua história, são os elementos reveladores de sua cultura, do seu modo próprio de ser. Esta escola veio consolidar o ensino público na antiga capital, sua criação foi sem dúvida um marco na educação de Oeiras, pois em seus bancos sentaram muitos oeirenses e outros que lá chegaram com sede de saber, encontrando uma escola que primava pela boa qualidade do ensino, tornando-se uma referência no âmbito educacional do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é fruto de um trabalho de pesquisa com embasamento teórico-metodológico na História Cultural, o que possibilitou recorrer às fontes variadas na tentativa de buscar respostas para o desafio de saber como se processou a educação em Oeiras. Para Burke (1992, p. 11), “tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído” e foi com a intenção de reconstituir aspectos do passado educacional de Oeiras que esta pesquisa foi desenvolvida. É uma história que não se pretende apresentar pronta e acabada, mas uma história como deve ser a História, em perene construção, aberta para que outros possam colaborar complementando com o que aqui se encontra escrito, pois “embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado” (HILL, 1987, apud DIAS, 2000/2001, p.140).

Seguindo a tendência atual dos pesquisadores da área educacional, que se afastam da periodização tradicional que divide a história da educação em colonial, imperial e republicana dando prioridade aos aspectos políticos, os marcos históricos deste trabalho foram determinados levando-se em consideração os fatos relacionados à educação, sem, no entanto, no seu contexto, deixar de fazer menção à já consagrada periodização. Desta forma, foi possível traçar o perfil educacional da cidade de Oeiras percorrendo sua origem, organização, estruturação e consolidação, partindo do surgimento das escolas isoladas até a adoção do modelo de grupo escolar, compreendendo um período que se estende do século XVIII até meados do século XX, com enfoque nos anos de 1830 a 1950.

A realidade histórica educacional de Oeiras funde-se com a do próprio Estado. Por ter sido a primeira capital do Piauí, foi palco e laboratório das decisões tomadas na área da educação. Originada dos currais de gado fincados por Domingos Afonso Mafrense, no final do século XVII, tinha a pecuária como a principal atividade geradora de seu desenvolvimento e o vaqueiro como figura típica local, pessoa de vida simples que não via necessidade de instruir-se para dar conta de sua lida. Aqui, a educação não teve pressa de acontecer, foi ocorrendo de forma lenta, apresentando constantes recuos ocasionados principalmente pelas fraquezas de políticas educacionais, pelos poucos recursos financeiros, pela carência de professores habilitados e pelo desinteresse da população.

Oeiras chegou ao século XIX sem escolas públicas. Neste período, a implantação de um ensino público formal não passou de tentativas frustradas. O acesso às letras era restrito àqueles que podiam contratar os serviços de algum mestre-escola para atender particularmente aos seus filhos, ou aos que tinham a sorte de ser atendido pelo Padre Marcos de Araújo Costa em sua fazenda Boa Esperança.

Somente a partir da terceira década dos anos oitocentos, por força da Constituição Imperial, regulamentada pela Lei de 15 de outubro de 1827, foi que o ensino público de Oeiras começou a se esboçar, com a criação de escolas para pessoas de ambos os sexos e uma legislação específica tratando sobre sua organização e funcionamento.

O sistema de ensino seguia o modelo de escolas isoladas em que um único professor ou professora lecionava para turmas heterogêneas quanto ao grau de adiantamento, porém homogênea quanto ao sexo. Deveriam seguir por determinação legal o método mútuo e um currículo diferenciado para meninos e meninas.

Os professores eram vistos pelos governantes como inábeis e responsáveis pelo atraso da instrução, no entanto, vários fatores contribuíram para agravar esta situação como a falta de prédios escolares, servindo a própria casa do professor como escola, a carência de material básico para o ensino, falta de incentivo para a qualificação profissional e baixos salários.

O ensino secundário era deficitário, obrigando a quem desejasse ingressar nas escolas superiores do Império irem buscar este preparo em outras províncias. A partir de 1845, este nível de ensino toma novos rumos, concentrando o ensino secundário em Oeiras com a criação do Liceu Provincial, ampliando o currículo para além das aulas de latim.

Dois anos após a criação do Liceu, foi fundado o Estabelecimento de Educandos Artífices destinado a atender menores órfãos e desvalidos, iniciando-lhes numa profissão e suprimindo a falta de artesãos em certas áreas específicas. Esta foi a primeira escola profissionalizante do Piauí.

O Liceu Provincial e o Estabelecimento de Educandos Artífices tornaram evidente um ensino dual destinado a setores diferentes da sociedade. O primeiro destinado às elites, enquanto que o segundo era reservado aos menos favorecidos. Estas escolas eram o que havia de mais organizado na época, mas por decisão do Conselheiro Saraiva foram transferidas para Teresina, quando esta se tornou capital em 1852, entrando o ensino de Oeiras em decadência. O ensino secundário da antiga capital ficou reduzido às aulas de Latim e Geometria, voltando à condição de aulas avulsas e ministradas de forma precária nas residências dos professores. As escolas primárias, mesmo não fechando suas portas, passaram a funcionar de forma

acanhada com frequência reduzida e inconstante de alunos, carecendo ainda mais de materiais para um funcionamento regular.

Oeiras entrou no século XX sem escolas de nível secundário e com escolas primárias insuficientes para atender a demanda que era absorvida pela iniciativa particular e esta situação permaneceu até o início do funcionamento do primeiro grupo escolar, Grupo Escolar Costa Alvarenga, em 1929.

Com o surgimento do Grupo Escolar Costa Alvarenga, a educação da cidade se consolidou assumindo uma nova organização, caracterizando-se como escola graduada com ensino seriado e seqüencial, recriando uma nova cultura escolar recheada de valores e normas sociais próprias daquela época, visando a formação do cidadão republicano.

As análises realizadas no decorrer deste estudo tornam evidentes as seguintes observações:

- Os avanços e retrocessos foram características básicas do processo educacional de Oeiras. A implantação do ensino formal ocorreu tardiamente tendo que enfrentar desafios que impediam seu progresso e muitas vezes ocasionando-lhe declínio.
- A carência de recursos financeiros era uma argumentação comumente usada pelos governantes para justificar a falta de prioridade para com a educação.
- A legislação educacional muitas vezes não levava em consideração a realidade local, o que dificultava seu cumprimento.
- A falta de empenho político visando a qualificação dos professores contribuía para a baixa qualidade do ensino público, somando-se à carência de material escolar e a instalação inadequada das escolas.
- A reação da sociedade oeirense, no início de século XX, criando escolas particulares e filantrópicas e reivindicando a criação de escolas públicas de qualidade para atendimento da população escolar desassistida, contribuiu para tirar educação de Oeiras da apatia que se viu mergulhada desde a época em que perdeu o status de capital para Teresina. Pode ser vista como iniciativa da sociedade organizada visando suprir as deficiências de ações do Estado.
- O Grupo Escolar Costa Alvarenga pode ser considerado um marco na educação de Oeiras, podendo a história da educação local ser contada antes e depois da criação desta escola.

O empenho despendido na construção deste trabalho foi acima de tudo prazeroso, pois me oportunizou o retorno às minhas raízes, esclarecendo-me os questionamentos de como se processou a educação de minha terra, conscientizando-me da responsabilidade de assumir como tarefa a luta pela preservação do passado educacional de Oeiras e espero que outros olhares levados por semelhante esforço dêem prosseguimento a esta pesquisa, pois o que aqui está escrito não esgotou as fontes, mas serve de fio condutor para novos estudos que envolvam, principalmente, temáticas em torno da cultura escolar, das instituições escolares e histórias de vida de professores e alunos.

O encontro com o passado educacional torna os homens conscientes e seguros de sua existência no presente, fazendo-os perceber que a trajetória da educação em qualquer lugar é construída socialmente e que esta construção depende do empenho de todos na conquista de uma educação justa de qualidade.

Ao final deste estudo, fica evidenciada a necessidade e importância do desenvolvimento desta pesquisa. O presente trabalho, resultado final e fruto deste processo, apresenta subsídios para melhor compreensão da história educacional em Oeiras e traz contribuições para a história da educação piauiense e brasileira.

REFERÊNCIAS

A – LEIS E OUTROS DOCUMENTOS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **Envio do regulamento especial do prêmio Alvarenga do Piauí (Brasil)**. Documento enviado por <jfernandes@acad-ciencias.pt>. Mensagem recebida por <amadamax@hotmail.com> em 21 de julho de 2006.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **Processo acadêmico do Dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga**. Documento enviado por <jfernandes@acad-ciencias.pt>. Mensagem recebida por <amadamax@hotmail.com> em 21 de julho de 2006. Disponível <<http://www.acad-ciencias.pt/ACLD/memorias/Alvarenga,%20Pedro%20Francisco%20da%20Costa/Processo/processo.swf>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

BRASIL. Constituição (1824). **Carta de lei de 25 de março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Disponível em <<http://www.cmp.rj.gov.br/petro1/constituicao.htm>>. Acesso em 14 de maio de 2005.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**. Organiza um regime livre e democrático. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Consttui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 29 nov 2005.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>>. Acesso em 14 de maio de 2005.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (Piauí). **Ofício nº 97, de 20 de fevereiro de 1854**. Comunicando ao Presidente da Província a solicitação de três meses de licença com vencimentos para tratamento de saúde, pelo professor de gramática latina de Oeiras, Antonio João Batista Ferreira. Oeiras, 1854. [manuscrito]

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (Piauí). **Ofício nº 186 / 1857**. Solicitação de inspeção médica e jubilação pelo professor de gramática latina Antonio João Batista Ferreira. [S.l.], 1857. [manuscrito]

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (Piauí). **Ofício 141, de 26 de set 1898**. Nomeação interina do professor Aprígio Martins de Sousa em substituição ao professor Joaquim Rodrigues Campos. Teresina, 1898. [manuscrito]

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (Piauí). **Quadro demonstrativo das escolas públicas do Estado do Piauí, com designação dos respectivos professores relativo ao primeiro semestre do corrente ano de 1898.** Teresina, 1898. [manuscrito]

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (Piauí). **Ofício s/n, de 12 de fev 1914.** O professor João de Sousa Miranda comunica que assumiu o cargo de professor público da cidade de Oeiras. Oeiras, 1914. [manuscrito]

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (Piauí). **Ofício nº 1, de 1º de setembro de 1921.** A professora Maria Moura de Carvalho comunica que assumiu o cargo de professor público da cidade de Oeiras. Oeiras, 1914. [manuscrito]

ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES (Piauí). **Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices comunicando ao Vice-Presidente da Província a fuga dos educandos da cidade de Oeiras.** Teresina, 16 de agosto de 1853a. Manuscrito avulso.

ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES (Piauí). **Ofício do Diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices comunicando ao Vice-Presidente da Província a captura dos educandos da cidade de Oeiras.** Teresina, 23 de agosto de 1853b. Manuscrito avulso.

GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Diploma de conclusão do Curso Normal da professora normalista Alina Ferraz Nunes.** Teresina: [s.n.], 1942.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. **Livro de correspondências expedidas.** Oeiras: [s.n.], 1929-1939. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. **Pasta de correspondências recebidas.** Oeiras: [s.n.], 1930-1936. Manuscrito e datilografado.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. **Livro de Termos de Compromisso.** Oeiras: [s.n.], 1929-1943. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. **Livro de ponto do pessoal do Grupo Escolar Costa Alvarenga.** Oeiras: [s.n.], 1941-1942. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. **Livro de ponto do pessoal do Grupo Escolar Costa Alvarenga.** Oeiras: [s.n.], 1945-1946. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. **Livro de matrícula.** Oeiras: [s.n.], 1947-1948. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. Ata de inauguração da Caixa dos Pobres. **Livro de ata** (1936-1946). Oeiras, 1937. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. Ata de fundação da Caixa Escolar. **Livro de ata** (1936-1946). Oeiras, 1946. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. Ata da sessão solene de inauguração da Caixa Escolar. **Livro de ata** (1936-1946). Oeiras, 1946. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. Relatório da Caixa Escolar do Grupo Escolar Costa Alvarenga (período de maio de 1947 a novembro de 1948). **Livro de ata** (1936-1946). Oeiras, 1948. Manuscrito.

GRUPO ESCOLAR COSTA ALVARENGA. Ata da sessão inaugural do Clube de Leitura e Biblioteca Infantil “Domingos Afonso Mafrense”. **Livro de ata**. Oeiras: [s.n], 1936-1946. Manuscrito

OEIRAS. Escola pública do sexo feminino. **Relação nominal da alunas da escola pública do sexo feminino**. Oeiras: Livro de matrícula, 30 jan. 1929. Manuscrito.

OEIRAS. Prefeitura Municipal. **Ofício nº 62, de 9 de março de 1944**. Do prefeito municipal de Oeiras comunicando ao Diretor do Departamento de Ensino do Estado a situação física e funcional do Instituto Santo Antônio. Livro para registro da correspondência expedida, começado em 12 de junho de 1943 e encerrado em 07 de agosto de 1944. Oeiras, p. 64-66, 1943/1944. Manuscrito.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluções da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauí. Carta de Lei Nº 1, de 29 de maio de 1835. Adoptando para o uso das aulas de Philosophia os Compedios de Mr. Edme Ponelle traduzidos em Portugues. Manuscrito original.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluções da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauí. Resolução Nº 2, de 29 de maio de 1835. Adoptando para o uso das aulas de Philosophia os Compedios de Mr. Edme Ponelle traduzidos em Portugues. Manuscrito original.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluções da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauí, 1837. Carta de Lei Nº 74. Decidindo enviar para fora da Província estudantes e funcionários públicos como pensionistas da Província. Manuscrito original.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluções da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauí, em 20 de setembro de 1837. Carta de Lei Nº 75. Marcando as obrigações dos Professores das Escolas de primeiras letras, e das aulas maiores da Província. Manuscrito original.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluções da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauí, em 17 de setembro de 1838. Resolução Nº 84. Mandanda entregar annualmente ao Professor publico de 1^{as} letras desta Cidade os generos nella mencionados. Manuscrito original.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluções da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauí, em 20 de setembro de 1838. Resolução Nº 86. Criando, em Oeiras, uma cadeira de 1^{as} letras pelo método de Lancastre e autorizando interinamente seu funcionamento pelo método simples. Manuscrito original.

PIAUHY. Relatório do presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 1º de agosto de 1845. Oeiras: Typographia Provincial, 1845.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 6. Parte 1ª. Lei Provincial nº 198, de 04 de outubro de 1845. Dá providência sobre a instrução pública. Oeiras do Piauí: Typographia Provincial, 1845.

PIAUHY. Relatório do presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 11 de julho de 1846. Oeiras: Typographia Provincial, 1846.

PIAUHY. Relatório do presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 06 de julho de 1847. Oeiras: Typographia Provincial, 1847.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 8. Parte 1ª. Resolução nº 220, de 24 de setembro de 1847. Cria nesta capital um estabelecimento de educandos artífice. Oeiras do Piauí: Typographia Provincial, 1847.

PIAUHY. Fala do presidente da Província do Piauí, Anselmo Francisco Peretti, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 05 de julho de 1849. Oeiras: Typographia Saquarema, 1849.

PIAUHY. Relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 1 de julho de 1850. Oeiras: Typographia Saquarema, 1850.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 11. Parte 1ª. Resolução nº 287, publicada a 10 de setembro de 1850. Estabelece várias disposições acerca da Instrução Pública. Oeiras: Typographia Saquarema, 1850.

PIAUHY. Fala do presidente da Província do Piauí, Dr. José Antônio Saraiva, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, em 03 de julho de 1851. Oeiras: Typographia Saquarema, 1851.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 12. Parte 1ª. Resolução nº 301, publicada a 10 de setembro 1851. Cria nesta capital uma casa de educandas. Oeiras do Piauí: Typographia Saquarema, 1851.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 08. Parte 2ª. Seção 1ª. Regulamento nº 16, publicada a 23 de abril de 1852. Estabelece várias disposições a respeito do Estabelecimento dos Educandos Artífices na cidade de Oeiras. Oeiras: [s.n.], 1852.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 13. Parte 1ª. Resolução nº 315, publicada a 21 de julho de 1852. Eleva, desde já, a Vila Nova do Poty a categoria de cidade com a denominação de – Theresina - e transfere para ela a sede do governo da Província, com estabelecimentos e repartições públicas. Theresina: Typographia Constitucional de João da Silva Leite, 1852.

PIAUHY. **Código das leis piauienses**. Tomo 15. Parte 1ª. Lei Provincial nº 369, publicada a 14 de agosto de 1854. Revoga a Resolução Provincial nº 301 de 9 de setembro de 1851, que criou uma casa de Educandas menores. Therezina, 1854.

PIAUHY. **Código das leis piauienses**. Tomo 18. Parte 1ª. Resolução nº 485, selada e registrada no livro 5º de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial a 12 de setembro de 1859 e publicada a 13 de setembro de 1859. Reforma a instrução pública, primária e secundária da Província. Therezina, 1859.

PIAUHY. **Regulamento interno para as aulas de 1ªs letras da Província do Piauí, na forma da Lei de 12 de setembro de 1859**. Assinado pelo Diretor Geral, José Joaquim Avellino, em 23 de dezembro de 1861. Documento original encontrado avulso na Casa Anísio Brito – Arquivo Público.

PIAUHY. **Relatório do vice-diretor da Instrução Pública do Piauí, José Joaquim Avellino**. Enviado ao Presidente da Província, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, em 27 de março de 1861. Manuscrito original encontrado na Casa Anísio Brito – Arquivo Público.

PIAUHY. **Solicitação de livros feita pela professora Rosina Augusta da Silva Conrado em 1885**. Documento original encontrado avulso na Casa Anísio Brito – Arquivo Público.

PIAUHY. **Relatório do Doutor Diretor Geral Interino da Instrução Pública do Piauí**. Apresentado ao Exmº Sr. Doutor Sancho de Barros Pimentel, Presidente da Província, pelo Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Augusto C. da Silva Reis, em 16 de maio de 1878. Documento original encontrado avulso na Casa Anísio Brito – Arquivo Público.

PIAUHY. **Relatório do Doutor Diretor Geral Interino da Instrução Pública do Piauí**. Apresentado ao Presidente da Província, Dr. Raymundo José Vieira da Silva, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Pedro Sampaio, em 4 de maio de 1889. Therezina: Typ da “Imprensa”, 1889.

PIAUHY. **Relatório do presidente da Província do Piauí, Dr Raimundo José Vieira da Silva, ao passar a administração da Província ao vice-Presidente, Firmino de Sousa Martins, em 27 de julho de 1889**. Therezina: Typ da “Imprensa”, 1889.

PIAUHY. **Mensagem lida ao congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária, pelo Governador do Estado, Dr. Gabriel Luiz Ferreira, em 7 de novembro de 1891**. Therezina: Typ. do Piauí, 1891.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí, pelo Governador Dr. Coriolano de Carvalho e Silva em sessão de 1º de junho de 1896**. Therezina: Typ. D’ “O Piauí, 1896.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado, em 1º de junho de 1901**. Therezina: Typ. do “O Piauí”, 1901.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado, em 1º de junho de 1902.** Therezina: Typ. do “O Piauhly”, 1902.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Governador Dr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, Governador do Estado, em 10 de junho de 1905.** Therezina: Typ. do “O Piauhly”, 1905.

PIAUHY. **Leis e decretos do Estado do Piauhly do anno de 1910.** Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Official, 1910.

PIAUHY. **Leis e decretos do Estado do Piauhly do anno de 1910.** Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expedi regulamento para a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Official, 1910.

PIAUHY. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauhly.** Therezina: Imprensa Official, 1910.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhly, pelo Governador Dr. Antonino Freire da Silva em 1º de junho de 1910.** Therezina: Typ. do Piauhly, 1910.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados, pelo Governador Antonino Freire da Silva, em 1º de junho de 1911.** Therezina: Typ. do “O Piauhly”, 1911.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1915.** Therezina: Typ. do Piauhly, 1915.

PIAUHY. **Relatório da comissão composta por Mathias Olympio, João Osório P. da Motta, Pedro Borges da Silva e Manoel Raimundo da Paz Filho.** Apresentado ao Governador do Estado, Dr João Luis Ferreira, em 28 de julho de 1921. Therezina: [s.n], 1921.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador Dr. João de Deus.** Therezina: [s.n], 1929.

PIAUHY. **Regulamento da Diretoria Geral da Instrução.** Therezina: Imprensa Official, 1931.

PIAUHY. **Regulamento Geral do Ensino.** rev. alt. Therezina: Imprensa Official, 1933.

UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE. Ata da inauguração solene da União Artística Operária Oeirense, em 25 de dezembro de 1938. **Livro de ata.** Oeiras: [s.n], p. 23-30, 1938/1939. Manuscrito.

UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE. Estatutos da União Artística Operária Oeirense. **Livro de ata.** Oeiras: [s.n], p. 4-22, 1938/1939. Manuscrito.

UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE. Ata da primeira sessão extraordinária da Diretoria da União Artística Operária Oeirense, em 11 de maio de 1939. **Livro de ata.** Oeiras: [s.n], p. 56, 1938/1939. Manuscrito.

UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA OEIRENSE. Ata da quinta sessão extraordinária da União Artística Operária Oeirense, em 13 de maio de 1939. **Livro de ata**. Oeiras: [s.n], p. 57-65, 1938/1939. Manuscrito

B – LIVROS, PERIÓDICOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

ADRIÃO NETO. **Dicionário biográfico**: escritores piauienses de todos os tempos. Teresina: Halley, 1995.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1981.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500 – 1889)**: história e legislação. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. Métodos de ensino de leitura em Mato Grosso no início do século XX: uma contribuição para a história da alfabetização no Brasil. In: Reunião Anual da ANPEd, 25., 2002, Caxambu. **Anais eletrônico...** ANPEd, 2002. Trabalho. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/25/texced25.htm#gt10>>. Acesso em: 09 maio 2004.

ARAÚJO, Deuzimar Serra. **Uma metodologia dialógica e proativa para alfabetização de jovens e adultos**. Caxias, 1999. 93. f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual do Maranhão / Centro de Estudos Superiores de Caxias; 1999. Disponível em <http://www.cereja.org.br/pdf/20050623_metodologia.pdf>. Acesso em 30 maio 2006.
ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

ARAÚJO, Martha Maria de; MOREIRA, Keila Cruz. O grupo escolar modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal-RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

AZEVEDO, Maria Francisca. A Semana Santa em Oeiras. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Halley, n.14, p.169-171, 1995/97.

BARRETO, Rita de Macedo. **Corações de crianças**. Rio de Janeiro: F. Alves, [192-?].

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____ et al. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BIBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: Centro Bíblico Católico. 111. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 475-491, set./dez. 2004.

BOM MEIHI, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Wilson. Participação de Oeiras nas lutas da Independência do Piauí. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Expansão, n.03, p.27-34, 1980.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização**. Teresina: UFPI, 1996.

BRITTO, Bugyja. **O Piauí e a unidade nacional**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1976.

BRITTO, Bugyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977. v.1.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campina (SP): Autores Associados, 2002. p. 25-38.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da história, 1929 – 1989**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Testemunha ocular : história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.

CALIGRAFIAS.NET. História da caligrafia. Disponível em: <<http://www.caligrafias.com.br>>. Acesso em: 5 nov. 2005.

CAMARA, Sônia; BARROS, Raphael. Por um projeto escolar modelar: a constituição dos grupos escolares no Distrito Federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: _____; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CAMPOS, Rita de Cássia. Breve histórico do magistério em Oeiras: a Escola Normal. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: [S.l.:s.n], n.04, p.71-74, 1982.

_____. Em memória da profª Eva Feitosa. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: [s.n], n.08, p.77-79, 1986.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. Um pouco de Oeiras. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: COMEPI, n. 02, p. 102-125, 1980.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. **História episcopal do Piauí**. Teresina, COMEPI, 1980.

_____. **Passeio a Oeiras**. 4. ed. Recife: Apipucos, 1992.

_____. Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos. . **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. [S.l.:s.n], n.16, p.125-127, 1991/92.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Monsenhor. Apontamentos Biográficos e outros. In: _____. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Mosenhor Chves, 1998. p.413-639.

CHAVES, Monsenhor. O Piauí nas lutas da Independência do Brasil. In: _____. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Mosenhor Chves, 1998. p.255-411.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n 52, p. 11-24, 2000.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.1.

_____. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.2.

CRIMES QUE ABALARAM PERNAMBUCO. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de julho de 2001, p. 3.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Uma viagem ao século XIX. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: FUNDEC, n.16, p.21-24, 1999.

_____. **Balaios e bem-ti-vis: a guerrilha sertaneja**. 2. ed. Teresina: Halley, 2002.

_____. O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Expansão, n.17, p.140-162, 2000/2001.

FALCI, Miridan Britto Knox. A cidade de Oeiras do Piauí. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Expansão, n.17, p.165-206, 2000/2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 1, p. 141-159, jan.jun. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 8 jul 2006.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 19-34, maio.jun. jul. ago. 2000

FERREIRA, Fábio. O General Lecor e a Escola de Lancaster: Método e instalação na Província Cisplatina. **Revista tema livre**, Niterói, ano 3, n. 09, set. 2004. Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com/lancaster09.html>>. Acesso em 25 jun. 2005.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

_____. Pe. Marcos de Araújo. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de Educadores Brasileiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep, 1999. p. 390-392.

_____. **Literatura escolar e história da educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas**. São Paulo, 2000, 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo; 2000.

FIORIN, José Luiz. **Elemento da análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2001.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Cartilha Analytica publicada pela Francisco Alves: aspectos da materialidade entre ordenamentos pedagógicos e editoriais. In: Seminário brasileiro sobre livro e história editorial. 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FCRB. Comunicação individual. Disponível em: < <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/isabelcristina.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2006.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FREITAS, Esmaragdo de. **O visconde da Parnaíba**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1947.

FREITAS, Pedro Ferrer Mendes. Benedito Amônico de Freitas, o Burane. In: _____. **Solo distante: crônicas oeienses**. Teresina: Grafiset, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos. **Projeto Memória de leitura – Unicamp**.

2004. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/escolaprimaria.htm>>. Acesso em 11 dez. 2005.

GATTI JR, Décio. História das instituições educacionais. In: ARAUJO, José Carlos Souza; _____ (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campina (SP): Autores Associados, 2002. p. 3-24

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

GLENISSON, J. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Difel, 1977.

GONÇALVES, Luiz Mendes Ribeiro. **Impressões e Perspectivas.** Brasília: Senado Federal, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Antônio José. Origem e evolução do cooperativismo no mundo e no Brasil e sua contribuição para construir o segmento educacional brasileiro. **Linguagens, educação e sociedade:** revista do programa de pós-educação em educação da UFPI. Teresina: Ufpi, n.12, p. 13-25, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vertice, 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas (SP): Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2003.

LEVY, Marcus; BENCOSTTA, Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja:** grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930). Fortaleza, 2001. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza; 2001.

_____. Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Costa. Inauguração da luz elétrica em Oeiras. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras.** Teresina: Universal, n.15, p.41-44, 1998.

MACIEL, Emmanuel Coelho. A obra musical de Possidônio Queiroz. **Memória piauiense:** Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação Elias Tajra, p.19-29, abril, 1995.

MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. **Educação, Sociedade & Cultura**, Lisboa, n. 5, p. 7-34, 1996.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denise Bárbara (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

_____. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. **Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

MARTINS, Agenor de Sousa Martins. et. al . **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2. ed. Teresina: Fundação Cepro, 2002.

MARTIS, Celina Vieira. Oeiras e a música. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: COMEPI, n.05, p.33-37, 1983.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVESA, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MELO, Pe Cláudio. **Os construtores de nossa História**. [S.l.: s.n], 1997.

_____. Duas capitais. In: SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). **Piauí: formação-desenvolvimento-perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995. cap. 5, p. 113-131.

MEMÓRIAS de Oeiras. **Viva Oeiras!**. Teresina: Nova Expansão, ano 1, n. 5, mar. 2006.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). **Piauí: formação-desenvolvimento-perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995. cap. 3, p. 55-81.

MICHAELIS: **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil - 1835 - 1889**. S. Paulo: Nacional, 1939.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, Benedito Clementino de Siqueira. **Oeiras, monumento nacional**. São Luis: [s.n], 1991.

MOURA, Maria Dorothea Campos. Irmandade e freguesia de Nossa Senhora da Vitória. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Expansão, n.17, p.113-117, 2000/2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

NEVES, Fátima Maria. **O método Lancasteriano e a formação disciplinar do povo: São Paulo 1808 – 1889**. Assis (SP), 2003. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis (SP); 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/?view=2050&filename=neves_fm_dr_assis.pdf&status=a&size=1616280&type=application&subtype=pdf&topic_id=220&extension=pdf&compress=n>. Acesso em 25 jun. 2005.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPEd**, n. 5, p.7-64, set. 1993.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 131-145.

NUNES, Odilon. **Depoimentos históricos**. Teresina: COMEPI, 1981.

_____. **O Piauí: seu povoamento e seu desenvolvimento**. [S.l.: s.n], 1972.

_____. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 2.

_____. **Pesquisa para a história do Piauí**. 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 4.

OLÍMPIO, José. **Liceu Piauiense: síntese histórica**. 3. ed. rev e aum. Teresina: Mendes, 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n 52, p. 25-40, 2000.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PORTELA, Leopoldo. Cem anos do apostolado. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: FUNDEC, n.16, p.63-66, 1999.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, Possidônio Nunes de. **Breve notícia obre a criação de escolas no município de Oeiras**. Oeiras: [s.n], 1967.

_____. Contribuição do Piauí nas lutas da Independência. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: COMEPI, n. 02, p. 69-90, 1980.

_____. Em memória do primeiro bispo de Oeiras. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: COMEPI, n.06, p.37-41, 1985.

_____. Sesquicentenário do relógio da matriz. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: COMEPI, n.07, p.85-89, 1985.

_____. Benedito Amônico de Freitas (Burane). **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: [s.n], n.08, p.23-37, 1986.

_____. Um culto Ardentíssimo. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: [s.n], n.13, p.83-85, 1993.

_____. Oeiras: seu passado, pleno de glórias, o presente cheio de realizações úteis. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Expansão, n.16, p.147-176, 1999.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, José Expedito de Carvalho. Historia do Jornalismo em Oeiras. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, ano 3, n. 9, p. 13-19, 1989.

_____. Reminiscência de Oeiras velha. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. [S.l.: s.n], n.04, p.23-30, 1982.

RÊGO, Maria do Espírito Santo. Diário de um coronel da guarda. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. [S.l.:s.n], n.04, p.103-107, 1982.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas (SP): Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial**. Rio de Janeiro, 2004. 453 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 2004. Disponível em <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_dout_ufrj_irma_rizzini.PDF>. Acesso em 25 set. 2005.

ROCHA, Lúcia Maria da França; BARROS, Maria Leda Ribeiro de. A educação primária baiana: grupos escolares na penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro; OLIVA, Terezinha Alves de. As multifaces de "Através do Brasil". **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 101-121, 2004.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Conceição de M. F. Tapety. Apresentação. **Memória piauiense: Possidônio Queiroz**. Teresina: Fundação Elias Tajra, p.9-13, abril, 1995.

SILVA, Elizabeth Poubel e. O Florescer de uma cultura escolar no ensino público mato-grossense. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

SILVA, Júlio Romão. **Memória sobre a transferência da capital do Piauí**. 3. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Junior, 1992.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. Teresina, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2004.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. **A instrução pública no Piauí**. Therezina: Papelaria Piauíense, 1922.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A memória e a escola**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos. CEDES**, Campinas, SP, v. 20, n. 51, p.9-28, nov. 2000a.

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos. CEDES**, Campinas, SP, v. 20, n. 52, p.104-121, nov. 2000b.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, v.37, n.86, p.59-79. abr. jun. 1962.

TITO FILHO, A. **Governos do Piauí: capitania, província, estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3. ed. rev. São Paulo: IBRASA, 1986.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos Cedex**, São Paulo, n 52, p. 74-87, 2000.

_____. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. **Educar em revista**. Curitiba: UFPR, n. 18, p. 157-182, 2001.

VASCONCELOS, Antônio Cardoso. Carta do Cônego a Possidônio poucos meses antes de falecer. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. [S.l.: s.n], n. 10, p. 43-44, 1988.

_____. Meu paróquio em Oeiras – Piauí (1932-1949). **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: COMEPI, n. 07, p. 91-108, 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O Ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora S.A., n. 8, P. 13-30, maio, jun, jul, ago., 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: _____ (Org.). **Grupos escolares: cultura**

escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas (SP): Mercado das Letras, 2006.

WARDE, Mirian Jorge. Questões teóricas e de método: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2000.

C – ENTREVISTAS:

CAMPOS, Amália do Espírito Santo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, out. 2004.

CAMPOS, Auristella Nogueira. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em set. 2005.

CAMPOS, Rita de Cássia. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em jul. 2006.

MATOS, João da Silva. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em out. 2004.

MARINHO, José Hipólito. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis para realização de Dissertação de Mestrado, em out. 2004.

REIS, Amadeu de Macedo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em set. 2005.

REIS, Amália de Macedo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em ago. 2004.

REIS, Benedito Lopes Reis. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em out. 2004.

REIS, Maria de Macedo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em set. 2004.

REIS, Miguel de Macedo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em set. 2005.

TAPETY, Valdália Reis. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis, em ago. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Governos da Capitania do Piauí sediados em Oeiras – 1759 a 1822

ANO	GOVERNOS – PERÍODO COLONIAL
20-09-1759 / 03-08-1769	João Pereira Caldas.
03-08-1769 / 01-01-1775	Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.
02-01-1775 / 12-12-1797	Junta Governativa: Antônio José de Morais Durão. João do Rego Castelo Branco. José Esteves Falcão. OBS: Esta foi a constituição da primeira junta governativa. Durante 22 anos a capitania foi governada por outras juntas com alteração de seus membros.
12-12-1797 / 16-10-1799	João de Amorim Pereira.
16-10-1799 / 17-02-1803	Francisco Diogo de Morais – interino.
17-02-1803 / 04-06-1803	João de Amorim Pereira
04-06-1803 / 02-03-1805	Pedro José César de Meneses
02-03-1805 / 21-01-1806	Luis Antonio Sarmiento da Maia
21-01-1806 / 20-10-1810	Carlos César Bularmaqui
20-10-1810 / 13-07-1811	Francisco da Costa Rabelo – interino
13-07-1811 / 10-01-1814	Junta Governativa: Luís José Oliveira Mendes. Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar. Severino Coelho Rodrigues.
10-01-1814 / 14-07-1819	Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos
14-07-1819 / 26-10-1821	Elias José Ribeiro de Carvalho
26-10-1821 / 07-04-1822	Junta Governativa: Francisco Zuzarte Mendes Barreto Manoel de Sousa Martins. Francisco de Sousa Mendes Membros: Agostinho Pires, Miguel Pereira de Araújo, Matias Pereira da Costa, Bernardino José de Melo e Caetano Vaz Portela.
07-04-1822 / 24-01-1823	Junta Governativa: Pe Matias Pereira da Costa Francisco de Sousa Mendes Membros: José Antônio Ferreira, Miguel Pereira de Araújo e Caetano Vaz Portela.

QUADRO 24 – Relação dos governos da Capitania do Piauí sediados em Oeiras – 1759 a 1822.

Fonte: MOURA, Benedito Clementino de Siqueira. **Oeiras, monumento nacional**. São Luis: [s.n], 1991

APÊNDICE B

Governos da Província do Piauí sediados em Oeiras – 1823 a 1852

ANO	GOVERNOS – PERÍODO IMPERIAL
24-01-1823 / 19-09-1824	Junta Governativa: Manuel de Sousa Martins. Manuel Pinheiro de Miranda Osório. Membros: Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego.
20-09-1824 / 01-05-1825	Conselho de Governo: Manuel de Sousa Martins. Pe. Marcos de Araújo Costa. Conselheiros: Inácio Francisco de Araújo Costa, João Nepomuceno Castelo Branco, Inácio Madeira de Jesus, Joaquim de Santana Ferreira e Raimundo de Sousa Martins.
01-05-1825 / 09-12-1828	Manuel de Sousa Martins
09-12-1828 / 13-02-1829	Inácio Francisco de Araújo Costa.
13-02-1829 / 15-02-1829	Manuel de Sousa Martins.
15-02-1829 / 17-02-1831	João José Guimarães e Silva.
17-02-1831 / 30-12-1843	Manuel de Sousa Martins.
30-12-1843 / 09-09-1844	José Ildefonso de Sousa Ramos.
09-09-1844 / 28-06-1845	Tomás Joaquim Pereira Valente.
28-06-1845 / 28-07-1845	Francisco Xavier de Cerqueira.
28-07-1845 / 07-09-1847	Zacarias de Góis e Vasconcelos.
07-09-1847 / 14-03-1848	Marcos Antônio de Macedo.
14-03-1848 / 11-07-1848	Francisco Xavier de Cerqueira.
11-07-1848 / 25-12-1849	Anselmo Francisco Peretti.
25-12-1849 / 07-09-1850	Inácio Francisco Silveira da Mota.
07-09-1850 / 12-03-1853	José Antônio Saraiva. OBS: Este governo só teve sede em Oeiras por dois anos, até 1852, sendo concluído em Teresina, a nova Capital.

QUADRO 25 – Relação dos governos da Província do Piauí sediados em Oeiras – 1823 a 1852.

Fonte: MOURA, Benedito Clementino de Siqueira. **Oeiras, monumento nacional**. São Luis: [s.n], 1991.

APÊNDICE C

Relação os jornais que circularam em Oeiras até a primeira metade do século XX

DATA	JORNAL
15-08-1832 a 1833	“O PIAUIENSE” – primeiro jornal de Oeiras e do Piauí, editado na Tipografia de Silveira & Cia trazida da Bahia pelo Pe Antônio Fernandes da Silveira, mais tarde tornou-se Tipografia Provincial e depois Tipografia Saquarema. Era um semanário que tinha a exclusividade de publicar os feitos oficiais do Governo da Província.
1833	“DIÁRIO DO CONSELHO GERAL” – jornal oficial.
1835 a 1845	“CORREIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ” – jornal oficial.
21-11-1839 a 1841	“O TELÉGRAFO” – impresso na Tipografia Provincial e tinha como redator Francisco José Fialho. Era um jornal oficial e noticioso cuja finalidade maior era dar publicidade dos atos de bravura das forças governamentais na luta contra a Balaçada.
1845	“O LIBERAL PIAUIENSE” – jornal de Lívio Lopes Castelo Branco, foi o primeiro de oposição ao governo.
1847 a 1848	“O GOVERNISTA” – jornal editado na Tipografia Provincial.
01-04-1848	“O CONSTITUCIONAL” – jornal editado na Tipografia Provincial.
1848	“O ANALÍTICO” – jornal editado na Tipografia Provincial.
1849 a 1850	“O ESCOLÁTICO” – jornal editado na Tipografia Provincial.
01-01-1849	“A VOZ DA VERDADE” – impresso na Tipografia Saquarema e foram publicados 25 números. Era um jornal do Partido Conservador e tinha cunho político, literário e comercial.
1849	“O ESPECTRO” – era editado em Caxias no Maranhão. Fazia oposição ao Visconde da Parnaíba e este mesmo não sendo mais presidente da Província proibiu sua publicação em Oeiras numa demonstração que ainda mantinha o poder.
06-10-1849	“O FUSO DOIDO” – periódico joco-sério impresso na Tipografia Liberal.
12-10-1849	“A CHIBATA” – jornal crítico e satírico de distribuição gratuita publicado pela Tipografia Saquarema.
01-09-1849 a 18-08-1852	“O ECO LIBERAL” – jornal semanal redigido por Tibério César Burlamaqui e impresso na Tipografia Liberal. Se posicionava contra a mudança da capital de Oeiras para Teresina. Foram publicados 154 números.
1850	“AUCAPURA” – era de responsabilidade do jornalista Lívio Lopes Castelo Branco.
1851	“RECREIO LITERÁRIO” – jornal volumoso (8 a 16 páginas) feito na Tipografia Liberal e publicado mensalmente. Divulgava literatura e ciências.
1851	“ARGUS PIAUIENSE” – jornal de Lívio Lopes Castelo Branco.
1853	“O OEIRENSE” – foi o primeiro jornal a circular em Oeiras quando esta já não era mais capital. Redatores: Casimiro José de Moraes e Pe. Marcos de Araújo Costa.
1877	“O SÉCULO”
1878	“A ORDEM”
1886	“O MUNICÍPIO” – foi fundado por Ulisses Lemos. Teve como diretores: Raimundo Pereira C. E. Silva e José Gentil da Silva Moura. Era um jornal considerado imparcial. No ano de 1889 foi redigido pelo Major Selemérico Newton de Carvalho.
1887	“O TETÉU” – jornal humorístico
1889	“1889” – tinha esse nome porque circulou nesta data.
1889	“O GATO” – custava a assinatura mensal deste jornal o valor de duzentos réis.
1990	“A ROSA” – era um jornal de caráter literário redigido por Pedro Brito e Manoel Saraiva de Lemos.
28-01-1910	“CORREIO DE OEIRAS” – de propriedade do Cel. Alano Beleza e como chefe das oficinas o Sr. João Soares. Muitos oeirenses colaboraram com este jornal, dentre eles Nogueira Tapety e Luiz Rego Filho. Era um jornal noticioso e divulgava também as produções artísticas locais. Funcionou na “Casa da Sociedade”, hoje, Câmara Municipal.
1910	“A FLOR”
1939 a 1945	“O FANAL” – mensário criado e dirigido pelo Cel. Orlando Carvalho. Seu redator era o Sr. João Benedito Ribeiro Gonçalves. Tinha como encarte o “Fanal Escolar” que divulgava as produções escritas pelo alunos do Grupo Escolar “Costa Alvarenga” e da Escola Agrupada “Armando Burlamaqui”.
1950	“IDÉIA NOVA” – jornal criado pelos universitários José Expedito Rego, Orlando Ribeiro Gonçalves e Luiz Santos Barbosa. Durou apenas um período de férias destes estudantes.

QUADRO 26 – Jornais de Oeiras – 1832 a 1950

Fonte: RÊGO, José E. de C. História do jornalismo em Oeiras. **Cadernos de Teresina**. Teresina: F. C. Mons. Chaves, ano 3, n. 9, p. 13-19, 1989.

APÊNDICE D

Escritores Oeirenses – 1832 a 1950

DATA (★ nascimento / † falecimento)	ESCRITORES OEIRENSES
★ 13 / 08 / 1813 - Oeiras (PI) † 10 / 02 / 1860 – Paris (França)	<u>CASIMIRO JOSÉ DE MORAES SARMENTO</u> – Primeiro piauiense a se formar em Direito, político, jornalista, professor e escritor. Produção: “Anotações à Constituição do Império”; “Opúsculo sobre Educação Física dos Menores” (1858). Traduziu: “Elementos de Direito Político” (1842); “Da Solidão” (1842); “Compêndios de História Sagrada por Perguntas e Respostas” (1847) e “Compêndio de Direito Público”.
★ 1824 – Oeiras (PI). † 1892 – Oeiras (PI).	<u>ANTÔNIO GENTIL DE SOUSA MENDES</u> – Poeta, jornalista e político. Produção: Escrevia para o jornal “A Pátria” de sua propriedade em sociedade com Angesilau Pereira da Silva (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 223) e para outros jornais da época.
★ 1825 – Oeiras (PI) † ?	<u>JOSÉ ÂNGELO DE MORAES REGO</u> – Militar reformado do posto de Marechal do Exército, herói da Guerra do Paraguai. Publicação: “Presídio de Fernando de Noronha”.
★ 1826 – Oeiras (PI) † 1883 – Lisboa (PT)	<u>PEDRO FRANCISCO DA COSTA ALVARENGA</u> – nasceu em Oeiras (PI) em 1826 e faleceu em Lisboa (PT) em 1883. Médico, professor e cientista. Produção: “Estudo sobre as variações do comprimento dos membros pelvianos na coxalgia”; “Memória sobre a insuficiência das Válvulas Aórticas e considerações gerais sobre as moléstias do coração”; “Apontamentos sobre os meios de ventilar e aquecer edificações públicas e, em particular, os hospitais”; “Esboço Histórico sobre epidemia de febre amarela na freguesia da Pena”; “Anatomia Patológica e Sintomática da febre amarela em Lisboa no ano de 1857”; “Estudo da questão acerca do duplo sopro crural na insuficiência das válvulas aórticas”; “Da Importância da Estatística em Medicina”; “Elementos de Termometria Clínica Geral”; “Farmacotermagênese ou Teoria da Ação dos medicamentos sobre a temperatura animal” e muitos outros trabalhos científicos, além de escrever para o jornal “Gazeta Médica de Lisboa”.
★ 22 / 06 / 1833 – Oeiras (PI) † 22 / 12 / 1913 – Rio de Janeiro (RJ)	<u>FRANCISCO PORTELA</u> – Médico político, jornalista e escritor. Produção: “Poetas Campistas”; “Da Loucura em Geral”; “Competência da Filosofia” e outros trabalhos científicos.
★ 18 / 03 / 1842 – Oeiras (PI) † 1887 – Jerumenha (PI)	<u>LICURGO JOSÉ HENRIQUE DE PAIVA</u> – Poeta, dramaturgo, jornalista. Foi patrono da Cadeira 10 da Academia Piauiense de Letras e redator do jornal “Província do Piauí” (1872). Produção: “Flores da Noite” (1866), “Quedas Fatais”, “Vãos e Quedas”, estes dois últimos inéditos.
★ 07 / 09 / 1855 – Oeiras (PI) † 29 / 06 / 1924 – Teresina (PI)	<u>CLODOALDO SEVERO CONRADO FREITAS</u> – Magistrado, político, jornalista, historiador, romancista, biógrafo, contista, cronista e crítico. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi membro da Academia Maranhense de Letras e Academia Amazonense de Letras e primeiro presidente da Academia Piauiense de Letras. Produção: Publicou os livros: “Fatores do Coelhoado”; “História do Piauí”; “Vultos Piauienses”; “Memórias de um Velho”; “O Piauí”; “Em Roda dos Fatos” e “Diário do Piauí”; e deixou outros inéditos entre os quais: “Os

	<p>Polítiqueiros”; “Uma Semana em República”; “Os Dominadores”; “A Moral Religiosa”; “Os Comparsas”; “O Visconde da Parnaíba”; “Os Dramas da Balaiada”; “Memórias de Um Padre”; “Histórias Piauienses”; “O Piauí Republicano”; “A Situação Atual da Política do Piauí”; “A Balaiada”; “Eu e Alguma Coisa do Meu Tempo”; “O Brasil Primitivo”; “Uma Noite de Insônia”; “Constituição Política do Piauí”; “O Beckman”; “Os Burgos”; “Fidalgos e Plebeus”; “Danças e Cantigas Populares”; “O Segredo Maldito”; “Domingos Jorge Velho”; “Os Indígenas do Piauí”; “Manoel Cabral”; “Contos à Teresa”; “Crônicas”; “Cantilenas”; “Os Problemas das Religiões”; “Pequeno Estudo Teológico”; “Tiranias Sociais”; “Coisas da Vida”; “Histórias Maranhenses”; e “Histórias Vulgares”.</p>
<p>★ 1857 – Oeiras (PI) † 1906 – São Luís (MA)</p>	<p><u>CÔNEGO LEOPOLDO DAMASCENO</u> – Religioso, professor, político, poeta, orador e jornalista. Patrono da cadeira 21 da Academia Piauiense de Letras. Produção: “Biografia do Dr. José da Silva Maia”; escreveu o soneto “Madalena”; e foi co-autor da música do Hino do Piauí.</p>
<p>★ 25 / 08 / 1880 – Oeiras (PI) † 1963 – São Luís (MA)</p>	<p><u>LUÍS FERREIRA DE CARVALHO</u> – Poeta, político, professor, filólogo e jornalista. Foi membro da Academia Maranhense de Letras. Produção: participou da elaboração do “Novo Dicionário de Língua Portuguesa” com Cândido Figueiredo.</p>
<p>★ 20 / 10 / 1890 – Oeiras (PI) † 21 / 01 / 1960 – Teresina (PI)</p>	<p><u>ISAIAS RODRIGUES COELHO</u> – Médico e contista. Exerceu sua profissão de médico em Simplício Mendes (PI). Produção: escreveu vários contos, entre eles “Agradecendo”, “Saudando”, “Discurso Mudo”, divulgados, em 1991, no livro “Isaías Coelho - Centenário de um Mestre”, organizado por Carlos Rubem Campos Reis através do Instituto Histórico de Oeiras em parceria com a Academia Piauiense de Letras.</p>
<p>★ 30 / 12 / 1890 – Oeiras (PI) † 18 / 01 / 1918 – Oeiras (PI)</p>	<p><u>BENEDITO FRANCISCO NOGUEIRA TAPETY</u> – Bacharel em Direito, Promotor Público em Oeiras e Teresina, poeta, jornalista e conferencista. 1º ocupante da cadeira nº 15 da Academia Piauiense de Letras. Produção: “Arte e Tormento”, edição póstuma.</p>
<p>★ 13 / 11 / 1901 – Oeiras (PI) † 19 / 06 / 1987 – Teresina (PI)</p>	<p><u>JOSÉ VIDAL DE FREITAS</u> – Magistrado, professor e poeta. Segundo ocupante da cadeira 28 da Academia Piauiense de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Oeiras lhe prestou homenagem dando a uma de suas ruas o seu nome. Produção: “Contradição” (1946); “Perfis Acadêmicos” (1976); “Desembargadores de Ontem e de Hoje” (1979); “O Descanso Semanal”; “Direito Sem Ação” e “Jesus Cristo e o Sábado”.</p>
<p>★ 17 / 05 / 1904 – Oeiras (PI) † 01 / 01 / 1996 – Oeiras (PI)</p>	<p><u>POSSIDÔNIO NUNES DE QUEIROZ</u> – Professor, historiador, cronista, músico e compositor e advogado provisionado. Membro fundador do Instituto Histórico de Oeiras, criou com outros amigos intelectuais o jornal “O Cometa”. Produção: não escreveu livros, mas tem vasta composição musical e publicou muitos artigos para a revista do Instituto Histórico de Oeiras, jornal “O Dia”, revista “Cadernos de Teresina” e outros periódicos.</p>
<p>★ 21 / 05 / 1907 – Oeiras (PI) † 03 / 12 / 1992 – Rio de Janeiro (RJ)</p>	<p><u>ANTÔNIO BUGYJA DE SOUSA BRITTO</u> – Bacharel em Direito, poeta, ensaísta, historiador, romancista, jornalista e folclorista. Membro da Academia Piauiense de Letras. Sua filha Miridan Britto Falci (1993, p. 97), diz que ele “deixou 13 livros publicados sobre literatura, 5 trabalhos sobre Direito e a publicação e tradução do livro de Maria Graham História da Inglaterra do Pequeno Artur [grifo da aurora]. Produções: “Muralhas (1934); “Miridan” (1961); “Zabelê” (1962); “Itains” (1967); “O Piauí e a Unidade Nacional” (1976); “Narrativas Autobiográficas”; “A História da Inglaterra do Pequeno Artur” (1989), tradução; “Quatro Escorços Biográficos” (1978); “Desajustes e Desajustados” (1984); “Três Artífices do Verso” (1991); “Traços em 5 Biografias” (1987) e “As Histórias do</p>

	Menino Catônio” (1992); e escritos para o Jornal do Comércio e jornais do Piauí.
★ 19 / 12 / 1909 – Oeiras (PI) † 01 / 08 / 1987 – Fortaleza (CE)	<u>ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO</u> – nasceu em 19 de dezembro de 1909 em Oeiras (PI) e faleceu em 01 de agosto de 1987 em Fortaleza (CE). Escritor, genealogista e militar. Foi membro do Instituto Histórico de Oeiras. Tem rua na cidade de Oeiras com seu nome. Produção: “Família Coelho Rodrigues, Passado e Presente” (1988).
★ 08 / 08 / 1909 – Oeiras (PI) † Brasília (DF).	<u>GAUDÊNCIO NEWTON DE CARVALHO</u> – Juiz, poeta e professor. Produção: “Revoada” (1938) e “Poemas da Íntima Habitação” (1969).
★ 1917 – Oeiras (PI) † 1999 – Brasília (DF)	<u>ALVINA FERNANDES GAMEIRO</u> – Professora, e escritora. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras e à Associação Nacional de Escritores. Produção: “O Vale das Açucenas”; “Orfeão de Sonhos”; “quinze Contos que o Destino Escreveu”; “Curral de Serras”; “Chico Vaqueiro do Meu Piauí” e participação em obras organizadas por outros autores.
★ 29 / 09 / 1919 – Oeiras (PI) † 05 / 08 / 1982 – Fortaleza (CE)	<u>PETRARCA ROCHA DE SÁ</u> – Engenheiro e escritor. Foi o terceiro ocupante da cadeira nº 06 da Academia Piauiense de Letras. Produção: Bibliografia: “Escoamento de Fluidos Através de Orifícios Circulares”; “Um Método Gráfico da Resolução da Equação $Ax^2 + Bx + C = 0$ com a Régua e o Compasso” e “Sistematização”.
★ 23 / 04 / 1926 – Oeiras (PI) † 19 / 02 / 1993 – Cocal de Telha (PI).	<u>BALDUÍNO BARBOSA DE DEUS</u> – Foi padre, empresário, professor, e poeta. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras Jurídicas. Produção: “A Mortificação do Espírito Santo”; “Folhas Caídas” (1964); “Pedacos de Uma Vida, poesia - Trovas no Brasil, estudo” (1994), poemas, edição póstuma.
★ 01 / 06 / 1928 – Oeiras (PI) †	<u>JOSÉ EXPEDITO DE CARVALHO RÊGO</u> – Médico, poeta e romancista. Sócio fundador do Instituto Histórico de Oeiras e 3º ocupante da cadeira nº 2 da Academia Piauiense de Letras. Fundou os jornais “Idéia Nova” e “O Cometa”, em Oeiras. Produção: “Né de Sousa” depois nomeado de “Vaqueiro e Visconde”, “Malhadinha”, “Vida em Contraste” e “Hora sem Tempo”.
★ 25 / 01 / 1930 – Oeiras (PI).	<u>O. G. REGO DE CARVALHO</u> – Bacharel em Direito, bancário, professor e escritor. Ocupante atual da cadeira nº 06 da Academia Piauiense de Letras. Produção: “Ulisses Entre o Amor e a Morte”; “Rio Subterrâneo”; “Somos Todos Inocentes”
★ 1934 – Oeiras (PI) † 1973 – Oeiras (PI)	<u>GERSON NOGUEIRA CAMPOS</u> – Formado em Ciências Sociais, bancário, poeta, jornalista, boêmio, repentista, glosador, seresteiro e radialista. Criou o desenho da bandeira e do brasão de Oeiras, incentivou o teatro local. Pertenceu ao Instituto Histórico de Oeiras. Produção: “Sonetos e Retalhos” (1979), publicação póstuma.
★ 04 / 05 / 1939 – Oeiras (PI).	<u>JOÃO ORLANDO RIBEIRO GONÇALVES</u> – Médico Oftalmologista e professor. Produção: tem dezenas de trabalho publicados, entre livros e capítulos de obras científicas, além de vários outros trabalhos.
★ 09 / 09 / 1941 – Oeiras (PI)	<u>ISABEL AVELINO DUARTE</u> – Professora e pesquisadora. Produção: “Piauí- Estudos Sociais para a 3ª série do 1º grau - coleção Estados do Brasil” e “Lendo a Vida”, livros didáticos produzidos em parceria com Nildes Soares da Silva e Palmira respectivamente.
★ 18 / 10 / 1941 – Oeiras (PI)	<u>PEDRO FERRER MENDES DE FREITAS</u> – Bacharel em Direito, historiador e cronista. Membro do Instituto Histórico de Oeiras e da União Brasileira de Escritores do Piauí. Produção: vários crônicas e artigos publicados pela Revista do Instituto Histórico de Oeiras e jornais de Teresina e o livro “Solo Distante”

★ 21 / 04 / 1944 – Oeiras (PI) † 08 / 07 / 1995 – Teresina (PI)	<u>MARIA AMÉLIA FREITAS</u> – Professora e historiadora. Produção: “A Balaiada no Piauí”.
★ 24 / 03 / 1946 – Oeiras (PI) † 13 / 06 / 1974 – Rodovia São Benedito/Fortaleza (CE)	<u>JOSÉ RIBAMAR MATOS</u> – Poeta, jornalista e bancário. Produção: escreveu para o jornal “A Luz” e “O Cometa” e o livro “Poeira de estrada”, publicação póstuma.
★ 10 / 08 / 1946 – Oeiras (PI)	<u>EDVALDO PEREIRA DE MOURA</u> – Magistrado e professor. Membro fundador da Academia de Letras da Região de Picos. Produção: “Manual de Organização Político-administrativo do Estado do Piauí”; autor de artigos publicados na Revista Piauí Judiciário e Revista do Instituto Histórico de Oeiras.
★ 09 / 05 / 1948 – Oeiras (PI).	<u>DAGOBERTO FERREIRA DE CARVALHO JÚNIOR</u> – Médico, historiador e poeta. Membro da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, seção do Piauí, do Instituto Histórico de Oeiras, da Academia de Letras e Artes de Pernambuco, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e ocupante atual cadeira nº 25 da Academia Piauiense de Letras. Produção: “Passeio a Oeiras”; “A Talha de Retábulo do Piauí”; “José Luís da Silva - de Cirurgião da Armada a Primeiro Médico do Piauí”; “Um Tempo do Recife”; “A Cidadela do Espírito considerações sobre a obra sacra de Eça de Queiroz”; “A Palavra e o Tempo”; “História Episcopal do Piauí” e outros.
★ 12 / 11 / 1948 – Oeiras (PI)	<u>ANTÔNIO REINALDO SOARES FILHO</u> – Geólogo, cronista e historiador. Membro do Instituto Histórico de Oeiras. Produção: “Oeiras Municipal”, “Oeiras Geografia Urbana”, “Inventário Hidrogeológico do Nordeste”, “Estudo dos Garimpos de Pedro II” e “Oeiras – Perfil Hidrogeológico do Município.”

QUADRO 27 – Escritores oeirenses – 1832 A 1950

Fonte: ADRIÃO NETO. **Dicionário biográfico**: escritores piauienses de todos os tempos. Teresina: Halley, 1995.

APÊNDICE E

Lista de material escolar remetido ao Grupo Escolar Costa Alvarenga - 1932-1935

ANO: 1932					
1 de junho de 1932					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
03	Colecionadores Alexias	4.050	10	Ditos 2°	41.800
12	Canetas professoras	4.800	60	Cartilhas Higiene	111.600
03	Vidros iodo 30,0	5.400	10	Coração de creança 3°	27.900
01	Pacote algodão	960	10	João pergunta	41.800
01	Garrafa de álcool	2.000	10	Nossa pátria	32.500
20	Cartilhas analíticas	28.000	10	Trabalhos Sales de Moraes	32.500
20	Sei ler intermediarios	55.800	10	Coração de creança	32.500
15	Coração de creança 1°	34.800	300	Boletins alunos	
10	Ditos 2°	27.900	15	Mapas movimentos	
15	Sei ler 1° livro	41.850	30	Guias transferências	
TOTAL					526\$160
ANO : 1933					
25 de abril de 1933					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
01	Resma papel almaço	16\$000	01	Vidros Tinta encarnada	1\$420
06	Folhas mata borrão	4\$200	01	Dito goma arabica	3\$670
20	Ditas cartolina	9\$400	04	Vassouras piassava	8\$400
04	Caixas giz branco	8\$000	05	Quilos sabão lavadeira	5\$900
02	Ditas penas americanas	8\$400	01	Vidro iodo	1\$800
04	Dúzias lápis Alexis	8\$400	01	Garrafa de alcool	1\$800
02	Litros tinta Atlas	18\$000	01	Pacote de algodão	\$440
TOTAL					95\$830
ANO: 1933					
19 de outubro de 1933					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
12	Copos de aluminium	15\$000	02	Ditas de alfinetes de aço	22\$500
02	Caixas de gís de cores	7\$600	03	Buvarads de madeiras	5\$400
02	Ditas de idem branco	4\$000	03	Folhas de mata-borrão	2\$400
500	Cadernos escolares n.1/5	47\$500	02	Caixas sabão "Protetor"	8\$800
100	Ditos de caligrafia	41\$600	06	Toalhas para rosto	9\$000
05	Dz de canetas ordinarias	3\$300	01	Maquina para furar papel	6\$300

03	Ditas de lápis "Aléxis"	6\$300	04	coleccionadores almasso	3\$800
01	Resma de papel almasso	19\$000	04	Pesos de vidro	12\$400
100	Envelopes para officio	6\$000	01	Col. Sólidos geometricos	50\$000
01	Caixa de grampos S-1	1\$300	01	Coco de aluminium	3\$800
01	Dita de idem S-5	2\$200			
SOMA					258\$200
ANO: 1934					
03 de março de 1934					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
02	Relógios despertadores	60\$000	15	Livros "Nossa Pátria"	47\$200
03	Cestas de vime	22\$500	20	Cartilhas "Ler brincando"	40\$000
04	vidros de iodo de 30,0	12\$000	10	Livros "Espelhos"	22\$000
01	Resma de papel almaço	15\$700	10	C. No campo e na floresta	38\$000
	Trrimbagem da mesa	2\$200	04	Dz. Borrachas "Condor"	3\$500
20	Livros coração de creança	44\$000	01	Espanador de penas	12\$000
20	Coração de creança 2º	52\$000	500	Boletins de alunos	
10	Coração de creança 3º	26\$000	50	Folhas de pagamento	
10	Coração de creança 4º	30\$000			
TOTAL					427\$100
ANO: 1934					
09 de abril de 1934					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
03	Estantes		01	Mapa do Piauí	
01	Porta-chapéu				
ANO: 1934					
19 de outubro de 1934					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
50	Cadernos nº 1	4\$800	24	Lápis preto	2\$100
01	Livro de matrícula	8\$900	02	Vidros de tinta Portela	5\$800
01	Dito de chamada	7\$300	02	Kilos de sabão lavadeira	2\$200
01	Caixa de pennas Himalaia	3\$900	01	Régua de madeira de 1 m	3\$200
02	Folhas de mata-borrão	\$800	01	Cesta de vime	4\$300
02	Cxs. de giz branco	3\$700			
TOTAL					47\$000
ANO: 1935					
01 de junho de 1935					
Quant.	material	\$	Quant.	material	\$
20	C. Ler Brincando	35\$000	02	Vd. tinta vermelha 1/8l	2\$000
10	2º livro Sei ler	31\$500	01	Vd. De goma arabica	2\$200

10	João Pergunta	33\$400	04	Toalhas de rosto W.	5\$000
10	No campo e na floresta	32\$000	10	Folhas de cartolina	2\$500
10	Nossa Pátria	31\$000	04	Caixas giz branco	6\$000
03	Dúzias de lápis preto	3\$000	02	Ditas de cores	7\$200
10	Lápis bi-colores	4\$700	01	Resma papel almaço	15\$000
30	Borrachinhas escolares	2\$000	20	Envelopes de ofício	1\$000
02	cx de pennas Himalaia	7\$600	01	Buvarde de madeira	2\$900
03	Livros em branco 50 fl	6\$900	40	Réguas madeira 30 cm	9\$200
05	Borrachas 110	2\$800	02	Pc. de algodão 25gr	\$800
03	Copos de alumínio	3\$500	02	Garrafas de alcool	3\$400
01	Lavatório c/ bacia jarro	22\$800	02	Latas de creolina	4\$800
10	Barras sabão lavadeira	5\$500	04	Folhas de mata-borrão	1\$200
02/04	sabão protetor/sabonete	3\$100	01	Coco para tirar água	4\$500
03	L. tinta Portela	13\$500			
TOTAL					360\$600

Quadro 28 - Lista de material escolar remetido ao Grupo Escolar Costa Alvarenga. 1932-1935.

Fonte: Livro de correspondências expedidas (1929-1939) e Pasta de Correspondências recebidas. Arquivo do Grupo Escolar Costa Alvarenga.

ANEXOS

ANEXO A

Ofício à academia Real das Ciências de Lisboa, em 1858 expedido por Dr Pedro Francisco da Costa Alvarenga

Ilmo. Sr. Secretário da Academia Real das Ciências,
 Junto a honra de officiar a Academia Real das Ciências, de que V. Ex. e' tão digno secretario, os meus mui humildes e scriptos docto V. Ex. assumpto de medicina, de modo que a mesma Academia se dignar sobre elle, e seu illustrado parecer, com o intuito de me proprio para me de tao conspicua e Academia, para a qual preparo um trabalho que me parece de substa importancia. E' certo que V. Ex. tem os titulos e q' uin- to: - Cidadão e seu Compromisso do Brasil; - Cidadão na Real Academia de Lisboa; - Cidadão de alguma de Principaes gueltas sobre a Cholera epidemica, 1854; - Memoria sobre a insuflancia do Ventro sigmideo de Costa, e considerações q' se fez sobre as doencas do Coracao, 1856; - Memoire sur l'insuffisance des valvules aortiques et considerations générales sur les maladies du Coeur, 1858; - Con- siderações sobre a Cholera - Murchus epide- mica no hospital de S. Jose, de Lisboa, 1856; - apontamentos sobre os Murchos de Ventilar e aguerer os episcios publi- cos e em particular os hospitais, 1857; - Relatorio sobre a epidemia de Cholera - Murchus no Hospital de Sant' Anna, 1858. Deo a V. Ex. a merce de o Apresentar a Academia e de lhe ex- Armir ao mesmo tempo o profundo res- peito e alta consideração que lhe dedica.

De V. Ex. Exspectado e Org. da
 Lisboa, 155, Rua
 do Path, n. 23
 de Julho de 1858

Pedro Francisco da Costa Alvarenga

Figura 91 – Ofício do Dr Pedro Francisco da Costa Alvarenga à academia Real das Ciências de Lisboa, em 1858, solicitando sua inclusão no quadro de sócios desta instituição.

Fonte: Processo acadêmico de Dr Pedro Francisco da Costa Alvarenga – Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa.

ANEXO B**DEPOIMENTO DE AMÁLIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPOS****Oeiras, 12 de outubro de 2004**

Figura 92 – Amália de Espírito Santo Campos por ocasião de sua colação de grau como professora pela Escola Normal Oficial, 1944.

Fonte: Arquivo partícula de Amália de Espírito Santo Campos

Meu nome é Amália do Espírito Santo Campos, sou a segunda filha do casal Joel Campos e Maria de Jesus Nogueira Campos, conhecida carinhosamente por todos pelo nome de Bembém Campos. Nasci no dia 10 de setembro de 1923, estou, portanto com 81 anos bem vividos sob a proteção divina e ajuda da minha família. Nasci e me criei aqui em Oeiras, aqui estudei até o curso primário e aqui quero morrer e ser enterrada.

Quero fazer uma referência ao meu nome, aliás, ao meu sobrenome Espírito Santo. O porquê de ter adquirido Espírito Santo enquanto deveria ser Nogueira como são

registrados os outros irmãos. Isso ocorreu porque minha mãe era muito devota do Divino Espírito Santo. No dia do meu batizado, ela pediu que eu fosse consagrada ao Divino Espírito Santo e quando meu pai foi me registrar colocou este sobrenome. Eu acho que a presença do Divino Espírito Santo, que é a terceira pessoa da santíssima trindade, é constante em minha vida porque acho que eu recebi muitos privilégios e desde criança fui bem criada, bem estimada. Eu acho que o Divino Espírito Santo foi uma presença constante enquanto eu estudei e ainda agora.

Fiz o meu curso primário no Costa Alvarenga, mas fui alfabetizada, ou seja, aprendi as primeiras letras com a minha tia da parte de meu pai, Ana Leonor de Sousa Brito, conhecida como Donana Brito. O pessoal da nossa família quase todos tem a tendência a ser professor. Lá aprendi as primeiras letras e juntar as primeiras sílabas e depois de pouco tempo eu fui logo matriculada no Costa Alvarenga. Eu devia ter uns seis anos ou sete anos. Eu me lembro que quando fui para o Costa Alvarenga, eu já conhecia as primeiras letras.

Dona Ana Brito, ensinava em sua própria casa introduzido os seus alunos as primeiras letras. Era numa sala muito simples, muito humilde, os alunos ficavam sentados em cadeiras rodeando uma mesa muito ampla e ali ela dava suas aulas. Comecei a escrever as primeiras letras cobrindo as letras que ela fazia. Atendia, tanto meninos quanto meninas, mas não tudo no mesmo horário, ela separava os mais adiantados dos mais atrasados. Demorei pouco tempo por lá, logo fui levada para o grupo recém criado, o “Costa Alvarenga”.

Comecei estudar no Grupo Escolar Costa Alvarenga talvez no ano de 30 ou 31, já devia ter sete anos. O que marcou o momento que me tornei aluna do Costa Alvarenga foi minha ida para a primeira aula levada pelo meu pai e uma coisa que gravou foi que a gente tinha uma farda. O que mais chamava atenção era que eu tinha um chapéu de palhinha e todo dia ao chegar eu tirava o chapéu e colocava debaixo da carteira e isso gravou na minha mente. Nem todos tinham chapéu, acho que eram somente as meninas.

O grupo “Costa Alvarenga” começou a funcionar num sobrado onde hoje é o Museu de Artes Sacras. As salas eram mistas, mais meninos do que meninas. Minha primeira sala de aula era um salão bem grande e cheio de alunos, o maior que tinha. As carteiras eram duplas colocadas em filas separando os meninos das meninas.

Naquele tempo a gente não tinha caneta esferográfica, usava-se um tinteiro e uma caneta tendo na ponta uma pena de metal comprada no comércio local, que molhada no tinteiro, se escrevia. Às vezes o tinteiro derramava, era muito atrapalhado. A escola ocasionalmente fornecia algum material como livros, cartilha cadernos e lápis, mas o aluno que podia, comprava o seu material

Minha primeira professora no Costa Alvarenga foi Dona Eva Feitosa que era também a diretora. No decorrer do curso primário passei por Dona Francisca Romana de Sá Martins e, na última série, fui aluna de Dona Elizabete Carvalho Sá. Algumas professoras titulares recebiam ajuda dos professores auxiliares e destas professoras lembro de Dona Conceição Mendes, Dona Lélia Mendes, Urânia Feitosa e Rita Bastos.

As aulas começavam às 7 horas da manhã e se estendia até as 11 horas. Quando chegava na escola, antes do início das aulas, subia a escada e tomava meu lugar na fila. As filas eram formadas conforme o ano que cursava cada aluno, uma ao lado da outra, as meninas na frente e depois vinham os meninos. Ao me juntar aos colegas, passávamos a fazer parte de um grupo e neste momento tornávamos alunos daquela escola. Todos os alunos deveriam estar devidamente fardados com calça ou saia azul marinho e blusa branca com o monograma da escola no bolso. Ainda na fila cantávamos hinos patrióticos como do Descobrimento do Brasil, da Abolição, da Independência, da Proclamação da República, da Bandeira, o Hino Nacional e outros. Também na sala de aula, de vez em quando, entoávamos hinos referentes às datas históricas ou uma outra canção que a gente já conhecia.

Já em sala de aula aguardávamos a professora todos sentados nas carteiras e quando ela chegava toda a classe se levantava para recebê-la numa demonstração de respeito e boa educação. Antes de começar a aula rezávamos, pelo menos o sinal da cruz se fazia.

A professora começava quase sempre com a aula de leitura, partia logo para fazer a leitura do dia. Era uma leitura individual. A professora marcava a lição para casa e a tomava no dia seguinte. Este era um momento de grande ansiedade. A professora chamava cada aluno para, em pé, junto à sua mesa ler a lição do dia em voz alta ou saía de carteira em carteira tomando a lição. Se esta fosse curta era lida toda, se fosse longa era dividida e um aluno lia alguns parágrafos e outro continuava. Enquanto um aluno lia, os demais deveriam ficar atentos, pois nem sempre a professora seguia a seqüência de cada fila. A professora não tinha a preocupação em fazer a interpretação das lições que eram feitas apenas com o objetivo de avaliar o domínio da leitura do aluno.

O livro utilizado nas aulas de leitura era “Corações de criança” – tinha o primeiro, segundo, terceiro e quarto livro, conforme cada ano escolar e eram muito bons. Esta coleção de livros continha pequenas poesias e histórias destacando as boas maneiras, as virtudes e o respeito aos mais velhos. Ainda lembro de algumas poesias contidas nestes livros. Uma delas de título, “A mentira”, condenava a mentira, a vaidade excessiva e enaltecia a verdade, a modéstia... Vejam o quanto de ensinamento ela encerra:

A MENTIRA

Quem se dispõe a mentir
 Sua vergonha não sente
 Mesmo que fale a verdade
 Sempre lhe dirão que mente.

Por mais bonita que seja
 A criança mentirosa
 Nunca será tão perfeita
 Como a açucena e a rosa

Dirão que tem formosura
 Porém que lhe falta o siso
 Não há beleza completa
 Quando há falta de juízo

O livro era e ainda é para mim uma fonte de saber. Cuidava muito bem dos meus livros, eles eram meus companheiros que me distraíam e me ensinavam. O livro *Corações de crianças* trazia em suas lições uma mensagem de vida, de bom comportamento e respeito aos outros, que influenciaram a minha vida.

Após a aula de leitura passávamos para a escrita. Tudo aquilo que tínhamos lido agora íamos escrever, ou um trecho ditado ou então uma cópia. Quando já estávamos no terceiro livro passávamos fazer a análise para conhecermos as palavras conforme a sua categoria gramatical: substantivo próprio, substantivo comum, distinguir adjetivos, artigos, etc. Primeiramente os artigos, daí partíamos para o substantivo, e assim por diante. Os verbos eram estudados somente a partir da terceira e continuava na quarta série. Iniciávamos com a conjugação dos verbos, tarefa muito interessante, pois, aprendíamos logo a escrever e a fazer concordância verbal. Hoje, nem sei como se ensina os verbos, mas era assim que aprendíamos: destacávamos os verbos dentro do texto, aqueles mais importantes e que chamavam mais atenção, e depois íamos conjugá-los em todos os tempos, modos e pessoas.

Na aula de Português, além da leitura, escrita, estudo das classes de palavras e análise gramatical, também fazíamos composições desde cedo. Havia uns álbuns ilustrados e muito bonitos para ajudar ensinar os alunos a fazerem composições. É o que hoje chamamos de álbum seriado. Era colocado num cavalete e o professor ia passando as folhas e cada uma representava uma cena diferente, geralmente lembrando fatos históricos do Brasil ou paisagens bucólicas.

Terminado este primeiro momento de aula do dia, vinha o intervalo – o recreio, com uma duração de meia hora. Quando o Costa Alvarenga funcionava onde hoje é o museu de arte sacra, não possuía um pátio interno específico para o recreio, brincávamos na frente ou

nos fundos da escola. Não tinha merenda escolar, quem quisesse merendar ia comprar queimado, bolo frito e alfinim na casa de Sancha que ficava perto da escola, onde hoje mora José de Egito; outros traziam a merenda de casa e aqueles que moravam perto da escola, iam até lá merendar e aproveitavam para fazer alguma necessidade.

No meu tempo de aluna, um problema que causava constrangimento, principalmente para nós meninas, era o fato da escola não possuir sentinas ou fossas e muito menos aparelho sanitário, isto porque não tinha água encanada. Para atender as necessidades fisiológicas procurávamos um ponto mais escondido no fundo de escola ou corríamos para casa.

Quando acabava o recreio e retornávamos à sala de aula. A professora passava abordar outros assuntos: História do Brasil, Geografia, Matemática e Ciências. Também eram ensinados os hinos patrióticos e religiosos. As aulas de Desenho não levavam em conta a criatividade dos alunos consistia em cópias de figuras apresentadas pelas professoras cujos temas mais freqüentes eram os símbolos nacionais, fotos da história do Brasil, flores e frutos.

Nas aulas de Matemática, ou melhor, de Aritmética, pois era assim que chamávamos, começavam com conhecimento dos algarismos arábicos, algarismos romanos, e depois as operações fundamentais. Mas também tinha a parte de problemas para desenvolver o raciocínio. A professora escrevia no quadro o problema, que era copiado no caderno e procurava-se resolver com muita atenção. Nunca fui boa aluna de matemática, tinha muita dificuldade. Quando a professora usava problemas só de adição ou só de subtração era fácil, mas aqueles complicados, eu não tinha muita destreza. Lá pelo fim do quarto ano, ensinava-se até proporção, regra de três, sistema métrico, frações ordinárias e decimais.

A matéria que eu mais gostava era de História do Brasil. Usávamos o livro “Nossa Pátria”. A professora dava muita ênfase aos acontecimentos aqui do Brasil, estudávamos desde o Descobrimento, a Independência e as histórias da República, gostava muito, logo tinha um álbum de história que chamava muito nossa atenção com figuras dos principais fatos da História do Brasil e com fotos de cada presidente da República.

A preocupação com a formação cívica do aluno era forte. A professora tinha a capacidade de despertar em nós alunos o amor a terra contando as coisas boas que o Brasil tinha. Ela falava com muito entusiasmo, cantávamos hinos referentes ao fato que estava sendo estudado, o que despertava muito o amor ao Brasil.

A escola festejava as datas cívicas, mas eu não participava diretamente, pois era muito tímida, porém os colegas recitavam poesias e quadrinhas retiradas do livro de leitura, que a professora mandava decorar. Eu me lembro que uma vez dona Eva quando diretora,

num feriado de 7 de setembro, saiu com os alunos contornando as principais ruas da cidade e em cada esquina um aluno se levantava para falar sobre esta data ou mesmo recitar.

A relação entre professor-aluno era de muito respeito e as professoras muito dedicadas. Nunca levei bronca de professora nenhuma e nunca passei por nenhum vexame na escola. Existia respeito porque tínhamos uma educação trazida de casa, de forma que não havia assim um choque, um mau trato maior entre professores e alunos. Raramente, quando havia algum aluno mais danado a professora o excluía da sala de aula e entrava em contato com o pai para expor o motivo ou mandava escrever varias vezes uma frase ou um texto, de acordo com aquela desobediência ou falta cometida, com a intenção de despertar no aluno a consciência de que ele errou e a partir daí procurar se corrigir.

Do meu tempo de primário, lembro de alguns colegas. A mais íntima a quem eu me afeiçoei, chamava-se Alaíde, que era filha do seu Odilon Carvalho, casado com dona Filó Carvalho, professora de música. Suas filhas eram Alaíde e Jovita, e eu me lembro bem da Alaíde e sabe por que? Uma vez ela me deu uma panelinha feita de barro, devia ser dos brinquedos dela, pois a gente brincava muito de casinha, de dona de casa, de fazer “comida de folha”.

Aqui em Oeiras só tinha até o quarto ano primário, por isso fui continuar meu estudo interna no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina. Fui fazer o que se chamava ginásio ou curso ginásial. Participei da primeira turma de ginásio criada no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Antes de sair para estudar fora eu me preparei recebendo algumas lições dadas pelo Dr. Pedro Sá que era juiz de direito e muito amigo de meu pai. Eu não esqueço disso porque foi ele quem incentivou meu pai a me mandar para o colégio lá em Teresina. Papai era escrivão do cartório oficial de casamento, nascimento e óbitos, sem ordenado fixo, por isto ele tinha receio que me faltasse alguma coisa. Naquele tempo, o Estado não pagava o oficial do registro civil como hoje. Para estudar fora tive a grande ajuda da minha tia que era também minha madrinha, Mamãe Cheirosa como eu a chamava.

Estudei cinco anos como interna no Colégio Sagrado Coração de Jesus fazendo o curso ginásial e me recordo de muitas coisas desse tempo. Tive muitas professoras freiras italianas e brasileira – a irmã Mariana, por exemplo, era da Paraíba. Recordo da professora Conceição por sua inteligência, pena não ter sido minha professora, mas de outras turmas. A freira italiana chamada Vitorina Bonifácio ensinava pintura e música, com ela eu aprendi a combinar tintas e a manejar melhor o violino. Quando eu saí daqui de Oeiras, eu já tinha as

primeiras aulas de violino dadas por dona Filó Carvalho, e lá no Colégio das Irmãs eu me aperfeiçoei um pouco, mas já sabia manejar o arco, não sei porque abandonei.

Tive também ótimos professores no ginásio, entre eles: poeta Benedito Napoleão do Rego, professor de Português, muito bom, mas muito sarcástico. Eu me lembro que ele uma vez mandou fazer uma composição, alguma coisa sobre a seca, e eu lá numa parte escrevi que os pobres, os mendigos juntavam seus “cacarecos” e ele achou que esta palavra era errada, mas eu olhei no dicionário depois e a palavra cacarecos existe e ele dizia que era “cacareos” ao invés de “cacarecos”. Ele debochou tanto disso, eu não falava, mas fiquei sentida. Eu me lembro dele por causa disso, ele era muito inteligente, admirava aquelas alunas que se destacavam, era um pouco vaidoso.

Recordo-me do professor de Geografia, o doutor Mario Batista, um senhor velho e já nos últimos anos de minha estada neste colégio ele foi substituído pelo seu sobrinho, o Dr. Luis Batista. Vem-me também à memória o professor de História, o padre José Luis Barbosa Cortez, que era também professor de Latim e para todo mundo ele dava 10, a gente nem ligava muito pra aprender Latim por que sabia que ia passar. O professor de Matemática, Gonçalo Lopes, teve um problema e não foi até o fim como nosso professor, ficou um pouco tantã. O professor de História Natural, Dr. Machado Lopes, era médico e ensinava sobre o corpo humano.

Não posso esquecer do professor de francês, o Dr. João Marques. Era médico e já havia morado aqui em Oeiras no tempo que eu era menina e era muito amigo de meu pai. Foi ele quem fez minha operação de amídalas, a sangue frio, e ao botar a mão na minha boca eu mordi o seu dedo. Quando eu fui estudar em Teresina, ele já morava lá, era casado e até nos convidou para um almoço na casa dele. Não só eu, mas todas as oeirenses. Doutor João Marques era um homem caladão, mas pessoa muito boa e generosa.

As freiras do colégio eram muito exigentes. Mesmo com o calor de Teresina, a gente usava uma farda de manga comprida e meias compridas também. Era um recato todo especial. Livros! só os que elas permitiam e que tinham na biblioteca. Só que de vez em quando uma menina aparecia com um romance dado pelas colegas externas. Eu me lembro que eu tinha uma colega, não era colega de turma, mas era interna também, que se chamava-se Carmelita Ribeiro de Almeida, uma morena bonita, natural de Oeiras, filha de seu Antonio Neném, amigo de meu pai e vizinho nosso. Ela arranjou um livro de romance com uma colega, não sei bem qual era o romance, e na hora do recreio, ali no pátio, Carmelita estava lendo o livro, e uma freira pegou. Foi um escândalo, em pleno recreio. A irmã vigilante deve ter levado o caso à madre superiora que já veio de lá ativa, pegou o romance e pendurou no

pescoço da Carmelita. Aquilo ali chocou muito, tanto a ela como as colegas presentes. Pendurou como um colar para chamar atenção e para servir de exemplo para as outras, mas foi uma coisa muito triste.

As irmãs vigiavam tudo. As cartas que nós internas recebíamos de nossas casas passavam pela assessora delas. Primeiramente elas liam e depois nos entregavam. Quando fazíamos as cartas para nossas casas, elas também liam e se encarregavam de botar no correio. Se houvesse qualquer coisa que elas achassem que estava errada era aquela repreensão e aconteceu isso comigo. Todas essas coisas ficaram guardadas porque feriam meu amor próprio, eu não falava, mas eu sentia. Pois bem, eu fiz uma carta para minha família e junto enviava um retrato. Não sei como tirei esse retrato, talvez numa das folgas mensais que tinha. Na fotografia eu estava à paisana, pousando com a mão no queixo e sorrindo. Na vistoria da correspondência, a diretora viu a foto e me chamou de uma janela de sua sala que dava para o recreio e de lá me passou uma descascadela. Só me lembro que ela disse que eu queria imitar artista de cinema e que aquilo era uma leviandade, um pecado. Eu não conhecia cinema, só ouvia falar, e artistas muito menos ainda, não sabia quem eram. As freiras eram rigorosas e exigentes, faziam coisas que hoje em dia não se admite jamais, mas no fundo elas eram boas e dedicadas. Faziam tudo isso para incutir na gente o respeito, a honestidade, a honra e a pureza como elas diziam sempre. Eram muito ligadas à vivência da pureza do corpo e da alma, que hoje em dia ninguém mais liga pra isso. Namoro? Virgem Maria! Nem se falava. Às vezes tinha novena no colégio e aparecia um ou outro rapaz, mas não era todo rapaz que elas deixavam entrar, mesmo assim eles ficavam lá no fundo ou do lado da capela.

Nós internas só tínhamos liberação para sair nas férias e um dia por mês, mas se tivesse cometido qualquer faltinha a permissão era suspensa. Neste dia íamos para a casa de nossos correspondentes, que eram nossos responsáveis, geralmente uma pessoa da família ou conhecido de nossos pais que moravam em Teresina. Quem se responsabilizava por mim era uma prima de meu pai, Bilú Campos.

Nas férias nem sempre vinha para Oeiras, era muito difícil o transporte. Eu me lembro que quando saí daqui pela primeira vez para fazer o exame de admissão em Teresina, eu fui levada em um carro, um caminhão com carroceria. Se eu não me engano pertencia ao Sr. Lourenço Barbosa e parece que um dos filhos dele, o Mundiquinho, viajava comigo, também para estudar em Teresina. Arrumavam-se as bagagens na carroceria e a gente sentava em cima. A pessoa encarregada de me levar em Teresina neste dia foi o Rocha Neto.

A viagem demorou muito, uns dois ou três dias. Chegando em Valença, no riacho chamado Berlenga era feita a travessia com muita dificuldade numas balsazinhas

improvizadas. Feito isso, éramos acolhidos numa casa e ali passávamos a noite. No dia seguinte prosseguíamos viagem. Para chegar em Teresina era difícil, quando íamos por Valença tínhamos que atravessar o Berlenga e quando íamos por Amarante tínhamos que subir a Serra da Arara. Ah! Meu Deus! Esta Serra da Arara o carro vinha e voltava. Chegando em Amarante pegávamos a balsa e rumávamos pelo rio Parnaíba até Teresina. A viagem de balsa era perigosíssima, só depois é que percebi, naquela época era uma aventura.

Quando terminei o ginásio voltei aqui para Oeiras, passei um ano e retornei para Teresina para fazer dois anos do curso pedagógico da Escola Normal Oficial, que funcionava onde é hoje a Prefeitura. Além de Português, História e outras disciplinas básicas, estudei as disciplinas específicas como Didática, Metodologia, Psicologia e História da Educação.

Dos professores da Escola Normal, lembro-me muito bem de D. Maria Antonieta Burlamaqui, professora de Metodologia, era uma pessoa muito distinta e bonita; de D. Ester Couto, professora de Didática, parente de Doutor Deolindo Couto, morena elegante e vistosa; D. Lelia Avelino, professora de Psicologia, era uma senhora um tanto idosa, magrinha, já tinha sido minha professora de Inglês do Colégio das Irmãs. Não sei se tive professor, não me lembro de professor homem lá.

Foi em 1944 que eu me formei, mas eu não lecionei logo, vim para Oeiras e depois voltei para Teresina para fazer o concurso e passei, mas a nomeação deu encrenca por causa da política. Minha nomeação foi engavetada, não tomei conhecimento, o tempo passou e eu não assumi no prazo previsto. Mas através de um pedido feito ao Dr. Leônidas Melo (interventor) por Bugyja Britto fui readmitida e assumi a função de professora auxiliar na Escola Agrupada Armando Burlamaqui em 1946.

Iniciei então minha profissão de professora no Grupo Escolar “Armando Burlamaqui” que funcionava na praça Mafrense, perto da igreja da Conceição, e atendia, nesta época, alunos em todas as series, da 1ª a 4ª. Comecei lecionando para uma turma grande de primeiro ano. Nesta classe atendia alunos com diferentes graus de aprendizagem: alunos principiantes e alunos que já sabiam ler e escrever, o que foi muito difícil para mim, pois não tinha experiência. Não tive resultado muito satisfatório, mas como eu era esforçada e lia muito logo fui me adaptando melhor ao trabalho de ensinar, observando as outras professoras mais velhas e tarimbadas e aplicando sempre a melhor maneira de alfabetizar e transmitir outros conhecimentos.

A Escola Agrupada Armando Burlamaqui foi criada em 1938 especialmente para que fosse dirigida pela recém-formada professora Júlia Carvalho. D. Julinha, conhecida por todos, foi por muitos anos diretora desta escola, eficiente, promotora de muitas festas

beneficentes para ajudar aos alunos mais pobres na compra de material escolar e fardas. Durante o período que fui professora no Armando Burlamaqui, além de D. Julinha, esta escola também foi dirigida por D. Cotinha, excelente alfabetizadora pelo método silábico, uso da cartilha e tabuada decorada, jamais esquecida; Beatriz, que veio de Teresina e aqui se casou e constituiu família; e Mirian de Carvalho Sá.

As minhas colegas desta época de escola foram muitas, mas agora me vem na lembrança o nome de algumas como: D. Eva Feitosa, foi minha professora no Costa Alvarenga e colega de trabalho no Armando Burlamaqui, era tarimbada e por este motivo tinha o privilégio de lecionar sempre para classes de 4º ano; Celina Martins, competente e alegre; Antônia Reis Brito, poetisa; Antonina Sá Martins e Auri Dias da Silva.

Dos meus ex-alunos do “Armando Burlamaqui”, que não foram poucos, tenho uma recordação mais viva de Benedito de Carvalho Nunes, médico; Luis Ronaldo de C. Sá, engenheiro; João Orlando Ribeiro Gonçalves, médico; João Leite, vereador; Valdemar Freitas, médico e ex-prefeito de Oeiras; Maria Silva, bancária; Antonio Guaraná Mendes Filho, engenheiro; Pedro Ferrer Mendes Freitas, advogado e escritor; Edvaldo Moura, desembargador; e João Cassiano, bancário. Todos os meus ex-alunos têm grande apreço para comigo, tanto aqueles que prosseguiram seus estudos em outros lugares como os que aqui ficaram. Tive alunos de várias classes sociais, ricos e pobres, hoje todos reconhecem a importância do papel do professor nas suas vidas e isso me conforta e me deixa feliz.

Graças a Deus! Sempre fui muito considerada e respeitada como professora por toda sociedade oeirense, principalmente por aqueles que foram meus alunos. No dia 06 de dezembro de 2001, por ocasião dos festejos da Imaculada Conceição que atrai muitos oeirenses que moram fora, recebi por iniciativa de um dos meus ex-alunos, Antonio Madeira Barbosa, empresário bem sucedido em Curitiba, uma homenagem de “Honra ao Mérito”, estendida também a todos os seus ex-professores do Ginásio Municipal Oeirense ainda vivos em Oeiras. Para mim, foi motivo de grande emoção esta demonstração de gratidão e cortesia por parte daquele já referido ex-aluno e de outros seus colegas: Antonio Guaraná Mendes Filho, Cel Francisco Paz da Silva, Conceição de Maria Sá Fonseca, Luiz Ronaldo de Carvalho Sá, Maria do Socorro Sá Lopes, Maura Portela Soares, Cícero Alves Ferreira, Lourival Franco de Sá, Maria de Fátima Portela da Silva, Maria Silva e Pedro Ferrer Mendes de Freitas, todos profissionais competentes, cidadãos e cidadãs de bom caráter.

Este sentimento de gratidão demonstrado por estes ex-alunos me deixou satisfeita em saber que pude contribuir para o crescimento de alguém. Foi uma coisa que me chamou muita atenção e eu fiquei muito surpresa, jamais pensei que hoje em dia alguém fosse lembrar

de mim a ponto de demonstrar publicamente essa prova de gratidão, e eu fico também agradecida. O que me faz comover é saber que no mundo ainda tem gente desse jeito, com sentimento de gratidão que sabe reconhecer as pessoas e isso é muito importante.

Para a sociedade de Oeiras, até meados do século passado, ser professora era algo muito importante, extraordinário e de grande valor. Isso porque poucas moças conseguiam se formar, pois aqui não tinha ainda Escola Normal e, geralmente, só as famílias de maior poder aquisitivo e destaque social que mandavam suas filhas estudarem fora, principalmente em Teresina. De forma que ser professora tinha muita cotação e destaque, era considerada, respeitada e valorizada. Este prestígio foi se definhando e hoje em dia o que notamos é uma desvalorização da profissão de professor, situação que precisa ser repensada e criar mecanismos de resgate que eleve não só salário, mas a auto-estima deste profissional de função tão importante para a sociedade.

Havia em Oeiras no início da década de 1950 apenas duas escolas públicas, os grupos escolares o “Costa Alvarenga” e o “Armando Burlamaqui” e algumas escolas particulares. No ano de 1952 foram criadas outras escolas: o Ginásio Municipal de Oeiras só para homens e o Patronato Nossa Senhora de Fátima para mulheres, lecionei em ambas, mas isto é início de uma outra fase da minha vida como professora em que passei a conviver entre moças e rapazes que muito contribuíram para aumentar meus conhecimentos profissionais e enriquecer meus sentimentos com relação ao próximo.

Nunca exerci na vida outra profissão ou trabalho. Sempre fui uma professora que se esforçou para servir à sua terra, à sua gente, à sua família. Por isto, fui e sou muito feliz, graças a Deus. Valeu o esforço despendido!

ANEXO C

DEPOIMENTO DE DEPOIMENTO DE MARIA DE MACEDO REIS

Oeiras, 06 de setembro de 2004



Figura 93 – Professora Maria de Macedo Reis e seu aluno Carlos Rubem Campos Reis.
Festa de conclusão do curso primário.

Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Meu nome é Maria de Macedo Reis, conhecida como Cocota, nasci em 10 de janeiro de 1919. Sou filha de Nataniel de Sousa Reis e Maria Daria de Macedo Reis, nasci na fazenda nacional chamada Golfos, depois passamos a morar na cidade. Quando vim morar em Oeiras a cidade era muito atrasada, não tinha escola, não tinha luz elétrica.

Iniciei a minha vida de estudante aos sete anos de idade numa escola particular, não tinha grupo escolar nesta época, as escolas funcionavam em casas particulares de pessoas que tinham capacidade para ensinar. Minha primeira professora foi Donana Brito que ensinava na sua própria casa, numa sala reservada para este fim, tinha uma mesa cercada de

bancos em que a professora sentava com seus alunos. Na minha turma ela atendia cerca de 12 alunos tanto do sexo masculino como do feminino. As aulas da professora Donana Brito baseavam-se na exposição verbal, em desenhar nos cadernos dos alunos as primeiras letras para os alunos cobrirem, copiarem e repetirem passando também essas tarefas para levar para casa. Ela foi minha professora de alfabetização.

Para formar as palavras ela primeiramente juntava as letras para formar as sílabas: b-a ba, b-e be, b-i bi, b-o bo e b-u bu. Não tinha intervalo para recreio, chegava e só saía quando terminava. As aulas começavam às oito horas da manhã e terminavam às onze horas. Era uma professora que não tinha muita aproximação com os alunos, chegava, sentava numa cadeira e ia chamando os alunos um por um. O ensino era individual, pois não havendo lousa, o atendimento tinha que ser um aluno de cada vez utilizando seu próprio caderno. O material utilizado era somente cadernos, lápis e cartilhas.

Já alfabetizada, fui estudar no Grupo Escolar Costa Alvarenga que começou a funcionar em um prédio arranjado pela prefeitura, o mesmo onde hoje é o Museu de Arte Sacra. Com a chegada das professoras diplomadas pela Escola Normal Oficial de Teresina iniciaram as atividades da escola. Minha primeira professora foi Dona Eva Feitosa que juntamente com Dona Francisquinha Martins e outras faziam parte do quadro inicial de professores dessa escola.

Dona Eva Feitosa ensinava sempre em pé na frente da mesa explicando. Nesse tempo já tinha quadro onde ela desenhava as letras. Ela ensinava todas as matérias dependendo de cada classe, sendo no primeiro ano somente ler, escrever e contar, era mais limitado. Ela tinha um programa a seguir. No segundo ano começava a usar livros para fazer as leituras. Estas leituras eram feitas em seqüências: primeiro um aluno lia uma parte e outro continuava, fazendo com que os alunos ficassem sempre atentos à leitura. Nas séries mais adiantadas, quando já dominávamos a leitura, a cartilha era substituída pelo livro de leitura. Lembro-me que um dos livros adotados era “Corações de criança”, que continha histórias com exemplos de vida, de como se comportar e de como se devia viver.

A disciplina era rígida, a professora exigia muito silêncio na classe e posição correta para prestar atenção ao que ela estava explicando. E quando a gente fazia o contrário nos botava de castigo em pé perto da mesa ou mandava para a diretoria alegando que o aluno estava atrapalhando os outros. Às vezes chegava a bater de leve com uma régua de madeira na cabeça do aluno. No Grupo Costa Alvarenga não se fazia uso da palmatória, mas acho que com a professora Donana Brito andei levando alguns bolos quando tomava a tabuada; não me lembro muito bem, pois com ela eu estudei pouco tempo, mas recordo muito bem que quando

passava pela aula particular do professor Augusto Feitosa eu ficava olhando pela janela ele ensinar: fazia uma roda de alunos e metia bolo de palmatória em cada aluno que errava.

As provas eram feitas mensalmente. A professora colocava os quesitos na lousa, a gente copiava e respondia. Nesse momento ninguém conversava, pois D. Eva não admitia que se virasse nem a cabeça para trás, ela ficava caminhando na sala vigiando os alunos para ver se pegava pescando, perguntando ou conversando. Se pegasse pescando tomava e marcava a prova, mas eu nunca tive minha prova marcada por motivo de pesca. Tinha também uma sabatina onde toda semana avaliava oralmente a matéria dada.

Quando chegávamos à escola nós alunos não entrávamos diretamente para a sala de aula, tínhamos que esperar o horário de tocar a campã. Quando era sete horas tínhamos que estar todos em fila, cantávamos o Hino da Bandeira, o Hino Nacional, da Independência, da Liberdade e outros, só então é que sete horas e alguns minutos entrávamos e cada qual tomava sua classe. Ficávamos esperando a professora dentro da sala que entrava logo em seguida, não tinha demora, quando os alunos entravam cada professora ia imediatamente para sua classe. Ao entrar, o professor cumprimentava os alunos desejando-nos um bom dia e todos nós levantávamos, fazíamos isso sempre que um professor ou uma visita entrava, era do regime, era de praxe aquela ordem dela, depois é que ela mandava baixar, sentar.

Começava a aula pela leitura: cada qual com a lição já marcada abria o livro e o aluno que ia ler ficava de pé lendo aquele trecho que a professora mandava e depois de um certo tempo mudava para outro. Quando chegava a hora do recreio brincávamos de roda, corríamos, jogávamos bola e quando acabava o recreio voltávamos para a sala e todos tomavam o seu lugar e a aula continuava com a professora dando a explicação da matéria e botando para escrever. Tinha também o dever de casa onde ela botava caligrafia e cópia para se fazer. Quando terminava a aula os alunos levantavam, rezavam e saíam. Ah! Rezávamos também quando entrávamos na sala.

Tinha um dia marcado para a aula de religião ensinavam o que tivesse ao alcance das crianças fazerem a primeira comunhão. Ensinava fazer o sinal da cruz, o que era Deus, quantos Deus há, onde está Deus, quem era a mãe de Jesus, quem foram Adão e Eva, estas perguntas básicas. Nas classes mais adiantadas os alunos decoravam os mandamentos e outras orações.

Do meu tempo de escola vem na minha mente as feições de muitas colegas, mas os nomes delas não me lembro, apenas de algumas delas como Diva Mendes, Candinha e Mariquinha que morava na rua do fogo, perto da minha casa.

Das minhas professoras do tempo de primário o que mais me marcou e que me serviu de lição foi saber sempre cumprir com o horário e chegar sempre na hora certa. Dona Eva era uma professora que gostava muito de mim e eu também tinha muito carinho para com ela. Ela era muito atenciosa e tinha uma distinção para comigo. Durante a hora do recreio gostava sempre de me procurar para conversar, pois ela era muito amiga de minha tia Dona Reis e isso fazia me aproximar mais dela, porém durante a aula, era tudo igual. Quando se aproximava o período de prova, ela convidava alguns alunos para se prepararem em sua casa e eu estava sempre presente.

Estudei todo o primário em Oeiras, no Grupo Escola Costa Alvarenga que só tinha até o quarto ano. Quem quisesse continuar os estudos procurava um professor(a) particular a fim de se preparar para o exame de admissão. Dona Eva foi que me preparou para o exame de admissão. Fui fazer o exame de admissão em Teresina, lá foi onde estudei para ser professora.

Várias eram as dificuldades de sair de Oeiras para estudar em Teresina. A minha maior angústia era ter vontade de ir estudar e não poder, menos por falta de condição financeira, mas por ser neste tempo tudo mais difícil: o transporte, a casa, o responsável e a própria viagem em si. Daqui para lá a gente ia num caminhão e às vezes passava cinco dias ou mais para chegar em Teresina. No inverno íamos por Floriano e pegávamos uma balsa. Viajava sempre na companhia de Teresa e Nantildes, filhas de Dr Pedro Sá, que também iam de Oeiras para estudar em Teresina. Os nossos pais faziam contribuições para fretar a balsa. No dia marcado a gente ia pegar a balsa em Floriano que passava dois dias navegando pelo rio Parnaíba até chegar em Teresina. Era uma viagem muito difícil, dispendiosa e perigosa. Certa vez, em uma dessas viagens aconteceu um acidente. Eram duas balsas com muitos estudantes. A Leó Sá foi tentar passar de uma balsa para outra e escapuliu, por sorte ou por milagre ela voltou à tona e foi salva não perdendo nem mesmo os chinelos que estavam nos seus pés.

Chegando em Teresina fui para casa particular do Cônego Cardoso, ele foi quem incentivou e convenceu meu pai para que eu continuasse meus estudos, tornando-se meu correspondente. Dois ou três dias depois de minha chegada, ele fez minha matrícula e me colocou interna, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido como o Colégio das Irmãs. Neste tempo tinha muitos alunos, meu número ainda hoje me lembro, era 51. Também ia para casas de famílias de Oeiras como a dos Ferraz e de Antoninha que era minha prima. Eles só me recebiam e me internavam.

Toda interna tinha que preparar um enxoval. As irmãs exigiam uma quantidade determinada de chambres, calças, lençóis e fronhas, tudo marcado com o nome da pessoa.

Tinha também dois tipos de fardas: a de gala e a diária. A farda diária era azul com branco a outra era branca, tipo marinheiro.

Das professoras do meu tempo de interna, lembro muito bem da Irmã Conceição, da Irmã Savina. No internato estudávamos Geografia, História todas as matérias. No último ano tínhamos as aulas práticas onde aprendamos a dar aulas. No Colégio das Irmãs aprendíamos a fazer trabalhos manuais, como bordados, pinturas, também tínhamos aulas de músicas. Só eram permitidas as leituras dos livros adotados para as aulas e os do catecismo. Os romances eram proibidos, mesmo assim tinha alunas que desobedeciam essa regra colocando os romances debaixo dos seus travesseiros. Tinha uma aluna de Loreto (Ma) que era danada para ler romances. Às sete da noite quando nos recolhíamos para dormir e as irmãs desciam para rezar, ela aproveitava para ler seus romances. Quando as freias pegavam alguém com esses livros, rasgavam ou queimavam.

As freiras do Colégio das Irmãs liberavam um domingo por mês para as internas passearem. O correspondente, um parente ou amigo iam nos buscar. Saíamos às 8 hora, depois da missa, e 6 horas da tarde já era para estarmos lá. Às vezes, também aos domingos, as freiras nos levavam para um passeiozinho rápido. Quase sempre escolhia a estação do trem. Por ali tudo era mato e achávamos o rio Poty longe. Era a oportunidade das moças verem seus namorados que já sabiam com antecedência a data. Era coisa rápida, geralmente não passava de um aceno. Tinha o Moacir Campos, da família Campos, ele morava bem atrás do colégio e namorava não sei com quantas moças e sempre estava lá por perto nos dias de passeio das alunas.

Depois de meus estudos em Teresina, voltei a Oeiras como professora. Fui aluna do Grupo Escolar Costa Alvarenga no início de seu funcionamento e depois de 14 anos retornei como professora desta mesma escola. Lá trabalhei e me aposentei. O que se ensinava no meu tempo de aluna e de professora pouca coisa mudou nos conteúdos ensinados, apenas a maneira de ensinar tornou mais ativa e afetuosa. Dependendo da turma a dosagem da matéria variava, a gente tinha um programa a seguir e ia adaptando às turmas. Cada professor lecionava todas as matérias. No primeiro ano era mais limitado, se ensinava a ler, escrever e contar, a partir do segundo ano começava introduzir outras matérias e o ensino ia avançando a cada ano. No curso primário do Costa Alvarenga, o professor ensinava na matéria de Português: leitura, as classes gramaticais e análise, conjugar verbos, fazer concordância, composição, descrição e caligrafia para melhorar a letra; em Matemática as operações fundamentais, tabuada e resolução de problemas; em História e Geografia: o aluno aprendia a História do Brasil e um pouco do Piauí, os vultos históricos e os acidentes geográficos; em

Ciências: o que se via era basicamente sobre o corpo humano e as noções de higiene. Além de tudo isso cabia à professora ensinar também a maneira correta dos alunos se comportarem e boas maneiras no trato com os outros, os hinos e outros cânticos, música e poesias sempre relacionados aos assuntos abordados e trabalhos manuais como crochê, bainha aberta e bordados. De forma que quando um aluno concluía o primário no Costa Alvarenga estava pronto para a vida, para assumir um emprego melhor na cidade ou enfrentar os exames de admissão em outras cidades para dar continuidade seus estudos.

ANEXO D**DEPOIMENTO DE DEPOIMENTO DE JOÃO DA SILVA MATOS****Oeiras, 10 de outubro de 2004**

Figura 94 – João da Silva Matos
Fonte: Arquivo particular de João da Silva Matos.

Meu nome é João da Silva Matos. Nasci em Oeiras, no dia 02 de julho de 1913, portanto tenho, hoje, 91 anos e três meses. Sou filho de Sebastião Francisco de Matos e Maria Antonia da Conceição. Vou falar sobre a educação em Oeiras no meu tempo de menino e de rapazote, mas primeiramente quero dizer que educação é uma coisa muito boa, na minha opinião uma das melhores coisas, sem educação não se vale nada, nem que seja pouca, mas tem que ter.

Em 1921 eu fui para a escola do velho Moises. Era uma escola por conta do governo e lá passei três meses. O velho ensinava até o quinto ano, mas com três meses que eu estava lá ele foi transferido para o Novo Oriente no município de Valença e em Oeiras ficou sem ter o colégio do governo para os meninos. Não tinha grupo escolar e fiquei sem poder ir para a escola. Quando foi inaugurado o Grupo Escolar Costa Alvarenga eu já tinha mais de 14 anos e não podia mais ir para o grupo, tinha passado da idade e não pude estudar, é por isso que eu digo que não tive colégio.

Tinha escolas particulares e eu ia curiar¹. Ficava curiando do lado de fora, na calçada, vendo da janela da escola o Dr. Pedro Sá e o Dr. João Carvalho darem aulas. Eram dois professores muito bons que preparavam os alunos para irem estudar no Liceu. Eu prestava atenção e anotava, foi desse jeito que fiquei compreendo muitas coisas. Clementino, até o terceiro ano fez com o doutor Pedro Sá e quando chegava à noite ele me ensinava lá na casa dele, mas não no colégio, era eu e ele, dois colegas. Eu era muito esforçado e tinha muita vontade de aprender.

Para aprender fazer cartas e telegramas tive que pagar umas aulas ao professor Rafael Farias. Custava, naquele tempo, uma moedinha de cruzado. E o cruzadinho que eu ganhava pra dar água aos cavalos de seu Martins Menezes eu dava ao velho Rafa para beber cachaça e me ensinar a fazer cartas e telegrama. O professor Rafael Farias sabia seis idiomas e foi professor de Nogueira Tapety.

Depois, já em 1927, fui estudar com Eva Feitosa. Paguei cinco mil réis para ela me ensinar Português e Matemática. Eu passei seis meses, ficava lá de tarde e era só uma hora de aula. De português eu não aprendi quase nada, mas me ajudou muito na Matemática, pois aprendi a tirar conta.

Comecei a trabalhar e Deus me ajudou que nunca faltou nada, todo mundo me ensinava. Entrei para o Exército em 36 e quando eu saí arrumei um emprego do “Fomento”. Lá achei um bom engenheiro, doutor Artur Furtado, professor da Normal em Teresina, que começou a me ensinar Matemática e lá eu aprendi muitas coisas. Fui transferido para Floriano, onde todos os meus amigos ali me ajudavam. Tinha o Zé Estrela que era o secretário do “Fomento” e com ele aprendi fazer folha de pagamento. Fui transferido para Oeiras e aqui encontrei o major Anfrísio Rocha, que me ensinou muita Matemática: raiz quadrada, raiz cúbica, tudo.

¹ Curiar – expressão local com significado de espiar, olhar, ver.

Antes de aparecer o grupo escolar e até mesmo depois dele, tinha muitas escolas particulares em Oeiras, posso citar algumas que levavam o nome de seus donos: escola de Augusto Feitosa, Rafael José de Farias, Doutor Pedro Sá, Doutor João Carvalho, Bembém Brito, Ana Brito, Zefinha Ferraz, Iáíá Brito, Sinhá Soído, dona Lodonha, Mundica Campos, Padre Cardoso e outros.

Estes professores reservavam a sala da frente de suas casas para darem aulas. Em algumas escolas os alunos levavam suas cadeiras e sentavam ao redor de uma mesa grande. As aulas geralmente eram pela manhã e começavam as 7 horas e iam até 10 horas, as da tarde, de 2 as 4. Lembro que o professor Rafael Farias dava aulas à noite e Dr Pedro Sá também, de 7 até 9 horas no aladim porque não tinha luz nas casas neste tempo.

Os alunos compravam seu material, cada um tinha uma lousa pequena pra escrever. Todo mundo tinha que comprar uma lousa daquela lá no comércio de seu Antonio Nenê ou na Casa Tapety. O livro mais usado era o de Felisberto de Carvalho, mas se começava com a Cartilha Analítica.

Os professores atendiam mais ou menos uns vinte alunos, eram só os mais ricos, pois a escola era particular e pobre não tinha como pagar, tendo vaga ia para a escola do governo.

Alguns professores usavam a palmatória, era para manter a ordem e fazer os alunos estudar. Certa vez, eu fui com Joaquim Freitas, meu colega, assistir aos exames na escola do professor Augusto Feitosa. Ele perguntava ao aluno: – 5×8 ? E o aluno nervoso repetia: – 5×8 professor é... Enquanto pensava o professor passava a pergunta para o outro que respondia 40 de imediato e este obedecendo às ordens do professor dava dois bolos no que não respondeu. Aí o professor virou-se para mim e perguntou: – “Você vem?” E cá comigo eu disse: “Eu não vou para essa escola, não. O diabo é quem vai para aquilo!”.

Seu Moises também usava palmatória, mas cada bolo tinha um valor, um preço – um tostão, dois tostões, o bolo mais forte era mais caro.

Mais tarde o Padre Cardoso abriu uma escola particular. Preparava o aluno que já tinha feito o terceiro ano para fazer o exame do Liceu. Trouxe um professor auxiliar de Teresina – o professor Chagas.

A União Artística Operária Oeirense também criou uma escola que no início funcionava numa casa na rua de Cabeceira e Hipólito Reis e Possidônio eram os primeiros professores. Era gratuita, mas o aluno tinha que levar o lápis e o papel, ao professor não pagava nada.

Na escola de Dona Lodonha as alunas iam aprender trabalhos manuais. Ela ensinava bordados e outras coisas mais. Não era escola de ler e escrever e só atendia meninas.

O ensino era pesado, era bom mesmo naquele tempo, só não aprendia quem não queria, era melhor do que a de hoje em termos de qualidade. Os alunos aprendiam e se tornavam pessoas educadas e sabiam respeitar e tratar com fineza os outros, hoje não, até mesmo as professoras passam pelo cidadão, não sabe dar um bom dia. As professoras que passam por minha porta desse grupo aí do lado não sabem dar um bom dia e são professoras diplomadas.

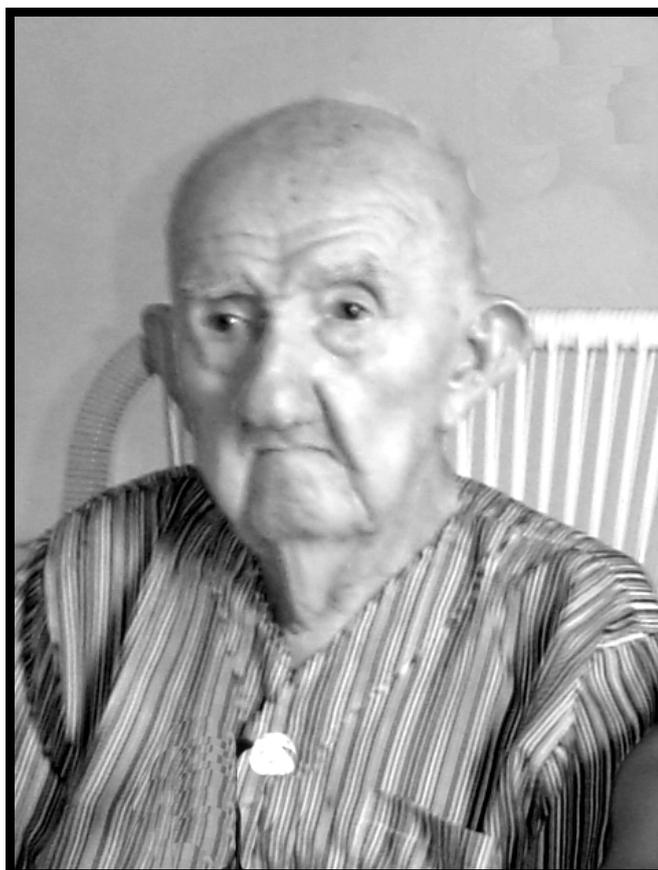
ANEXO E**DEPOIMENTO DE DEPOIMENTO DE BENEDITO LOPES REIS****Oeiras, 12 de outubro de 2004**

Figura 95 – Benedito Lopes Reis.

Fonte: Arquivo particular de Amada de Cássia Campos Reis

Sou registrado com o nome de Benedito Lopes Reis, mas todos me conhecem como Seu Dito. Tenho 100 anos, nasci no dia 4 de outubro de 1904, na Fazenda Nacional Lagoa do Canto. Meus pais se chamavam Hermógenes Lopes Siqueira e Maria Isabel de Sousa Reis. Quando meu pai morreu, em 1910, eu tinha seis anos. Minha mãe e eu fomos amparados por Dona Ana que era casada com Dr. Mozart. Ela mandou fazer uma casa de palha na sua propriedade, em Cachoeirinha, que nos serviu de morada.

Vim para Oeiras em 1919. Nesta época a cidade era pequena, só buraco, lama e poeira. Juntava gente apenas nas festas da Igreja: na Semana Santa, na festa de Nossa Senhora da Conceição e outras. O povo era muito católico, tinha muita fé em Deus. Quando eu cheguei aqui quem comandava a Igreja era o padre Aristeu, gordo que só um porco, depois parece que

foi Zé Gomes, padre Silva, e outros mais. Na política, o mandão era Doutor Cândido, o intendente. Aqui comecei para trabalhar e estudar.

Trabalhei no balcão da loja de Antonio Tapety, lá se vendia tudo: os produtos da terra como: feijão, arroz pisado no pilão, carne, azeite de coco, rapadura...; e mercadorias vindas de fora: tecido e miudezas. Ele era pobre botou essa quitanda, ganhou dinheiro e ficou rico, ganhou uma fortuna. As pessoas ricas desse tempo eram Seu Orlando, Tapety, Tonico Sá, Euclides, Miguel Oliveira...

Quem me botou na escola particular foram os Tapety, que pagava o velho Moises, professor carrasco, metia o pau sem pena, ele usava a palmatória. Tinha a escola de Dona Quininha, mulher do avô Joaquim José de Sousa Reis. Ela também usava a palmatória para manter a disciplina, mas não era malvada.

Seu Moisés ensinava na casa dele, na mesma rua que morou Dr. Machado, que dava para o riacho Mocha. Eram a sala da frente e um quarto os locais da casa onde ele ensinava. Os alunos sentavam numas cadeiras velhas de sola e escreviam apoiados numa mesa de pau. Ele ensinava só para meninos, tinha um bocado. Na falta de colégio público era tudo mesmo nas escolas particulares.

O professor Moisés não tinha muita conversa com aluno não, só ensinava e pronto e os alunos tinham respeito. Quem era besta de não obedecer? Metia o palmo. Castigava os alunos com a palmatória, era bolo de perder as mãos, o velho era malvado ele dava era à vontade. Tinha um menino que o velho Moisés só faltava matar de palmatória, era Benedito, ele morava aqui onde é o Correio hoje e onde era antigamente o quartel antigo. O velho era mau, mas felizmente ele não me surrou. Muito medroso, ficava na cadeira com o meu livro ali fazendo que estava lendo, que eu não sabia ler, gaguejando, por isso ele me conservou sem surrar.

As aulas começavam às 7 horas e iam até 11 horas direto, sem recreio, a brincadeira dos alunos era palmatória. Os alunos chegavam e iam tomando o seu lugar e do primeiro dia de aula até o final era sempre no mesmo lugar. O aluno chegava e ficava ali estudando esperando o professor entrar.

Seu Moisés ensinava o ABC, o b-a ba, usava o primeiro, segundo, terceiro e quarto livro de Felisberto de Carvalho, as quatro operações fundamentais e a tabuada. Quando a aula começava ele chamava os alunos para ver a leitura e a escrita e mandava o menino ler e dava o número, bem ou mal. Tinha também as apostas, a gente fazia a escrita e levava para uma pessoa julgar quem ganhava e quem perdia. O que ganhava metia o bolo em quem perdia.

Já rapaz estive no colégio do farmacêutico Dr. João Carvalho que se chamava Externato Oeirense. Ele tinha um colégio ali onde hoje é a casa de Cazé e dava aulas auxiliado por Quincas. Era uma escola particular e foi lá que eu aprendi uma coisinha a mais. Estudei também com Dr. Pedro Sá, foi onde eu aproveitei bem matemática, português não entrava na minha cabeça não, agora matemática eu era bom.

Não sinto saudades de meu tempo de estudante, ia porque era pra aprender. Era um tempo brabo, gente era tratado como animal, na palmatória, hoje não, tudo está mudado.